

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

**A ESCOLA DA MATA ATLÂNTICA:
AGROECOLOGIA E CULTURA LIVRE
NA CASA DAS SEMENTES LIVRES,
ALDEIA VELHA, SILVA JARDIM, RJ**

Tadzia de Oliva Maya

Rio de Janeiro
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A ESCOLA DA MATA ATLÂNTICA:
AGROECOLOGIA E CULTURA LIVRE
NA CASA DAS SEMENTES LIVRES,
ALDEIA VELHA, SILVA JARDIM, RJ**

TADZIA DE OLIVA MAYA

Sob a orientação do
Professor José Roberto Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

Rio de Janeiro
2013

631.58098153 Maya, Tadzia de Oliva.
M466e A Escola da Mata Atlântica: agroecologia e cultura
T livre na Casa das Sementes Livres, Aldeia Velha, Silva
Jardim, RJ, 2013.

183 f.

Orientador: José Roberto Moreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.
Bibliografia: f 152-157.

1. Agroecologia – Teses. 2. Sementes – Teses. 3.
Cultura livre – Teses. 4. Juventude – Teses. 5. I.
Moreira, José Roberto II. Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. III. Casa das
Sementes Livres: agroecologia e cultura livre em
Aldeia Velha, Silva Jardim, RJ.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TADZIA DE OLIVA MAYA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02 / 12 / 2013.

Roberto José Moreira. Prof. Dr. (UFRRJ)
(Orientador)

Cláudia Job Schmitt. Profa. Dra. (UFRRJ)
(Membro Interno)

Elza Maria Neffa Vieira de Castro. Profa. Dra. (UERJ)
(Membro Externo)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo aos meus pais e a minha família que sempre me apoiaram na minha trajetória acadêmica e me ajudaram a criar as possibilidades para que eu chegasse até aqui.

À Professora Cláudia Vater que orientou o início deste trabalho e muito me ensinou sobre a militância da ética na pesquisa. Ao Professor Robson Amâncio que prontamente me socorreu frente às dificuldades burocráticas no andamento deste processo, além de ter fomentado ainda mais em suas aulas minha vontade de trabalhar com diagnóstico rural e sistematizações de experiências. E, claro, agradeço imensamente ao Professor Roberto Moreira que me levou a fazer alterações no meu projeto inicial de dissertação, para que o meu “tema de vida” fosse também meu tema de pesquisa. Exalto sua dedicação e persistência, cujas acertadas e felizes opiniões e encaminhamentos me ajudaram a nortear meu trabalho; um grande orientador no sentido pleno da palavra.

Às minhas amigas de Mestrado que agora são amigas para todo o sempre, Camila, Ana, Michele, Milena e Priscila cujas opiniões e conversas foram igualmente fundamentais para meu crescimento pessoal e acadêmico e estão certamente refletidas nas linhas deste texto. Agradeço também à Flávia Londres, que além de ser uma fonte de inspiração profissional me auxiliou com envio de material e textos.

Aos meus amigos e amigas da Escola da Mata Atlântica, do Festival Experimental Eletroorgânico e da Terrinha por me mostrarem que assim como cantou Raul Seixas, “sonhos que se sonham juntos são realidade” e como podemos alterar nossas vidas com trabalho e confiança em um mundo mais justo e solidário. Faço menção especial ao Marcelo Minto que foi o primeiro a nos apresentar Aldeia Velha, assim como Tainá Miê, Leandro Basil, Carolina Landeira, Julia Botafogo e Paloma Sol por terem tido a coragem e iniciativa para desenvolverem as primeiras ações. A todos e todas que participaram da EMA e da Casa de Sementes Livres em quaisquer de seus momentos e que também me ajudaram nesta pesquisa respondendo aos questionários.

A alguns colaboradores persistentes da Casa de Sementes Livres como a Associação Software Livre na figura da Maria Cristina e do Mario Teza, ao Professor Raul de Lucena, Carlos Machado do Serpro, Marcelo Massao, Marcelo Maciel, Giuliano Bonorandi e Bruno Tarin ativistas do software livre. A todos e todas envolvidos na concepção e desenvolvimento da rede dos Pontos de Cultura Brasil a fora. Ao meu querido amigo Sérgio com seu incentivo e leitura crítica.

À pesquisadora Ivana Valle por disponibilizar suas pesquisas sobre Aldeia Velha, bem como a equipe da Mico Leão Dourado, sobretudo Gustavo, na cessão dos mapas. À historiadora Patrícia Depiné, querida amiga que leu atenciosamente e corrigiu de próprio punho as partes referentes à história indígena do povoado.

À Aldeia Velha por existir, por ser este universo mágico, fora do comum, com todos seus personagens, riquezas e também com seus dilemas, tão pequenos na verdade quando olhamos para a beleza deste lugar. Admirar a Serra Grande e tomar banho de rio aqui nestas águas foram essenciais pra me dar força e inspiração para continuar meu caminho. Às professoras da Escola de Aldeia pela receptividade com que sempre me trataram, da mesma forma como receberam a EMA e todos nossos projetos, especialmente Dalila e Ivane que abriram caminhos para que pudéssemos passar.

Aos ilustres moradores que sempre compartilharam seu conhecimento conosco, sobretudo Argeu, Honorair, Seu Emi, Seu Marquinhos, Zeca e Seu Milton. E como parte desta

Aldeia, agradeço ao meu companheiro Maximiliano que contribuiu muito mais do que imagina para que esta pesquisa se realizasse. Com suas informações, opiniões, bom humor e sobretudo com amizade e amor tornou tudo mais fácil e sereno.

Por fim, agradeço a todos os seres de luz que me protegeram e guiaram nesta empreitada.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo de caso sobre o coletivo Escola da Mata Atlântica (EMA) e a Casa das Sementes Livres, experiência que conjuga ações em agroecologia e cultura livre desde 2007 em Aldeia Velha, distrito rural de Silva Jardim, município das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro. A Casa das Sementes Livres é uma iniciativa da EMA, que desenvolve atividades em educação e cultura popular e funcionou como uma possibilidade de trabalho no campo para jovens de diferentes formações acadêmica, contribuindo para um processo de êxodo urbano. Este estudo investiga as percepções e motivações deste grupo em fundar a EMA e posteriormente em empreender a construção da Casa das Sementes Livres, concebida como um local para fazer o diálogo de saberes advindos da informática e da agricultura. Para isso, a pesquisa se concentra no histórico e nos pressupostos teóricos e práticos da iniciativa, que são oriundos tanto da área de cultura digital, quanto da agroecologia e suas lutas específicas pela disseminação de softwares livres e de sementes crioulas.

O estudo de caso analisa a sinergia gerada entre os campos da agroecologia e da cultura livre no florescimento e na manutenção do projeto. Há especial interesse também na relação entre a Casa e a escola pública Vila Silva Jardim, terreno onde funciona sua sede e para onde a maior parte das suas atividades são direcionadas, envolvendo alunos, professores e merendeiras em prol de uma educação contextualizada. Procurando definir e caracterizar o magma cultural que possibilitou a formação da Casa e sua ligação com movimentos sociais e redes mais amplas de contestação do modelo econômico vigente, a pesquisa fixa a experiência dentro de um modelo de subalternia, conectada a questões de ordem local-global, como a mudança do paradigma da sociedade moderna industrial para modelos alternativos fundados na diversidade. Também são levadas em conta as complexidades internas e externas que vêm contribuindo para a formação da identidade do grupo, incluindo aí sua estrutura organizacional, a divisão do trabalho e os processos de tomada de decisão. Nesta perspectiva, a pesquisa demonstra as potencialidades e fragilidades da Casa de Sementes Livres, que procura fortalecer sua autonomia lidando com processos de permanente tensão entre as fontes de financiamento e a autogestão em um cenário de poucas oportunidades de recursos para pequenos grupos, sobretudo na área da agroecologia e formado por jovens. Tais questões são demonstradas nas diferentes configurações sócio-políticas que o grupo atravessou, desde sua criação como projeto informal, passando pela sua institucionalização como associação cultural até os dias de hoje quando busca na definição de “coletivo” seu posicionamento crítico no mundo.

Palavras-chave: agroecologia, cultura livre, sementes livres, coletivos, autonomia

ABSTRACT

This paper presents a case study of the collective School of the Atlantic (EMA) House Seed Free, experience that combines actions in agroecology and free culture since 2007 in Aldeia Velha, Rural District Silva Jardim, Baixadas Litorâneas the municipality of Rio de Janeiro. The House Seeds Free is an initiative of the group EMA, which develops activities in education and popular culture and worked as a possibility to work in the field for young people from different academic backgrounds, contributing to a process of urban exodus. This study investigates the perceptions and motivations of this group found the EMA and subsequently to undertake the construction of the House Seed Free, conceived as a place to do the dialogue of knowledge arising from information technology and agriculture. For this, the research focuses on the history and the theoretical and practical initiative, which both come from the area of digital culture, as agroecology and their specific struggles for the dissemination of free software and native seeds.

The case study examines the synergy generated between the fields of agroecology and free culture at flowering and maintenance of the project. There are also special interest in the relationship between the House and the public school Vila Silva Jardim, ground works where its headquarters and where most of its activities are directed, involving students, teachers and cooks in favor of a contextual education. Seeking to define and characterize the magma cultural enabled the formation of the house and its link with social movements and wider networks of contestation of the current economic model, the research sets the experience within a model subalternia, connected to matters of a local-global as the change of the paradigm of modern industrial society for alternative models founded on diversity. Are also taken into account the internal and external complexities that are contributing to the formation of group identity there, including its organizational structure, division of labor and decision - making processes. In this perspective, the research demonstrates the strengths and weaknesses of the House of Free Seeds, which seeks to strengthen their autonomy dealing with cases of permanent tension between funding sources and self-management in an environment of limited opportunities to resource for small groups, especially in the area of formed by young and agroecology. These issues are demonstrated in different socio-political settings that the group went through since its creation as informal project, through its institutionalization as a cultural association to the days when searching the definition of " collective" its critical position in the world.

Keywords: agroecology, free culture, free seeds, collective autonomy

LISTA DE IMAGENS

Figura 1. Vista do centro de Silva Jardim

Figura 2. Área de distribuição original e atual do mico-leão-dourado

Figura 3. Porcentagem do município de Silva Jardim dentro da Apa São João

Figura 4. Uso e cobertura do solo na Apa São João

Figura 5. Unidades de Conservação em Silva Jardim

Figura 6. Área de estudo do Ibase em relação ao Comperj

Figura 7. Gráficos de cidadania percebida do Incid, 2012

Figura 8. Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas do Estado do Rio de Janeiro

Figura 9. Vista panorâmica do centro de Aldeia Velha

Figura 10. Bacia Hidrográfica do Rio Aldeia Velha

Figura 11. Mapa turístico ilustrado de Aldeia Velha

Figura 12. Foto da farmácia de Aldeia Velha

Figura 13. Enchente na estrada de Aldeia Velha

Figura 14. Centro da vila de Aldeia

Figura 15. Agricultores com sementes de milho branco na Serra do Macharet

Figura 16. Embarreamento da Casa de Sementes

Figuras 17 e 18. Uso de computadores dentro da Casa e oficina de metareciclagem na Escola Silva Jardim

Figura 19. Cartaz do evento Aldeia Cultural de 2009

Figuras 20 e 21. Turmas das aulas de agroecologia da EMA

Figura 22. Foto da turma de montagem de computadores dentro da Casa das Sementes Livres

Figuras 23 e 24. Fotos do espaço interno da Casa de Sementes Livres

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS OU SÍMBOLOS

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBASE -Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MinC – Ministério da Cultura

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não Governamental

PNUD – Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Apresentação	15
1. Introdução	17
2. A Escola da Mata Atlântica	21
2.1 Casa de Sementes livres: Questões metodológicas	24
2.2 Configuração original da EMA	32
3. Contexto ambiental e sócio econômico	60
3.1 Silva Jardim: História e Principais Características	61
3.2 Reserva Biológica de Poço das Antas	63
3.3 Associação Mico-Leão-Dourado	66
3.4 Apa São João	66
3.5 Silva Jardim e a Região Conleste	69
3.6 Aldeia Velha	79
4. A Casa das Sementes Livres	94
4.1 A Cultura Digital	94
4.2 A Cultura Livre	101
4.3 O Movimento Agroecológico	104
4.4 A Casa das Sementes Livres como interface entre a Agroecologia e a Cultura Livre	113
5. Considerações Finais	137
Bibliografia	142
Anexo I: Documento Identitário do Grupo	149
Anexo II: Roteiros de Entrevistas	158
Anexo III: Pontos de Agroecologia	166

“Antes de sermos reais, somos sonhados”

Paul Valéry

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é o trabalho final do Mestrado Profissional do Programa Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do qual fui aluna da primeira turma (agosto 2011).

O foco deste trabalho é examinar mais de perto alguns resultados e impactos alcançados pela experiência da Casa das Sementes Livres, espaço inaugurado em 2007 para o armazenamento e a difusão de softwares livres e sementes tradicionais – ou crioulas – no interior do estado do Rio de Janeiro, a partir de um olhar sobre a Escola da Mata Atlântica, grupo responsável pela sua criação e manutenção. A iniciativa está localizada em Aldeia Velha, distrito rural do município de Silva Jardim, um das 8 cidades da região conhecida como Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro. A EMA, que começou como uma reunião informal de um grupo de amigos universitários, se institucionalizou como associação cultural sem fins lucrativos e hoje, para além de suas responsabilidades burocráticas, define sua identidade como um coletivo autônomo, buscando, a partir da sua práxis e da sua sinergia com grupos que apresentam características similares, como a horizontalidade e autogestão, sua forma de atuar no mundo.

Pretende-se com este estudo analisar criticamente as atividades da Casa das Sementes Livres e as interações entre a cultura digital e a agroecologia empreendidas desde sua criação. Para compreendermos os pressupostos teóricos e a própria conjuntura em que se deu a criação e a experiência da Casa, estaremos elucidando nesta análise os sentidos e significados associados às questões da cultura digital, cultura livre e agroecologia, conforme aparecem no grupo da EMA, bem como, sua inserção na política cultural dos Pontos de Cultura e em sua interação com as trajetórias dos movimentos agroecológico e de software livre no Brasil.

Como procuraremos demonstrar neste estudo de caso, a história da criação da EMA – que apesar de trazer no seu nome o termo “escola” e por isso gerar confusões quanto à sua estrutura – nos remete simplesmente a um projeto que nasce e se configura como uma ação de um grupo de amigos. Este grupo decide por uma ação unificadora de seus anseios, sua forma de estar e ser no mundo, e se expressam em diversos projetos, dentre eles a Casa das Sementes Livres, acolhido pela Escola Estadual Municipalizada Vila Silva Jardim (EEMVSJ), fato fundamental para a criação e desenvolvimento da experiência. A Casa foi construída dentro do terreno da EEMVSJ e atuou instrumentalmente de forma transversal no conteúdo curricular formal da Escola. Por conta destas ações, o estudo focará, quando necessário, no terreno da educação popular, com entrevistas com de professoras e funcionárias envolvidas diretamente com os cursos e atividades propostas pelo coletivo da EMA à EEMVSJ.

Por se tratar de um coletivo que se define como autônomo, mas que mantém suas atividades, incluindo o funcionamento da Casa das Sementes Livres, por meio de editais federais e estaduais da área da Cultura ou eventuais pequenas parcerias com o poder público municipal, trataremos, também das tensões entre autonomia, financiamento, desenvolvimento rural e os projetos de sociedade, considerando a especificidade do grupo ser gerido por jovens. O estudo abordará aspectos da problemática do território rural contemporâneo, pensando a questão do poder e dos movimentos subalternos que aí se encontram na

contemporaneidade, visando elucidar a questão ambiental e a questão da agroecologia na criação de atividades da Casa de Sementes Livres.¹

Esta pesquisadora, sendo ao mesmo tempo ativa na história da EMA e da Casa, expressa também nesta análise, a vontade de compartilhar as expectativas dos componentes da EMA, os acertos e as pedras com as quais topamos no nosso caminho, esperando contribuir para compreendermos os processos de construção de iniciativas contra-hegemônicas, na construção de uma subalternia crítica (MOREIRA, 2002) no campo. Esperamos que, ao contar esta pequena história, outros coletivos possam se inspirar a realizar projetos similares, qualificando intercâmbios de conhecimentos e ampliando nossa rede de contatos e atuação, além, é claro, de nos ajudar a pensar sobre nossa própria trajetória, aumentando nossa percepção sobre os temas que aí estão implicados.

Profissionais e técnicos das áreas de Cultura Digital e da Agroecologia também aqui podem se deparar com questionamentos e processos similares em suas atividades. Aos que estão ligados à órgãos governamentais fica igualmente um registro dos empecilhos burocráticos e organizacionais que as pequenas iniciativas costumam encontrar em seus caminhos e que muitas das vezes podem conduzi-las ao fracasso.

Como se trata de um coletivo de jovens, produz-se aqui material igualmente interessante para se aprofundarem questões relacionadas à juventude, especialmente juventude rural, às políticas públicas e ao mundo rural. Por ter desde o início se proclamado como uma experiência de interface e de diálogo de saberes, a história da Casa de Sementes Livres toca em muitos pontos de uma rede que inclui os mais diversos temas, numa ampla gama de erros e acertos que podem ser aproveitados em diversos processos educacionais.

Dito de outro modo, até que ponto uma pequena casinha de pau-a-pique construída por estudantes universitários no terreno de uma escola cuja comunidade não passa de mil habitantes tem a nos ensinar? O que deste processo que já dura mais de 5 anos pode nos ajudar a refletir sobre palavras tão emblemáticas como “coletivo”, “autonomia” e “liberdade”?

Com toda certeza, nós também queremos descobrir.

Tadzia de Oliva Maya

¹ Pelo mesmo motivo, foi redigido um texto intitulado “Pontos de Agroecologia” (ANEXO 3) como um esboço de um projeto de política pública que sugere indicativos para a abertura de editais públicos na área de agroecologia nos moldes do edital Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, realocando recursos para pequenas instituições ao mesmo tempo que as reconhece e valoriza.

1. INTRODUÇÃO

A dissertação que será aqui apresentada pretende ser mais um passo no caminho de reflexão e avaliação processual da Escola da Mata Atlântica, especialmente da Casa de Sementes Livres, um de seus projetos mais robustos e duradouros, sobre o qual ainda se coloca o desejo coletivo de ampliação e funcionamento pleno. Robusto porque baseia-se em fundamentação teórica arrojada e diversa, estabelecendo conexões com movimentos sociais nacionais e internacionais, e duradouro porque está de pé desde 2007, ainda que neste período suas atividades tenham sido irregulares.

Estou ligada à EMA desde sua criação, mas certamente foi na idealização e construção – no sentido literal da palavra – da Casa das Sementes Livres, ajudando no embarreamento das suas paredes, conseguindo os primeiros computadores e verbas para a inauguração do espaço, que pude colocar em prática algumas das ideias que vinha elaborando desde a conclusão da minha monografia “Copyleft e software livre”, defendida em janeiro de 2005 no curso de Jornalismo da Uerj. Tais ideias, ligadas à democratização da comunicação, ao uso de tecnologias livres e ao trabalho coletivo, tomaram sentido ainda maior quando a questão da conservação das sementes crioulas apareceu como mais um campo de ação contra a privatização da biodiversidade, ligada ao movimento software livre pela contestação que ambas tinham ao regime de direitos autorais que vem tentando se impor globalmente.

Desde então, as ligações epistemológicas entre o campo da Agroecologia e da Cultura Digital fundamentaram não só a construção da Casa, mas também grande parte da minha trajetória profissional. As teorizações sobre as possibilidades – e necessidades – de interação entre estes dois campos na preservação de bens comuns da humanidade me levaram a participar de encontros, seminários e debates, muitas vezes como expositora, inclusive em outros países. Do mesmo modo, me levaram a publicar o texto “Sementes e Comunidades Copyleft” no livro “Copyfight” lançado no final de 2012 pelo coletivo i-Motirô, do qual sou uma das fundadoras.

Posso dizer, pois, que a Casa das Sementes Livres tem se constituído como um elemento norteador da minha vida, tanto na teoria quanto na prática e por isso me propor aqui a escrever sobre esta experiência que já leva mais de 5 anos é uma grande fonte de satisfação mas igualmente um considerável desafio de reflexão, justamente por estar do lado de dentro. Se no Jornalismo, assim como na ciência em geral, aprendemos que a observação de um fato nunca é totalmente neutra, o que dizer quando fazemos parte do objeto pesquisado? Certamente, esta ligação íntima com o objeto trouxe embates filosóficos sobre quais caminhos seguir e tornou a atividade da pesquisa ainda mais complexa; quando se sabe muito sobre algo é difícil escolher sobre o que se vai falar e ressaltar. Assim, me acompanhou todo o tempo a responsabilidade de produzir um afastamento necessário para buscar o máximo de evidências sobre os fatos e gerar um material que se não é totalmente isento, pressuposto racional inatingível, buscou ao máximo a imparcialidade nas análises.

A predileção que eu já apresentava pela busca da interdisciplinaridade ou dito de outro modo, pela comunicação entre diferentes campos do conhecimento, quiçá pela própria formação em Comunicação Social, foi fundamental para que procurasse um Mestrado nos mesmos moldes. Por este motivo, a descoberta do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável me deu fôlego para voltar à Academia. Ainda que desde antes desta ocasião – início de 2011 – já tivesse receio quanto ao uso descontrolado do termo “desenvolvimento sustentável”, bem como de seus reais alcances na mudança do paradigma industrial vigente, apostei muito na

promessa de interdisciplinariedade que ali se encontrava. Fiz a inscrição com um plano de estudo baseado na intersecção entre as ciências naturais e humanas, focando as inter-relações entre a Agroecologia e a cultura popular e entrei para a primeira turma.

Apesar das decepções com a limitação da aplicação de conteúdos interdisciplinares pelo curso e de inúmeros questionamentos quanto aos objetivos dos projetos apoiados pelo Programa sob o guarda-chuva do tal “desenvolvimento sustentável”, cursar este Mestrado foi válido sobretudo pelo contato com o corpo docente do Programa CPDA, também da UFRRJ, que apresentava uma visão mais crítica aos termos “desenvolvimento” e “sustentável”, ampliando também meu contato com os temas ligados à agricultura e às ruralidades.

Desta interação com as disciplinas obrigatórias e eletivas ministradas por professores do CPDA consegui voltar a enxergar a possibilidade de pesquisar aspectos interdisciplinares sobre os temas que me encantavam, a agroecologia e a cultura livre e, mais do que isso, as relações práticas e iniciativas que poderiam surgir desta interação, como a própria Casa das Sementes Livres.

Um dos principais propósitos deste trabalho, o estudo da Casa de Sementes Livres, examina a hipótese de que foi justamente a fundamentação teórica interdisciplinar da Casa que possibilitou ao grupo não só conseguir apoio e aliados ligados tanto ao movimento da agroecologia quanto do software livre, mas também empreender atividades que dialogavam entre estes dois campos de conhecimento, ampliando sua capacidade de ação e de financiamento. Entendemos que as sinergias geradas pela apropriação das questões agroecológicas e digitais além de dar forma ao empreendimento da Casa, foi fundamental para sua manutenção, ampliando suas estratégias de ação e contribuindo para a resiliência da iniciativa frente às inúmeras dificuldades organizacionais e, sobretudo, financeiras vividas. A junção de um tema tão arcaico quanto a questão das sementes “crioulas” com as avançadas possibilidades tecnológicas do mundo digital em um mesmo projeto, em um mesmo espaço físico, desvelaram um universo novo, onde cada característica tinha o potencial de chamar a atenção e atrair adeptos para a outra.

Também é relevante notar que as complexidades internas e externas relacionadas ao estabelecimento e funcionamento da Casa, frutos principalmente desta função interdisciplinar da experiência, foram essenciais no processo de constituição da identidade do grupo da EMA, que se mostra dinâmica e múltipla, permeada por uma historicidade singular e única. E como parte da construção desta identidade esteve ligada ao posicionamento do grupo contra a hegemonia do capital financeiro e da privatização dos bens comuns, pela busca de alternativas baseadas na diversidade socioambiental, houve uma aproximação com o conceito de subalternia, entendido como sistemas de produção alternativos que “põem diretamente em questão os paradigmas do desenvolvimento e do crescimento econômico ilimitado” (SOUSA SANTOS, 2005) e como práticas, discursos de resistência e atores sociais relevantes que tentam transformar trocas desiguais em autoridade partilhada (MOREIRA, 2012)

Para chegarmos a estas reflexões, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, incluindo este da Introdução. No segundo capítulo é apresentada a formação do grupo Escola da Mata Atlântica, agregando ao seu histórico, as percepções e motivações dos seus membros na participação do projeto, bem como as questões metodológicas do estudo de caso sobre a Casa de Sementes Livres. Tal apresentação e detalhamento da EMA é pertinente para a discussão da Casa das Sementes Livres, que sendo um subprojeto, acompanhou e foi influenciado pelas mudanças que ocorreram com o grupo como um todo, principalmente no que tange à recente noção de coletivo, que a meu ver reforçou os laços de trabalho do grupo para além de questões financeiras ou burocráticas de organização. Destaca-se no item final deste capítulo, detalhes sobre o funcionamento interno do grupo, seus protocolos de trabalho,

as regras que ali foram se estabelecendo em relação à divisão de trabalho e tomada de decisão por exemplo. Estas questões, como veremos, dependeram das diferentes configurações organizacionais e sociopolíticas que o grupo tomou ao longo do tempo, desde sua criação e constituição, passando pela sua fase institucionalizada como associação cultural legalmente constituída até o momento atual – com início em 2012 – como um coletivo autônomo. Procura-se demonstrar que tanto a criação quanto a permanência do grupo foi resultado direto da diversidade de formações e interesses dos seus integrantes, que lhe deu capacidade para lidar com diferentes teorias, enunciando um plano variado de ações e também da visão presente desde o início do grupo da pedagogia do diálogo de saberes. Esta pedagogia era encarada pelos membros como um modo de se situar e agir no mundo, levando as pessoas a buscarem espaços e momentos de diálogo entre o saber que traziam da academia com os conhecimentos tradicionais em um exercício de respeito e solidariedade aos moradores e moradoras do campo. Todos estes temas tiveram desdobramentos na constituição e gestão da própria Casa.

No terceiro capítulo é apresentada a ambiência da experiência da EMA e da Casa das Sementes Livres, com um panorama socioambiental da região onde está inserida. Seguindo a preposição de que o território é uma construção histórica e social, que envolve relações de poder, a sociedade e a natureza com dimensões objetivas e subjetivas (HAESBAERT, 2007), procuramos descrever a recente história da região, apresentando seus índices contemporâneos de saúde, educação, economia e cultura, entre outros, no intuito de traçar um perfil do território onde a experiência da Casa se desenvolveu, e onde até hoje a Escola da Mata Atlântica como um todo precisa interagir na busca de público, parceiros e financiadores que são co-determinantes na sua práxis.

No quarto capítulo é apresentada a experiência em si da Casa das Sementes Livres, desde sua criação até junho de 2013. Para isso, realizamos primeiro uma explanação dos significados da cultura livre, discorrendo sobre a cultura digital e os softwares livres e seus desdobramentos no caso do Brasil, cuja ligação entre estes campos alcançou repercussão nacional com a política pública dos Pontos de Cultura, igualmente debatida aqui pela influência direta que teve na EMA e na Casa, por meio de seus editais que financiaram diversas oficinas e cursos no espaço. Procura-se demonstrar que a base teórica de sustentação do projeto da Casa, ligada tanto ao campo da agroecologia quanto ao da cultura livre possibilitou ao grupo uma diversidade de parcerias e contato com redes de interação, o que por sua vez garantiu a permanência e a constante reinvenção da iniciativa. As questões ligadas ao debate da propriedade privada e à defesa do patrimônio comum da humanidade – encarados aqui sob a perspectiva dos bens comuns ou *commons* – trouxeram para o coletivo a participação em movimentos sociais regionais e globais que ajudaram a construir a sua própria identidade. Ao mesmo tempo é apresentada uma crítica à dificuldade de pequenas organizações como a Casa das Sementes Livres conseguirem apoio para desenvolver projetos em meio ambiente ou agroecologia². Os obstáculos em captar recursos para ações em agroecologia levaram o grupo a buscar nas ações culturais um modo de desenvolver e remunerar as atividades nesta área, o que, se por um lado, ajudou a experiência a não fracassar totalmente, trouxe instabilidade e uma certa precariedade às ações agroecológicas que nunca puderam ser plenamente planejadas e executadas como exigido.

Finalmente, no quinto capítulo, estaremos tecendo as Considerações Finais.

2 A maioria dos editais públicos e privados nestas áreas apresenta concorrência de grandes empresas ou grupos consolidados há muitos anos no cenário nacional ou até mesmo internacional e há pouco ou nenhum recurso destinado a pequenas associações ou grupos em fase de desenvolvimento.

Certamente, a complexidade envolvida nesta pesquisa evidenciou os limites na profundidade das análises, não possibilitando a abordagem de alguns dos desdobramentos teóricos e analíticos das questões como autonomia, agroecologia e cultura livre.

O que esta experiência apresentou de relevante a ponto de ser objeto de uma dissertação? A esta pergunta, temo responder que o principal objetivo foi mesmo contar uma história. Registrar uma experiência com seus protagonistas, seus ideais e dilemas, centrando-se muito mais no discurso e no conhecimento prático que foi originado do que em uma apurada análise sociocientífica, sem, no entanto, deixar de permear esta história com suas conexões aos temas da juventude rural, da educação no campo, da crise da agricultura e da sociedade moderna e de um mundo conectado globalmente pelas tecnologias da informação, porém ainda extremamente desigual. Não há neste estudo a indicação de receitas a seguir; são descritas muito mais as pistas de uma experiência que ainda está caminhando e pode alimentar uma série de debates dentro da Academia e na sociedade em geral. Cada vez mais jovens falam em “sair das grandes cidades” ou “criar seus próprios negócios”, além da expansão do discurso ecológico entre eles.

Como colocado no livro da Cooperafloresta – Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – lançado em 2013 com o intuito de contar a história da organização que já leva mais de 15 anos, fundamental é mesmo contar estas histórias:

(...) é importante trazer para a discussão as estratégias que tais populações vêm traçando, mesmo que nem todas sejam institucionalizadas, para manterem um certo nível de autonomia, bem como seu estilo de vida, demonstrando também que as formulações culturais não são de modo nenhum estanques, estando em permanente relação com processos histórico-sociais e ambientais.(BRAGA, Priscila; SILVA Rômulo, 2013 In: Agrofloresta, ecologia e sociedade)

Ou ainda no pensamento do biólogo e filósofo chileno Francisco Varela:

Cada época da história humana produz, pelas suas práticas sociais cotidianas e pelas sua linguagem, uma estrutura imaginária. A ciência é uma parte integrante dessas práticas sociais e as teorias científicas da natureza representam apenas uma dimensão dessa estrutura imaginária. (...) A história humana merece ser contada de diferentes modos. O que é, em geral, menos evidente é o fato de a essa história humana da natureza corresponder uma história das teorias do conhecimento de nós mesmos. (VARELA, 1990)

Finalizando, é relevante recorrer a Boaventura Sousa Santos quando escreve que ao analisar experiências de alternatividade devemos ter claro que elas são incipientes e ainda frágeis, já que nasceram em um sistema que lhes hegemoniza (SOUSA SANTOS, 2005) e por isso apesar de também constarem aqui as limitações e problemas da EMA e da Casa das Sementes Livres, a crítica feita nesta pesquisa segue a ideia do sociólogo, ou seja, “procura fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial”. (SOUSA SANTOS, 2005, p.26). A “sistematização de experiências” enquanto método de pesquisa, nos permite olhar analítica e criticamente para o vivido e experimentado e quando seus resultados são compartilhados podem se converter em fontes de inspiração para outros grupos com projetos ou ideias similares, situados em diferentes contextos, estimulando o aprendizado mútuo. Concordamos com Maturana (2001), para quem “a emoção fundamental da ciência é a curiosidade, sob a forma do desejo e da paixão de explicar”.

2. A ESCOLA DA MATA ATLÂNTICA

Desde o ano de 2003 um grupo de amigos, estudantes de diferentes cursos do Instituto de Filosofia, Ciências Sociais (IFCS – UFRJ), como Filosofia e História mas com preponderância de alunos de Ciências Sociais, começou a frequentar Aldeia Velha nos finais de semana para acampar, tocar violão e “curtir a natureza”, ou dito de outro modo, mais condizente com a visão que tinham, eles vinham para “se harmonizar com a natureza”. Aldeia Velha, como será aprofundado no segundo capítulo, tem de fato uma natureza exuberante: os dois rios de águas cristalinas que cortam o vilarejo com suas cachoeiras e as montanhas e morrotes que a emolduram são muito atraentes para jovens e turistas ecológicos.

As visitas que começaram apenas como um turismo juvenil de final de semana foram ganhando contorno afetivo e cultural com os moradores. Segundo uma das integrantes da EMA e que fazia parte deste grupo de amigos “o que nos fez se apaixonar por Aldeia Velha foram as pessoas com as quais fizemos grande amizade”. Na fala destes jovens turistas a comunidade continha pessoas muito especiais, com uma rica cultura tradicional, admiradoras e cultivadoras de boas prosas e também muito curiosas, além de instigantes personagens – as ditas “figuras” como são chamadas em linguagem popular. Um bar que funcionava nesta época no bairro, o Barroco, também foi um dos responsáveis por atrair estes jovens. Durante seu funcionamento, que foi de março de 2002 a agosto de 2004, o espaço, dirigido por jovens locais, era um “bar rock and roll”, com shows e música ao vivo que chegavam a atrair 100 pessoas por final de semana, ou seja, o equivalente a 10% da população local.

Assim, o grupo de amigos começou a convidar e trazer para Aldeia Velha mais amigos num efeito bola de neve que os levou a alugar uma casa no vilarejo em outubro de 2005, a qual apelidaram de Canaã, a “Comunidade Novo Aeon Alternativo”. Um dos seus fundadores, que é também escritor, registrou esta fase da história em um texto que circulou por e-mail assim:

(...) habitantes da cidade do Rio de Janeiro; em busca de novas perspectivas para a vida e para a humanidade no principiar de um terceiro milênio, partiu em busca de sua terra prometida, numa pequena Aldeia Velha, onde fundaram uma comunidade: Canaã. Em Canaã conviviam em paz e comunhão todos aqueles jovens da modernidade, primeiros herdeiros da era digital. (...) unidos por um ideal comum: a necessidade de transformação da consciência planetária em vista das consequências dos desequilíbrios ecológicos e espirituais causados pela humanidade nos últimos séculos. (Fonte: arquivo interno)

Em novembro do mesmo ano, um grupo maior que incluía pessoas de outras universidades, dentre os quais a autora desta dissertação à época, e uma aluna da UFF que estava prestes a concluir seu curso de Produção Cultural, foram conhecer o destino tão querido de seus amigos. Desta visita e algumas subseqüentes, a graduanda de Produção Cultural decidiu fazer seu trabalho final de curso sobre o pequeno vilarejo. Seu foco era a produção cultural local: mapear quem produzia cultura, desde artesanato até música, passando por produtos agrícolas e preencher fichas para conhecer melhor estas pessoas e, por fim, colocá-las em contato.

Neste mesmo período alguns destes amigos já vinham conversando informalmente sobre a vontade de elaborar alguma atividade, uma “espécie de projeto” nesta comunidade. Em um dos primeiros textos auto referentes construído por três integrantes do grupo para um livro de sistematização de experiências agroecológicas da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), em 2009, esta parte da história ficou registrada assim:

Visitando e morando em Aldeia Velha, estudantes de diferentes áreas se depararam com uma rica cultura rural: “*Vocês podiam nos ensinar isso tudo*”, pedíamos. Mas a cultura digital e o acesso aos livros, pessoas e técnicas também encantavam os moradores da vila: “*Nos ensinem e nos coloquem em contato com esse mundo*” eles também pediam³. (MAYA; NICOLAU; SOARES, 2008)

Havia um sentimento de que a troca de conhecimentos que acontecia ali entre um número expressivo de moradores e o grupo de turistas universitários era muito profícua e poderia ser ainda melhor se fosse organizada. A partir daí, algumas pessoas do grupo começaram a aproveitar as situações informais em que estavam juntos, como as recorrentes – e longas – refeições coletivas para fazer pequenas reuniões brainstorming no intuito de descobrir como poderia ser construído um projeto na comunidade. E assim, em um passeio pelo povoado em na estrada que segue para a Serra Grande, com alguns moradores locais amigos do grupo, avistaram uma antiga escola abandonada. Entraram na escola, falaram da escola, divagaram sobre escolas de um modo geral e então intuitivamente o grupo de visitantes decidiu: “Vamos fazer uma escola!”.

Por isso, na continuação deste texto de sistematização citado anteriormente escrevemos: “Assim surgiu a ideia de se construir uma escola, onde todos pudessem aprender e ensinar mutuamente.”

Estes detalhes da história são importantes para o grupo e por isso acreditamos que seja fundamental recontá-los tal como aconteceram, pois há aqui a menção a um do instrumento metodológico fundamental na constituição deste coletivo que é o *insight* ou epifania, “clara compreensão de uma questão que geralmente chega de forma repentina” e que foi vivenciada com a complexidade do ecossistema local. Ainda que naquele momento não houvesse no grupo uma concordância formal sobre o fato do *insight* ser um instrumento metodológico, havia – e ainda há – a sua valorização permanente como criador de realidades e indicador de caminhos a serem tomados⁴.

Por conta deste episódio e como resultado das primeiras conversas entre estes amigos surgiu um texto de 8 páginas chamado “Projeto de Revitalização de Escolas Desativadas” (Anexo 1) onde o nome da Escola da Mata Atlântica foi formalmente anunciado – inclusive para alguns dos membros que vinham discutindo a proposta – e ela era considerada “a antiga Escola Municipal Ulisses Moraes”. Abaixo o trecho em que é citada nominalmente primeira vez:

A Escola da Mata Atlântica pode se tornar um centro de pesquisas do meio ambiente, manejo tradicional, técnicas alternativas de produção sem agrotóxicos, educação ambiental e ecoalfabetização (Fonte: Arquivo interno)

O texto, assinado por 14 pessoas, todas com menos de 25 anos e nenhum morador de Aldeia Velha, falava que do encontro com o “rico ecossistema” e com a população e sua “riqueza cultural”. Nasceu o projeto que visava a “adaptação de técnicas desenvolvimentistas poluentes para as não poluentes”, como também “fortalecer a cultura local através da história local (...) e cujo foco seria a “instalação de hortas agroecológicas”. Este primeiro texto do grupo é considerado analiticamente aqui como seu manifesto fundador ou documento identitário, entendido como a construção de uma condição narrativa, “que é o que torna

3 A Articulação Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro comunicou em uma reunião, em junho de 2013, que vai publicar este material em seu site. No momento ele é arquivo interno da Escola da Mata Atlântica.

4 Na ecovila Piracanga, sul da Bahia, os sonhos dos integrantes do projeto são valorizados nas reuniões formais da associação que mantém o espaço. Para eles, os sonhos devem ser respeitados como um dos maiores indicadores de avaliações coletivas e rumos a serem tomados (Fonte: relato oral em conversa informal com a pesquisadora).

efetiva e plausível a formulação de uma questão ambiental enquanto identidade distintiva de um grupo e de um espaço social” (CARVALHO, 2005). O material falava ainda em “transição agroecológica como proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário”, cursos para agricultores, geração de renda, viveiros florestais, produtos artesanais e orgânicos e do risco dos agrotóxicos e monoculturas de exportação.

Apesar do documento citar algumas questões culturais como os conhecimentos locais de cestaria, arte com bambu, pinturas, brinquedos, panelas de barro (sic) ou fotografia e ainda como parte da terceira etapa do “roteiro de atividades” a realização de um documentário sobre a história local, o texto de fundação da EMA é focado principalmente na agricultura e também na prática do ensino-aprendizagem:

Acreditamos então que relacionando a agroecologia aos pequenos agricultores, fortalecendo os laços que os mantém no campo e acreditando que se eles foram capazes de ser os guardiões de técnicas tão ancestrais, eles também serão capazes de serem seus mestres. (*idem*)

Importante também enfatizar esses aspectos para deixar claro que o surgimento da EMA está relacionado à convivência direta e real de um grupo de amigos e não a projetos de extensão universitário, governamentais ou alguma outra atividade previamente estabelecida.

A experiência da Casa das Sementes Livres foi escolhida por diversas razões. Uma delas é porque a Casa é um dos projetos mais antigos da EMA, tendo histórico e atuação suficientes para uma análise robusta. As outras questões relacionam-se ao fato da Casa ter uma fundamentação teórica que sustenta o ideal da sua construção e a conecta ao movimento de agroecologia e de cultura livre, dois temas que norteiam o trabalho do grupo como um todo e o colocam em contato com diversas outras redes de elaboração teórica e de ação. Por fim, este caso foi escolhido pelo fato da Casa ser hoje a sede da EMA e possuir dentro deste grupo um consenso sobre a necessidade de ter sua história e funcionamento analisados a fim de melhorar sua eficiência e relevância dentro do contexto regional. Ou seja, há uma opção do coletivo em continuar a investir na Casa de Sementes Livres, o que traz um caráter prático para este estudo de caso à medida que ele pode possibilitar uma reflexão da EMA sobre os equívocos que não devem se repetir e as próximas demandas a serem satisfeitas.

Dentro do estudo de caso da Casa de Sementes Livres, algumas questões foram selecionados como temas geradores de análise: a motivação e constituição do grupo gestor para criar e manter a EMA desde sua criação, as razões para a construção e a permanência da Casa, os pressupostos teóricos de concentração do grupo gestor, a relação da EMA e, mais especificamente da Casa, com outras redes e com a comunidade, os protocolos internos do grupo e, por fim, a sustentabilidade do projeto que potencializa as discussões sobre financiamento e autonomia dentro do grupo.

Seguindo estes temas geradores, consideramos oportuno focar a análise em três momentos históricos distintos de configuração sócio política o grupo, que seriam i. a constituição da EMA como grupo; ii. a reconfiguração da EMA como associação cultural e iii. a auto-denominação do grupo como coletivo autônomo. Estes momentos serão apresentados incorporados aos capítulos para dar maior fluidez à narrativa, ou seja, compreendemos que estas fases foram importantes na constituição do grupo, definindo responsabilidades diferentes e orientando a práxis da EMA, e por conseguinte, da Casa das Sementes Livres mas à medida que elas também são afetadas por temas como a relação com outras redes e movimentos, a incorporação de novas teorias e ideias no grupo, as fases não são orientadoras do trabalho, a ponto de nomearem os capítulos, porém constituem parte fundamental da análise e conformam uma das orientações da narrativa. Oportuno notar que é quase impossível “congelar” estes momentos, atribuindo um início e fim datados para cada um.

2.1. Casa de Sementes livres: Questões metodológicas

*“Nunca podemos falar da natureza sem,
ao mesmo tempo, falarmos de nós mesmos.”*
(CAPRA, 1986)

Nesta sessão pretendo elucidar a escolha do estudo de caso como metodologia deste trabalho. Serão abordadas as principais características de um estudo de caso e posteriormente os temas que serão focalizados, as unidades de análise e os métodos que foram utilizados para realizar a coleta de dados da pesquisa. Além disso, também será explicitado qual é a base teórica, ou seja, a visão de mundo que foi usada para construir o plano de trabalho e a interpretação dos resultados.

É significativo acentuar que o presente estudo de caso é uma das modalidades de pesquisa autorizadas pela Capes como um produto final de um mestrado profissional como é o caso do Mestrado Profissional do Programa de Pós Graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS) da UFRRJ ao qual esta pesquisa se vincula. Sendo assim, este trabalho não segue a estrutura de uma dissertação acadêmica formal com uma extensa revisão de literatura, mas de uma metodologia de pesquisa que como será visto a seguir segue os mesmos princípios de rigor científico.

O objetivo final desta pesquisa é a médio prazo se converter em um livro, reconfigurada sua estrutura e seus capítulos, cujo público-alvo principal são os moradores e amigos de Aldeia Velha, seguidos pela própria organização (EMA) e, claro, pesquisadores em geral interessados nos temas aqui tratados. Desse modo, a linguagem também procura ser um pouco mais simples para atingir um público maior de leitores não acadêmicos.

Segundo André (2005), o estudo de caso surge, na sociologia e na antropologia, ao final do século XIX e início do século XX. O principal propósito, nestas áreas, era realçar características e atributos da vida social. Na Medicina, Psicanálise, Psicologia e Serviço Social objetivavam estudar um caso para fins de diagnose, tratamento e acompanhamento. A metodologia do estudo de caso vem ganhando mais atenção juntamente com o interesse pelos métodos empíricos devido à necessidade de incorporar dados reais às pesquisas e, com isto, obter resultados mais efetivos (Ellram, 1996).

De acordo com Robert Yin em seu livro *Estudo de caso: planejamento e métodos*, o estudo de caso é a estratégia⁵ escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Ainda de acordo com Yin, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional.

Como esta pesquisa apresenta características aqui citadas como observação direta, elevado número de entrevistas, acontecimentos contemporâneos e grande variedade de evidências decidiu-se por realizar-se um estudo de caso. Foi levada em conta também a proposição de Yin quando afirma que um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente

⁵ O estudo de caso como método de pesquisa se diferencia de sua aplicação no ensino, pois neste o objetivo é proporcionar uma discussão e debate entre os participantes do grupo. Diferencia-se também do uso clínico, em que serve a propósitos de diagnóstico ou de intervenção. Nos dois casos os recortes são diferentes dos do âmbito da pesquisa científica.

quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Além disso, o estudo concentra-se em questões com “por que” e “como” ligados à Casa de Sementes Livres, o que segundo Yin é um dos traços fundamentais do estudo de caso:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001 p. 19)

Creswell (1997, p.61) define o estudo de caso como a “exploração de um sistema limitado ou um caso (ou múltiplos casos) [...] que envolve coleta de dados em profundidade e múltiplas fontes de informação em um contexto”. Segundo o autor, a noção de sistema limitado está relacionada com a definição de tempo e espaço, e o ‘caso’ pode ser compreendido por um evento, uma atividade ou indivíduos.

A ideia original de escrever uma sistematização da experiência da Casa das Sementes ia além da organização da história e pressupostos deste projeto ou da análise das questões ligadas a sua criação, manutenção e desafios atuais, pois buscava ao mesmo tempo servir futuramente como um guia para ações do grupo. Tal necessidade também é corroborada por Triviños (1987), que diz que o estudo de caso orienta a reflexão sobre uma cena, evento ou situação, produzindo uma análise crítica que leva o pesquisador à tomada de decisões e/ou à proposição de ações transformadoras.

Esta proposição do estudo servir também como um guia para futuras ações teve influência na leitura de materiais de sistematização de instituições como a ASPTA e de metodologias participativas, a maioria focada em problematizar ações desenvolvidas nos ambientes rurais. Destes materiais veio a preocupação em observar a eficácia da experiência da Casa, ou seja, o grau em que os objetivos foram alcançados, os impactos, entendidos como as consequências mais amplas além do imediato e a sustentabilidade, colocada como a continuidade a longo prazo e os benefícios derivados após a retirada de apoio financeiro externo ou da própria organização que mantém a experiência, entendido como seu potencial de reprodução.

Estes materiais produzidos para ajudar as associações a sistematizarem suas experiências assinalam que a maioria das ONG's não possui tempo nem dinheiro para monitorar e avaliar as atividades e assim a exatidão dos dados tende a ser mais o consenso entre os atores envolvidos do que a objetividade dos dados disponíveis. Como metodologia sugerida, e aqui praticada, está a recuperação e a ordenação da memória em processos coletivos de validação.

Também fui inspirada pelos materiais de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) a incorporar algumas unidades de análise e valorizar dados sobre os aspectos da demografia, da estrutura fundiária e da produção agrícola para enriquecer o relato da experiência.

Muitos autores sobre estudos de casos colocam especial atenção na questão do contexto onde se desenvolve a pesquisa, ressaltando que a situação a ser estudada não pode ser isolada, uma vez que o estudo de caso deve ser realizado para promover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo, “considerando-se que o interesse do pesquisador deve ser com respeito à relação fenômeno– contexto” (Triviños, 1987). Segundo Yin, no estudo de caso não há controle das variáveis, o que se quer deliberadamente é estudar o fenômeno em seu caráter unitário dentro de seu contexto, além do fato da investigação estar pautada em várias fontes de evidências presentes nesse contexto e, ainda, tratar-se de um procedimento metodológico que enfatiza entendimentos contextuais, centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real (EISENHARDT, 1989). Por essa razão, decidiu-se dar atenção mais cuidadosa ao contexto regional onde a experiência foi desenvolvida e o capítulo de contextualização focou diversas áreas desde a economia até o

turismo passando pela saúde e educação dos municípios que mais travam relações sociais com Aldeia Velha e conseqüentemente com a EMA: Silva Jardim por ser o município sede do distrito e Casimiro de Abreu por ser o mais próximo e presente no cotidiano da população.

Em relação à pesquisa em si, é importante levar em consideração que o estudo de caso não é somente uma forma de se coletar evidências, mas uma possibilidade de aprofundamento e compreensão do objeto de estudo, caracterizando-se como estudo intensivo de uma situação ou contexto específico (Yin, 2001). O propósito de um estudo de caso é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno (PATTON, 2002), envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. (GIL, 2007).

Para realizar este trabalho profundo e amplo, o estudo de caso procura uma diversificada fonte de evidências onde a coleta de dados não seja só um registro de dados mecânico, como se faz em alguns outros tipos de pesquisa. É importante que se possa interpretar as informações como estão sendo coletadas e saber prestar atenção se as diversas fontes de informação se contradizem ou levam à necessidade de evidências adicionais. Um consenso entre os pesquisadores que escreveram sobre o estudo de caso é que eles devem se apoiar em múltiplas fontes de evidências (YIN, 2001; GIL, 2007, PATTON, 2002) Quanto aos instrumentos de pesquisa, os mais importantes são as entrevistas, a observação direta e/ou a observação participativa. A complementação da pesquisa se faz com o levantamento e análise de cartas, documentos, relatórios internos, jornais, revistas, internet, apresentações, e outros materiais como gravação, fotografias, filmes, etc.

Esta questão das múltiplas evidências para analisar a experiência, tornou-se ainda mais relevante para o estudo de caso aqui desenvolvido pela especial situação da autora que é também membro fundador da EMA e uma das principais idealizadoras da Casa. Essa posição tornou por um lado a pesquisa mais profunda e por outro intensificou a necessidade de um posicionamento crítico que buscasse a imparcialidade. Vinda do campo da Comunicação Social, com formação em Jornalismo, aprendi na teoria e na prática que não existe o observador neutro e que a imparcialidade total é uma quimera. A subjetividade, as percepções, o contexto e os objetivos do autor com seu texto impossibilitam que se produza um material puro, isento de opiniões. Neste viés, concordo com a aceção de que o mundo que percebemos não é independente de nós, há uma ligação entre aquele que sabe e o que é sabido (VARELA, 1990; Maturana, 2001).

Contudo, a busca de uma reflexão rigorosa apoiada em levantamento de dados e entrevistas, entre outras fontes de evidências, foi de fato elemento norteador deste trabalho, onde a consciência do envolvimento com o objeto estudado ajudou a redobrar a atenção e a priorizar a transparência na interpretação dos fatos. Procurei realizar um trabalho que pudesse servir criticamente ao processo interno de avaliação do grupo e de outras associações similares, além de problematização teórica dentro da academia e de institutos de pesquisa, por exemplo. Por mais que a imparcialidade total seja impossível, foi fundamental me guiar por um afastamento do objeto, me apoiando no método das múltiplas evidências como aliada do rigor científico. Em relação à profundidade da pesquisa, é verdade que o fato de ser uma observadora participante me permitiu obter informações privilegiadas, que não necessariamente seriam ditas ou presenciadas por um pesquisador externo, além de facilitar o acesso aos entrevistados e a análise dos dados conjunturais relevantes pela vivência de mais de sete anos no local.

Para tratar os temas geradores de análise deste estudo, foram escolhidas como unidades os integrantes da EMA, a relação com a comunidade, a relação com a escola pública local e a relação com outras redes, como será detalhado a seguir. A escola pública local – Escola Estadual Municipalizada Vila Silva Jardim (EEMVSJ) – é uma unidade de análise diferente da

comunidade de Aldeia como um todo, pois como será elucidado ao longo do estudo de caso, a EMA tem relações importantes com a escola, onde está inclusive localizada a Casa das Sementes Livres. Na verdade, as várias fontes usadas são altamente complementares mas segundo Yin, um bom estudo de caso utiliza o maior número possível de fontes.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foi adotado um roteiro metodológico que contemplou o cruzamento de informações provenientes sobretudo de 4 fontes: pesquisa documental, levantamentos históricos, pesquisa empírica com base em entrevistas e observação participante incluindo leitura da paisagem. Desde a escolha deste tema de trabalho final até a entrega do texto final se passou 1 ano e meio.

Como procedimentos de coletas de dados foram escolhidos os métodos que seguem abaixo. Os diferentes dados e informações geradas serão utilizadas a todo momento nos outros capítulos como evidências para diversas questões:

- a) **Levantamento histórico, socioambiental e econômico de Aldeia Velha, Silva Jardim e Casimiro de Abreu** – Foi realizado com consulta a Planos de Manejo das Unidades de Conservação regionais, dados do IBGE, do Datasus, Tribunal de Contas, Sistema Firjan, pesquisas do IBASE, documentos oficiais e pesquisas socioeconômicas além de pequenas entrevistas ou checagem de informações com gestores públicos e antigos moradores de Aldeia Velha. Todos os documentos utilizados constam da bibliografia.
- b) **Levantamento do histórico da EMA** – Elaborado por meio da leitura de 30 atas, mais de 400 e-mails, textos de sites, documentos internos e externos escritos pelo grupo. Em muitos momentos esta parte da pesquisa foi fruto de um esforço coletivo dos atuais membros de ordenamento da memória e construção da linha do tempo da EMA e da Casa.
- c) **40 Entrevistas** – Segundo Yin (*et al*) a entrevista é um dos mais importantes recursos do estudo de caso, pois “além estar direcionada aos objetivos específicos do pesquisador, produz o aprofundamento e a riqueza das informações que se espera da metodologia”. As entrevistas de um modo geral foram semi-estruturadas ou realizadas por meio de questionários respondidos via e-mail pela impossibilidade de encontrar presencialmente os ex-integrantes da EMA, pois muitos moram em outras cidades ou estados. O roteiro das entrevistas encontra-se no ANEXO 2.

– **16 entrevistas com atuais e ex-integrantes do grupo da EMA**

A intenção desta coleta foi entender, principalmente, por que as pessoas começaram a trabalhar na EMA, quais eram as suas percepções sobre o trabalho da Casa das Sementes Livres, analisando o que consideravam de positivo e negativo na experiência, além da compreensão sobre a existência do desejo de voltar a trabalhar com o coletivo (para o caso dos que se afastaram) e, por fim, suas percepções sobre o que mudou em suas vidas depois de se juntar ao grupo, considerando os planos profissional, social e afetivo. Foram entrevistadas tanto as pessoas que estavam no início do processo, quanto aquelas que participaram em um curto espaço de tempo – considerando aqui como menos de 2 anos – quanto os dois colaboradores da EMA, não identificados como membros. A relação destes colaboradores com o grupo será detalhada na relação do grupo com a comunidade. Somente 3 pessoas não responderam o questionário enviado, alegando falta de tempo.

– **8 entrevistas presenciais com moradores de Aldeia Velha**

Foram selecionados 8 informantes chave por meio da observação direta, de conversas com integrantes da atual gestão da EMA, além de triangulação de sugestões de entrevistados com os próprios moradores. O perfil das pessoas escolhidas foi com foco em quem possuía alto grau de relacionamento com outros moradores, seja por serem do comércio, do posto de saúde, da igreja ou da associação de moradores, seja por se protagonizarem, através de constante emissão de opiniões, em espaços também de grande relacionamento com o público, como reuniões ou eventos comunitários. Também foram selecionados moradores antigos já mais velhos, levando em conta o grau de conhecimento que possuem sobre a história da comunidade. De um modo geral, buscou-se pessoas que poderiam ser associadas às noções de liderança comunitária e formadores de opinião, tendo sido entrevistadas pessoas dos 31 ao 67 anos. Somente uma pessoa se negou a responder o questionário dizendo “Não tenho nada a favor e nem contra pra falar” e tratava-se de um morador com problemas pessoais com um dos membros da EMA.

As indagações basearam-se no conhecimento que estas pessoas possuíam da EMA, da Casa das Sementes Livres e das ações que já tinham sido realizadas pelo grupo. Foram também levantadas questões sobre o sucesso da experiência, sobre os pontos positivos e aqueles que precisavam ser melhorados no trabalho. Para finalizar, eram perguntados sobre o principal problema que na opinião deles afligia o distrito de Aldeia Velha, considerando todas as áreas, educação, saúde, transporte, turismo, meio ambiente etc.

A maior parte dos entrevistados já havia sido aluno de cursos e oficinas da EMA e da Casa das Sementes, sendo esta parte das aulas, oficinas e cursos abordadas também.

– **7 entrevistas com a comunidade escolar da Escola Estadual Municipalizada Vila Silva Jardim (EEMVSJ)**

Antes das entrevistas individuais foi realizada com quatro professoras e com a diretora da escola a dinâmica do Diagrama de Venn. Esse diagrama, ou “jogo das bolas”, é uma representação gráfica que possibilita visualizar o relacionamento de órgãos e entidades com outro órgão ou grupo social em questão (MEXPAR, 2006), no caso, a escola Vila Silva Jardim. O objetivo foi identificar o grau de importância e de proximidade que a escola atribui aos órgãos e entidades que direta e indiretamente estão envolvidas com ela. Assim, após esta explanação inicial as professoras desenharam no quadro branco as bolas de diferentes tamanhos e proximidades em relação ao círculo central – a própria escola – nomeando-as como “Prefeitura”, “MEC”, “EMA”, “Reserva Biológica” entre outras por exemplo. O desenho gerado encontra-se também no ANEXO 2.

Devido à extrema dificuldade de conseguir um horário em comum com todas as professoras, que são de diferentes turnos e moram em outros bairros, somado ao pequeno tempo que enfim foi disponibilizado para a atividade de criação do Diagrama de Venn, avaliou-se que as questões não foram tratadas com o devido aprofundamento e consistência e por isso, na sequência, realizou-se mais cinco entrevistas individuais abordando detalhadamente a relação da escola com os órgãos citados, concentrando na relação com a EMA e a Casa das Sementes Livres. Neste momento, o tempo de defesa da dissertação foi prorrogado e considerou-se importante ampliar as entrevistas, agregando as merendeiras da EEMVSJ, que além de, claro, comporem a comunidade escolar, participaram de várias atividades da Casa das Sementes Livres. Por fim, houve a dúvida sobre entrevistar ou não os alunos e alunas da EEMVSJ, porque apesar deles participarem das atividades da Casa, tanto como alunos, quanto como moradores da comunidade nas atividades abertas do projeto, nenhum deles têm mais de 15 anos, pois a escola local só vai até o 5º ano. Optou-se por não entrevistá-los devido a sua pouca idade e a necessidade de obter autorização dos pais. Cabe

lembrar que alguns dos moradores que foram entrevistados também já foram alunos da Casa de Sementes Livres e responderam questões sobre este período, sanando a necessidade de se entrevistarem os “alunos e alunas”.

O objetivo principal deste bloco de entrevistas foi entender qual a relevância da Casa das Sementes Livres para o contexto escolar, o grau de aproximação e participação das professoras, merendeiras e da diretora com a dinâmica de funcionamento da Casa das Sementes Livres e seus projetos correlatos. Também pretendemos iniciar uma pesquisa sobre a apropriação das professoras sobre este espaço, verificando a partir daí também a possibilidade de sustentabilidade e permanência e a pertinência do projeto da Casa se o coletivo da EMA não realizasse mais a sua gestão, questão indicada em manuais de sistematização de experiências como fator para a sustentabilidade do projeto (a retirada dos gestores).

– **Entrevista com 5 agricultores da região**

Foram selecionados 4 agricultores, sendo 2 de Aldeia Velha, 1 da Gleba Aldeia Velha, 1 da Toca da Onça e 1 agricultor do Macharete. O Macharete é um bairro de Casimiro de Abreu com caráter agrícola que dista 6 km de Aldeia Velha por uma estrada que o liga diretamente ao povoado e inclusive é usada para diversas crianças que moram lá estudar em Aldeia Velha. Este bairro é o lugar com mais famílias agricultoras perto de Aldeia Velha. A Gleba Aldeia Velha é o assentamento localizado logo na entrada de Aldeia Velha com histórico agrícola. A Toca da Onça é uma localidade que fica no meio do caminho entre Aldeia Velha e Lumiar, que já é uma localidade de Friburgo e tinha elevado número de agricultores, sobrevivendo hoje mais do turismo por meio do aluguel de casas e movimento em bares nos finais de semana e feriados.

Nas entrevistas foram levantadas questões relacionadas à agricultura na região, às atividades complementares realizadas pelas famílias, aos problemas e dificuldades relacionadas ao trabalho com a lavoura, às principais necessidades e reclamações sociais relacionados ao tema e também, com especial interesse, às sementes tradicionais ou crioulas, identificando se a família guardava ou ainda este tipo de sementes, quais sementes não consegue mais encontrar para plantar e o que entende sobre as sementes híbridas e transgênicas. Por fim, também foram questionados sobre o conhecimento que tinham da experiência da EMA e da Casa das Sementes Livres e sobre a importância de bancos de sementes. O número de agricultores entrevistados foi reduzido porque como será explicado no capítulo 4, a experiência da Casa se relacionou mais diretamente com comunidade escolar.

– **5 entrevistas com informantes ligados a projetos ambientais da região**

Foram entrevistados o Diretor da Associação Mico Leão Dourado, o Chefe da APA São João, o Chefe da Reserva Biológica Poço das Antas, o ex-chefe da APA São João durante 6 anos e que também foi o consultor responsável pelo Plano de Manejo da APA São João, e uma pesquisadora, bióloga, que realizou uma monografia e uma dissertação sobre a Bacia do Rio Aldeia Velha, além de ter sido parte da equipe de elaboração do Plano de Manejo da APA São João. O responsável pela Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Bom Retiro, localizada em Aldeia Velha, apesar de reiterados contatos, não se pronunciou sobre a possibilidade de responder a pesquisa. Além disso, três integrantes da Articulação Estadual de Agroecologia foram consultados, via e-mail, sobre as perspectivas para a agricultura familiar, a agroecologia e os projetos ambientais em geral em relação aos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu.

Estas entrevistas tiveram como objetivo primordial entender o contexto dos empreendimentos ambientais na região, recuperando o histórico de intervenções ditas ecológicas, de caráter preservacionista ou conservacionista, e identificando os principais

problemas, questões e desafios futuros relacionadas ao meio ambiente e à agricultura hoje na região visto que a EMA e especificamente a Casa das Sementes Livres tem como objetivo interagir principalmente com estes temas.

Para o processo de análise de todos os dados coletados pelos diferentes métodos, realizou-se a combinação dos dados obtidos por meio do processo de triangulação para evitar distorções e produzir resultados mais estáveis e confiáveis, conforme orienta Yin (2009). A confiabilidade de um estudo de caso pode ser garantida segundo Martins (2008) justamente pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. Segundo o autor, “a convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias”. O processo de triangulação garantirá que descobertas em um estudo de caso serão convincentes e acuradas, possibilitando um estilo corroborativo de pesquisa. (MARTINS, 2008, p. 80).

Neste estudo estão sendo usadas três formas de triangulação i. de fontes de dados (triangulação de dados); ii. entre avaliadores diferentes (triangulação de pesquisadores, no caso, o orientador e os integrantes do grupo gestor da EMA, que leram e corroboraram as diferentes informações e a conclusão do estudo) e iii. de perspectivas sobre o mesmo conjunto de dados (triangulação da teoria).

As teorias usadas para analisar o estudo de caso foram sobretudo a pesquisa qualitativa, as teorias da complexidade e a visão sistêmica. A visão sistêmica diz que:

Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização... As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes. (CAPRA, 1987, p. 260).

A interpretação será apoiada numa base ontológica anti fundamentalista, ou seja, a percepção que será usada para conhecer o que está fora, se baseia na ideia de que a realidade não existe de forma determinística mas é construída socialmente por diversos atores. Na abordagem qualitativa, o pesquisador não está focalizado em quantificar uma ocorrência ou quantas vezes uma variável aparece, mas sim na qualidade em que elas se apresentam (MINAYO, 1994), ou seja, como as coisas acontecem. À medida que a preocupação deste estudo é a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações e em sua relação com outras redes, o trabalho qualitativo oferece interessantes e relevantes dados. O foco qualitativo busca, pois, compreender as complexas inter relações entre tudo que existe em uma abordagem transdisciplinar, absorvendo as multidimensões e as multirreferências da experiência.

A Teoria da Complexidade apresenta-se como arcabouço teórico por reconhecer a indissociabilidade e recursividade dos elementos que constituem o fenômeno, se caracterizando pelo movimento recursivo das partes entre si e entre as partes e o todo, justamente pelo termo latino *complexus* significar o tecido que junta o todo; o que é tecido em conjunto, ou ainda:

(...) tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados, unidos de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Trata-se, portanto, de colocar em exercício um pensamento capaz de abordar o real, de dialogar com os outros saberes e de negociar com o pensamento simples, em reorganização permanente (MORIN, 2003).

Neste sentido, utilizou-se um dos olhares de Moreira sobre as complexidades internas e externas da experiência a partir das noções de redes sociais de pertencimento, que por sua vez possibilitem a compreensão de co-determinações locais-globais influenciando na constituição tanto da EMA, quanto da Casa de Sementes Livres. As identidades geradas – complexas e dinâmicas – constituem-se em processos sócio-históricos “abertos à disputa e legitimação de sentidos e significações imaginárias, nos quais visualizo poderes hegemônico, contra-hegemônico e subalterno, que se constituem em codeterminações complexas”. (MOREIRA, 2006).

A concepção de subalternia em Moreira (2012), surge da análise que a disputa de legitimação de sentidos e significações nos diversos campos políticos utilizando somente categorias de hegemonia e contra-hegemonia “pode obscurecer ou mesmo apagar da cena política uma multiplicidade de forças sociais subalternas invisibilizadas pelo antagonismo analítico hegemônico-contra-hegemônico” nos processos sócio-históricos. Desse modo, a subalternia abre espaço para a análise e expressão de grupos menores, marginalizados, que não alcançam projeção internacional nem mesmo nacional, mas que criam e alimentam redes de ações resistentes ao modelo preponderante de capitalismo transnacional.

(...) tais sistemas de produção alternativos “põem diretamente em questão os paradigmas do desenvolvimento e do crescimento econômico ilimitado e a lógica da primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustenta o capitalismo global. É, no entanto hoje evidente que este paradigma e esta lógica nunca dispensaram outras formas de produção e apenas as desqualificaram para as manter na relação de subalternidade.” (SOUSA SANTOS, 2005, p.20).

2.2. *A configuração originária da EMA*

A grande maioria dos fundadores da EMA e dos amigos próximos ao grupo era fã dos movimentos de cultura alternativa como as comunidades hippies das décadas de 60 e 70, do rock and roll nacional e internacional. Outros procuravam realizar práticas de yoga e muitos buscavam uma alimentação vegetariana, por exemplo. Para o grupo de amigos e amigas que participaram desta história a psicodelia e a cultura alternativa era fundamental. Como nos lembra Almeida (ALMEIDA, 1999 apud SCHMITT, 2001), a palavra "alternativa" possui sua própria história: surgida no discurso político da Europa dos anos 60, esta noção referia-se, inicialmente, à construção de soluções econômicas, e só posteriormente, principalmente a partir da eclosão do movimento estudantil de 68, passou a designar formas específicas de contestação, reunindo o ecologismo, a desobediência civil e as lutas anticapitalistas. Quando dizemos que havia um interesse pela cultura alternativa, estamos falando, portanto, da contestação a determinada ordem social e ecológica, cujos valores fundamentam, entre outras coisas, a agricultura moderna. Ao mesmo tempo estes valores alternativos encontram ressonância na contracultura, problematizada por Kumar em suas reflexões sobre a teoria da contemporaneidade:

A ‘contracultura’ da década de 1960 adotou entusiasticamente a bandeira do pós-modernismo. Seus proponentes se consideravam aguerridos corifeus contra tudo que o modernismo representava, fosse em cultura ou em política. A pop art e a música pop, a ‘nouvelle vague’ no cinema e o ‘nouveau roman’ na literatura, o ‘happening’ e o ser ‘in’, os protestos de massa e a contestação, o apagamento das fronteiras entre a ‘arte’ e a ‘vida’, o culto da sensibilidade através do sexo e das drogas, e não a contemplação estética ou o estudo intelectual, o enobrecimento da reivindicações do ‘princípio do prazer’ sobre as do ‘princípio da realidade’, de todas essas maneiras a contracultura atacou o que considerava o mundo elitista, esotérico e autocrático do modernismo. (KUMAR, 1997, p. 117-118)

Alguns destes jovens visitantes se aproximaram do desejo de organizar uma “rede de produtores” em Aldeia Velha, ideia que vinha sendo articulada por uma das fundadoras do grupo por meio de seu trabalho de conclusão do curso de Produção Cultural da UFF⁶. O ideal de criar espaços de ensino-aprendizagem na comunidade, manifestado no projeto de escolas desativadas – que foi explicitado no início deste capítulo – encontrou assim ressonância na atividade prática de mapear e colocar os produtores de Aldeia Velha em contato. Nascia, então, a Escola da Mata Atlântica no primeiro semestre de 2006.

O nome “Escola da Mata Atlântica” veio, segundo sua criadora – uma das lideranças deste nascente grupo e integrante do grupo até hoje – de uma das diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a Educação Ambiental, segundo a qual deveriam ser criadas escolas em todo território nacional relacionadas aos seus biomas⁷, constando na sessão de Educação do Campo do documento a necessidade de um

Aprofundamento dos estudos e pesquisas sobre práticas produtivas sustentáveis, incentivando alternativas de agroecologia, de manejo comunitário e florestal, bem como a reflexão para a construção de Planos de Manejo Comunitários, para a identificação das fragilidades e potencialidades dos biomas e ecossistemas locais.

6 BOTAFOGO, Julia “Aldeia Cultural: Mostra de Conhecimento Tradicional de Aldeia Velha”. (Orientador: Ana L. S. Enne) Universidade Federal Fluminense (2007) Monografia.

7 Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Apesar desta referência, é importante ressaltar que o nome veio também como um *insight* do grupo durante o episódio citado da visita à escola abandonada. Assim, unindo esta ideia de formar uma escola de biomas (relacionado ao ideal de educação contextualizada), com o fato de haver a escola abandonada em Aldeia Velha, o nome obteve consenso dentro do grupo. Configurava-se assim uma vontade coletiva em comum expressa como o que poderíamos denominar de “movimento”, uma vez que o grupo não era em si mesmo uma escola institucionalizada.

Outras formações, interesses e associações que muitos dos integrantes do grupo possuíam antes e/ou durante sua participação na EMA também ajudaram a moldar o perfil do projeto, além de serem um indicativo de por que os mesmos decidiram ingressar no projeto. A participação no movimento estudantil foi um dos impulsionadores:

A consciência do dever de retorno social aos investimentos públicos em educação técnica e superior, através de projetos de extensão, cientistas, universitários, tecnologias sustentáveis, todos frutos da fusão dos conhecimentos tradicionais e contemporâneos. (MAYA; NICOLAU; SOARES, 2008)

O fato dos estudantes integrarem outros grupos de convívio e articulação social que possuíam na contestação ao sistema capitalista uma forma de se posicionar no mundo também influenciou a formação conceitual e prática da EMA. Podemos citar aqui a Rádio Pulga, uma rádio livre instalada no IFCS e que já teve seu material apreendido pela Polícia Federal, os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre dos quais vários integrantes do grupo participaram e também o movimento software livre, que por contestar a privatização da informação se relacionava muito com os movimentos de rádio livre, contrários ao monopólio da mídia, além de ter interfaces com os Pontos de Cultura e a descentralização da produção de conteúdos audiovisuais, dinâmica que será melhor detalhada no capítulo sobre o movimento de cultura livre. Já outras pessoas tinham interesse na nascente organização pela oportunidade de experimentar outra forma de convívio social, ou seja, participar da EMA poderia configurar tanto um engajamento prévio quanto constituir-se num passaporte para o campo ambiental e para outras filosofias alternativas.

Neste início de formação, entre 2005 e 2008, a EMA era um grupo de pessoas interessadas em desenvolver um projeto de agricultura alternativa relacionado à valorização da cultura do campo, seus mestres, saberes e fazeres. Apesar de mais de 10 pessoas participarem das trocas de e-mails e das reuniões, que neste momento embrionário aconteciam no Rio de Janeiro, onde a maioria morava, somente entre 3 a 5 integrantes iam com mais frequência à Aldeia Velha. Estes poucos integrantes foram responsáveis pelas primeiras reuniões comunitárias – onde o intuito do grupo era explanado – e foram estabelecendo alianças importantes, sobretudo com moradores mais antigos, mestres de tradição oral, antigos festeiros e detentores de conhecimentos sobre plantas medicinais e a cultura agrícola que, de um modo geral, demonstravam mais afinidade com as ideias e interesses do grupo de jovens.

Foi este mesmo pequeno grupo de pessoas de dentro da EMA que foi responsável por organizar e produzir os seus dois primeiros produtos culturais: o Aldeia Cultural e o documentário *Aldeia Velha e suas raízes*. A alavanca para ambas realizações foi a transformação de um trabalho final sobre Aldeia Velha para a disciplina de extensão da UFF ele mesmo em um projeto de extensão com duração de 6 meses. Dentro deste projeto de extensão foi realizada a pesquisa e edição de um documentário de 30 minutos chamado “*Aldeia Velha e suas raízes*”, que trazia na fala dos moradores e moradoras informações históricas sobre o lugar, lendas, aspectos culinários e culturais. O filme foi lançado no final de 2006 no evento Aldeia Cultural, inventado pelo grupo como *I Mostra de Conhecimento Tradicional – Um olhar ecológico*, que apresentava o objetivo de ampliar as relações entre os

moradores que foram identificados no filme e na pesquisa do grupo como produtores rurais, seja de alimentos, de artesanato ou de poesias por exemplo. No evento, os próprios moradores puderam expor sua produção e alguns deram oficinas sobre sua arte. A EMA surgia então como uma espécie de fomentadora de encontros entre os próprios moradores, valorizando sua produção como vínculo cultural e social a ser explorado. Houve distribuição de mudas no evento e as questões ambientais permeavam o discurso do grupo. No entanto, a entrada oficial na comunidade foi mesmo pelo viés cultural.

Neste momento inicial de formação do grupo da EMA, que vai de 2005 até 2008, o grupo ainda não possuía grandes responsabilidades burocráticas e fiscais, que só viriam a ser vividas depois que os integrantes começaram a gerir uma organização sem fins lucrativos, ainda no ano de 2008. Muitos universitários se identificavam com a proposta e o grupo foi crescendo. Nas respostas que se seguiram à pergunta “Qual foi sua motivação para participar da EMA?” podemos identificar algumas teorias que alimentavam a prática do grupo e que depois vieram a ser redigidos no seu primeiro projeto executivo em 2007.

A maioria dos membros e ex-membros citou a “afinidade” com as pessoas e com o projeto como principal motivo para trabalhar na EMA. Foi recorrente também o uso de palavras como “colaborativo” e “participativo” para se referir aos projetos do grupo, o que chamou a atenção de outras pessoas. Ia sendo criada uma identidade e algumas subjetividades correlatas, apreendidas em sua acepção dinâmica, como no texto “A invenção do sujeito ecológico”:

(...) ou seja, como processos socio-históricos onde se produzem modos de ser e compreender, relativos a um sujeito humano em permanente abertura e troca reflexiva com o mundo em que vive e não como formações acabadas, cristalizadas ou estáticas. Neste sentido, destaca-se a historicidade, elemento que confere a abertura destes processos aos eventos, portanto sempre passíveis de novas provocações, desestabilizações e reconstruções; assim como a natureza social da constituição do indivíduo. O sujeito implicado nestas formações subjetivas e identitárias reside no entrecruzamento de sua condição de ser singular, individual, irrepetível, e sua natureza social, histórica, constituído na relação com os outros e com o Outro da cultura (CARVALHO, 2005 p.2)

A ideia de “viver no campo” e “sair da cidade” presente em muitos depoimentos aproxima os integrantes da EMA a grupos e a indivíduos chamadas de neo-rurais⁸. O *neo-ruralismo* é um termo cunhado pelos franceses a partir da década de 70 para criticar os modelos industriais-urbanos e valorizar a visão do campo como espaço que deve ser reconsiderado e reavaliado mais além da já desgastada oposição “tradicional/moderno” (CARNEIRO, 1998). Os neo-rurais teriam na volta ao campo uma “forma de protesto contra o trabalho parcelado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais, contra a feiúra e a uniformidade do ambiente físico das cidades definindo as condições de vida nas cidades como degradadas e degradantes” (*idem*).

O *neo-ruralismo* se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de auto-determinação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais; e por dimensões negativas: a recusa do espaço e do tempo da indústria, a crítica à ditadura dos papéis típicos da cidade, que dirigem os indivíduos a labirintos de frustrantes relações secundárias (...) uma série de valores típicos do velho mundo rural (...) começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim

8 Considerei oportuno tecer pequenas considerações sobre o assunto dos neo-rurais por sugestão de algumas amigas do Mestrado que cursavam uma disciplina de Maria José Carneiro no CPDA na qual se falava muito sobre o neo-ruralismo. Como de fato há algumas relações entre o tema, pensei que seria melhor não ignorar estas questões.

como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GIULIANI, 1990)

De fato, muitas destas ideias de rejeição à cidade estavam presentes no germe do grupo da EMA, que de certa forma integrava o que Carneiro (1998) identificou como um “movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90”, relacionado a “procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade”. Havia uma crítica pesada – e crescente – por parte dos integrantes aos engarrafamentos, à poluição e a violência e outras mazelas do espaço urbanizado. Entretanto, em uma análise mais atenta, percebemos que o grupo da EMA extrapola e até mesmo contradiz um pouco as definições mais difundidas sobre os neo-rurais.

Em primeiro lugar, a maior parte dos neo-rurais, no caso brasileiro, segundo os pesquisadores, não procura realizar uma ruptura com o modo de produção capitalista (GIULIANI *et al*), se deslocando para o meio rural em grande parte das vezes para atuarem como empreendedores e financiadores de atividades de turismo rural (CARNEIRO, 1998), como hotéis-fazenda, pousadas ou produtos orgânicos, desde horticultura até geleias e pães por exemplo⁹. Segundo Giuliani, os "novos-rurais" pertencem, em geral, a famílias de posse que os ajudam no novo empreendimento e por serem de famílias ricas têm um nível de instrução alto e várias experiências de viagens ao exterior.

Além disso, os neo-rurais importariam para o campo sua “maneira urbana de ser, de consumir, de se relacionar, começando pela construção da moradia, em geral muito superior ao padrão de conforto médio da área” e ainda teriam poucas relações com os vizinhos, não “demonstrando grande interesse em uma nova moral produtiva e associativa.”

Ainda que possam ter as mesmas motivações iniciais que os franceses, os nossos "neo-rurais" reproduzem aqui a arcaica e surrada ideologia burguesa (...) e exigem de seus trabalhadores uma 'racionalidade urbana' na organização do trabalho e no processo produtivo, porém lhes impõem condições rurais 'tradicionalistas' quando se trata de salário, moradia ou jornada de trabalho (GIULIANI, 1990:65).

Todas estas características não podem ser encontradas no grupo formador da EMA, nem em sua gestão desde 2006 até 2013, salvo em comportamentos individuais sempre rejeitados e criticados pela maioria. Os integrantes da experiência não se deslocaram para empreender atividades de turismo; não contaram com ajuda de famílias ricas para desenvolver o projeto¹⁰; pouquíssimos integrantes já haviam conhecido a Europa ou até mesmo outros países da América Latina e não possuíam padrão de conforto acima da média da área, pelo contrário, nas casas dos membros da EMA na comunidade, havia – e ainda há em geral – menor conforto do que na casa do restante dos moradores: muitos não possuem televisão, camas servem como sofás, as geladeiras são emprestadas, as máquinas de lavar foram compradas recentemente e as próprias residências não são próprias. Claro que um ou outro integrante foge à regra, possuindo TV por assinatura ou carro próprio e, além disso, dois

9 Os produtores neo-rurais concentrados sobretudo na região Serrana do Rio foram responsáveis pela criação da ABIO – Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, uma das primeiras certificadoras de produtos orgânicos no Brasil. Fonte: População neo-rural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da região perimetropolitana do Rio de Janeiro (MATTOS, Rafael Arosa).

10 O grupo contou com o apoio pontual de muitos pais de seus membros em relação a empréstimo de carros, pagamento de contas telefônicas ou doação de pequenas quantias de dinheiro no início do projeto. Na verdade, até o projeto começar a remunerar os membros, muitos pais apresentavam opiniões mutáveis: uma hora estimulavam o projeto por seus nobres objetivos e outra hora criticava-o por “não levar a nada”.

integrantes já conseguiram comprar um terreno na vila. No entanto, esses elementos não conformam um nível de vida maior que o dos moradores e a vida simples dos integrantes da EMA os leva até mesmo a serem apontados como “hippies”.

Por fim, uma outra distinção importante é a relação com a comunidade. Negando uma posição de distanciamento ou da visão dos moradores como empregados, os membros da EMA desde seu manifesto fundador (ANEXO 1), apresentado no início deste capítulo, defendiam que o projeto tinha a meta de aproximação, da realização do diálogo de saberes. A ideia de trabalhar com uma comunidade rural de forma dialógica também foi apontada por muitos como o principal motivador, enunciado em palavras e expressões que apareceram nas entrevistas como “integrando a comunidade local”, “interação com diferentes saberes”, “trabalhar com a realidade da comunidade”, “integração com processos de descentralização do conhecimento acadêmico”, “viver no campo trabalhando com comunidades” ou ainda objetivos mais específicos, porém relacionados ainda ao contato com moradores como em “trabalhar cinema com comunidade tradicional”.

Ao mesmo tempo, o campo não era visto como um espaço neutro. Partindo do pressuposto de que o mundo rural não é mais espaço exclusivo das atividades agrícolas e que há muitos processos sociais contemporâneos que promovem a revalorização deste espaço, conformando um campo propício à formação de outras identidades culturais e políticas e, assim de novas ruralidades, (Moreira, 2002 *et al*) as lideranças da EMA nunca viram Aldeia Velha como um território sem conflitos ou isento de disputas de poder e de sentido. A procura pelo campo não foi só por um lugar de lindas paisagens ou, de modo ingênuo, por comunidades de gente simples e de cultura tradicional simplesmente. Na visão de mundo dominante dentro do grupo havia a ideia de que as relações sociais dentro das comunidades são processos percebidos como espaços em disputa de paradigmas e de valores, o que por sua vez define a forma de ocupação do território.

Por isso, sempre houve a identificação do grupo com o movimento de agroecologia e suas lutas como reforma agrária, sementes crioulas e valorização da agricultura familiar, entre outros, como será visto mais adiante e, amiúde, no último capítulo.

Apesar de não ser objetivo deste estudo propor ou testar hipóteses para a categoria neo-rural, que é entendida inclusive por seus próprios pesquisadores como “conceito genérico para uma realidade não muito precisa” (GIULIANI, 1990) por falar de fenômenos pouco estudados, ficou claro para nós diante desta pequena tentativa de interseção, que do jeito como o termo hoje está engendrado ele não permite muitas aproximações com a experiência da EMA, a não ser pelo fato de conformar grupos de pessoas que se contrapõem a grande parte dos valores e ao estilo de vida urbanos, buscando tranquilidade e maior autonomia em relação aos seus empregos, vivendo no campo.

O ensejo de participação da comunidade como sujeito efetivo e a aproximação de diferentes conhecimentos no grupo fundador foi materializado muito na escolha da palavra “escola” pelo grupo, que pode ser interpretado pelo conceito de co-presença radical, elaborado pelo sociólogo português Boaventura Sousa Santos no livro “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” (2007). Para ele, esse conceito trata da necessidade de compreendermos todas as práticas e os agentes de ambos os “lados da linha” como contemporâneos em termos igualitários (SOUSA SANTOS, 2010). O objetivo seria despertar o que as pessoas já sabem, evidenciando que todos estão no mesmo espaço-tempo lidando com a mesma realidade que atinge a todos, em uma co-presença radical.

Relacionado diretamente com a co-presença está o indicador presente nas palavras usadas pelos entrevistados tais como “troca”, “intercâmbio”, “vivência” e “interação” que se referem à Ecologia de Saberes, sistematizada sobretudo também por Boaventura. Para este autor, a Ecologia de Saberes postula um diálogo do saber científico com outros conhecimentos:

Não se trata de “descredibilizar” as ciências nem de um fundamentalismo essencialista “anticiência”; como cientistas sociais, não podemos fazer isso. O que vamos tentar fazer é um uso contra- hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês. (SOUSA SANTOS, 2007, p. 32-33)

Boaventura diz que a Ecologia de Saberes pode ser considerada uma nova cultura política emancipatória que se refere à construção de sujeitos desestabilizadores (individuais ou coletivos), capazes de respeitar a diversidade e os diferentes tipos de conhecimento marginalizados, oprimidos e esquecidos pelo pensamento hegemônico, representado principalmente pelos países ricos industrializados do norte do globo. Estes sujeitos desenvolvem a capacidade de “inquirição e indignação, capaz de fundamentar teorias e práticas novas, inconformistas e mesmo rebeldes” (SOUSA SANTOS, 2010, p.63). Trata-se de uma postura que desestabiliza os cânones da monocultura, tributários do conhecimento científico, e reivindicam um mundo diferente que acreditam ser possível e que se acham capazes de construir.

Outro motivador encontrado em algumas entrevistas foi a busca de autonomia em relação ao mercado formal de trabalho. Segundo um membro sua participação se deu pela “liberdade de se trabalhar em algo que acredita” enquanto outro falou de “trabalho próprio que dependesse mais de minha iniciativa do que qualquer outro estímulo” ou ainda, segundo outro membro “exercer um estilo de vida que contemplasse meus ideais”. Esta busca por um trabalho conectado com um estilo de vida e com a possibilidade de “realizar projetos que busquem a transformação social”, como relatou outro integrante, se relacionavam desde então com a busca de uma autonomia pessoal e profissional frente aos empregos burocráticos e alienados, visão que veio se fortalecer no grupo depois de 2012 com a crise institucional e financeira da associação cultural que começaram a gerir. Desde sua formação original, a EMA estava impregnada pelas ideias da autogestão, propondo a equidade, a horizontalidade do poder, as tomadas de decisão por consenso e o fim da relação patrão empregado.

Esta noção de autonomia no germe do grupo estava ainda mais relacionada à prática de uma educação transformadora, nos termos dos estudos de Paulo Freire. Para Freire, a pedagogia da autonomia poderia promover a “ética universal do ser humano” em contraponto à ética do mercado e à ideologia fatalista de que “nada podemos e não adianta tentar” (FREIRE, 1996). Apesar de não terem uma conduta completamente afinada com as proposições de Freire, as ações da EMA pautavam-se por várias pressupostos desta pedagogia, sobretudo com a ideia do diálogo de saberes, enunciada aqui de outra forma:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se com sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (...) Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996 p. 12)

Além disso, a compreensão de que a autonomia era um processo que vai “se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas” (*idem*) inspirou os membros a sempre buscar ouvir as pessoas que participavam das decisões, respeitando sua identidade, seus valores, seus desejos e opiniões em relação ao documentário

que estava sendo feito ou à construção do Aldeia Cultural, por exemplo. Do mesmo modo, na relação com as professoras da escola local ou com os alunos das primeiras oficinas da EMA, havia o intuito de fortalecer a experiência pedagógica, onde todos pudessem ensinar uns aos outros, utilizando círculos para debates ao invés do sistema tradicional onde o professor está na frente e os alunos sentados em fila e assim por diante. Esta postura de diálogo, onde as ideias e preposições iniciais estavam abertas à interferências e mudanças, abriu mais espaços para o grupo dentro da comunidade e ajudou a fortalecer amizades e aliados.

Cabe aqui um parênteses sobre a relação do grupo que estava se formando com a teoria de estudiosos como Paulo Freire. Apesar de dizermos em nossos primeiros documentos indicadores de formação de identidade comum que a EMA norteava-se nos princípios educacionais de Paulo Freire e de outras pedagogias alternativas como Edgard Morin, Celestin Freinet, Rubem Alves etc. Não havia – e ainda não há – um aprofundamento sobre como funcionam estas pedagogias e como elas influenciam no grupo de maneira uniforme. Todos os membros conhecem estes autores e têm alguma noção sobre suas pedagogias, no entanto este conjunto de autores e suas pedagogias não chegaram a conformar um campo de ação teórico-prático, unificando uma práxis, mas sim um magma de ideias educacionais que aglutinou sentimentos para ações conjuntas. O que acontecia, e ainda acontece muitas vezes, é que somente algumas pessoas tomavam a iniciativa de escrever os projetos, textos e documentos em nome do coletivo, produtos que dificilmente eram aprovados por todos em reuniões ou assembleias, passando apenas pela concordância de alguns, sobretudo em decisões via e-mail.

Outro ponto-chave que atraiu membros para a EMA foi o que muitos denominaram de “práticas sustentáveis e agroecológicas” ou de “práticas culturais baseadas na sustentabilidade e permacultura” ou ainda o objetivo de “estudar a agroecologia”. A agroecologia constava desde o manifesto fundador do grupo como um eixo norteador do trabalho. Para a maioria das pessoas que chegava, a agroecologia seria uma forma de cultivo mais harmônica com os ciclos da natureza, sem o uso de agrotóxicos por exemplo. Havia um entendimento muito raso no grupo como um todo sobre o diálogo de saberes também se refletir na construção do conhecimento agroecológico, entendendo-o como diálogo entre o conhecimento científico e o chamado “saber popular” no campo da agricultura. Menos desenvolvida ainda era a noção da maioria dos membros de que a agroecologia vinha cada vez mais lidando com questões sociais como a Reforma Agrária ou com a luta contra as patentes da biotecnologia, por exemplo. Esta discussão só veio a ser aprofundada com a entrada da EMA na Articulação Serramar de Agroecologia e na Rede Nacional de Grupos de Agroecologia (REGA), como será visto no quarto capítulo.

Já a permacultura, citada por dois membros como motivação para entrar no projeto nunca foi o carro-chefe da EMA, mas permeou grande parte das suas atividades, sobretudo a partir de 2009 com a popularização do termo. A permacultura é um sistema de planejamento e manejo ambiental que tem origem na Austrália na década de 70 e prima pelo uso de recursos renováveis e a construção de sistemas autossustentáveis que sejam perenes – ou permanentes, daí o sufixo “perma” – para as futuras gerações. Grande parte de sua metodologia está no desenho (design) de espaços que potencializem o fluxo contínuo de energia nos sistemas, sem desperdício, como os banheiros secos com compostagem ou as casas com captação de água da chuva, por exemplo. No início do desenvolvimento da EMA, alguns integrantes mais ligados ao campo da agroecologia apresentavam certa relutância em aderir ao termo porque criticavam o fato de que grande parte das oficinas e cursos da área da permacultura eram muito caros, sendo direcionados à classe média alta. Para eles, o termo agroecologia também se referia a sistemas de baixo impacto e incluía aspectos de todo território, não só a lavoura, mas também o planejamento de toda estrutura da propriedade de um agricultor e por isso já

era suficiente para abarcar a ideia de sustentabilidade ambiental. Com o tempo, no entanto, muitas pessoas dentro do grupo aumentaram seu interesse pela área e a EMA acabou aceitando agregar o conceito em seus projetos e na divulgação de seus eventos e cursos.

A sustentabilidade, reforçada pelas noções de agroecologia e permacultura, era assumida pelo grupo não apenas como teoria mas como a busca de uma prática diária. Por isso, muitos integrantes realizavam a compostagem de seus resíduos, o consumo de alimentos orgânicos, a prática de feiras de trocas e economia solidária, entre outros. Para quem participava da EMA havia uma percepção da sustentabilidade não como algo que pudesse ser instituído por empresas ou governos e sim como uma transformação no modo de se relacionar com o ambiente, se aproximando da visão de que um modo de vida que é sustentável “quando mantém ou melhora os recursos locais e globais dos quais depende, trazendo benefícios também a outros modos de vida” e “quando consegue resistir e recuperar-se de estresses e choques, tornando-se capaz de prover as próximas gerações” (CHAMBER & CONWAY 1991).

Foi junto com o coletivo EMA que entrei com contato com palavras e conceitos de sustentabilidade que encheram meu coração de esperança que me enxeram de lindas visões e um otimismo em relação ao futuro. Desta relações disseminei ideias e informações para todos os lugares onde fui. (Ex-membro da EMA Fonte: Entrevistas)

Todos estes conceitos e práticas estavam, pois, relacionados, para a maioria das pessoas que vinham se integrar ao projeto, a uma necessidade mais abrangente de mudança de paradigma moderno hegemônico, que se baseia em uma concepção dualista homem/natureza para sistemas que contemplassem a diversidade, o respeito à natureza e também a valorização da espiritualidade na construção de outras realidades sociais. O paradigmas – entendido como “estruturas de pensamento que de modo inconsciente comandam nosso discurso” (MORIN, 1997, p.21) – da ciência moderna de fragmentação do sujeito e do objeto, baseado na crença de que existe um mundo objetivo a ser decifrado era criticado pelos integrantes da EMA. A maioria acreditava que era preciso buscar uma “identidade planetária” (MORIN, 2002) onde há consciência antropológica, ecológica, cívica, terrestre e espiritual da condição humana.

Como colocou uma de suas primeiras participantes:

Acredito que iniciativas como estas (a EMA), principalmente aquelas que se tornam práticas perseverantes, são importantes passos na evolução da comunidade humana, que está aprendendo a viver em harmonia com seus semelhantes e com as demais formas de vida da Terra. (Fonte: Entrevistas)

Ou ainda em uma das músicas cantadas frequentemente pelo grupo:

Força da paz, cresça sempre sempre mais, que reine a paz e acabem-se as fronteiras,
nós somos um (Domínio Popular)

Pode-se notar este desejo de mudança na valorização que muitos membros faziam da ideia de “acreditar nos seus ideais” ou “seguir os seus sonhos”, como aparece na fala de outra integrante: “Acho que posso resumir que tudo foi fruto do sonho com um mundo melhor. Mais igualitário, sustentável, limpo e feliz”.

O sujeito que vinha se configurando como um membro da EMA, ou a própria ideia de participar da EMA, possuía uma visão crítica e de contestação da sociedade moderna, traduzido a contento na ideia do sujeito ecológico:

Desta forma, pode-se definir o sujeito ecológico como um projeto identitário, apoiado em uma matriz de traços e tendências supostamente capazes de traduzir os ideais do campo. Neste sentido, enquanto uma identidade narrativa ambientalmente orientada, o sujeito ecológico seria aquele tipo ideal capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural; tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável. O contexto que situa e torna possível o sujeito ecológico é a constituição de um universo narrativo específico, que se configura material e simbolicamente como um campo de relações sociais (CARVALHO, 2005)

Cabe pontuar que o termo *sustentabilidade* nunca foi muito usado pela EMA em sua narrativa, mas no início do projeto ele tinha para a maioria das pessoas uma boa conotação, relacionada a valores como respeito e harmonia ou consumo de baixo impacto, por exemplo. Com o tempo, no entanto, o uso exagerado do termo por diferentes agentes sociais, sobretudo empresas privadas, aumentou a desconfiança do grupo em relação a este conceito, que passou a ser encarado em consonância com a visão de outros autores, como “um campo de disputa de forças político-ideológicas, apesar da amplitude de sua divulgação que deixou uma impressão generalizada de um conceito acabado”, cujos documentos não “questionam a distribuição e propriedade dos ativos que conformam a sociedade capitalista, nem problematizam o jogo de forças e de dominação hegemônica e a divergência de interesses” (MOREIRA, 1999). Considerações como esta levaram o grupo a usar o conceito com parcimônia e sempre determinar de que ponto de vista acreditavam no ideal da sustentabilidade.

Observando a recorrência de algumas palavras como “integração, “convivência”, “igualdade” nas respostas dos entrevistados podemos identificar a consciência da dependência em relação ao ambiente e aos demais seres da Terra. Segundo Boff (2012) esta noção de interdependência é o principal pré-requisito para a conservação da Terra segundo a cosmovisão dos povos andinos do bem-viver:

O bem-viver andino visa uma ética da suficiência para toda comunidade (...). Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores, os animais, o Sol, a Lua e as estrelas; é buscar um caminho de equilíbrio e estar em profunda comunhão com a Pacha (a energia universal), que se concentra na Pachamama (Terra) com as energias do universo e com Deus. (BOFF, 2012, p. 62)

Esta visão de mundo é admirada pelos integrantes da EMA até hoje e neste período de formação do grupo ajudou a atrair muitas pessoas para suas redes de convívio. Estas pessoas chegavam depois de conhecerem membros da EMA nos encontros do ENCA – Encontro Nacional das Comunidades Alternativas –, do Rainbow Gathering – encontros internacionais de celebração de paz e amor e liberdade nos moldes das comunidades hippies – e também nos acampamentos da juventude e na Aldeia da Paz dos Fóruns Sociais Mundiais. O uso e/ou estudo do calendário Maia foi igualmente um aglutinador de pessoas em círculos de amizade ou trabalho próximos à EMA. O grupo defendia o uso de conceitos como amor, solidariedade, respeito, espiritualidade e amor para realizar mudanças na sociedade (Boff, 1999; Morin, 1998; Maturana 1998). A visão da Terra como um superorganismo, apoiada na teoria Gaia, ajudava a compor o quadro epistemológico do grupo e a consciência da interdependência ampliava a noção de responsabilidade de todos na sustentabilidade da vida.

Neste momento inicial de configuração do grupo, é possível assinalar algumas sinergias e algumas dificuldades presentes no trabalho. A informalidade é um ponto que pode ser analisado tanto pelo seu lado positivo quanto negativo, pois para participar do grupo não

havia a necessidade de nenhuma espécie de procedimento: se alguém queria ser da EMA, era só participar das reuniões. Assim, pelo aspecto positivo, a falta de barreiras formais ou burocráticas facilitou a entrada de muitas pessoas no grupo. No entanto, por outro lado, esta facilidade gerava também uma falta de comprometimento com as tarefas estabelecidas e não era possível saber exatamente quem poderia executar cada demanda que surgia. A esta altura não havia cargos nem mesmo uma noção muito apurada do que era ser membro da EMA. Este fator dificultava a divisão interna do trabalho e prejudicava muitas vezes também a democracia interna do grupo, pois a falta de estrutura gerava situações onde poucos decidiam o que seria feito em nome de um grupo maior.

Ao mesmo tempo, era interessante poder, a qualquer momento, contar com pessoas novas para diferentes tarefas, como por exemplo, um carro emprestado para entregar documentos em algum lugar, o uso de um computador para gravações, de um telefone fixo para ligações ou quaisquer outras necessidades. Estava formada uma complexidade interna muito interessante onde a informalidade ajudava e atrapalhava o crescimento do grupo, gerando sempre conflitos relacionados às responsabilidades, pois muitos consideravam que estavam sendo sobrecarregados de funções, enquanto muitos estavam ali mais para interagir com os amigos ou com a comunidade de Aldeia Velha de maneira mais descompromissada. Geravam-se, pois, debates e algumas discussões mais acirradas sobre “quem deveria ter feito o quê”.

A esta altura, ainda entre 2006 e 2008, as principais atividades da EMA eram o evento “Aldeia Cultural” e a realização de pequenos cursos ligados à área ambiental, atividade que aos poucos foi aproximando o grupo da Escola Vila Silva Jardim, a única escola local. Em uma reunião comunitária, instigados pelos moradores, o grupo percebeu que não faria sentido o esforço de tentar reformar a escola desativada enquanto a Escola Vila Silva Jardim carecia de uma diversificação em suas atividades. O grupo foi então assimilando a ideia de que seria melhor trabalhar com uma escola que já existia, que já possuía uma dinâmica de funcionamento e de ensino-aprendizagem, com alunos, professores, merendeiras etc.

Diante da escassez de recursos e da falta de perspectiva em consegui-los a curto prazo, o grupo decidiu que o melhor a ser feito era ir até a comunidade escolar estabelecida e assim foi iniciado um contato com a diretora. Esta decisão de trabalhar com a escola Vila Silva Jardim, ao invés de insistir na reativação da escola abandonada ou na criação de um espaço próprio da EMA, além de estar muito ligada à conjuntura econômica do grupo, se aproximava muito do ideal de diálogo de saberes que permeava os integrantes da EMA. Conectava-se igualmente à ideia de emancipação ou conscientização política que era encabeçada por alguns dos membros mais ativos da EMA, ou seja, aqueles que se protagonizavam para escrever textos, entrar em contato com lideranças locais ou marcar reuniões do grupo, por exemplo. Havia plena consciência da importância política da escola pública para a formação de opinião em Aldeia Velha e de como seria eficaz espalhar por ali os ideias de agroecologia, educação popular, conhecimento tradicional, entre outros interesses do grupo. Se a aproximação com a escola local foi, pois, fruto do interesse no diálogo com as entidades locais e com a democratização de informações, também foi uma forma mais fácil da EMA conseguir ter “alunos”, ou seja, ter público para as ações que premeditava, afinal, já estavam todos prontos, organizados em uma rotina diária.

Após um contato inicial com a diretora à época, em 2006, foi realizada uma oficina de Agroecologia para uma das turmas na horta da escola com um dos técnicos de Agroecologia da prefeitura de Casimiro de Abreu, contatado pelo grupo por fazer parte da Articulação Estadual de Agroecologia. Depois, em junho de 2007, foi produzido um curso de plantas medicinais com a participação da Rede Fitovida, de um pesquisador de fitoterápicos do Posto de Saúde de Santa Teresa e de um especialista local, guardião do horto de medicinais de Casimiro de Abreu.

A diretora da escola Vila Silva Jardim à época diz que se recorda pouco de como foi feito o contato mas analisa que foi um resultado mais da “amizade”:

Eu não lembro muito dos detalhes... Faz tempo.(Pausa) Não lembro mesmo. Não tinha projeto neste momento, não é verdade? Foi mesmo por amizade, pela vontade que tinham de compartilhar o que tinham acesso com a gente, vontade de multiplicar. Foi sutilmente... Lembro que houve a doação de câmera fotográfica e outras coisas porque a mãe de uma de vocês era da Receita Federal. Veio depois o pessoal de Casimiro de Abreu falar das hortas. O pessoal falar da (febre) Aftosa, mas aí nem sei se isso já era coisa de vocês, era? (Fonte: Entrevistas)

No curso de plantas medicinais havia sessões direcionadas aos alunos da escola Vila Silva Jardim e outra sessão aberta aos moradores da comunidade e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à noite. Este esquema de funcionamento refletia muito bem como eram geralmente as atividades da EMA na comunidade: procurando atender o público da escola e em outro momento os moradores com a mesma atividade. O modo de financiamento e logística desta atividade também costumava se repetir em todos os empreendimentos da EMA, onde cada integrante do grupo disponibilizava um tipo de recurso: enquanto um membro xerocava o material de divulgação utilizando por exemplo a parceria com algum Centro Acadêmico que possuía cota de xerox na universidade, outro integrante poderia usar o carro dos pais para trazer os convidados e todos os membros dividiam o custo da gasolina ou de ligações para celulares. Como se pode imaginar, tal sistema de divisão de trabalho e custos gerava conflitos relativos ao grau de envolvimento de cada uma das pessoas do grupo na atividade, ao cumprimento das responsabilidades e ao pagamento das inúmeras “vaquinhas” que viabilizavam os projetos.

A grande procura de vários moradores em relação ao tema dos fitoterápicos neste curso e a recorrência de situações onde nos procuravam para nos doar mudas de plantas medicinais chamou a atenção do grupo e, em 2008 um resumo executivo formatados pelos integrantes, o nome da EMA ganhou a especificação “Núcleo de Estudos de Plantas Medicinais, Agroecologia e Cultura Livre”. Esta sub denominação indica como as plantas medicinais foram um assunto importante e uma porta de entrada do grupo na comunidade. Esta definição não durou muito no grupo pela relevância que dava ao termo “estudos”, o que na análise dos membros parecia distanciar a organização de um sentido prático¹¹.

Este envolvimento com a escola local por meio de eventos aperiódicos foi formalizando uma parceria que culminou na construção da Casa das Sementes Livres no terreno da escola em 2007/2008, em um curso de formação pedagógica para as professoras em 2009 e em aulas de agroecologia dentro da grade de horário semanal dos alunos em 2012, todos itens que serão detalhados no capítulo sobre a Casa. Além disso, até hoje, no ano de 2013, já foram realizadas diversas atividades na escola, como aulas de música, apresentações de teatro, oficinas sobre energias alternativas, alimentação viva, entre outras. Uma atividade organizada pela EMA na escola foi a visita de um dos fundadores da Escola da Ponte¹², José Pacheco, no final do ano de 2007. O professor elogiou a iniciativa do grupo e seus depoimentos para as professoras da escola, pedagogas do município, secretária de Educação, entre outros gestores públicos, aumentou a visibilidade e a legitimidade do grupo.

11 Na realidade, a subdenominação da EMA mudou inúmeras vezes. No vídeo do I Aldeia Cultural, em 2006, uma das integrantes aparece ao microfone falando que o grupo era um “núcleo de agroecologia e artes”.

12 A Escola da Ponte, instituição de ensino pública localizada em Portugal ficou famosa internacionalmente por focar na autonomia dos seus alunos, que realizam assembleias desde os 7 anos de idade para resolver problemas da escola e definir regras de convivência, por exemplo. A Escola vem desenvolvendo novas práticas de ensino aprendizagem e defende o fim das classes seriadas e das provas, entre outras inovações. Para mais, ver o livro de Ruben Alves “A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir”.

A intensificação e a ampliação destas ações veio depois que o grupo da EMA se institucionalizou como uma Organização Não-Governamental em 2008 para concorrer ao edital dos Pontos de Cultura do Governo do Estado do RJ e conseguiu captar recursos por meio de um CNPJ. Na verdade, a EMA e inúmeros outros grupos não constituídos juridicamente realizaram o mesmo procedimento de estabelecer uma parceria com alguma ONG que já possuísse mais de 2 anos de atuação no ramo da cultura, item obrigatório do edital. Enquanto algumas ONG's estabeleceram de fato parcerias com movimentos culturais, grupos informais entre outros coletivos culturais e ficaram responsáveis pela gestão financeira e contábil deles, com a EMA foi diferente; foi o grupo que começou a gerir uma Associação Cultural. Muitas pessoas da EMA ajudavam a realizar o Festival Eletroorgânico, um evento de música e arte que teve três edições no distrito rural de Bananeiras (2006, 2007 e 2008) e chegou a reunir um público de mais de 700 pessoas. Uma das artistas que se apresentou no festival de 2007 também era dona de uma casa de shows na Lapa onde alguns integrantes da EMA trabalharam como produtores e ela se aproximou do grupo. Na época da inscrição deste edital, ela ofereceu o uso da sua associação cultural, que estava sem funcionar há algum tempo, para a EMA que desde então começou a gerir a Associação Cultural Bantu Brasil, fazendo uso deste CNPJ para concorrer a diversos editais do Ministério da Cultura, inclusive o edital de Pontos de Cultura do Governo do Estado, que originou toda esta demanda.

Este novo momento da EMA como associação cultural deu início a uma série de mudanças organizacionais e econômicas dentro do grupo que tiveram influência inclusive no funcionamento da Casa das Sementes Livres, diversificando sua fonte financiadora, como veremos no quarto capítulo. Por ora é relevante somente enumerar algumas das realizações do grupo neste novo momento, bem como os dilemas que surgiram desta nova organização.

Em 2009 o grupo da EMA alcançou o auge de integrantes. Na reformulação de seu resumo executivo – texto de divulgação usado para apresentar o projeto em reuniões, eventos ou para parceiros – foram listados os nomes dos seus 20 integrantes, divididos em “coordenações”: comunicação, cultura, audiovisual, financeiro, agroecologia e soberania alimentar. A criação das coordenações no que foi chamado de “grupo gestor” era uma tentativa de facilitar a divisão de tarefas e a cobrança das responsabilidades, visto que o número de membros só crescia e os 20 integrantes que apareciam neste resumo executivo e no primeiro folder do grupo não eram a totalidade de seus membros. Alguns outros participavam da lista de e-mail e de ações pontuais, mas por terem muita carga de trabalho em outros lugares, preferiam não assumir uma função direta na EMA. As áreas de formação eram as mais diversas possíveis. Participavam do grupo neste momento, atrizes, cantoras, produtores culturais, biólogos, advogados, engenheiros florestais e ambientais, músicos, jornalistas, editores de vídeo, historiadores e geógrafos, entre outros. Na sua sub denominação saiu o termo “núcleo de estudos” e entrou o termo “educação popular”, que perdura até hoje como “EMA: educação popular em agroecologia e cultura livre”. As “plantas medicinais” foram retiradas pela compreensão de que a temática já estava incluída dentro da “agroecologia”, além de ser um termo muito extenso.

Houve nesta mesma ocasião a tentativa de fazer uma relação entre as 3 pessoas que assinavam legalmente pela associação cultural, que agora estava em nossas mãos, e seus cargos reais no cotidiano da EMA. No entanto, a divisão por coordenações não resolveu plenamente a divisão das tarefas dentro do grupo, seja porque havia coordenações demais, seja porque as tarefas de cada uma se sobrepunham ou interferiam muito nas outras, sobretudo nos casos da comunicação, do audiovisual e da cultura ou no da agroecologia com a soberania alimentar por exemplo. A facilidade que havia para criar e dar nomes aos processos do grupo, uma vez que não haviam padrões nem regimento interno estabelecido, realizava, a princípio,

muitos desejos e motivações pessoais e profissionais dos membros, mas com o tempo demonstravam certa inutilidade ou sobreposição com outros “cargos”.

O excesso de liberdade para definir as próprias regras levava o grupo a longas reuniões com infinitas chuvas de ideias, o que acabava trazendo problemas práticos, como o excesso de tempo necessário para os encontros, dificultado pelo fato de que todos estudavam e a maioria trabalhava em outros empregos.

A gente nunca aprendeu na escola nada sobre autogestão, a gente só aprende na televisão coisa contrária, competição, traição... Este jogo que a gente quer jogar não conhecemos regras, não conhecemos nada, temos que inventar tudo aí fica difícil (Integrante da EMA. Fonte: Entrevistas)

No final de um dia de trabalho e estudo, na casa de algum membro, no Rio de Janeiro, as cansativas reuniões de mais de 3 horas de duração, quase sempre com mais de 10 pessoas presentes, se transformavam em um prato cheio para desentendimentos e falhas de comunicação. Havia uma pulsante vontade de realização e construção coletiva mas o excesso de opiniões e desejos dificultava a conclusão dos processos de decisão, que sempre procuravam ser fruto de um acordo entre todos e todas.

Contudo, foi com esta configuração que durante todo o ano de 2009 o grupo trabalhou. A Associação Bantu Brasil, já sob gestão da EMA, ganhou o edital dos Pontos de Cultura junto com outras 320 instituições, com o projeto Ponto de Cultura Caipira, pautado em aulas de música, luthiaria e cultura digital relacionados à cultura do caipira e do homem e da mulher do campo. Enquanto o processo de assinatura do convênio e tomada dos preços das planilhas do Ponto de Cultura não terminava, o grupo começou a utilizar o CNPJ da instituição para buscar financiamento.

Foram aprovados em 2009 dois projetos: o I Curso de Formação Pedagógica da Casa das Sementes Livres, junto à Secretaria de Meio Ambiente de Silva Jardim, orçado em R\$7 mil reais, dos quais só R\$2700 foram disponibilizados, e o Prêmio Areté, da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, que por meio de edital público selecionou propostas de festivais e mostras culturais em todo estado. A EMA ganhou R\$ 50 mil reais para financiar o projeto do III Aldeia Cultural. Depois do dinheiro da FASE usado no I Aldeia Cultural de 2006, da verba da Associação Software Livre (ASL) que havia doado R\$ 5 mil reais para a construção da Casa das Sementes Livres em 2008 e que foram ambos usados integralmente na realização das ações, seria a primeira vez que a EMA poderia remunerar seus membros com “salários”, ainda que baixos, pelo trabalho realizado.

A chegada de verba agitou o grupo. Houve muita dificuldade em decidir “quem ganharia quanto para fazer o quê” e com base nestas questões eram realizadas novamente inúmeras reuniões que rompiam a madrugada e costumavam acabar com exaustivas cobranças de tarefas entre os membros, acusações de autoritarismo de um lado e de falta de responsabilidade, do outro. Muitas pessoas alegavam que estavam sobrecarregadas com as funções burocráticas que a Associação Cultural começava a exigir, como a retirada de certidões junto a cartórios e órgãos públicos, a abertura de contas e a negociação com contadores, todas funções novas não só para o grupo mas para as próprias pessoas de um modo geral, pois era a primeira vez que lidavam com estas questões e precisavam encontrar uma forma de resolvê-las. Ficou claro neste momento a falta de apoio público a pequenos grupos e associações na gestão de seus empreendimentos. Os membros que estudavam Direito ou possuíam noções de Administração tentavam ajudar, mas ainda careciam de experiência profissional. Sem capital inicial para investir em formação, o grupo aprendia com base em erros e acertos.

Neste mesmo ano de 2009 alguns membros da EMA se mudaram definitivamente para Aldeia Velha, o que por um lado facilitou a realização de diversas funções cotidianas como o contato com produtores para a feira do Aldeia Cultural ou com as professoras para formatar o curso pedagógico, por exemplo. Por outro lado, aprofundaram-se os desequilíbrios entre “quem faz” e “quem não faz”, agora ampliados com a problemática de quem morava ou não morava em Aldeia Velha, corporificadas em discussões como “você não sabe porque não mora aqui”, que criavam mais desentendimento dentro do grupo. Neste momento um dos integrantes enviou um e-mail dizendo:

Creio que falta também experiência profissional, no sentido mais estreito da palavra, a todos nós, tanto pela pouca idade como falta de trabalho contínuo em algum lugar, sendo o trabalho contínuo lido como carteira assinada ou muitos anos de trabalho junto a um mesmo grupo ou instituição. (Fonte: Arquivo de e-mails)

Outro membro desabafou também por e-mail “Quanto mais você faz, mais parece que é cobrado”. Como o dinheiro era pouco para o elevado número de ações que o grupo programava para cada projeto financiado – fruto direto da inexperiência e também do excesso de membros e por conseguinte do excesso de ideias – a remuneração das pessoas que trabalhavam para a EMA também era pequena e cada um tentava incluir gastos como telefone, transporte ou alimentação dentro das planilhas de orçamento, complexificando os cálculos e as divisões de tarefas e de dinheiro e o peso que cada um poderia ter para ganhar sua remuneração.

Com essa mudança de membros para Aldeia Velha, os problemas de comunicação pioraram. Algumas decisões em reuniões feitas no Rio anulavam outros direcionamentos tomados na comunidade e vice-versa, o que era ainda mais complicado porque a internet que existia no distrito era discada pela linha telefônica, com funcionamento incerto. Nos e-mails do grupo, era comum haver tópicos de assuntos com mais de 60 mensagens cada um, onde mais de 14 pessoas discutiam até chegar – ou não – a um consenso.

O desgaste das relações internas, que eram muito íntimas em alguns casos, com amizades e relacionamentos amorosos antigos também trazia mais questões afetivas para o grupo do que o necessário.

Se por um lado a amizade e a convivência foram grandes impulsionadores da EMA, o seu extremo forçava as relações além de um limite saudável e havia muito entranhamento entre questões pessoais e profissionais.

Pesava também para alguns o fato de que no grupo não era possível receber um salário fixo mensal, ou seja, ter um trabalho seguro. Grande parte dos membros era de classe média, com alguns de classe média baixa e poucos de classe média alta, como um todo, o grupo não era “nem de ricos nem de pobres”.

Três membros do grupo por exemplo possuíam carros dados por seus pais e outros quatro um computador Macintosh, reconhecidamente uma marca cara de informática. Enquanto isso, outros sempre usaram a marca de celular mais barata no mercado, por exemplo. Não havia esbanjamento por parte dos integrantes e o consumismo era criticado pela maioria, buscando de fato coerência com a visão de uso consciente dos recursos. Ainda assim, mesmo que não houvesse um apego ao mundo material ou a busca de riqueza, quando o assunto era dinheiro, naturalmente havia mais discussão e mesmo que nos fizéssemos um alerta interno contra o que chamamos de “pegadinhas do capitalismo”, este tópico causou muito confronto e trouxe instabilidade para a EMA seguidas vezes. Muitos se sentiam prejudicados por emprestar o carro para algumas atividades ou usar o equipamento pessoal de fotografia por exemplo. O grupo concordava que era difícil manter solidariedade e cooperação estando todos dentro de um sistema capitalista:

Por isso o valor de compreendê-las com uma perspectiva que (...) interprete de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas. Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis (SOUSA SANTOS, 2005, p.26)

Desde o início, o grupo usou a autogestão para organizar as suas finanças e seus compromissos, buscando alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas, como a acumulação de capital ou a divisão social do trabalho, estimulando, ao contrário, a não exclusão, a distribuição de ganhos, o compartilhamento do poder e a (re)criação de sociabilidades de ajuda mútua.

Entretanto, a soma principalmente das discussões com, novamente, a escassez de recursos, depois da realização do curso pedagógico e do III Aldeia Cultural, no início de 2010 acarretou uma primeira debandada de membros da EMA. Nas entrevistas, confirmando estas análises, muitas pessoas citaram os “desentendimentos” e o “desgaste das relações pessoais de trabalho”. Mas a grande maioria citou que o afastamento da EMA se deu mesmo por motivos financeiros. Como disse um ex-membro houve “incompatibilidade do salário com o piso da minha profissão” ou como colocado por outro, a necessidade de “me focar em projetos locais e pessoais na minha cidade (Rio de Janeiro)” ou ainda de forma bem objetiva em outra declaração “Eu tive que sair para buscar novas oportunidades de trabalho onde eu pudesse ter uma melhor remuneração”. Esta questão financeira começou a preocupar mais as pessoas que eram das áreas biológicas porque os editais ganhos por uma associação cultural apresentavam, claro, um viés muito mais cultural do que ambiental, ainda que o grupo sempre tentasse mesclar os dois aspectos em seus projetos. Essa problemática foi especialmente prejudicial para o funcionamento da Casa das Sementes Livres que por lidar diretamente com agricultura, conservação de sementes e manejo de solo, precisava de pessoas do ramo mas não conseguia oferecer remuneração condizente com o mercado de trabalho, como será detalhado na análise da Casa. O grupo não conseguia vislumbrar nenhum edital ou fonte financiadora para seus projetos ambientais. Todos os editais ou oportunidades que chegavam eram direcionados à cooperativas de assistência técnica, associações com experiência comprovada na área ambiental há pelo menos tantos anos ou a grandes grupos empresariais.

Apesar do clima de acusações ser muito tenso e alcançar níveis extremos de gritaria em algumas ocasiões, a saída dos membros em si, no entanto, sempre foi feita de forma gradual e até este momento não havia brigas com desfecho mais sério ou grave que pudesse interromper relações pessoais. O afastamento dos membros era feito geralmente de maneira sutil: primeiro ele parava de responder e-mails, depois frequentava cada vez menos as reuniões e, por fim, pedia para sair da lista de discussão online. Além do afastamento dos membros ser gradual, o grupo sentia que havia de certa forma um excesso de integrantes e que o distanciamento de alguns poderia até mesmo ser necessário, à medida que a amizade e a afinidade com os temas do grupo acabavam se transformando no único motivo para a pessoa continuar a trabalhar com a EMA. Muitas pessoas apreciavam o contato com os amigos que trabalhavam na EMA, realizando atividades culturais e ambientais, mas não queriam fazer daquilo sua fonte de renda ou lugar de realização profissional, diferente de alguns outros que começavam a vislumbrar nos projetos do grupo uma possibilidade de trabalho a longo prazo. Quando este convívio com os amigos passou a não ser mais tão agradável devido às constantes discussões, muitas pessoas saíram naturalmente do grupo. Por fim, é importante salientar que outra mudança natural era o envelhecimento dos membros, pois se muitos entravam no grupo com 22 ou 25 anos, com o passar do tempo, estas pessoas se formavam na

faculdade e precisavam procurar um emprego e outras casavam e tinham filhos. Assim seguiu-se o esvaziamento da EMA. É difícil precisar, mas até meados de 2010 se afastaram do grupo por volta de 10 pessoas e ficaram outras 10, aproximadamente.

Ao longo de 2010, a EMA começou a se aprofundar nas obrigações burocráticas da ONG com a chegada da primeira parcela do dinheiro do convênio do Ponto de Cultura. Era necessário lidar mensalmente com o pagamento de professores, compra de equipamentos e quitação de impostos, com uma verba limitada, impossível de suprir as necessidades de todos os integrantes. Havia agora quem trabalhava no Ponto de Cultura e quem não trabalhava e novos debates começaram a surgir sobre remuneração e divisão de tarefas.

O grupo começou a sentir mais forte a necessidade de possuir alguma espécie de regimento interno, que pudesse dar conta de questões como entrada e saída de membros, atribuições fixas para fazer parte do grupo, além da revisão dos próprios objetivos do grupo. Uma das integrantes havia feito um curso chamado “Gaia Education – design para a sustentabilidade¹³” e insistiu que era necessário para a EMA utilizar algumas das técnicas e ferramentas pedagógicas que ela havia aprendido ali, como a escuta ativa, o uso de “guardiões” nas reuniões, como o guardião do tempo, que controlasse o tempo que cada um poderia falar nas reuniões e o guardião do coração que cuidasse do clima de harmonia nos encontros mas, sobretudo, a necessidade do grupo definir de forma mais clara sua “visão” e sua “missão”, o que poderia facilitar o entendimento interno e externo das necessidades e objetivos conjuntos, firmando acordos em comum.

Estas provocações somaram-se com alguns debates do grupo sobre a realização de “cursos de formação interna”, pois segundo uma integrante “não era coerente organizar um curso pedagógico para as professoras de Aldeia e o grupo em si não se preocupar com a sua capacitação”. Foram realizados alguns encontros grandes, que duravam todo um final de semana, onde se discutia a visão de mundo do grupo. Foi estabelecido formalmente que o método de tomada de decisão do grupo seria por *consenso*, ou seja, sempre seria buscada a concordância entre todos os membros sobre um assunto antes de executá-lo. Com o tempo comprovou-se que se por um lado este método aumentava a reflexão do grupo sobre os temas de decisão, criando um ambiente onde todos estavam empoderados sobre por que tal atitude foi tomada, por outro, ampliava-se muito o tempo de discussão nas reuniões até ser feito o convencimento total dos membros. Por isso, ficou decidido que a forma principal de decisão seria o consenso mas que em algumas ocasiões poderia ser usada a tática da *minoria fiel*¹⁴ ou ainda, em casos extremos, a votação. O uso do “*bastão da fala*” em círculos de debate e decisão, técnica indígena norte-americana para controle da fala nas reuniões – só quem possui um bastão nas mãos pode falar enquanto todos escutam – e que já era usada em outros fóruns do grupo também foi estabelecido formalmente como uma ferramenta de comunicação dentro do grupo.

Nestes cursos foi enfim redigida a visão da EMA, repetindo conceitos e ideias do bem viver presentes desde o embrião do grupo em 2002:

13 A Educação Gaia, ou Educação em Design de Ecovilas (Ecovillage Design Education-EDE) é um programa da GEN – Global Ecovillage Network, que promove o empoderamento de indivíduos, organizações e comunidades, fornecendo-lhes ferramentas para o re-design sustentável de suas realidades, com inspiração nas lições aprendidas pelas ecovilas de todo mundo. Lançado em 2005, já existe em 18 países de 4 continentes. No Brasil, vem sendo realizado, desde 2006 e no Rio de Janeiro desde 2009, no Jardim Botânico, na Escola Nacional de Botânica Tropical pela Associação TERRA UNA. Fonte: <http://www.terrauna.org.br/gaia/projetosgaia.html>.

14 A “minoria fiel” é uma forma de tomada de decisão onde, não havendo consenso, a menor parte das pessoas que não aceitou o consenso, aprova o encaminhamento da questão segundo a vontade da maioria se comprometendo a tomar como sua a decisão, de modo sincero e ativo, contribuindo para seu desenvolvimento.

A Escola da Mata Atlântica é a realização da nossa mandala de sonhos, onde se cultivam relações de amizade, amor, respeito e união entre todos os seres e a Mãe Terra, reverenciando-a e reconhecendo-se nela como parte da teia da vida. (Fonte: Arquivo interno)

O grupo chegou ao consenso de que as principais missões da EMA eram i. A inserção de temas agroecológicos, sobretudo a dinâmica de funcionamento da Casa de Sementes Livres, no currículo formal da Escola Municipalizada Vila Silva Jardim (EMVSJ), respeitando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com vistas a tornar a educação ambiental um tema verdadeiramente transversal no cotidiano escolar; ii. Transformação dos espaços da comunidade em quintais agroecológicos de produção e transmissão de conhecimento, priorizando a mesma Escola Municipal, com a construção de composteiras, hortas e viveiros; iii. Valorização de alimentação viva, merenda diversificada e comprada localmente, iv. Tecnologia livre (softwares e ferramentas), educação artística e lúdica e valorização da rede de transmissão oral, através de mestres e griôs comunitários. E elencava como principais eixos de atuação o i. Uso e difusão de plantas medicinais como cultura e saúde alternativa; ii. Agroecologia como movimento social para fim do agronegócio e soberania alimentar dos povos; iii. Agricultura familiar para geração de renda no campo; iv. Sementes caipiras (crioulas) como patrimônio dos povos; v. Cultura livre contra a propriedade intelectual e vi. Êxodo urbano na construção de micros e médias cidades culturais.

Nestes cursos também foi definida a existência de uma carga horária semanal além de algumas atribuições básicas a um membro da EMA. Cunharam-se os termos “pássaro” e “abelha”, para os diferentes tipos de membros. O primeiro seria um membro remunerado que deveria cumprir 20h semanais de trabalho em Aldeia Velha e o segundo poderia inclusive morar em outra cidade, mas deveria passar pelo menos três dias consecutivos no vilarejo de 15 em 15 dias. O objetivo era assegurar que os membros não fossem somente virtuais e pudessem interagir mais com a realidade local, ajudando nas questões práticas do cotidiano que afligiam o grupo, tal como limpeza da sede, divulgação de informações na comunidade etc.

Empreendeu-se também um esforço por visualizar uma estrutura administrativa do grupo e muitos desenhos de organogramas foram gerados. O primeiro possuía o formato de uma flor e cada uma das suas pétalas e sépalas (estrutura abaixo da pétala) representava uma área de atuação da EMA, como o Aldeia Cultural, a Casa das Sementes Livres, a Horta Ecopedagógica ou o Ponto de Cultura por exemplo. As pessoas precisavam se situar em alguma destas estruturas ou no núcleo central da flor, que era o administrativo-financeiro do grupo. Em pouco tempo, tal estrutura foi abandonada pela complexidade dos seus itens e sub itens “impossíveis de decorar” segundo um dos integrantes e pela crítica de alguns membros à existência de um “núcleo” em um projeto que se intitulava horizontal. Em outros encontros dos “cursos de formação interna”, optou-se pelo desenho de uma árvore, onde a copa estava dividida entre Agroecologia e Cultura Livre e, dentro de cada uma, estavam os subprojetos, cada um com suas responsabilidades administrativas financeiras. As tarefas que não eram especificamente de nenhum projeto como a elaboração de um informe mensal com as atividades do grupo ou a atualização do fluxo de caixa da associação cultural, por exemplo, ganharam o nome de *Yin Yang* em uma alusão ao conceito taoísta que expõe a dualidade de tudo o que existe no universo¹⁵ onde cada pessoa do grupo além de sua atribuição normal dentro de um projeto específico precisava cumprir tarefas relacionadas à administração dos

15 O conceito descreve as duas forças fundamentais opostas e complementares, que se encontra em todas as coisas. O “yin” é o princípio feminino, a terra, a passividade, escuridão, e absorção. O “yang” é o princípio masculino, o céu, a luz e atividade. Fonte: Wikipedia.

documentos da instituição, ao manejo da conta corrente, à resposta dos e-mails recebidos pelo e-mail institucional e assim por diante.

Ainda que nem todo o design tenha sido incorporado no cotidiano do grupo e ainda gere muitas controvérsias sobre a terminologia ou sobre onde os subprojetos se encaixam dentro da árvore – dada a interdisciplinariedade da maioria das ações que tanto podem ser consideradas como uma ação agroecológica ou uma ação cultural dependendo do ponto de vista – a tentativa de estruturar o grupo trouxe mais maturidade e discernimento sobre os próprios objetivos e metas coletivas. O esforço interpretativo e simbólico presentes no desenho da flor ou da árvore ou na criação das tarefas “Yin Yang” acarretou discussões paralelas fundamentais para o grupo como a necessidade de que cada pessoa e cada projeto apresentasse sua própria prestação de contas para exercitar a autogestão de maneira plena ou que todas as pessoas que quisessem ser consideradas membros precisariam estar presentes em Aldeia Velha com uma carga horária definida. Esta última regra, aliás, alimentou um extenso debate sobre a visão do grupo relativa à necessidade de que os membros saíssem das cidades, em um processo de êxodo urbano como uma possibilidade de construção de outra vida no campo. Havia a consciência de que esta mudança não era para se livrar dos problemas da cidade, que via de regra estariam sempre presentes como fruto da relação campo– cidade, mas que era necessário se afastar das questões da urbanidade para vivenciar de modo mais pleno a interação com a comunidade, sempre almejada pelo grupo e historicamente colocada como um ponto fundamental do trabalho. Enquanto alguns membros defendiam que isso era coerência com o projeto político do grupo, outros não concordaram com a necessidade de sair da cidade, ou como o grupo queria, somente que estivessem mais tempo no campo, e também se distanciaram da EMA.

Eu não quero morar aqui, não entendo por que preciso morar aqui para ser do projeto. Eu tenho meus amigos no Rio, ganho mais dinheiro lá, gasto meu dinheiro vindo até aqui para me reunir e agora preciso vir para cá mais vezes ainda? Não acho nada justo. Na cidade também posso fazer coisas pela EMA. (Fonte: Arquivo interno; ata de reunião)

Durante o ano de 2011 mais pessoas se afastaram do grupo, pelos mesmos motivos de 2010: a falta de remuneração para todos os membros, o excesso de discussões e desentendimentos internos sobre a divisão de tarefas e o processo natural de formação de família, mudança para outras cidades ou ainda uma vaga de emprego na sua área de trabalho específica. Como a entrada e saída de membros era muito dinâmica e a EMA nunca conseguiu estabelecer um método eficaz de controle, sendo difícil precisar quantos membros trabalharam em cada uma das fases. Porém, em 2011 eram aproximadamente sete pessoas que participavam regularmente das reuniões e das atividades do grupo. Mais uma vez, a saída dos membros não foi feita de forma traumática e nem foi sentida como um problema para o grupo¹⁶. Quando alguns membros saíam, isso não era visto exatamente como um problema mas como uma chance do grupo conseguir se organizar de forma mais fácil e produtiva. Somente no final do ano de 2012, quando o grupo já estava bem reduzido, somente com 5 pessoas, e os mesmos problemas perduraram, levando alguns membros a manifestarem o desejo de se afastarem é que as pessoas começaram a refletir a sério o porquê de não conseguirem mais atrair novos integrantes e nem mesmo segurar os antigos.

16 Em uma análise coletiva posterior sobre este fato do grupo não se sensibilizar muito com a saída de membros, relacionamos isso com o excesso de visitas que os membros moradores de Aldeia Velha recebiam por conta dos contatos com outras redes de convívio como o já citado ENCA, o Rainbow, a REGA, o Eletroorgânico etc. Havia um trânsito intenso de pessoas de diferentes projetos, grupos e redes nas casas dos integrantes durante todo o ano e com o tempo a situação se tornou um pouco insustentável, pela falta de privacidade, pela dificuldade na divisão de contas ou tarefas domésticas e a sensação que o grupo gestor da EMA começou a experimentar era algo como “quanto menos gente, talvez seja mais fácil”.

A crise que se abateu sobre o grupo no final de 2012 também teve como motivação principal desentendimentos em relação à divisão de tarefas. No início do ano, inúmeros editais escritos no ano de 2010 foram enfim pagos pelo Ministério da Cultura e os 5 pássaros da EMA puderam ser remunerados com um salário considerado bom para a realidade rural de Aldeia Velha: R\$1200,00, o equivalente a quase dois salários mínimos. A remuneração não era mais um problema, pois se ainda estava longe do ideal ou do que os integrantes poderiam ganhar com suas formações acadêmicas no mercado formal de trabalho, todos comungavam da ideia de que valia a pena ganhar pouco mas morar no campo, onde os custos com moradia, alimentação e transporte eram mais baixos, além do ganho em qualidade de vida e da proposta política de êxodo urbano e construção agroecológica no campo. Também não havia mais o problema de alguns membros morarem no Rio de Janeiro e outros em Aldeia Velha: todos tinham suas casas no vilarejo.

Ainda assim, as brigas e os desentendimentos continuaram e as reuniões de planejamento e avaliação demoraram novas e intermináveis horas madrugada adentro. Os próprios integrantes não entendiam como um grupo tão pequeno de amigos conseguia discutir tanto sobre as velhas questões de organização. Isso alimentou uma série de debates internos sobre o financiamento do grupo, que até então era feito somente por meio de editais públicos, e sobre a gestão de uma instituição sem fins lucrativos, a Associação Bantu Brasil.

O salário, que inicialmente parecia ótimo, foi se mostrando insuficiente diante do acúmulo de funções relacionadas ao cumprimento das demandas dos editais por um lado e das obrigações fiscais e tributárias com a ONG por outro. Uma das membras do grupo criticou a situação:

Ou seja, sempre pagamos o cachê dos artistas, compramos os produtos dos agricultores, pagamos as oficinas e nós mesmos ganhamos mal, comemos mal, trabalhamos mais do que o normal, enfim, por isso estamos sufocados, porque não buscamos nos salvar antes. Isso é um misto de arrogância e abnegação ou auto sacrifício messiânico (Fonte: Entrevistas)

Os integrantes começaram então a pensar que não poderiam se identificar com a gestão de uma associação cultural ou com o cumprimento de editais públicos, o que os deixava estressados e sobrecarregados, porque isso os desviava de alguns dos objetivos que estavam na fundação do grupo, desde a realização de seus sonhos, até a o trabalho com os agricultores e, um ponto que era sempre focado, a produção de sementes para a Casa das Sementes Livres. Os editais públicos não permitem o pagamento de taxas administrativas como luz, aluguel ou salário de contadores, o que dificultava ainda mais o gerenciamento de tais questões pelo grupo, que precisavam fazer um verdadeiro malabarismo nas planilhas orçamentárias para dar conta mensalmente destes compromissos sem poder relatar isso formalmente. Muitas vezes a solução era incluir estes gastos em salários dos membros que depois eram descontados e reencaminhados para estas dívidas. Como era de se esperar estes processos acabavam gerando um excesso de dados financeiros e infinitas transações bancárias impossíveis de se controlar.

Como uma resposta ao excesso de burocracias que estavam vivenciando, o grupo começou a reforçar internamente um debate sobre autonomia e também a se autodenominar como um coletivo. Dentro desta mudança estava a ideia de que o grupo não podia mais continuar se identificando com a burocracia da gestão de uma Associação, sendo esta somente um meio para conseguir recursos para suas ações, e deveria ao contrário se apoiar em um sentido maior de coesão social que reforçasse seus princípios éticos e sua visão de mundo. Ou seja, ao se perceberem em uma situação de subordinação e abandono, mas procurando uma

observação positiva de suas capacidades de criação e resistência (TOURAINÉ, 2004), o grupo procurou reforçar seus laços contra uma dominação total:

A autonomia nessa condição articula-se como “processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos auto-controlada. O sujeito se incorpora em situações concretas especialmente em movimentos coletivos com reivindicações culturais, sociais, ambientais e políticas (TOURAINÉ, 2011).

Esse reconhecimento deriva também da autoconstrução dos membros como sujeitos de seu próprio projeto de vida (TOURAINÉ, 2004), assim como constava em vários depoimentos sobre porque alguns membros entraram na EMA, tendo em vista que havia o engajamento na batalha por interesses e direitos pessoais e coletivos. A questão do coletivo nos remete ao outro, do sujeito de Touraine, tendo em vista que a luta por direitos e a construção da autonomia envolvem a necessidade dessa relação. Ao assumir para si as responsabilidades pelo coletivo, o indivíduo promove mudanças em suas atitudes, o que por sua vez afeta o coletivo. Nessa perspectiva, revelamos um indício de constituição de si em relação ao outro e também o engajamento em um movimento coletivo para gerar resistências, elementos constituintes da autonomia do sujeito (TOURAINÉ, 2007).

O próprio termo “coletivo” também já vinha sendo usado por vários outros grupos de trabalho – muitos próximos à EMA – especialmente de jovens, como coletivo de músicos, de artistas, de fotógrafos, de produtores culturais, tendo como pano de fundo o debate sobre um tipo de organização mais autônomo, onde a autogestão estava sendo encarada como uma forma de driblar e contestar a burocracia dos sistemas legalmente instituídos e onde a vontade de “estar junto” era mais importante do que trabalhar em empregos formais.

No livro *Micropolítica dos grupos*, integrantes do Coletivo Sem Nome (Collectif Sans Nom) relacionam o surgimento de pequenas organizações autônomas com uma série de eventos internacionais:

A partir de 1994 se abre uma pequena década de efervescência. Os zapatistas inauguram o baile, seguidos pouco depois pelas greves francesas do inverno de 1995. (...) No mesmo período se tiram, especialmente na França, na Bélgica e na Alemanha coletivos que atuam em torno de questões de desempregados, dos sem papéis (imigrantes), das fazendas, o dos Organismos Geneticamente Modificados... Estas diferentes atividades locais ou nacionais se enlaçaram em redes internacionais, tais como as “marchas europeias”, a Ação Global dos Povos, Sem Fronteiras... Em 1999, com o motivo da contra cúpula da OMC (Organização Mundial de Comércio) em Seattle, nos Estados Unidos, estas novas formas de contestação se farão visíveis e receberão então o apelativo de anti ou alterglobalização” (VERCAUTEREN *et al*, p.27, 2010, tradução nossa)

Nos coletivos, as regras são definidas em conjunto, desde a repartição de eventuais recursos até a limpeza de um espaço por exemplo. Nada disso era novo para a EMA, que já realizava a autogestão de seus recursos há muito tempo, contudo, reforçar estes aspectos de liberdade e autonomia frente à burocratização do grupo com a gestão da ONG foi essencial para a reformulação política de sua identidade. A EMA começou a se apresentar em público ou em textos de congressos ou sites como “coletivo autônomo”, buscando uma aproximação com outros grupos que também desejavam se distanciar das estruturas clássicas de divisão de trabalho e administração de dinheiro. Em material de divulgação direcionado à captação de recursos produzido em junho de 2012 – cujo um dos objetivos era ser distribuído na Cúpula

dos Povos nesta mesma ocasião no Rio de Janeiro – vinha o aviso “Nosso coletivo não aceita financiamento de empresas poluidoras ou ligadas ao capital especulativo”.¹⁷

Para Touraine (2007), a autonomia e a subjetivação (encontro consigo mesmo) somente podem ser construídas mediante a relação com o outro, se aproximando da visão de autonomia presente em Paulo Freire, onde a educação como prática da liberdade só pode ser experimentada no mundo, em relação com outros seres humanos, ou seja, no restabelecimento de vínculos sociais. Neste entendimento, a interdependência nas atividades internas da EMA e entre seus membros incentiva uma resistência e desconstrução do individualismo gerado pelo trabalho compartimentado, instituído pela modernidade industrial. Também para estes grupos estavam colocados os obstáculos em buscar a autonomia e a liberdade sem se confundir com o modelo liberal de um ser humano puro e sem vínculo ou com sua versão liberal– libertária em que tudo está permitido (VERCAUTEREN *et al*, 2010, tradução nossa). A EMA comungava do desafio de estabelecer regras e compromissos em consonância com os princípios de autogestão, entendido por muitos como a possibilidade de “fazer o que quiser”. Alguns integrantes vinham de contextos familiares ou profissionais de extremo controle e encontravam no projeto coletivo um local para exacerbar suas vontades pessoais, sem compreender mais profundamente o conceito de autonomia, presente por exemplo na teoria de Paulo Freire e já assimilado com mais facilidade por outros membros:

(...) viver em plenitude a relação tensa, contraditória e não mecânica, entre autoridade e liberdade, no sentido de assegurar o respeito entre ambas, cuja ruptura provoca a hipertrofia de uma ou de outra. (Freire, 1996 p.67)

Com o tempo, o coletivo foi percebendo que era preciso tomar mais cuidado para que a liberdade não fosse sempre considerada espontaneísmo e nem a manifestação legítima de autoridade ser sempre acusada de autoritarismo. O lema Zapatista de “mandar obedecendo” era acionado por alguns para despertar esse debate.

Ainda que o estreitamento destas noções dentro do coletivo não tenham sido suficientes para dirimir todas as crises e discussões, a ampliação deste debate trouxe novos horizontes para o grupo, reforçando a necessidade de se buscarem fontes alternativas de financiamento como a comercialização de algum produto desenvolvido em modelo de cooperativa por exemplo. Além disso, chamou a atenção de todos para as armadilhas que os processos administrativos financeiros poderiam trazer para pequenas organizações, desviando-as de seu foco inicial.

Mesmo que algumas brigas tenham continuado a existir, a noção de autonomia, baseada no reconhecimento da igualdade e do respeito ao outro, sempre foi um guia para a conduta coletiva e teve como intuito fortalecer o desenvolvimento de processos educativos baseados na construção coletiva do conhecimento. Tal postura também levou o grupo a seguir marcando reuniões ou procurando organizar ações mesmo sem estarem recebendo salários, situação complicada para pessoas já com quase 30 anos ou mais, que acabou sendo encarada quase como uma espécie de militância. Em todas as entrevistas realizadas com membros e ex-membros pode-

17 Um episódio relacionado aos resultados deste posicionamento político merece ser contado. O grupo se inscreveu e ganhou em maio de 2012 um edital internacional para redes e articulações de jovens, em um total nacional de 10 premiados. A verba não era muita – R\$6 mil reais – mas possibilitava o pagamento de contas administrativas, o que é raro em editais. Depois que o dinheiro entrou na conta da associação, a EMA descobriu que o edital era na verdade financiado por grandes empresas como a Wal-Mart, multinacional americana de lojas de departamento e realizou um trâmite demorado e complexo para conseguir devolver o dinheiro. A experiência burocrática foi traumática e desde então o grupo procura pesquisar de forma mais apurada quem são os financiadores de cada edital.

se perceber o sentimento de gratidão pelos processos vividos em grupo. Abaixo algumas falas retiradas cada uma de um depoimento diferente de um membro ou ex-membro do coletivo:

É uma experiência que levo para minha vida! Hoje moro em Aldeia Velha porque me identifiquei com esse chamado e me sinto abraçado por essa comunidade com sua paz e tranquilidade;

Aprendi muito sobre o trabalho coletivo e o viver em comunidade, principalmente pelas crises e dificuldades que passamos juntos, nos ensinando qual o caminho da harmonia e da desarmonia. Aprendi que quando a gente tem um sonho comum, um ideal puro e verdadeiro, os obstáculos são apenas degraus para que possamos evoluir;

Penso que o tempo que compartilhei com vocês na EMA, e em quaisquer outros espaços que convivemos juntos impulsionou meu interesse pelo que faço hoje em dia na comunidade onde vivo. Aprendi o poder de realização do coletivo e o valor de amizades transparentes, que mesmo diante de conflitos sempre se mantiveram unidas.

E sinto que foi um importante momento da minha vida que me encaminhou bastante para o que vivo hoje;

Sou muito grato aos meus companheiros e companheiras da EMA, por esse laço familiar que nos une e por todos os momentos vividos, bons e ruins, que nos fizeram crescer juntos. Torço para que, ao longo desses 5 anos de convivência, eu tenha acrescentado ao coletivo tanto quanto o mesmo acrescentou à minha vida e que perdoem as minhas dificuldades.

Por fim, é importante discorrer um pouco sobre a relação que a EMA desenvolveu junto aos moradores e moradoras de Aldeia Velha, ou seja, a comunidade de Aldeia Velha, sendo o termo comunidade utilizado como noção de senso comum.

Não é objetivo desta pesquisa analisar as inúmeras nuances presentes na relação entre o estabelecimento da EMA e a comunidade, o que mereceria maior tempo – e espaço – mas somente esboçar algumas avaliações identificadas nas entrevistas com os moradores. A totalidade dos moradores entrevistados (8) conhece a EMA e seus projetos e citavam os eventos do Aldeia Cultural, das aulas de violão e de canto do Ponto de Cultura, das aulas de informática da Casa das Sementes Livres, como as atividades principais do grupo. Outros falaram ainda do “trabalho com as crianças” na escola, de cursos de artesanato ou de agrofloresta. Vários moradores identificaram o ano de 2006 como o ano do início da atuação da EMA no distrito, enquanto outros só disseram que “Faz muito tempo” ou na fala de um morador mais antigo: “Ih, faz tempo para o debrólio!”, uma expressão local para o advérbio “muito”.

Na avaliação dos moradores, o trabalho da EMA é “Importante para o povo local porque traz cultura lazer e conhecimentos”, na fala de um, “Importante porque a comunidade está aprendendo a mexer no computador”, “Bom porque na área rural a gente não tem muito esta oportunidade” segundo outro, “Importante porque ajuda o comércio local com os eventos e para as crianças porque trazem atividades educativos”, segundo uma entrevistada que também é mãe e comerciante. Também foram citadas a educação dos membros, a insistência do projeto e a qualificação dos professores dos cursos como fatores positivos do trabalho.

Quanto aos aspectos negativos ou que pudessem melhorar na EMA, 3 entrevistados citaram a organização do grupo:

O trabalho é bom e importante mas ao mesmo tempo é muito confuso porque tem muita gente pra fazer muita coisa, fazem muita reunião e acaba que às vezes parece que não fazem nada de tanta coisa. A gente fica confuso às vezes com tanta informação, que é tanta coisa que parece que não é nada às vezes (risos) (Fonte: Entrevista)

A falta de continuidade dos cursos também foi apontada como um problema da organização¹⁸. Ainda que não tenha sido citado nas entrevistas e nunca dito a nenhum membro da EMA, sabemos por moradores amigos que algumas pessoas criticam o grupo dizendo que “ganham dinheiro em cima da comunidade” ou “se aproveitam da comunidade para ganhar dinheiro”. Assim que as primeiras críticas como essa chegaram ao conhecimento do coletivo, os integrantes se defenderam em reuniões ou conversas informais alegando que realizam um trabalho como qualquer outro e para isso precisam ser remunerados, não ganhando dinheiro em cima de ninguém mas em cima de realizações. Muitos moradores concordam com o argumento. Uma comerciante, membro da Associação de Moradores, ao saber deste debate disse: “Mas é claro! Vocês (a EMA) por acaso são relógio para trabalhar de graça?!”.

Nas entrevistas, como sugestão para que a EMA pudesse melhorar, foram citadas a ampliação da divulgação das atividades, a realização de mais cursos diferentes (sic), que o grupo tivesse menos pessoas ou que conseguisse maior participação dos moradores locais.

De fato, a EMA nunca teve entre seus membros um morador da comunidade no sentido *strictu sensu*, ou seja, nunca um morador cumpriu as exigências internas para ser considerado como tal: participação na lista de e-mails, nas reuniões e, depois dos cursos de formação interna, cumprimento de carga horária semanal mesmo sem ter remuneração, divisão de tarefas do “yin yang” etc. No início da experiência esta participação orgânica dos moradores era ainda mais dificultada visto que a maior parte das reuniões e decisões era feita no Rio de Janeiro para serem implementadas em Aldeia Velha.

No entanto, desde as primeiras atividades da EMA, um morador local começou a colaborar com o coletivo, divulgando suas iniciativas, estimulando o grupo e defendendo o mesmo de algumas das críticas que eram recebidas, sobretudo em relação ao visual dos integrantes. Muitas pessoas da comunidade, principalmente ligadas à Igreja Evangélica, chamavam os membros do grupo de hippies pelo estilo das roupas coloridas e largas. Na realidade, qualquer visitante que apresente vestimentas assim é chamado de hippie em um misto de brincadeira e reprovação, dependendo de quem fala. Este colaborador da EMA começou a ser remunerado para funções ligadas ao contato com agricultores, limpeza da horta, distribuição de sementes e também à inscrição de alunos para aulas de violão ou informática. “Eu trabalho com o pessoal da EMA”, diz ele, mas não se identifica como membro. Na avaliação dele, o trabalho da EMA é “Muito importante porque capacitou as pessoas e a comunidade participou por mais conservadora que seja. Se matriculou muita gente, nos cursos de violão e informática”. Perguntado se algo mudou na sua vida depois de ser colaborador da EMA, segundo ele mesmo durante 6 anos, ele respondeu:

Mudou sim. Estou mais comunicativo com as pessoas, a minha escrita melhorou porque mexo no computador, me capacitei mais, aprendi a pesquisar mais, me tornei um pouco palestrante de tanto ler, pesquisar e participar das oficinas... As oficinas são muito importantes mesmo. (Fonte: Entrevista)

Outro colaborador importante é um ex-morador de Aldeia Velha, assentado da reforma agrária há alguns anos em Casimiro de Abreu, figura respeitada na comunidade por seu conhecimento das matas que veio trabalhar efetivamente com a EMA por meio do edital do Ponto de Cultura. Este colaborador já era conhecido dos integrantes do grupo por também

18 Este aspecto é um reflexo do tipo de conveniamento que é feito pelo Ponto de Cultura com a Secretaria Estadual de Cultura, pois ao final de cada ano, são enviados relatórios financeiros e de atividades e até a sua aprovação e readequação das planilhas do próximo ano, passa-se muito tempo e quando as aulas são retomadas muitos alunos já perderam o interesse. Esta é aliás uma das principais críticas da Rede de Pontos de Cultura ao Programa Cultura Viva responsável por esta política.

fazer parte da Articulação Estadual de Agroecologia e por isso foi convidado para guiar alguns passeios na mata de Aldeia Velha em pequenas 'Vivências de coletas de sementes'. Mas foi somente a remuneração mensal pelo edital do Ponto de Cultura que possibilitou seu deslocamento quinzenal de Casimiro de Abreu para Aldeia Velha para participar das atividades agroecológicas do grupo. Sua convivência e afetividade são muito grandes em relação à experiência, mas também não houve até hoje a identificação do mesmo como “membro” do coletivo, mas sim como alguém muito próximo e que “trabalha com a EMA”, segundo as palavras dele. Quando questionado sobre o trabalho com a EMA, ele tocou na falta de foco do grupo, assim como outros moradores da comunidade:

Para mim tudo que vivi com vocês foi bom, principalmente para os alunos que as pessoas falam que vão ser o futuro mas para mim eles já são o futuro e podem aprender agora o que seria difícil aprender depois de velho, como eu que fui caçador e derrubei muita mata mas depois aprendi a agroecologia. (...) mas eu via muitas vezes que vocês estavam apontando cada um para um lado, em uma direção e é necessário que todos apontem para a mesma direção. Eu acredito que é uma coisa espiritual e que é preciso prestar muita atenção nisso. (Fonte: entrevista)

Em outras ocasiões a EMA conseguiu remunerar moradores de acordo com algumas rubricas de editais, como foi o caso do Aprendiz Griô, jovens da comunidade que ajudavam na produção de eventos ou na divulgação de informações ganhando uma bolsa mensal ou os Agentes locais, pessoas que realizavam tarefas pontuais como montagem de barracas para feiras. Durante 6 meses, 5 professoras receberam um complemento no seu salário para integrar um projeto infantil de resgate de brinquedos e brincadeiras tradicionais coordenado pela EMA dentro da escola, o Pontinhos de Cultura, também do Ministério da Cultura.

Mesmo tendo sido um objetivo inicial da EMA envolver os moradores na gestão de suas iniciativas, ainda não houve uma aproximação que possibilitasse que eles fossem membros do grupo. Na opinião dos membros isso se dá principalmente porque o coletivo não pode oferecer salários e por isso não é visto como uma fonte de emprego ou de vida para os moradores. Além disso, como foi citado pelos entrevistados, muitos moradores acham que o coletivo é muito desorganizado e não conseguem entender seu funcionamento ou as regras para se tornar membro, o que também gera afastamento. Por fim, não há na comunidade a cultura do associativismo. As pessoas têm dificuldade para participar da Associação de Moradores e não há muitos registros de cooperativas ou qualquer outro tipo de grupo como de pais e responsáveis dos alunos, salvo os grupos ligados às Igrejas, como coral, grupo de jovens etc. No entanto, há que se constatar que uma dificuldade de aproximação é o uso de uma linguagem muitas vezes acadêmica ou a correlação teórica entre muitos temas distintos pelos membros da EMA, ainda que este não tenha sido uma crítica recebida pelo grupo e nem um elemento que chame a atenção no coletivo, certamente indica um tema que merece atenção.

A EMA ainda pretende incluir moradores na gestão da associação, mas avalia que não conseguiu resolver nem mesmo questões históricas e internas com o pequeno grupo que a coordena e por isso não se vê preparada o suficiente para conseguir elaborar um plano para atrair membros que sejam da própria comunidade, sendo este um projeto a longo prazo e que deve levar em conta que agora os membros da EMA também são moradores, ou seja, também são da “própria comunidade”.

Na verdade, a meta de agregar mais moradores na gestão das atividades do grupo ou somente na articulação de parcerias – realização de feiras agrícolas, eventos comunitários etc. – insere-se em um movimento mais amplo de “educação popular”, termo que a EMA carrega consigo desde 2009, quando o inseriu em sua sub-demoninação – “EMA: educação popular

em agroecologia e cultura livre”. Conectado aos ideais da ecologia de saberes e da co-presença radical, a educação popular, fundamentada também no referencial teórico-metodológico freiriano, apreendia muitas dos objetivos de transformação social almejados pelo grupo. Faziam parte deste referencial os saberes populares, o protagonismo dos sujeitos e a elaboração de estratégias de ação, entre outros aspectos, entendidos pela EMA como fundamentais para um metodologia contínua de ensino-aprendizagem, que se não fosse totalmente de “baixo para cima”, pelo menos pudesse ser feita entre iguais e não reproduzida por cartilhas e materiais didáticos obsoletos e desconectados com a realidade da comunidade. O grupo sempre tentou explicar para os alunos de cursos e oficinas que suas ações não possuíam caráter assistencialista, mas procuravam pelo contrário um projeto de emancipação social. Por meio do incentivo à participação e ao intercâmbio de conhecimentos entre o próprio povo, espera-se construir “A educação através da qual ele, o sujeito, não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país.” (BRANDAO, 1984, p.103).

Por isso, é verdade que se ainda não conseguiu a participação plena dos moradores na gestão ou idealização das atividades, tendo como foco a educação popular, os membros da EMA produziam oficinas, vivências e trocas de conhecimentos baseados no conhecimento local do artesanato, da culinária, da agricultura e de tantos outros saberes e fazeres da população do campo, enxergando aí espaços educativos plenos de possibilidades de transformação social, seja pela valorização dos conhecimentos marginalizados, oprimidos, esquecidos, seja pela inter-relação da diversidade cultural com a diversidade ambiental, demonstrando que uma é interdependente da outra. Os materiais produzidos na escola, como os Almanques da cultura caipira tinham como foco as lendas, causos e músicas da própria comunidade, dialogando com sua historicidade.

Impregnados por esta noção, os integrantes da EMA rejeitavam o termo educação ambiental por apresentar, na maioria das vezes, uma crítica rasa ao sistema injusto e desigual perpetuado pelo capitalismo financeiro, em um senso comum ambiental isento de prática social transformadora:

(...) a que nos tem convidado o senso comum ambiental? A economizar matéria e energia, a adotar tecnologias mais econômicas em insumos e a evitar o desperdício. (...) Esta seria uma noção pobre e utilitária da questão ecológica, pois coloca em pauta apenas a necessidade de economia dos meios, mas para os mesmos e indiscutíveis fins (...) A questão ecológica forte – que permite uma reflexão mais transformadora – implica em trazer à discussão se vamos nos apropriar dos minérios para fabricar tanques – para fazer a guerra – ou arados, para combater a fome. Cabe por em questão os fins e não só os meios. (ACSERALD, 2010, p.1)

Em consonância com esta visão, “o meio ambiente não se reduz a objetos materiais ameaçados de esgotamento, mas é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados dos quais emergem conflitos” (NEFFA, p. 179). A educação ambiental que vem sendo praticada, de um modo geral, não considera a justiça ambiental, ou seja, a luta de muitos pela sobrevivência, ao contrário da “busca de qualidade de vida dos ricos” (LEFF, 2011). O “ecologismo dos pobres” (BOFF, 2003), permeado por conflitos, desocupações, desemprego e violência, tem um sentido prático, com projetos produtivos e sociais alternativos para toda sociedade, que não tem tido espaço de destaque dentro da educação ambiental atual, considerada mais passiva e despolitizada, por não incluir temas como distribuição de riquezas por exemplo.

Concordando com a provocação de Enrique Leff, para quem, nunca se falou tanto em meio ambiente e nem por isso estamos tendo melhores resultados ambientais, discutir crise

ambiental de maneira complexa ou uma educação ambiental mais efetiva precisa se relacionar com a desconstrução da hegemonia da racionalidade capitalista dominante, a partir da pluralidade – e do diálogo – de saberes e da interdisciplinariedade. Nesse processo, a constituição de uma racionalidade ambiental exige mudanças sociais que vão além do confronto entre duas lógicas (econômica– ecológica) opostas:

Essa constituição é um processo político que mobiliza a transformação de ideologias teóricas, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas e valores culturais de uma sociedade; que se insere na rede de interesses de classes, grupos e indivíduos que mobilizam as mudanças históricas, transformando os princípios que regem a organização social (LEFF, 2011).

Adeptos desta visão de mundo, os membros da EMA nunca escreveram seus projetos ou se posicionaram como educadores ambientais, mas como articuladores de uma educação popular, onde o contexto local pudesse ser alvo de transformação social em um processo emancipatório, onde as pessoas não seriam meras espectadoras passivas, mas sujeitos efetivos. Este objetivo pode ser percebido em um desabafo de um dos fundadores do grupo:

Ah, tem que ter paciência mesmo pra ficar desenhando passarinho na sala de aula dizendo que isso é educação ambiental. Enquanto isso, do lado de fora da escola, a mata ciliar de Aldeia Velha está acabando por conta dos grandes proprietários e sua criação de gado e as crianças comem veneno na merenda escolar (Fonte: Entrevista)

Antes de finalizar este capítulo, por se tratar de um coletivo formado por jovens, consideramos necessário tecer alguns comentários sobre a juventude rural contemporânea, apoiados nas reflexões de diferentes autoras do livro *Juventude Rural em Perspectiva* (2007). A juventude é caracterizada como um período de transição entre a infância e a vida adulta, cuja demarcação é sempre imprecisa, “sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou a à constituição de uma nova família ou, ainsa, simplesmente a uma faixa etária (WANDERLEY, 2007). Os jovens rurais seriam uma condição particular por estarem um “ambiente social específico, o meio rural” e apesar de haver muita diversidade, as demandas e reivindicações específicas o conformam como uma categoria, pois como alerta Wanderley “não podemos isolar, nem diluir”.

As interlocuções dos temas da juventude, na opinião de deveriam interessar toda a sociedade pois de certo modo, a refletem:

Se a juventude brasileira é um espelho retrovisor da sociedade a qual ela pertence, a juventude rural também é o espelho de históricas relações de subordinação entre o campo e a cidade. E, ao mesmo tempo, como este momento o ciclo de vida se caracteriza pela busca de emancipação, pela construção de identidades, pela escolha de valores e estilos, a juventude também pode ser vista como um espelho agigantador – espécie de lente aumento – dos paradoxos e desafios de uma determinada configuração social e particularmente dos processos agrários. Este espelho agigantador revela com mais intensidade tantos os problemas quanto as potencialidades da sociedade do seu tempo (NOVAES, 2007, p.104. In: *Juventude Rural em Perspectiva*)

Apesar disso, são escassos os estudos sobre juventude. Em uma análise das dissertações e teses da área de Educação da USP, durante 18 anos (1980 a 1998), somente 4% eram estudos sobre juventude (SPOSITO, 2007, p. 124. In: *Juventude Rural em Perspectiva*).

Ao mesmo tempo não é um tema privilegiado para pesquisas, segundo a pesquisadora Elisa Guaraná de Castro.

Aqueles que se debruçam sobre o tema, analisam o processo de êxodo rural dos jovens, onde enxergam mais processos de expulsão do que atração, como causas da migração, onde pesa a estrutura fundiária “com bloqueio da reprodução social dos pequenos agricultores” (WANDERLEY, 2007) e substanciadas em dificuldades concretas; baixos rendimentos, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia (BRUMER, 2007). No entanto, a rejeição às atividades agrícolas não representa rejeição à vida no meio rural, que é elogiada por muitos como “respeito às raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade de vida no campo”. Um dos jovens de Aldeia Velha, que ao contrário de seus amigos não migrou para a cidade e sobrevive de pequenos bicos na construção civil e produzindo eventos musicais, resume um pouco esta visão:

Meus amigos acham que são ricos porque ganham bem ou moram em São Paulo, mas eu que sou rico, rapaz! Eu acordo neste lugar, tomo banho de rio, jogo pelada no final do dia, como fruta do pé, ê, tá de bobeira, eu sou bem mais rico, estou até pensando em me aposentar (risos) (Fonte: Entrevistas)

Muitos jovens, porém, sobretudo moças, saem de Aldeia Velha para estudar ou trabalhar, se casam e não voltam mais a morar na vila. As principais reclamações dos jovens são as mesmas de muitos jovens rurais em todo Brasil: a falta de aprimoramento técnico, desemprego, baixa remuneração, dificuldade em acessar os centros mais urbanizados, sobretudo pela precariedade das estradas e dos transportes públicos, escassez de espaços de lazer ou entretenimento como *lan houses*, cinemas ou praças.

Todas estas dificuldades os jovens da EMA também começaram a experimentar quando se mudaram para o vilarejo. Mesmo possuindo formação superior e razoável capacidade já comprovada de administrar projetos comunitários, a EMA não consegue captar recursos de fontes municipais, como se houvesse uma certa invisibilidade do grupo, analisada internamente como fruto de um preconceito também ao fato de serem jovens e aparentarem serem mais jovens ainda. Um dos integrantes da EMA se mudou para Casimiro de Abreu quando seu filho nasceu em busca de emprego e mais facilidade de acesso ao comércio, saúde e educação.

Apesar dos problemas, o modo de vida dos integrantes da EMA na área rural, chamou a atenção de muitos de seus amigos e pode-se sugerir que tenha contribuído para inúmeros outros processos individuais de êxodo urbano, encorajados pela experiência do grupo. Era comum que amigos do grupo da cidade quando visitavam o projeto dissessem “Vocês que estão certos” ou “Um dia ainda tomo coragem e venho também”, ou elaborassem inúmeras perguntas “Mas como vocês fazem? Como conseguem?” Hoje, sabe-se da existência de muitos mais grupos de jovens que saíram da cidade para as áreas rurais não só para empreender projetos comerciais, como os neo-rurais, mas buscar além da tranquilidade o desenvolvimento profissional em alguma área ligada à educação, às artes ou à agricultura. Os membros da EMA formaram um dos primeiros grupos a traçar esta trajetória e compreender um pouco de suas motivações e percalços pode lançar algumas luzes sobre estes processos correlatos. A participação do grupo nos editais do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, sobretudo dos Pontos de Cultura, certamente facilitou esta trajetória. Segundo avaliação realizada pelo Ipea com o universo de Pontos de Cultura de 2007, 64% dos trabalhadores permanentes é jovem, faixa etária que também é público participante prioritário das atividades (67% dos entrevistados). Estes dados ajudam a corroborar o papel importante ocupado pelos jovens nesta ação pública de cultura (ARAÚJO; BARBOSA, 2009).

Neste capítulo procuramos demonstrar quem eram e o que pensavam os jovens que criaram a EMA e, também, a Casa das Sementes Livres. Nos parece possível supor que a diversidade de teorias – ambientais, sociais e espirituais – que guiaram o surgimento do grupo é causa e fruto também da diversidade de sujeitos que vieram se incorporar ao projeto, em sua maioria críticos da racionalidade dualista moderna.

Como principais dilemas observamos a escassez de recursos e de horizontes para a captação de recursos pela EMA, fruto de um lado da falta de experiência e profissionalização de pessoas ainda muito jovens, e, por outro, das poucas oportunidades de financiamento oferecidas pelas fontes públicas para o desenvolvimento de pequenas associações, sobretudo em relação aos projetos ambientais, ou agroecológicos, no sentido trabalhado pelo grupo. Somado a isso, nos parece que o uso inadequado de ferramentas de gestão coletiva ou o desconhecimento de práticas alternativas de administração, ampliaram as dificuldades de relacionamento do grupo e contribuíram para o acirramento de desentendimentos internos na divisão e remuneração de tarefas, o que também contou para o afastamento de muitos membros. Dos mais de vinte integrantes em 2009, restaram somente cinco até junho de 2013.

No entanto, desta formação conflituosa já vinham se moldando algumas das bases para o surgimento e permanência do projeto da Casa das Sementes Livres: a bandeira da agroecologia e suas lutas sociais, a valorização da cultura do homem do campo, os coletivos como organização autônoma e a educação popular como projeto de emancipação social.

3. CONTEXTO AMBIENTAL E SÓCIO ECONÔMICO

A história socioambiental associada à história municipal de Silva Jardim – cidade onde se desenvolveu a EMA – configurou a institucionalização de unidades de conservação, incluindo um trabalho de referência sobre recuperação de uma espécie ameaçada (o mico leão dourado) e um amplo debate sobre preservacionismo e conservacionismo. Esta ambiência apresenta implicações diretas em Aldeia Velha e indiretamente na EMA, por meio dos encontros e fóruns que se realizam na região, pelas fontes de financiamento atuantes no entorno e, principalmente, pelas demandas e perspectivas dos moradores, que interagem com esta dinâmica espacial. Para compreender um pouco mais o contexto sócio econômico de Aldeia Velha, onde se formou a EMA, é importante analisar alguns dados estatísticos e históricos sobre o município sede, Silva Jardim, além de outras informações sobre a conjuntura ambiental das regiões onde ele está inserido – as Baixadas Litorâneas e o Conleste – com especial foco na presença das unidades de conservação e nos empreendimentos industriais que a circundam. Como orientado pelos manuais de sistematizações de experiências demos atenção aos aspectos da região relacionados à população, estrutura fundiária e à problemática dos antecedentes ambientais.

Tal contextualização se mostrou pertinente pela recomendação de diversos manuais de sistematização neste sentido e também porque os membros da EMA defenderam desde a fundação a ideia de território como lugar que é construído por diferentes atores sociais em uma dinâmica interação, enxergando nele co-determinações relacionadas a oportunidades e desafios, relacionados ao florescimento do próprio projeto e ao estabelecimento de sua rede de ações. De acordo com o geógrafo Rogério Haesbaert, o território é carregado de significado e expressividade para quem o constrói e/ou dele usufrui. Para ele, “a maneira pela qual o espaço e os recursos são apropriados por diferentes grupos, consideradas as posições de poder num determinado momento, modifica as relações dos grupos com o território” (HAESBAERT, 2006). Dentro do próprio grupo, sempre sentimos a necessidade de estudar mais o nosso entorno e conseguir sistematizar os dados em textos informativos, não só para alguns membros do próprio projeto que não buscavam por si só estas informações, mas também para que pudéssemos usar esses dados contextualizados em nossos planejamentos e projetos de captação.

Cruzando informações dos Indicadores da Cidadania (Incid), desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 2012, da Agenda 21 Comperj, estudos do IBGE, do SEBRAE e da ONU, entre outros que constam da bibliografia, serão fornecidos a seguir alguns dados sobre o atual cenário para que se possa compreender com qual conjuntura política, social, econômica e ambiental o projeto do presente estudo de caso vem lidando há alguns anos.

O foco principal será na cidade sede de Silva Jardim porque a experiência do coletivo da EMA trava relações com a Escola Municipal, que por sua vez responde ao poder público de Silva Jardim. Do mesmo modo, várias outras instâncias e áreas de atuação onde o grupo está inserido, como a Associação de Moradores, as autorizações para eventos públicos, atividades no Posto de Saúde etc., estão ligadas aos órgãos administrativos de Silva Jardim. Porém, tanto para efeito de comparação, quanto por ser a sede municipal mais próxima de Aldeia Velha e por isso procurada em relação à Saúde, Educação e comércio, entre outras necessidades, também iremos recorrer várias vezes a dados sobre Casimiro de Abreu, a cidade vizinha.

Houve a dificuldade em encontrar estudos sociais interdisciplinares atualizados sobre Silva Jardim e Casimiro de Abreu, o que aumentou nossa disposição em ampliar um pouco o tamanho deste capítulo e apresentar uma descrição mais detalhada do território em questão. Pesou também para isso o intuito, já comentado, de que o presente estudo seja editado e divulgado na região, em formato de livro, sendo por isso recomendável que traga junto com a discussão teórica um levantamento de informações relevantes e atuais para as pessoas que são consideradas um público-alvo especial deste produto: os moradores de Aldeia Velha, Silva Jardim e regiões circunvizinhas, pessoas que de um modo geral se interessam por esta parte informativa e quantitativa das pesquisas. Sem contar também com os pesquisadores, gestores, instituições e associações culturais ou ligadas ao meio ambiente que tenham interesse nos temas aqui tratados ou na região em foco.

3.1. *Silva Jardim: História e principais características*

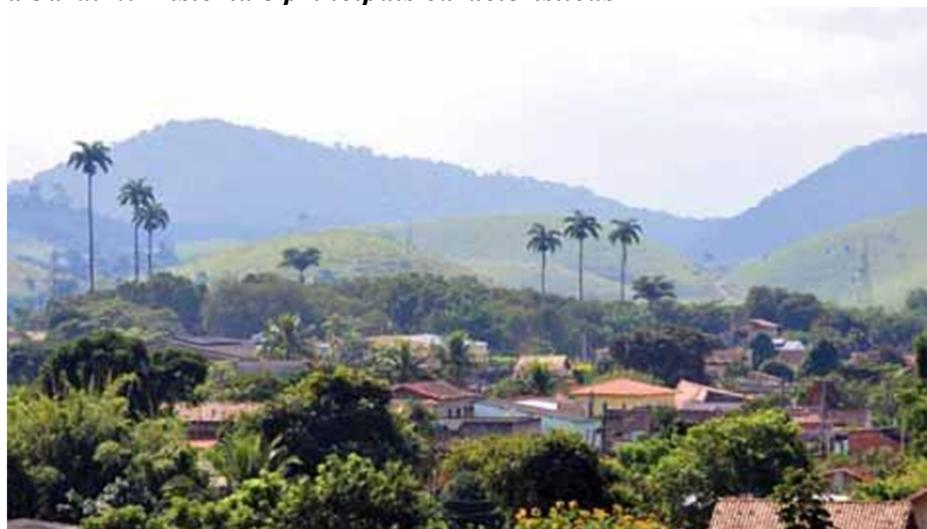


Figura 1. Vista do centro de Silva Jardim

Silva Jardim desenvolveu seu povoado às margens do Rio São João, tendo criado em 1801 a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivary¹⁹. O lugar cresceu com base na lavoura e na exploração da madeira até que “em 1841, com o constante desenvolvimento do povoado, foi criada a Vila de Capivari, com território desmembrado de Cabo Frio, tendo sido providenciada a construção de uma Câmara, Cadeia Pública e Cemitério” (Agenda 21, Silva Jardim). Em 1890, o povoado foi elevado à condição de cidade e sede do município. O nome “Capivary” só seria trocado em 1943 em homenagem ao advogado e republicano abolicionista Antônio da Silva Jardim, nascido na Vila²⁰.

Por ter sido território indígena, esta influência ainda pode reconhecida nos hábitos cotidianos do povo, como o gosto pela farinha de mandioca, no conhecimento das ervas medicinais, na pesca, na agricultura coivara, no gosto pela caça e da interação com as riquezas naturais. Os colonos suíços e alemães, descidos de Nova Friburgo, trouxeram seus fornos

19 Em tupi, Rio das Capivaras.

20 Antonio da Silva Jardim teve grande atuação nos movimentos abolicionistas e lutava pela instalação da república, ganhando destaque no meio político nos anos de 1888. Aos 31 anos de idade, em visita à Pompéia, na Itália, morreu ao visitar o vulcão Vesúvio, tendo sido tragado por uma fenda que se abriu na cratera da montanha.

caseiros, seus pães de raízes, geleias e tortas de frutas para várias localidades, como Aldeia Velha por exemplo. A capoeira, a cachaça e o carnaval revelam traços fortes das culturas afrodescendentes, bastante miscigenadas. Há Folia de Reis e Mineiro Pau pela região. Na área do artesanato, notam-se trabalhos com fibra de bananeira, entalhes em madeira, cestaria com cipó e bambu e com a madeira cambará.

A cidade se desenvolveu com base na exploração da cana-de-açúcar, de cereais e do café, cultura que a sustentou durante muito tempo e por isso tanto a cana quanto o café estão até hoje estampadas na bandeira da cidade. A atividade extrativista de madeiras nobres também foi uma das propulsoras da economia do local.

A ocupação tanto de Silva Jardim quanto de Casimiro de Abreu foi muito condicionada pela Estrada de Ferro de Leopoldina, construída em 1881, que trazia e levava comerciantes e visitantes. O acelerado desmatamento, assim como a exaustão dos solos, aliados à escassez de mão de obra decorrente da abolição da escravidão fizeram com que Capivary entrasse em colapso no final do século XIX.

A partir de 1910 ocorreram “tempos difíceis”: a gripe espanhola dizimou famílias inteiras na cidade e logo após, em 1918, um ataque de gafanhotos, que chegavam a nuvens intensas – destruía tudo por onde passavam. A cidade custou a se recuperar dessas duas tragédias, além dos recorrentes casos de malária que ocasionavam muitas mortes, sobretudo no verão, fato que só viria a ser resolvido por volta de 1947 com drenagem e dedetização das áreas (Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac).

Mesmo com os desastres, o comércio do café e a intensa vida comercial facilitada pela estrada de ferro ajudaram a dar continuidade ao desenvolvimento da cidade, até que a baixa dos preços do café nos anos 30 trouxe novamente instabilidade à Vila. Muitos sitiante perderam ou venderam suas terras que passaram mais e mais para as mãos de grandes proprietários extinguindo a vida dos distritos e provocando grande evasão rural. Uma das razões apontadas para essa grande evasão foi a aplicação do Código Florestal de 1934, fruto do Estado Novo, pois “da maneira como se processou, foi a responsável em grande parte pela saída dos pequenos sitiante, sustentáculos da riqueza que se operava em décadas passadas” (MACHADO, 1983 *apud* Resumo Executivo do Plano de Manejo da REBIO, 2005).

Além disso, a legislação trabalhista do mesmo governo, implantada também a partir de 1930²¹, e efetivada inicialmente nos centros urbanos atraiu massas de trabalhadores para o comércio no Rio de Janeiro e em Niterói. Por fim, a abertura da Rodovia Amaral Peixoto, junto ao litoral, afastou a circulação de mercadorias da sede do município e agravou o quadro da já decadente economia local (*idem*).

Seja pela crise do café, pela pressão dos fazendeiros, por dívidas ou por impactos legislativos, os pequenos proprietários pressionados e intimidados abandonaram suas terras e os grandes fazendeiros foram transformando as pequenas propriedades em grandes pastagens de criação de gado de corte, atividade econômica que perdurou e está presente até hoje. No 3º Distrito de Silva Jardim um só proprietário reuniu mais de 600 alqueires, cerca de 30 km². A população municipal foi, então, reduzida de 14.120 habitantes na década de 40 para 11.194 na década seguinte, uma diminuição de 21% (IBGE, *ibidem*).

21 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – FGV).

3.2. Reserva Biológica de Poço das Antas

A Reserva Biológica de Poço das Antas – REBIO Poço das Antas – foi a primeira Reserva Biológica a ser criada no Brasil, em 1974, motivada pela ameaça de extinção do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), cuja maior população está concentrada no município de Silva Jardim como se pode ver no mapa a seguir.

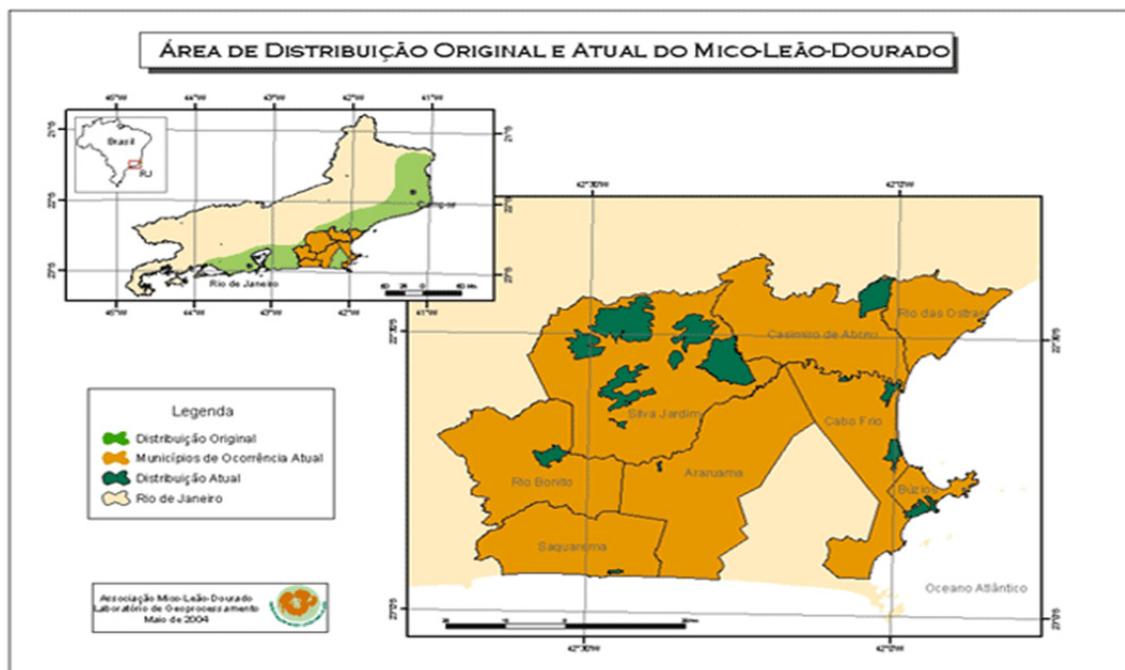


Figura 2. Área de distribuição original e atual do mico-leão-dourado

A Rebio Poço das Antas²² foi criada totalmente contida no Município de Silva Jardim. A entrada para a sede da Reserva está localizada justo em frente ao portal que dá acesso à Aldeia Velha. Sua criação ocupou terras desapropriadas pelo INCRA para atender ao “relevante interesse social de reforma agrária e criar um santuário para proteção do mico-leão-dourado e da preguiça-de-coleira”. Foram desapropriadas e indenizadas as áreas referentes às Fazendas Poço D’Antas, Bandeirantes e Aldeia Velha, além de cerca de 35 posseiros distribuídos nas propriedades vizinhas e em seguida foram implantados pelo INCRA dois assentamentos de reforma agrária: Aldeia Velha e Sebastião Lan. Esses foram os primeiros assentamentos de reforma agrária por conta do estabelecimento de uma unidade de conservação e este fato está diretamente relacionado a um decreto federal de 1965 que identificou toda a Baixada do Rio São João, como “Zona Prioritária de Emergência para fins de Reforma Agrária” devido à improdutividade de suas terras, segundo o governo.

Desde o surgimento da Rebio Poço das Antas, em 1974, várias outras Ucs foram implementadas, o que deu início a uma série de projetos de conservação na região. No entanto, a Reserva sofre com os efeitos de fragmentação das suas matas e rios, um processo

22 As Reservas Biológicas foram criadas em conformidade com o Código Florestal (BRASIL, 1965) e, mais recentemente, referendada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000). Uma Reserva Biológica (REBIO), frequentemente contém ecossistemas ou comunidades frágeis e são áreas de particular importância para a conservação dos recursos genéticos. Fonte: ICMBIO disponível em www.icmbio.gov.br.

que se agravou sobremaneira com as intervenções de engenharia na bacia do rio São João, iniciadas na década de 1970. Algumas espécies, dentre elas pequenos mamíferos, desapareceram com o isolamento. Estas obras foram resultado de um programa de desenvolvimento do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), segundo o qual se buscava adequar à natureza local à “monocultura do arroz”, nos moldes produtivos já aplicados no Rio Grande do Sul. Por isso muitos rios foram canalizados e vários canais de drenagem abertos (CAETANO; BINSZTOK, 2003).

Apesar do decreto de criação da Reserva sugerir que as terras improdutivas da região poderiam ser transformadas por meio da Reforma Agrária, o que realmente aconteceu ao longo das décadas de 70 e 80 foi o enquadramento deste território no processo de expansão da fronteira agrícola fluminense, nos moldes da grande propriedade como unidade de produção estimulada pelo próprio governo federal. A Revisão do Plano de Manejo da REBIO, publicado em 2005, aponta que a retificação do rio São João e as demais obras realizadas pelo DNOS levaram a Região das Baixadas a sofrer um processo de grilagem de terras públicas por parte dos proprietários confrontantes e que esta grilagem, “embora contestada por ações judiciais, ainda hoje em curso, compromete o uso da terra na região”.

Paralelamente às obras de intervenção, que causaram alteração e impacto ao meio ambiente, houve a aquisição de grandes extensões de terras através de diversos procedimentos, inclusive grilagens. Como em toda baixada fluminense o grande capital, principalmente os grupos empresariais fluminenses, acompanhados do mercado financeiro, passam a explorar o mercado de terras em nível nacional e regional. Construíram, a partir de investimentos especulativos, uma estrutura fundiária atípica no Estado do Rio de Janeiro, estruturando fazendas com, em média, 5.000 hectares. Carioca Engenharia, TeleRio, Lily Marinho, Granfino (cereais), grupos do mercado financeiro e imobiliário, inclusive a empresa paulista Lopes da Costa, enfim, toda uma elite econômica beneficia-se das obras de macro drenagem realizadas pelo DNOS e utiliza diversas formas de reconversão da renda da terra em prol da capitalização de seus investimentos urbanos, não se importando com as especificidades ambientais, contribuindo para a destruição de preciosos ecossistemas (CAETANO; BINSZTOK, 2003)

Como parte destas obras do DNOS também foi feita a construção da Barragem de Juturnaíba, iniciada em 1978 e cujos objetivos eram o abastecimento de água e o incremento da atividade turística na Região dos Lagos. Segundo ainda o Plano de Manejo da APA São João nenhum estudo ambiental foi realizado, anterior ou durante a execução da obra, para evitar impactos nas áreas afetadas pela construção da barragem. Não houve projeto de desmatamento prévio ao enchimento do reservatório, assim como não houve resgate de fauna.

O leito dos Rios São João, Aldeia Velha e outros afluentes foram retificados, alargados e aprofundados, em sucessivas etapas, nos setores à montante e à jusante do reservatório. As características ambientais da bacia hidrográfica do Rio São João foram profundamente modificadas, a mata ciliar foi seriamente reduzida, além da diminuição do lençol freático, o que provocou drenagem e até secagem dos solos que constituíam trechos da planície de inundação, provocando graves mudanças na vegetação local. O Rio São João, com percurso total de 150 km, era navegável desde a foz até a Lagoa de Juturnaíba. Hoje só é navegável por embarcações de pequeno porte por cerca de 59 km, do deságue do Rio Maratuã a Barragem de Juturnaíba e desta até o seu estuário (Fonte: Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica de Poço das Antas).

Em 1990, outros 20 quilômetros do rio São João afetados com a construção de uma nova barragem, que aumentou de 8 km² para quase 40 km² o reservatório da Lagoa de

Juturnaíba. A represa de Juturnaíba abastece hoje oito municípios, incluindo Niterói e São Gonçalo, sendo também o segundo maior reservatório de água doce do estado e, somada à Região Hidrográfica do São João, é a principal fonte de água para abastecimento humano da região dos Lagos. A bacia hidrográfica do Rio São João é também a principal opção para abastecer a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em caso de crise no sistema do Rio Paraíba do Sul/Guandu (BIDEGAIN & VÖLCKER, 2003 *apud* VALLE, 2007).

Muitos problemas relacionados à construção e à gestão da Represa vêm sendo apontados pela população local e pelos órgãos ambientais. Um deles é referente ao fato da construção da barragem de Juturnaíba ter sido feita sem a escada de peixes, o que criou uma barreira artificial impossível de ser transposta por qualquer espécie aquática. Além disso, o impacto da introdução de espécies exóticas como o tucunaré (*Cichla sp.*) e a tilápia (*Tilapia sp.*) ainda não foram estudados, mas muitos pescadores relatam a redução das populações de espécies nativas (Plano de Manejo Apa São João, 2008).

Outro problema recorrente são as enchentes na região durante o período de fortes chuvas. Quando isso acontece, se as comportas da represa não forem abertas a cidade de Silva Jardim e as propriedades do médio São João são alagadas. No entanto, se há abertura desnecessária, há enchentes no baixo São João. Além disso, a própria BR-101 funciona como uma barragem em diversos trechos que a rodovia atravessa as baixadas. O assentamento Gleba Aldeia Velha localizado próximo à BR-101 e também situado no médio São João sofre, pois, duplamente com as enchentes. De um modo geral, problemas com o gerenciamento das comportas da barragem tem sido motivo de diversos conflitos socioambientais que envolvem a população de Silva Jardim, os proprietários rurais da região do médio São João e os proprietários rurais e assentados do baixo São João (*idem*).

Em 1999 foi criado o Consórcio Ambiental Lagos São João ou Consórcio Intermunicipal para a Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira²³. Este consórcio é uma associação civil sem fins lucrativos que une governos, empresas e entidades da sociedade civil para gerir a Represa, visando fortalecer a gestão compartilhada. Por conta dos conflitos oriundos das enchentes, o Comitê de Bacia publicou uma Resolução regulamentando a operação das comportas da barragem de Juturnaíba. Também já foram divulgadas informações de que está estudando implantar a rampa-escada de peixes na barragem de Juturnaíba.

Entretanto, nos encontros da Agenda 21 do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), a população da região apontou falta de divulgação das reuniões do Comitê, alegando que isso vinha dificultando a participação popular na tomada de decisões sobre o tema. Também há relatos sobre a falta de engajamento dos representantes municipais do Executivo e Legislativo no Comitê de Bacias, o que interfere no planejamento local. De modo geral, a grande preocupação da população se refere ao mau gerenciamento dos recursos hídricos por parte da administração pública.

Foram indicadas como soluções, ainda no documento da Agenda 21 Comperj, a revisão do contrato de concessão a fim de propor a destinação de parte do lucro da Prolagos e da Águas de Juturnaíba para investimentos em melhorias da Lagoa e suas adjacências e também a isenção do pagamento do consumo de água para a população de Silva Jardim (PETROBRÁS, 2011).

Mesmo com tantos problemas e desafios ambientais, a bacia hidrográfica do rio São João foi considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como área de extrema importância para a conservação da biodiversidade da biodiversidade aquática, sobretudo pela sua

23 <http://www.lagossaojoao.org.br>.

ictiofauna ocorrendo 90 espécies de peixes (MMA, 1999 e 2002). Houve um aumento considerável da demanda por recursos naturais locais, sendo a água da Bacia do Rio São João um bem cada vez mais pressionado. Tendo em vista estes conflitos foi criada a Apa São João em 2002 como será visto mais adiante.

3.3. Associação Mico Leão Dourado (AMDL)

A AMDL atua na bacia do rio São João, RJ, desde 1983 dentro da REBIO Poço das Antas e seu entorno para recuperar a população de micos-leões-dourados (*Leontopithecus rosalia*) e restaurar o seu habitat. De acordo com registros encontrados no site da associação (<http://www.micoleao.org.br/>), um terço da população atual de micos-leões-dourados é resultado das sucessivas reintroduções de micos-leões nascidos em cativeiro realizado desde o início da década de 80. Os demais são micos selvagens que já existiam nessas florestas e também a população que foi resgatada de pequenos fragmentos isolados. O maior fragmento da baixada é a própria Reserva Biológica de Poço das Antas (5.500 ha)

Devido à grande perda de cobertura florestal da Bacia São João já citada aqui, a restauração florestal é indicada como um dos maiores desafios pela própria AMDL. Segundo dados do site da instituição “a combinação entre a perda massiva de florestas e o alto nível de endemismo coloca essa região em destaque com o maior número de espécies de aves ameaçadas no Novo Mundo”.

Ainda de acordo com a AMDL, esses remanescentes florestais das baixadas contêm uma variedade de plantas e animais ameaçados, sobre os quais ainda se tem pouco conhecimento e por se tratar de “um dos últimos remanescentes de florestas de baixadas nesse *hotspot* com mais de 8.000 espécies endêmicas de plantas, é bastante provável que a área em questão abrigue populações de diversas espécies ameaçadas”.

A AMDL conta com parceiros de peso para seus programas desde o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal/ESALQ/USP até a Embaixada Britânica e Canadense, a Conservação Internacional (CI) e o Citigroup, por exemplo.

Segundo a Associação, um dos focos de atuação do seu trabalho é nas escolas dos municípios de ocorrência do mico-leão-dourado. Em Aldeia Velha só há registros diretos da atuação da AMDL na área de educação por conta do projeto *Redescobrimo a Mata Atlântica*, que pretende formar educadores ambientais por meio de oficinas com a participação de professores do município de Silva Jardim. O público participa de encontros periódicos para discutir meios de desenvolvimento de atividades sobre a Mata Atlântica, sua flora, fauna, ameaças e ações de conservação. Para seu atual diretor o principal trabalho a ser feito agora é garantir, frente às obras de duplicação da BR-101, que os micos consigam atravessar de um lado para o outro de forma segura.

3.4. Apa São João/Mico Leão Dourado

A Apa São João foi criada em 2002 para ajudar a regular as questões hídricas e também proteger várias espécies ameaçadas como a Preguiça de coleira, o Lobo-guará, o Gato-maracajá, o Bagrinho, a Borboleta-da-praia, a Onça Parda e, claro, o Mico leão dourado, tanto que seu nome completo oficial é APA da Bacia do Rio São João / Mico Leão Dourado. Sua intenção,

segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é tentar compatibilizar a preservação ambiental com o uso sustentável, sendo menos restritiva que a REBIO Poço das Antas e abrangendo uma área maior. O município de Silva Jardim merece destaque quando se fala da criação desta unidade de conservação, como se pode conferir no gráfico a seguir:

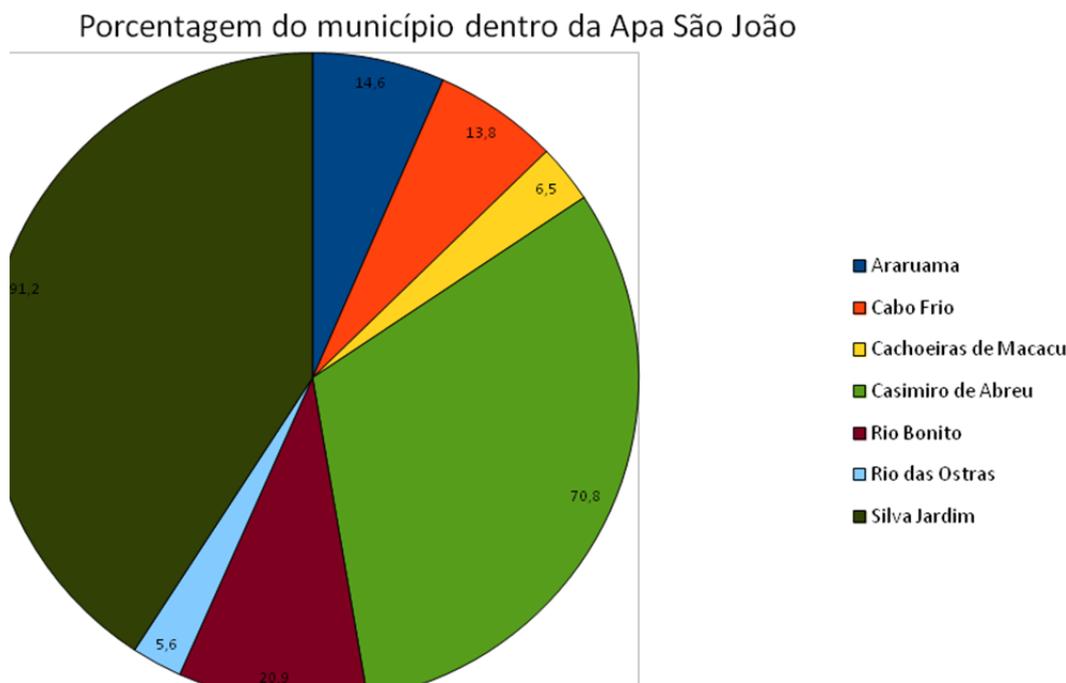


Figura 3. Porcentagem do município de Silva Jardim dentro da Apa São João

A APA faz limite direto com o Parque Estadual de Três Picos – que também tem grande parte do território dentro de Silva Jardim e em cujas densas matas foram detectadas os mais elevados índices de biodiversidade de todo o estado²⁴ – com a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, a Área de Proteção Ambiental de Cachoeiras de Macacu, o Corredor Ecológico Sambê – Santa Fé – Barbosão, o Parque Natural Municipal do Mico-Leão-Dourado, a Reserva Biológica União além da própria Reserva Biológica de Poço das Antas. A APA da bacia do rio São João / Mico Leão Dourado representa 7,7% da área protegida por UC's de uso sustentável na Mata Atlântica²⁵.

De acordo com estudos recentes da Associação Mico-Leão-Dourado, durante o período de 1990 a 2001, a cobertura florestal da bacia do São João decresceu a uma taxa de 1.44% ao ano. Os remanescentes florestais estão altamente reduzidos e fragmentados o que faz a bacia contar com mais de 500 fragmentos.

²⁴ Fonte: Agenda 21 Comperj 2011.

²⁵ A Mata Atlântica tem 2,8% de seu bioma em unidades de conservação, sendo 1,0% de proteção integral e 1,8% de uso sustentável.

A seguir um gráfico que demonstra o uso do solo dentro da APA:

Uso e cobertura do solo na Apa São João

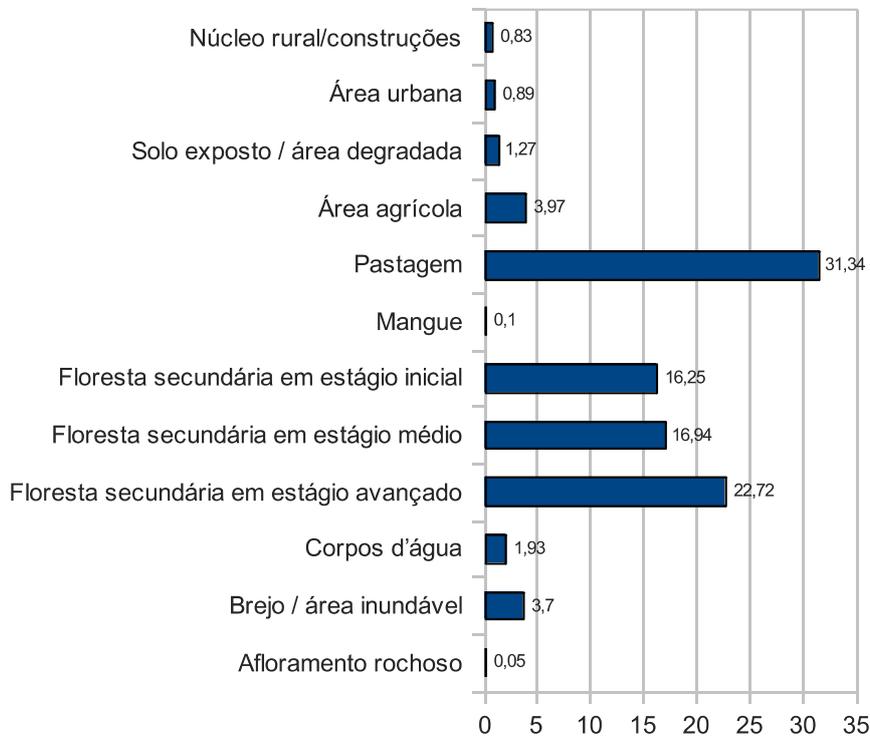


Figura 4. Uso e cobertura do solo na Apa São João

Como se pode constatar, a agricultura tem pequena relevância dentro da APA, com destaque para os cítricos, cana-de-açúcar, mandioca, banana, coco, maracujá e o predomínio é da pecuária de corte.

No plano de manejo da APA são identificadas muitas atividades conflitantes, como a caça, a pesca predatória, as queimadas e incêndios florestais, desmatamentos, produção de carvão vegetal nativo, extração de lenha nativa, corte seletivo de espécies arbóreas, uso indiscriminado de agrotóxicos, atividades agropecuárias degradantes, transporte de combustível por trem, dutos de gás e petróleo, tráfego pesado e/ou de cargas perigosas na Rodovia BR-101, criação de espécies exóticas, extração irregular de recursos minerais, disposição inadequada de resíduos sólidos e a expansão urbana desordenada. A utilização inadequada de agrotóxicos é descrita na região da Bacia, através do uso ilegal do Thordon 2,4-D (SAUNDERS & NASCIMENTO, 2006 *apud* Plano de Manejo APA).

Este dado é confirmado pelo estudo da ONU-Habitat que alega que Silva Jardim tem um dos níveis de pobreza mais expressivos da região do Conleste, o que segundo o estudo é decorrente de uma economia estagnada, com grandes extensões territoriais ocupadas esparsamente por um misto de agricultura com pecuária extensiva, pesca e criação de camarão, hotéis – fazendas e sítios de fim de semana (2009).

A região do Conleste é composta por 13 municípios do Leste Fluminense, alvo de planos governamentais e empresariais que determinam uma série de transformações que têm como carro chefe a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí. Segundo dados do governo do Estado, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – Conleste – surge como o instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns.

O Comperj é uma das ações do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, e é considerado pela Petrobrás um dos principais empreendimentos da sua história. Localizado em Itaboraí, o Comperj caracteriza-se como um complexo industrial, que transformaria óleo pesado em produtos petroquímicos²⁶. O plano do Governo era que o complexo já estivesse funcionando em junho de 2013, mas nesta data só 53% das obras foram concluídas e o prazo já foi estendido para 2016. Entre os problemas está, além da limitação de recursos e greve dos trabalhadores, por exemplo, a questão ambiental, incluindo suspensão das obras pelo Ministério Público²⁷.

No Plano de Manejo da Bacia do São João há a indicação de que “uma das questões mais atuais e ainda não definidas que é a possibilidade de transposição da bacia do rio São João para abastecimento do Complexo Petroquímico, ainda em fase de licenciamento” (2008). Um estudo elaborado pela Firjan (Comperj – potencial de desenvolvimento produtivo) mostra que há grande probabilidade de Silva Jardim ser um dos municípios mais beneficiados pela atração de empreendimentos, segundo a tendência de desconcentração industrial na região (Agenda 21 Comperj, 2011).

Nos fóruns da Agenda 21 do município os participantes manifestaram preocupação com a falta de conhecimento e de informações oficiais sobre o fornecimento complementar de água ao Comperj, além de declararem grande preocupação com o pouco conhecimento disponível acerca das consequências da instalação de indústrias atraídas pelo complexo, sobre a qualidade do ar, possíveis impactos com a emissão de gases causadores das mudanças climáticas e a carência de estrutura apropriada de monitoramento e fiscalização na região (*idem*).

Na tentativa de contribuir com o monitoramento das condições de cidadania, dando visibilidade a situações de violação de direitos e injustiças sociais e ambientais na área de influência do Comperj, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) realiza desde 2011 o estudo Indicadores da Cidadania (Incid). O Incid se baseou no Projeto Agenda 21 Comperj que havia atingido 14 municípios (os 11 originais do Conleste, mais Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis).

26 Além das unidades de processamento de petróleo, o empreendimento depende de várias obras de infraestrutura, entre elas um gasoduto, um oleoduto, uma usina de geração de energia e um emissário de efluente. O site do Comperj diz que a iniciativa da Petrobras vai operar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões o que obviamente trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística e ambiental toda a região. As obras do complexo deflagaram um boom imobiliário na cidade de Itaboraí, sede do projeto. Instalação do Comperj em Itaboraí provoca ‘boom’ imobiliário disponível em www.oglobo.globo.com. Acesso em 23/06/2013.

27 Revista Exame, Editora Abril em 28/06/2013.

Abaixo o mapa com a área de estudo do Ibase e a localização do Comperj.



Figura 6. Área de estudo do Ibase em relação ao Comperj

A cidade de Silva Jardim apresenta índices insuficientes em diversos setores. Juntamente com Tanguá e Guapimirim registra os menores valores de PIB na região do Conleste (UN Habitat, 2009). Com relação ao empreendedorismo, em 2007, o número de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) registradas no município de Silva Jardim foi de 333, o penúltimo da região. Destes estabelecimentos, 80,15% concentravam-se na cadeia agroindustrial; 19,76% na cadeia da construção e 0,09% na cadeia química– petroquímica. RAIS/MTE 2007.

Uma publicação do Sebrae baseada na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego²⁸ indica que haviam 579 estabelecimentos entre pequeno médio e grande porte na cidade, sendo a maior quantidade (29) relacionados aos serviços e atividades de organizações religiosas, seguidos por Restaurantes (23) e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e depois pelo Comércio varejista de mercadorias em geral (22), com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns. A criação de bovinos, entretanto, é a atividade mais presente, com 133 estabelecimentos. No índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – estudo anual do Sistema FIRJAN que acompanha o desenvolvimento de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros nas áreas de Emprego & Renda, Educação e Saúde – Silva Jardim aparece em 87ª posição entre 92 cidades. Dentro do índice, o pior indicador de Silva Jardim é o de emprego e renda (Fonte: www.firjan.org.br/ifdm).

Na área da educação a taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade a média do estado de 4,3% é ultrapassada pelos municípios de Silva Jardim (13,2%), que tem a maior taxa, Cachoeiras de Macacu (9,3%) e Tanguá (8,9%) (IBGE 2010). No acompanhamento do Ensino Fundamental Regular com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em escolas da rede pública (Ideb), Silva Jardim tem os piores indicadores tanto para a quarta série quanto para a oitava. A rede municipal teve nota média de 3,6 no IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental, ficando Silva Jardim posicionado em 85º entre 91 avaliados e em relação aos anos finais, obteve grau médio 3,3, o que o levou a 67º

28 RAIS/ESTB 2010, cujos dados estão disponibilizados conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE Fiscal e por municípios.

posição entre 80 avaliados. Já a rede estadual, não avaliada no primeiro segmento, atingiu no segundo segmento a nota média 2,9, ficando o município em 76º entre 90 avaliados,. Em nenhuma das três variantes não cumpriu a meta estabelecida para 2009 pelo MEC. O número de unidades escolares total do nível fundamental caiu de 28 em 2005 para 19 em 2010. Já no ensino médio havia 1 unidade em 2005 e agora há duas.

O município de Silva Jardim apresenta a menor taxa bruta²⁹ de matrículas de 15 a 17 anos de idade da região do CONLESTE, o que indica que um número pequeno de jovens, com idade adequada, está matriculado nesse nível de ensino.

No distrito de Imbaú há um campus da Unigranrio que oferece 4 cursos de graduação: administração, superior de tecnologia em marketing, superior de tecnologia em logística e superior de tecnologia em gestão de recursos humanos. Inaugurado em abril de 2013 o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) em Silva Jardim, 1.400 alunos que serão formados por ano, oferecidos os cursos de Informática (cerca de 890 vagas), Pedreiro de Alvenaria (20 vagas), Aplicador de Revestimento Cerâmico (Ladrilheiro, 20 vagas) e Bordado e Customização (40).

Em relação à Saúde, a situação do município também não é favorável. Dentro da área do Incid Silva Jardim é o terceiro município na proporção de nascidos vivos com menos de 2,5 kg (Datusus, 2009). O baixo peso ao nascer tem sido definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como inferior a 2,5 kg e esse ponto de corte que vem sendo adotado para a comparação internacional, é baseado em observações epidemiológicas de que crianças nascidas abaixo deste peso têm, aproximadamente, 20 vezes mais risco de morrer (Kramer *apud* Incid, 2013). De acordo com tal informação nos é permitido logo de início imaginar um panorama socioeconômico negativo do município.

Em relação aos estabelecimentos de Saúde, há 9 centros de saúde/unidades básica de saúde, 5 postos de saúde, 1 hospital geral, 1 policlínica e nenhum pronto socorro. Há também 1 Unidade de vigilância em saúde, 1 Unidade móvel pré-hospitalar urgência/emergência e 1 Unidade móvel terrestre. Não existe nenhum Centro de atenção psicossocial, Centro de apoio à saúde da família ou ao parto normal. Só há um pediatra e nenhum cirurgião geral, nem ginecologista ou anestesista (dados tabela 25 Recursos Humanos – Ocupações – Município – dez 2010).

Chama a atenção o grande número de casos de displasia (anomalias em órgãos ou tecidos que pode evoluir para um tumor maligno) no município de Silva Jardim, que, não dispondo de infraestrutura necessária para o tratamento, encaminha um ônibus com pacientes diariamente ao INCA (Instituto Nacional do Câncer) do Rio de Janeiro. O grande número de ocorrência pode estar ligado ao uso de determinados produtos químicos (agrotóxicos) nas práticas agrícolas (Revisão do Plano de Manejo da REBIO Poço das Antas, 2005)

Com base nos Indicadores de Cidadania Percebida³⁰ do Incid, a cidade vizinha à Silva Jardim, Casimiro de Abreu aparece em primeiro lugar entre os 14 municípios pesquisados, em relação ao indicador Direito à Saúde, com 53,3% dos entrevistados respondendo positivamente à pergunta “Quando você ou alguém próximo têm um problema de saúde, conseguem atendimento adequado?”. Silva Jardim aparece em 6º lugar com 40,8%. Quando a questão é a inclusão na saúde, o indicador revela a porcentagem das respostas que correspondem à percepção de que não existe exclusão na saúde, ou seja de que não existem

29 A taxa de matrícula bruta de 15 a 17 anos representa a relação entre os alunos matriculados nas três séries do ensino médio e a população municipal de 15 a 17 anos de idade.

30 A Cidadania Percebida é considerada pelo projeto como a consciência e a cultura de direitos, abrangendo a percepção sobre as responsabilidades da cidadania, sobre a forma como as pessoas pensam os seus direitos e os dos outros, bem como as percepções sobre participação, diversidade e desigualdade. Se refere à situação da cidadania nas consciências, na visão de mundo, no cotidiano e nas práticas da população (Incid, 2012).

pessoas que ficam sem acesso a estes serviços e novamente Casimiro de Abreu aparece em 1º lugar com 43,6% e Silva Jardim, um pouco melhor, na terceira posição, com 38,9%.

Esses indicadores confirmam a percepção que também se observa informalmente em Aldeia Velha sobre a diferença entre Casimiro de Abreu e Silva Jardim e soma mais um motivo pelo qual os moradores preferem o primeiro ao segundo; sendo recorrente a fala, como já citado, de que “o ideal era que Aldeia Velha pertencesse à Casimiro”. Somente em relação ao indicador de participação e saúde, que confere a percepção dos moradores sobre a perspectiva de mudar para melhor os serviços de saúde através da participação dos cidadãos é que Silva Jardim alcança melhor posição do que Casimiro de Abreu, apesar da diferença percentual ser pequena: o primeiro tem 65,1%, ficando com o 3º lugar, enquanto o segundo leva o 7º lugar com 60,5%

No quesito de destinação dos resíduos sólidos, Silva Jardim é o que mais possui lixões na região, com 4 vazadouros a céu aberto além da menor porcentagem de coleta regular de lixo 66,4%, bem abaixo de Casimiro de Abreu, com 90,7% de coleta regular e nenhum lixão. A maior proporção de domicílios com destino do lixo inadequado se encontra nos municípios de Silva Jardim (10,6%). Já em relação à proporção de domicílios cuja forma de escoamento do esgoto é inadequada Silva Jardim aparece em terceiro lugar com 38,1%. Em relação aos municípios que apresentaram as maiores proporções de domicílios sem banheiro, Silva Jardim aparece novamente como um dos municípios com pior índice com 1,2% seguido de Itaboraí e Magé cada um com 1% (2010).

A porcentagem de residentes na área urbana do município que são atendidos com água potável chega a 95% e 60% da população conta com rede de esgotos, ambos serviços da concessionária Águas de Jurnaíba. A Estação de Tratamento de Esgoto Caju utiliza o sistema de Wet Land, no qual o esgoto, já tratado nas lagoas, é encaminhado para outra área, onde é feita sua disposição no solo. No entanto, como apontado no 1º Seminário Local do Diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico de Silva Jardim (PMSB), realizado no primeiro semestre de 2013, a água da cidade já tem problemas de qualidade, pois chega à barragem com esgotos não depurados dos rios que desembocam nela, através de elementos orgânicos, algas e amônia. De acordo ainda com a Agenda 21 Comperj, rios de Silva Jardim como o Rio Capivari, o Valão da Caixa e Cambucaes estão cada vez mais poluídos. Alguns dos problemas observados estão relacionados ao lançamento de esgotos sanitários não tratados, presença de lixo sólido nos canais de drenagem pluvial e resíduos contaminantes.

Em relação ao transporte entre os municípios do Incid, Silva Jardim, ao lado de Tanguá, é o que apresenta o menor número de conexões diretas intermunicipais, além de não possuir transporte direto para a capital. Um outro dado relacionado aos meios de transporte é a elevada taxa de vítimas de homicídio culposo no trânsito³¹ por cada dez mil habitantes, onde Silva Jardim aparece em primeiro lugar com 13,6%, seguido de Casimiro de Abreu 9,9% e Rio Bonito 6,3%, uma taxa que aponta para a ocorrência de acidentes graves nestes municípios, não sendo por isso coincidência que todos os três sejam atravessados pela rodovia federal BR 101.

Falta transporte público no município e um dos motivos apontados pela sociedade civil é o monopólio dos transportes públicos na região. Composto o quadro há que se levar em conta o péssimo estado das estradas vicinais que ligam as comunidade rurais à sede do município.

Para compensar tantos índices ruins, Silva Jardim não é considerada uma cidade violenta. A taxa de homicídios contra homens com mais de 15 anos de idade pretos e pardos (22,4) está bem abaixo da taxa do Rio de Janeiro (34,7) e do próprio Incid (35). Já em relação aos brancos, a taxa de 26,9 supera a do Incid de 19,1 e a do Rio de Janeiro de 18,3 (IBGE e

31 Fonte: SIM/DATASUS/MS.

Datasus, 2010). A taxa de roubos de rua é bem baixa; ao considerar cada dez mil habitantes de Silva Jardim ela é de apenas 2,8%, ultrapassando somente Cachoeiras de Macacu onde a taxa é de 1,7%³².

Voltando mais uma vez aos indicadores do Incid, Silva Jardim também apresenta números positivos em relação ao respeito aos direitos e o respeito à diversidade, Silva Jardim teve destaque entre a região estudada, mesmo os índices sendo baixos de uma forma geral. Quando o assunto é respeito à diversidade, a menor ocorrência de discriminação em virtude de raça, cor da pele, classe social, religião, gênero e opção sexual, fez Silva Jardim aparecer em primeiro lugar com 59,2%. Neste quesito Casimiro de Abreu obteve a quarta colocação. E em relação ao Direito à diversidade, Silva Jardim tem 80% de respostas positivas alcançando o 2º lugar, muito próximo de Casimiro que apresentou índice de 79,7%.

Também na percepção dos entrevistados sobre o respeito aos seus direitos de um modo geral, o segundo melhor resultado é de Silva Jardim, com 55,1%, ficando atrás novamente só de Casimiro de Abreu que chegou a 65,4%. Como último indicador relevante e positivo para Silva Jardim se coloca a questão da Igualdade, auferida a partir da consciência e da resposta negativa sobre duas situações: a existência de desigualdades de acesso aos direitos básicos e a existência de preconceitos e/ou formas de discriminação. Silva Jardim está em segundo lugar com 47,7% e Casimiro em primeiro com 55,7%.

Agricultura e Meio Ambiente

Dentre os maiores estados brasileiros economicamente mais importantes, o Rio de Janeiro é aquele em que a agropecuária tem a menor importância em sua economia, participando com 0,5% do valor adicionado total do estado em 2009 (TCE, 2011). Olhando para a região estudada pelo Incid, a maior parte da área de estabelecimentos agropecuários está no municípios de Silva Jardim (18%).

Segundo a publicação do Ibase:

Chama atenção a reduzida porcentagem da área de pequenas propriedades em Silva Jardim (7,6%) e Casimiro de Abreu (10,3%). Nestes dois municípios, a extensão dos estabelecimentos agropecuários é expressiva – 46.084 hectares em Casimiro de Abreu e 93.834 em Silva Jardim, representando 56,3% e 41% da área total destes municípios, respectivamente. (INCID, 2012)

Assim, em relação ao indicador “Acesso a terra”, que mede a razão entre o somatório da área dos estabelecimentos agropecuários com até 50 hectares e o total da área dos estabelecimentos agropecuários, partindo do pressuposto de que a pequena propriedade é um fator de fixação do homem no campo, fortalecimento da agricultura familiar e redução da desigualdade social, Silva Jardim e Casimiro de Abreu não obtiveram boa avaliação.

Na revisão do Plano de Manejo da REBIO Poço das Antas, Silva Jardim e cidades vizinhas são identificadas como dependentes do setor agropecuário, com forte influência da pecuária mantida pelas grandes propriedades. Na região da Unidade de Conservação quase 50% das propriedades (47,7%) têm menos de 10 hectares de área, ocupando menos de 3% do território. Em Silva Jardim, principalmente, exemplifica a revisão, foram mencionados casos de grupos de 5 a 6 pessoas que são proprietários de até 10 fazendas de gado de corte. Ainda no mesmo documento se alega que a criação de gado de corte vem se desenvolvendo de modo

32 Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP).

acelerado e em muitos casos, fazendas de leite estão sendo compradas por proprietários de outras localidades e regiões e transformadas em criação de gado de corte. Esta mudança de uso é apontada pelas autoridades municipais como responsável pelo grande desemprego na área rural, pois uma fazenda de leite ou uma lavoura de fruta emprega até 20 famílias, porém, quando transformada não precisa de mais do que uma família para cuidá-la e dois ou três peões (Revisão do Plano de Manejo da REBIO Poço das Antas, 2005).

Por isso mesmo, em Silva Jardim observa-se deslocamento da população rural de todos os distritos em direção à sede municipal que variou em cerca de 47%, no período que vai de 1950 a 2000. Segundo a REBIO Poço das Antas estas tendências provavelmente estão relacionadas à mudança de uso da terra e à transformação das propriedades de gado leiteiro em gado de corte (*idem*).

Um outro dado que é comumente mencionado como uma qualidade do município de Silva Jardim em documentos, sites ou quaisquer materiais de divulgação de unidades de conservação, prefeituras ou órgãos ambientais locais é Silva Jardim possuir o maior número de Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN's) do Brasil: até junho de 2013 já somavam 21 unidades³³. Até 2006 já haviam sido criadas 15 RPPNs na bacia do rio São João (FERNANDES, 2008 *apud* Valle, 2011). Número esse que está muito relacionado ao fato da Associação Mico-Leão-Dourado oferecer apoio técnico aos proprietários rurais interessados na criação de Reservas Particulares desde 1994, visando a preservação do habitat do primata ameaçado. No entanto, no documento do Incid, este número é problematizado.

No município de Silva Jardim, a expressiva criação de RPPN's nos últimos anos permite supor que haja relação entre a criação destas reservas por determinados proprietários como estratégia de disputa pela terra, uma vez que este município apresenta indícios de que a luta pela reforma agrária esteja bastante ativa, com a presença de um acampamento e dois assentamentos (*idem*).

De acordo com esses dados, podemos sugerir que uma grande pressão por reforma agrária na região também pode ser um motivo que tem levado muitos proprietários de terra a se defenderem de uma possível intervenção do estado criando reservas particulares. Neste ponto é importante lembrar que como foi contado no capítulo sobre a criação da REBIO Poço das Antas, a região da qual faz parte Silva Jardim havia sido indicada como prioritária para a reforma agrária mas as políticas federais contraditórias acabaram abrindo espaço para a grilagem de terras. A maior parte da área do Incid cujos produtores são assentados sem titulação definitiva da terra está nos municípios de Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, que são também os mais extensos entre as outras 14 cidades pesquisadas. A publicação do Incid informa que dos 25 acampamentos que existem no estado do Rio de Janeiro – onde residem e trabalham cerca de 1.240 famílias – dois estão localizados na área de estudo do Ibase: o Acampamento Sebastião Lan II, no município de Silva Jardim; e o Acampamento Sebastião Lan III, no município de Casimiro de Abreu. Logo, nota-se que a questão do acesso à terra, do uso da terra e os conflitos fundiários são muito presentes nos municípios que mais influenciam as políticas que incidem sobre Aldeia Velha e região. A área que já contava com o assentamento Aldeia Velha, a partir de 1995 com a criação do assentamento Cambucaes e de 1997, com a ocupação da área chamada de Brejão, passou a contar com mais um assentamento e um acampamento, colocando definitivamente a questão dos assentamentos de trabalhadores rurais no centro das disputas pelo acesso a terra na região. Ainda segundo SERAFINI (op. Cit.) estes diferentes assentamentos têm naturezas distintas, pois enquanto os

33 Fonte: Cadastro nacional de RPPN's <http://www.reservasparticulares.org.br>. Consultado em 16 maio de 2013.

assentamentos Aldeia Velha e Cambucaes foram motivados pela regularização de pessoas que já residiam e trabalhava no local, o assentamento e o acampamento Sebastião I e II respectivamente, foram fruto da luta por reforma agrária organizada pelo movimento social, nestes casos, o MST.

Esta concentração fundiária, segundo a perspectiva da EMA tem efeitos negativos sobre a conservação da biodiversidade e do meio ambiente na região, pois podemos argumentar que a diversidade cultural e a diversidade ambiental se complementam mutuamente e a expulsão das populações do campo retira dos territórios parte fundamental de suas características culturais, impressas no modo de vida do povo, com seus costumes, suas lavouras, culinária e festejos, por exemplo. Desse modo, a política de meio ambiente de Silva Jardim e da região necessitariam encarar a concentração de terras e a reforma agrária como itens fundamentais do debate sobre a conservação do meio ambiente.

Atualmente, Silva Jardim tem políticas contraditórias na área ambiental. Desde 2010 é o município que lidera o ranking no estado do Rio de Janeiro em repasses do ICMS verde³⁴ podendo chegar a receber em 2013 até R\$ 8,5 milhões como recompensa ambiental pela preservação da Lagoa de Juturnaíba, o fim de um lixão, o avanço em saneamento básico e investimentos nas suas unidades de conservação (algumas das variáveis utilizadas para cálculo daquela transferência)³⁵. No entanto, apesar de grande parte do seu território ser zona de amortecimento da REBIO Poço das Antas e por isso não ser permitida a instalação de indústrias potencialmente poluidoras ou degradadora do ambiente, a expansão das monoculturas de eucalipto cresce visivelmente.

Compreendendo que as questões ambientais também passam pela qualidade de vida que por sua vez estão intimamente ligadas à percepção que as pessoas têm do ambiente que a circundam, seguem abaixo gráficos feitos com base no estudo de cidadania percebida do Incid nos 14 municípios já listados anteriormente. Os percentuais abaixo se referem ao número de respostas positivas para questões como “A água que chega às casas é limpa? O ar é limpo? As ruas e as praças são limpas?” O indicador Direito a condições básicas de vida soma todos estes índices com a percepção sobre a garantia ou não de serviços básicos relacionados a educação e saúde.

34 A Lei do ICMS Verde prevê maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) às prefeituras dos municípios fluminenses que investem na preservação ambiental, segundo os critérios de 45% para unidades de conservação; 3 0% para qualidade da água; e 25% para gestão dos resíduos sólidos.

35 Os dados são do site oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.rj.gov.br>).

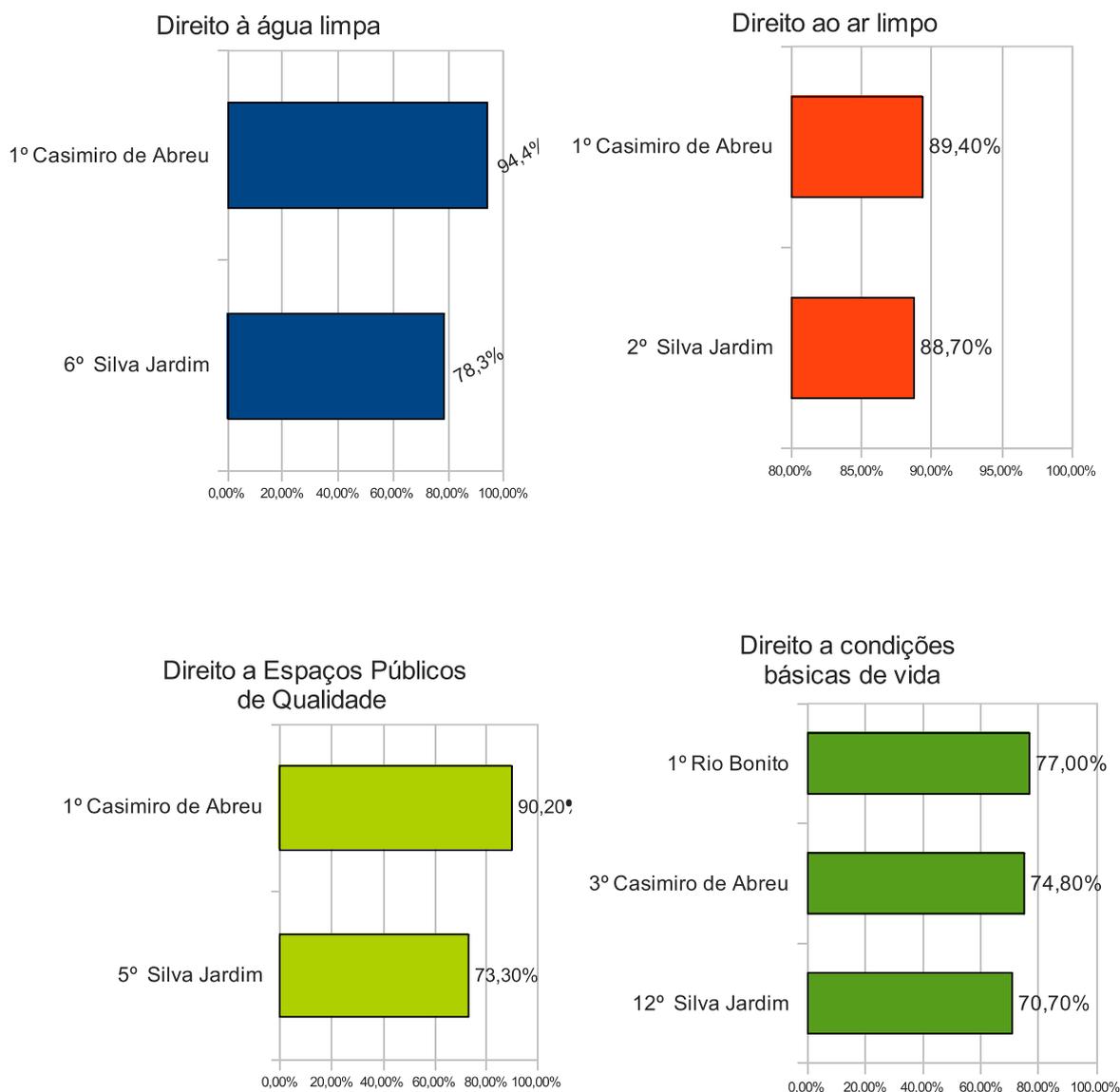


Figura 7. Gráficos de cidadania percebida do Incid, 2012

Apesar de Casimiro de Abreu sempre estar melhor colocado que Silva Jardim, os indicadores da percepção ambiental dos moradores não são tão negativos. Entretanto, quando se acrescentam as percepções relacionadas à saúde e à educação, ainda que a variação percentual em relação ao primeiro colocado não seja grande (apenas 7 pontos percentuais), Silva Jardim aparece entre os últimos municípios onde a população está menos satisfeita em toda área do estudo do Incid.

Para finalizar este sub-capítulo, é importante citar que na divisão de Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas, Silva Jardim integra a região das Baixadas Litorâneas. Devido ao gradiente ambiental, a região das Baixadas Litorâneas possui uma elevada diversidade de ecossistemas, desde os ambientes característicos das praias e costões rochosos até as serras cobertas por Mata Atlântica.

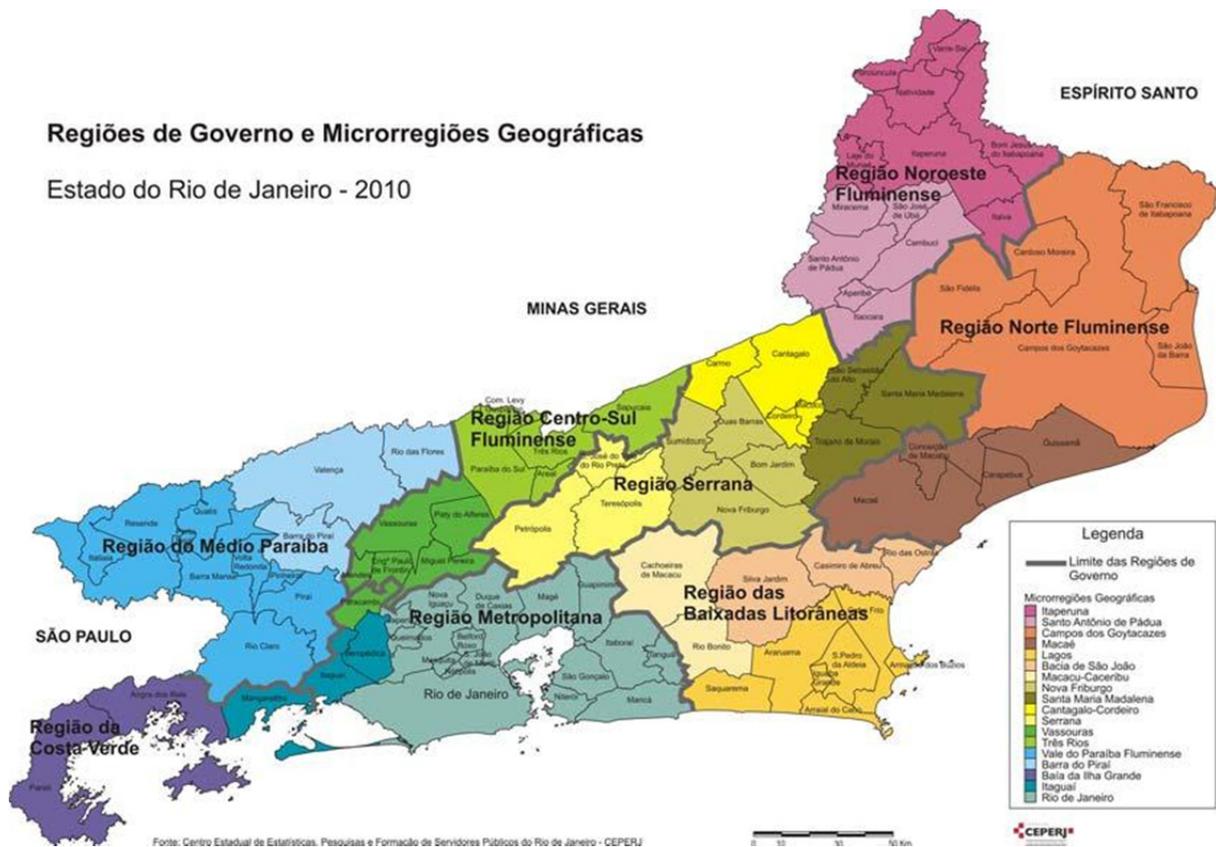


Figura 8. Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas do Estado do Rio de Janeiro

Neste intervalo, podem ser encontrados manguezais, restingas, florestas de baixadas e de encosta, ambientes aquáticos de água doce e marinhos e brejos. “Atualmente, no Vale São João é possível perceber a expansão do turismo de duas formas distintas: uma no distrito de Barra do São João, em Casimiro de Abreu, onde se desenvolve um turismo litorâneo, conjugado a um processo de urbanização, e outra no distrito de Aldeia Velha, em Silva Jardim, mais ligado à apreciação da natureza, na área do eco/agroturismo.” (Plano de Manejo da APA São João, 2008, pag 100).

O ecoturismo e turismo rural vêm crescendo anualmente e dá sinais de que pode ser uma boa fonte de renda para Silva Jardim e seus moradores. No entanto, apesar de ser citado em inúmeros documentos e sites como um município com grande potencial para o ecoturismo, Silva Jardim não possui ainda nem rede hoteleira que suporte o turismo que é propagandeado. No diagnóstico de turismo da Agenda 21 municipal são citadas como atrações turísticas a visitação aos rios, às cachoeiras, à Represa de Juturnaíba, à Gruta Santa Edwiges e à Pedra do Amor. Em relação às caminhadas se faz menção inclusive à EMA: “As Caminhadas da Natureza, desde 2004, levam turistas aos circuitos turísticos de Aldeia Velha, Escola Mata Atlântica e Reservas Naturais”. Se faz menção também a “atividades de turismo pedagógico” nas RPPNs e na Associação do Mico-Leão-Dourado, além de motocross, trilhas e campeonatos.

3.6. *Aldeia Velha: um panorama do berço da EMA*

“Quem bebe da água da Aldeia não vai mais embora”
Dito popular local em Aldeia Velha



Figura 9. Vista panorâmica do centro de Aldeia Velha

Situada entre as cidades de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, ambos municípios pertencentes à região das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro, Aldeia Velha tem pouco mais de 900 habitantes (IBGE, 2010). É justamente o leito do Rio Aldeia Velha que faz a divisão política destes municípios e coloca Aldeia Velha como pertencente à Silva Jardim, apesar de distar mais de 30 km do município sede e apenas 16 km de Casimiro de Abreu. Ambas as distâncias contam com os 8km de estrada de terra entre a BR 101 e o centro da vila.

Hoje, oficialmente, Aldeia Velha é o 2º distrito de Silva Jardim, mas é importante notar que algumas propriedades que estão na margem direita do rio, porém próximas ao povoado, também se identificam com a mesma denominação, sendo inclusive esta área considerada como a localidade administrativa “Aldeia Velha” situada no 1º distrito Casimiro de Abreu³⁶. Por conta desta problemática de fronteira, alguns trabalhos preferem utilizar como referência de análise aspectos biorregionais:

Desta maneira, a pesquisa não se restringe à localidade de Casimiro de Abreu, denominada Aldeia Velha, tampouco ao distrito de Silva Jardim. O estudo a que se propõe este trabalho desenvolve-se num território que envolve ambos. Daí a justificativa para a proposição do alto curso da bacia hidrográfica do Rio Aldeia Velha como elemento gerenciador desse trabalho, utilizando-se de um referencial natural importante enquanto medida unificadora (VALLE, 2007)

36 Folha Casimiro de Abreu SF. 23-Z-BIII-4, MI 2717-4, 1:50.000, IBGE, 1984.

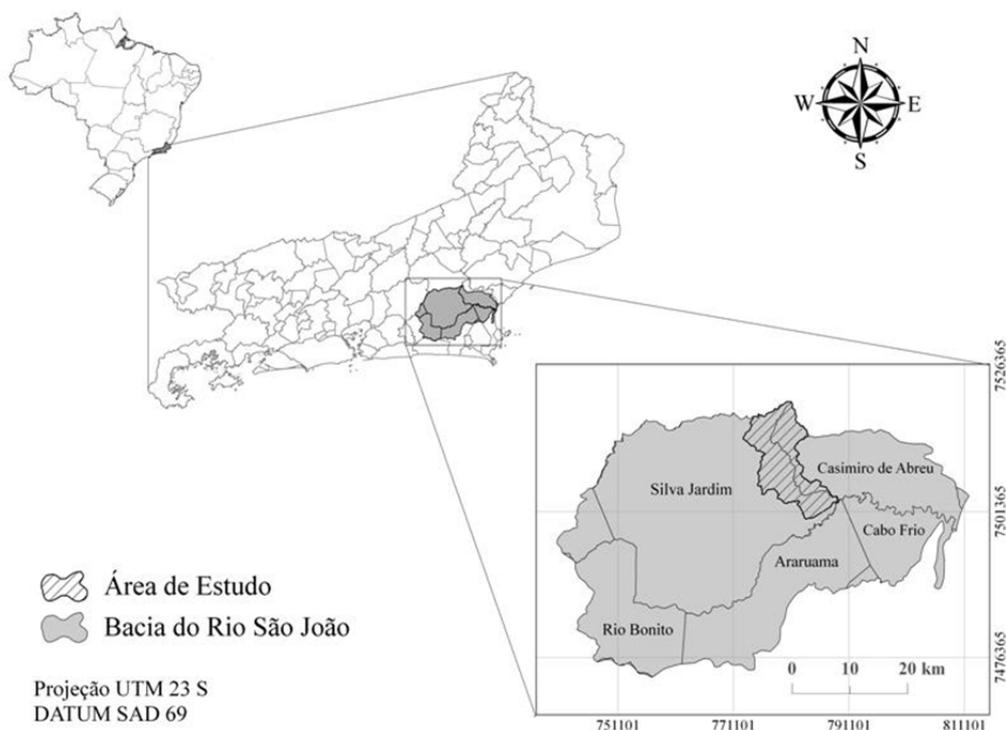


Figura 10. Bacia Hidrográfica do Rio Aldeia Velha

Há inclusive no povoado a discussão sobre os limites geográficos e políticos de Aldeia Velha com base no curso dos rios Aldeia Velha e Quartéis. Argumenta-se que o rio que desce pela margem esquerda do núcleo urbano de Aldeia Velha é que realmente se trata do Rio Aldeia Velha e o rio que desce pela margem direita que é originalmente o Rio Quartéis – que desce do bairro de Macharet, pertencente por sua vez à Casimiro de Abreu – e não o contrário, como está estabelecido na cartografia oficial. Desse modo, argumentam os moradores, se é o Rio Aldeia Velha que determina a fronteira entre municípios, o distrito deveria pertencer à Casimiro de Abreu e não a Silva Jardim.

Este imbróglcio tem impactos constantes no cotidiano da população. A distância encarece e dificulta as viagens até o município sede, prejudicando a resolução de qualquer questão junto aos órgãos públicos e também diminui a atuação política dos moradores. Muitos moradores argumentam que Aldeia Velha é “abandonada” porque as pessoas que ali vivem consomem nos mercados e no comércio de Casimiro de Abreu, além da maioria também ter lá registrado seu título de eleito. De todo modo, quando os rios Aldeia Velha e Quartéis se encontram, seguem com a denominação de rio Aldeia Velha (fluxo Leste para Oeste), que deságua no rio São João, sendo um de seus principais tributários de baixo curso da margem esquerda. Já o Rio São João é um dos principais cursos de água do Estado do Rio de Janeiro alcançando até 80 km de largura em alguns pontos dos seus mais de 130 km e por isso empresta o nome à Bacia hidrográfica do Rio São João, onde estão inseridos além de Silva Jardim e Casimiro de Abreu outros seis municípios: Cachoeiras de Macacu (onde se localiza a nascente do São João), Rio Bonito, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Armação de Búzios e Araruama. O nome é uma homenagem à Igreja de São João, localizada em sua barra. Composto a Bacia está a Lagoa de Juturnaíba³⁷ que hoje é na realidade uma represa. Abaixo

37 O nome é originário da palavra indígena “Nhetoronoa-aba” ou “Nhetorangaáiba”, que significa “lago medonho” ou “mal-assombrado” e foi dado devido à presença de urutaus (*Nyctibius griseus*) nas matas, ave noturna de grande porte, cujo canto melancólico provavelmente era temido pelos índios tamoios (Agenda 21, Comperj, 2011).

é possível ver os dois rios que cortam o povoado e o local onde se encontram, já depois de passarem pelo núcleo populacional:

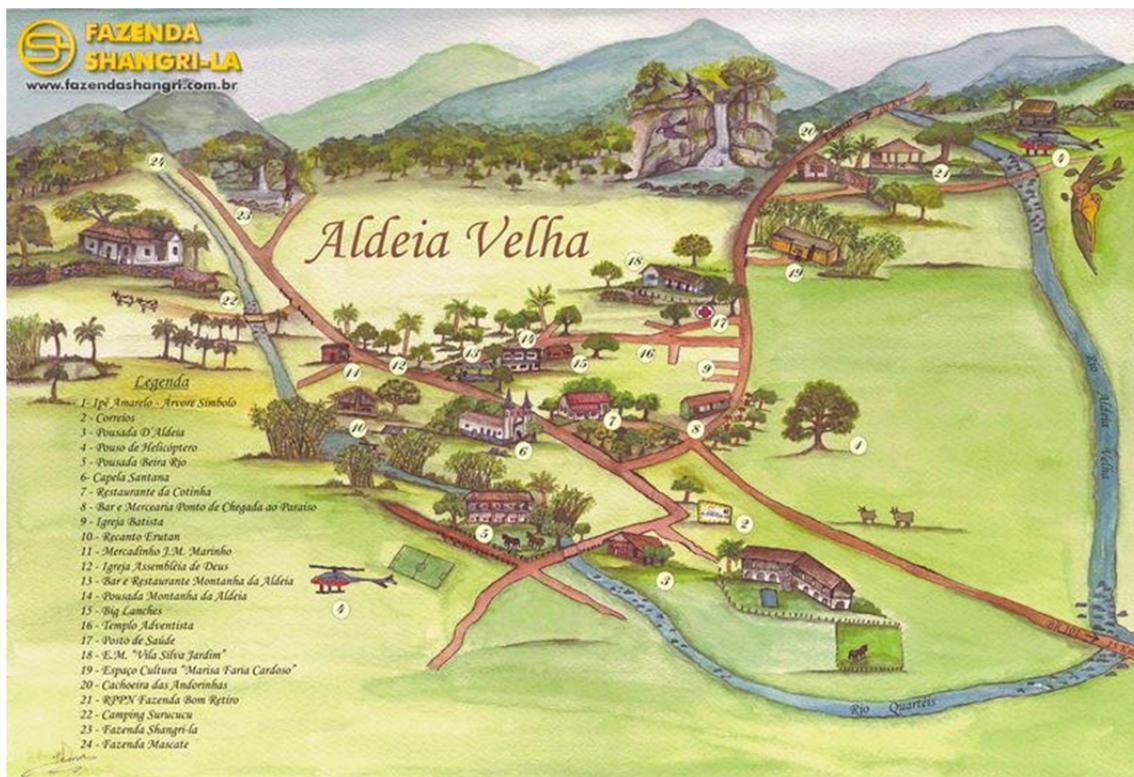


Figura 11. Mapa turístico ilustrado de Aldeia Velha

A superfície total da Bacia do São João (214,433 ha) era originalmente coberta por florestas, manguezais e restingas e foi uma das primeiras regiões do Brasil a ter ocupação estrangeira e uma consequente exploração extrativista. Em 1503, Américo Vespúcio já havia estabelecido uma feitoria em torno da Lagoa de Araruama, em uma de suas primeiras viagens ao continente americano (SERRÃO, 1965 *apud* Plano de Manejo Apa São João, 2008). Cabo Frio possuía então uma das três principais populações de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) nas terras recém-descobertas, ao lado de outra área no sul da Bahia e uma terceira próxima à Recife conforme consta no Plano de manejo da Apa São João de 2008.

Dentro desta região que já tem uma história antiga, rica e fundamental para se compreender a própria ocupação do Brasil, Aldeia Velha ocupa uma posição de destaque por estar relacionada diretamente tanto à constituição de Casimiro de Abreu quanto de Silva Jardim. As primeiras notícias sobre a área, datam do início do SÉCULO XIX, pois as fontes primárias usadas são de Pizarro, em 1820 (Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araujo) e de SILVA, em 1854 (Joaquim Norberto Silva). Já a fundação de Aldeia em si data do século XVIII.

Historiadores como Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araujo e Joaquim Norberto Silva sugerem que tudo começou na região serrana de Silva Jardim, quando em 1700 os jesuítas, na pessoa do capuchinho Francisco Maria de Todi (SILVA, 1854), fundaram a Aldeia de Ipuca, formada pelos índios Guarulhos, os quais foram trazidos (descidos) de suas habitações, na serra dos Órgãos e, segundo Pizarro (1820: 121), do “Sertão de Macacu”. Os índios se sujeitaram à civilização e foram batizados, ali, na Aldeia de Ipuca. Segundo Freire e Malheiros (2010: 39), os mesmos índios Guarulhos, descidos da Serra dos Órgãos, foram

distribuídos também entre outras duas aldeias próximas ao litoral: Nossa Senhora das Neves (Macaé) e Santo Antônio (Campos dos Goitacazes).

Pouco tempo após sua fundação, a aldeia foi transferida para as margens do rio São João de Ipuca (SILVA, 1854: 219), onde começou a ser erguida, pelos próprios índios e com a ajuda dos fiéis, a capela dedicada à Sagrada Família. Segundo Silva (1854: 219), o capuchinho pedia as “esmolas” de porta em porta, desprovido de “todo socorro dos cofres reais”. O término da construção da capela deu-se somente em 1748. Mais tarde, como resultado de uma disputa fundiária entre os padres da Companhia de Jesus e os capuchinhos (estes teriam, inclusive, abandonado a missão), ocorre considerável perda territorial. Segundo a arqueóloga Patricia Depine (DEPINE, no prelo), esta pode ter sido a causa da nova mudança da Aldeia, agora para Barra de São João.

Em 1761 foi enviado para a Aldeia um vigário, o padre Antonio Francisco Coelho, presbítero secular que administrava, entre outras coisas, os bens patrimoniais. Segundo Silva (1854: 219), o padre “cobrava o quinto das madeiras que se serravam nas terras da aldêa e que, descidas pelo rio de São João, eram comumente levadas ao Rio de Janeiro, o que não pouco concorreu para que de todo desaparecessem”. Seu sucessor, o padre Manoel Duarte Silva, viu a aldeia aos poucos perder lugar para as fazendas que retiraram toda a floresta das margens da lagoa de Juturnaíba e do rio de São João e suas vertentes.

Neste mesmo ano de 1761 a aldeia da Sacra Família de Ipuca, às margens do rio São João, recebeu imigrantes europeus, cumprindo assim uma das determinações pombalinas. Contudo, não foram somente indivíduos brancos que coabitaram com os índios neste aldeamento, mas também negros e mestiços.

Em 1881 se dá a abertura da Estrada de Ferro Leopoldina Railway e em 1888 a abolição do trabalho escravo. Estes dois episódios são responsáveis pelo declínio de grande parte das fazendas da região e do porto de Barra de São João. Neste momento, outros núcleos de povoamento surgem ali: Juturnaíba e Aldeia Velha, tendo esta última recebido colonos suíços e alemães que tinham vindo inicialmente como grupo de colonização de Nova Friburgo. Muitas fontes citam categoricamente que Casimiro de Abreu surgiu no lugar denominado Aldeia Velha³⁸.

A Estrada do Macharet que até hoje corta o povoado desce do bairro de Casimiro de Abreu chamado Macharet e faz a conexão de Aldeia Velha também com Lumiar, uma localidade da cidade de Nova Friburgo. Esta via conduziu imigrantes até Aldeia Velha no séc. XIX e continuou sendo utilizada por tropeiros que viajavam com suas mercadorias até alcançar o Rio São João e mais adiante no século XIX por produtores rurais que desejavam chegar até a estrada de ferro Leopoldina que hoje é próxima ao traçado da BR 101, distante aproximadamente 8 km do centro da vila. Há muitos descendentes de colonos suíços e alemães na Vila, já bastante miscigenados.

O ciclo do carvão³⁹ devastou as florestas de baixada o que abriu espaço primeiro para a banana – no final da década de 70 e durante todos os anos 80 – e depois para a criação de gado, predominante o gado de corte, apesar da produção de leite ser considerável na região segundo os moradores.

Nas décadas de 1940 e 1950 Aldeia Velha viveu seu apogeu. A vila chegou a ter o dobro de habitantes que tem hoje: 2 mil habitantes. Havia ferraria, farmácia e cartório,

38 Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro / Secretaria Geral de Planejamento, Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Rio de Janeiro 1997-2001 In www.cide.rj.gov.br/cidinho.

39 “As vastas retiradas de lenhas e fabricação do carvão, principalmente após 1940, reduziram exorbitantes quantidades de espécies nativas da Mata Atlântica, incluindo: jequitibá – branco, jaracatiá, garapa, carrapeta, figueiras bravas, tabebuia ou pau de tamanco, entre outras” (ROCHA, 2003 *apud* CAETANO; BINSZTOK, 2003).

estabelecimentos que nunca mais voltaram a existir no povoado. A partir da década de 60 o distrito começou a apresentar índices de êxodo rural, com muitos habitantes migrando para Rio Bonito e Niterói. Outro fator foi a concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros e o endurecimento da fiscalização do Ibama que proibia práticas agrícolas tradicionais da população. A partir da década de 1990, muitos jovens migraram para Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Macaé em busca de estudos e emprego.



Figura 12. Foto da farmácia de Aldeia Velha

Assim como Silva Jardim, Aldeia Velha também apresentou redução, ainda que pequena, na população do senso de 2000 para o de 2010; com 1068 e 915 moradores, respectivamente. A maior parte da população – 518 pessoas – vive em área rural e os outros 397 no que é considerado área urbana, ou seja, o centro do distrito e suas imediações.

Como já mencionado, há somente uma escola pública no distrito, a Escola Estadual Municipalizada Vila Silva Jardim (EEMVSJ), com 130 alunos. Duas kombis fazem o transporte de crianças que moram em Macharet e em diversos outros povoados, incluindo fazendas e pequenas aglomerações no trecho da BR 101, para esta escola. Mesmo sendo ampliada e reformada em 2009 ainda há reclamações quanto ao tamanho da unidade na comunidade escolar, pela falta de um almoxarifado, pela maioria das salas serem pequenas e, sobretudo, pela inexistência de uma quadra de esportes. A horta da escola possuía um servente até o ano de 2009, quando o mesmo foi aposentado por motivos de saúde e nenhum outro foi colocado no lugar, o que inclusive abriu mais uma porta para a atuação da EMA no espaço escolar como será contado no histórico da Casa das Sementes Livres.

No início de 2013, quando o novo governo municipal assumiu, todos os contratos foram cancelados e somente professoras concursadas foram chamadas para lecionar, além de 5 funcionárias novas entre merendeiras e funcionários de limpeza. Na opinião da direção da escola os profissionais concursados são mais estáveis, porém no caso das professoras trouxe uma problemática à medida que as concursadas, com exceção de uma, não são moradoras da comunidade. Uma kombi leva os estudantes que já concluíram o 5º ano para estudar em Casimiro de Abreu.

O Posto de Saúde funciona diariamente das 8h até às 16h e oferece os serviços de clínico geral e dentista além do Programa de Assistência Familiar, campanhas de vacinação e exames de sangue entre outros serviços pontuais. No consultório dentário não há anestesia nem raio X e em outubro de 2013 os moradores reclamavam a falta de um médico há três meses. O posto faz parte do Programa de Assistência Familiar.

No quesito de transportes a situação também é precária, seja pela má conservação das estradas, seja pela falta de transporte público. Um morador local oferece o serviço de ônibus até Casimiro de Abreu por R\$6 para um trecho de 16km. Por R\$3 é possível ir até a “pista”, ou seja até a BR 101 para pegar outro transporte, geralmente vans para outros municípios. No mandato do prefeito anterior (2008-2012), de 2011 até outubro de 2012 um ônibus ligava Aldeia Velha até Silva Jardim por R\$1. O ônibus “Guaravita” – apelido dado aos moradores pelo preço da passagem ser o mesmo do preço da bebida vendida no comércio local – saiu de circulação em novembro de 2012 logo após o prefeito perder a reeleição. Todo o processo de licitação dos ônibus distritais está aliás até hoje sendo julgado na justiça. No início de 2013, nas reuniões da Associação de Moradores realizadas em Aldeia com secretários recém-eleitos, a extinção desta linha foi lembrada pelos residentes com um dos maiores prejuízos recentes para a população.

A estrada de terra de 8 km que comunica o centro de Aldeia até a BR-101 está frequentemente em péssimo estado de conservação, com muitos buracos e valas. Quando chove, o lamaçal dificulta muito a passagem de carros e em alguns casos de tempestade intensa, o transbordamento do Rio Aldeia Velha e seus afluentes bloqueia a estrada. A maioria dos moradores pede o asfaltamento da estrada, alegando que os veranistas gostam de vir com seus carros potentes e *off-road* para Aldeia e por isso não lhes faz falta o asfalto, porém, como muitos dizem, para os moradores isso seria essencial.



Figura 13. Enchente na estrada de Aldeia Velha

No entanto, esta opinião não é um consenso dentro da comunidade. Outros moradores acreditam que o asfaltamento pode ampliar muito o fluxo de turismo, extravasando a capacidade de suporte da vila, além de aumentar a velocidade dos veículos o que por sua vez pode acarretar acidentes⁴⁰.

A comunidade atualmente se mobiliza para garantir um trevo que dê acesso a ambos lados da BR-101 com as obras de duplicação que já começaram sob o comando da Autopista Fluminense. A construção do trevo não consta do projeto original e sua inclusão depende

40 Os acidentes já são, aliás, comuns no cotidiano da população por estar em constante tráfego pela BR-101. Há inúmeros casos de acidentes ou mortes na estrada, como o último ocorrido em maio de 2013 na saída de Aldeia Velha onde uma colisão com um caminhão matou um jovem de 27 anos da comunidade.

agora de um projeto em comum da Autopista e da REBIO Poço das Antas para ser aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Economia e Comércio

Funcionam em Aldeia Velha um mercado principal, responsável por vender itens básicos, uma padaria que também funciona como um açougue simples e mercearia, além de uma pequena loja de doces e lanches. Há três restaurantes com lanches e almoço no sistema *self service*: um mais antigo – por onde passam normalmente 150 pessoas nos finais de semana entre turistas e moradores – e os outros recentes e com variação constante de gerentes. Um restaurante vende pratos feitos, os populares PF's e à noite pizza com massa de aipim. Já em relação aos bares a oferta é maior e flutuante. Existem 8 bares, sendo que um também funciona como depósito de bebidas e outros três costumam realizar pequenos shows com cobrança de entrada. No Bar do Jobi se pode provar os bolinhos de aipim da Dona Araci e no Bar do Vitamina, o dono, cujo apelido é “Vitamina”, toca acordeon ocasionalmente.

Algo que chama atenção em Aldeia Velha é o empreendedorismo dos jovens que conectados com as dimensões do turismo para o local estão sempre realizando eventos, abrindo e fechando bares e pequenos comércios, o que pode ser analisado como uma tentativa de fugir às alternativas mais comuns que são a construção civil ou o emprego no comércio e no setor de educação em Casimiro de Abreu. Em Aldeia Velha, como em inúmeras regiões rurais é comum ouvir que “não há mão de obra para trabalho na roça”. Alguns dos jovens que hoje recusam este trabalho alegam que quando eram pequenos ajudavam seus pais na lavoura e que consideram o trabalho muito pesado, outros tantos já foram embora da vila em busca de estudo ou emprego. A economia e o comércio local estão muito relacionados ao turismo.

Turismo

Em relação ao turismo, como já citado, toda a região de Silva Jardim e das Baixadas Litorâneas têm sido apontadas como locais potenciais para o desenvolvimento do turismo ecológico. Dentro deste cenário Aldeia Velha desponta como o distrito preferencial para os investimentos públicos. A nova gestão da prefeitura de Silva Jardim (2012-2016) divulgou que pretende transformar o distrito em uma estância rural. Aldeia Velha é sempre muito citada com o clichê de “forte potencial para o ecoturismo” ou “paraíso ecológico” nos mais diversos documentos oficiais produzidos regionalmente, como os planos de manejo tanto da REBIO Poço das Antas, quanto da Apa São João, no relatório da Agenda 21 do Comperj e em tantos outros. Desde 2005, na revisão do Plano de Manejo da REBIO Poço das Antas há menção aos objetivos do poder público de Silva Jardim no “desenvolvimento de ecoturismo no distrito de Aldeia Velha”. No mesmo documento se alega que a oferta de equipamentos e serviços turísticos é baixa e as atividades ainda carecem de ordenamento (PRIMO & VOLCKER, 2003).

Contudo, apesar do entusiasmo de governos e documentos oficiais, a população de Aldeia Velha está um pouco descrente das promessas de turismo para a comunidade uma vez que uma das reivindicações mais simples e recorrentes nunca foi atendida: a presença da guarda municipal em todos os finais de semana e sobretudo nos feriados. O pedido da comunidade é feito principalmente pelo constante constrangimento que carros de som de outras regiões causam ao colocar música em volume muito alto, acima inclusive do que é permitido por lei. Em pleno final de semana quando há movimentação turística não é raro

ouvir o barulho de mais de um carro de som com músicas em volume altíssimo a longa distância do centro do povoado. Além disso, devido a pouca manutenção da estrada, mesmo em épocas de feriados e grande fluxo de turistas seu trajeto pode levar quase o dobro do tempo. O mercado e a padaria não conseguem absorver todo o fluxo de turistas em feriados maiores como carnaval ou semana santa e nos últimos dias do feriado já faltam legumes e outros itens básicos no comércio.

As duas principais cachoeiras da região, as Andorinhas (localizada no Rio Aldeia Velha) e a Sete Quedas – um conjunto de inúmeras cachoeiras localizada na vertente do Rio Aldeia Velha – têm suas entradas controladas por funcionários das fazendas onde estão situadas. O preço da entrada e até mesmo a permissão para a visita variam constantemente segundo o desejo dos donos das fazendas. Enquanto nas Andorinhas a entrada é hoje R\$2,00, nas Sete Quedas o preço por pessoa começa em R\$25,00 podendo ser reduzido para grupos maiores. Geralmente, os moradores não pagam.

A hospedagem para turistas é composta de quatro campings, três pousadas e três pensões. É comum ouvir reclamações dos turistas e até mesmo dos próprios moradores quanto ao preço cobrado pelas pousadas, cujo valor mais baixo é de R\$ 130 a diária para o casal alcançando R\$200 em chalés recém-construídos. É muito comum o aluguel de casas em feriados e final de ano, inclusive das casas dos próprios moradores que saem para a casa de outros familiares com o intuito de ganhar uma renda extra com o aluguel.

Uma outra forma de atrair turistas para a região, sobretudo um público jovem e universitário, são os eventos musicais, com destaque para o Aldeia Rock Festival que atraiu em 2013, na sua décima segunda edição, um público estimado em 800 pessoas no feriado da semana santa em abril. Do mesmo modo, o Aldeia Cultural, realizado pela EMA também atrai turistas para o povoado, em menor escala, variando nas suas sete edições entre 100 a 300 pessoas. Ocasionalmente outros eventos musicais como shows de forró costumam atrair para uma única noite um público de mais de 500 pessoas, o que apesar de movimentar a economia local também produz muita sujeira nas ruas e geralmente excessos relativos ao uso de carros de som e episódios de violência. De todo modo, uma pequena casa de shows com sua programação mensal de forró, inclusive com bandas de várias partes do país, vem tentando identificar o povoado como “a terra do forró” regionalmente, o que gera controvérsias na comunidade. Um morador diz que “é preciso aproveitar esta oportunidade e o mercado do forró”. Outro entrevistado acredita que é uma incoerência “Aldeia Velha querer ser ao mesmo tempo pólo de ecoturismo e de forró porque quem vem para encontrar silêncio acaba achando música alta até a madrugada”. Percebe-se que há um número crescente de jovens da população local que passa a organizar festas e eventos, principalmente de forró, não apenas para o autoconsumo mas prioritariamente para os turistas, como forma de geração de renda.

Cultura

O grande acontecimento cultural do povoado era a Festa da Padroeira Sant'anna que também foi considerada a principal comemoração de Silva Jardim. Segundo os festeiros, organizadores da festa e nas falas dos moradores antigos, as festas eram muito bonitas, enfeitadas com folhas de palmeiras de palmito Jussara e de Pindoba. O auge das festas eram os leilões de animais. Segundo os membros atuais da Igreja, uma determinação do Papa proibindo as festas de padroeiros (as) que permitiam venda de bebidas alcoólicas e se estendiam pela madrugada acabou com a magnitude da festa, que acontece até hoje com estrutura e público em redução.

A cultura do caipira, do “homem da roça” ainda está presente em Aldeia Velha nas pescarias em grupo, na culinária, no gosto pelas galinhadas, pelo fubá de milho branco, pelo manuê, o doce feito de mandioca, nas histórias sobre acampamentos e caçadas nas matas, nos causos e lendas e em traços da linguagem que não se extinguiram.

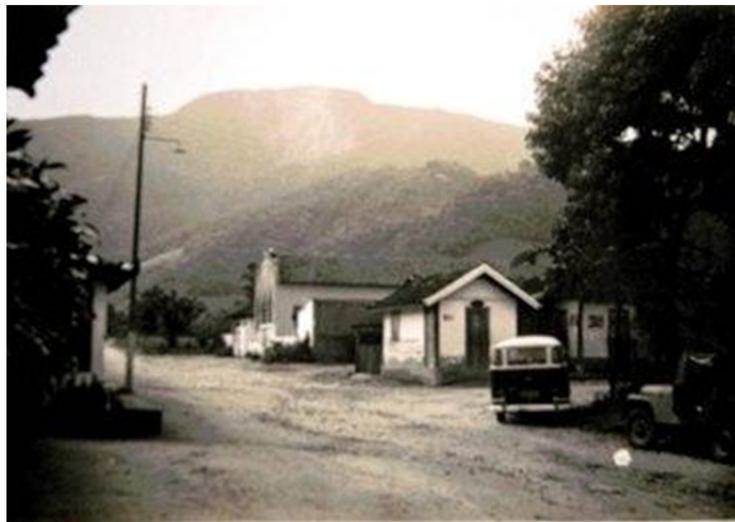


Figura 14. Centro da vila de Aldeia

Em 2005 foi criada a banda de forró Filhos de Aldeia que chegou a lançar cd com músicas próprias que mencionavam em várias letras lugares da vila e seus personagens. A banda se apresenta até hoje, com diferentes formações e suas músicas são conhecidas e cantadas por grande parte dos moradores. Em 2010, um grupo de amigos também de Aldeia Velha formou a Banda Brejo que tem algumas músicas próprias com temática regional e apresenta-se informalmente nos bares do povoado.

Por conta destas bandas, da realização do Aldeia Rock Festival e do interesse dos jovens que frequentam as igrejas por instrumentos e canto coral, o Ponto de Cultura criado pela EMA e conveniado com o governo estadual em 2009, teve como foco o trabalho com música. Com o nome Ponto de Cultura Caipira, o projeto terminou o seu segundo e penúltimo ano de convênio no final de 2012 e realizou sobretudo aulas de violão, luthiaria, artesanato e práticas agrícolas relacionadas ao universo das famílias caipiras.

A Escola local também costuma realizar alguns eventos em datas comemorativas como dia dos pais, festa junina ou do calendário letivo como a feira de ciências. Por falta de divulgação e também de interesse da comunidade, o público é composto geralmente só por pais, parentes e responsáveis de estudantes.

Na área de esportes, como já foi citado, há a ausência de uma quadra de esportes na escola local. No entanto, há um time de futebol local, o Aldeia Futebol Clube que em seu campo recebe jogos do campeonato inter-regional.

Em Aldeia Velha existe uma forte cultura evangélica. No total são 5 igrejas, uma Católica, uma igreja Batista, duas igrejas Pentecostais e uma igreja Adventista que quase não realiza cultos. A maior igreja é a Assembleia de Deus, que é a matriz regional e completou 86 anos em 2013. Grande parte das professoras da escola pública e a diretora da escola frequentam esta igreja e a influência dos hinos, temas e costumes podem ser sentidos nos eventos escolares.

Meio ambiente e agricultura: o uso da terra em Aldeia Velha

A bacia do rio Aldeia Velha está 100% inserida na APA Bacia do Rio São João e aproximadamente 70% de seu território (10.124 hectares) compreende Zona de Amortecimento da REBIO Poço das Antas (VALLE, 2011), representando uma das principais áreas de conservação da espécie de mico leão na atualidade (RUIZ– MIRANDA, 2008, VALLE, 2011 *et al*). Além disso, a região da bacia do rio Aldeia Velha encontra-se totalmente inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado e abriga duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Uma é a RPPN Bom Retiro, criada em 1994, que apesar de pertencer à Casimiro de Abreu por estar do outro lado do rio Aldeia Velha, tem sua porteira para a Estrada do Macharet distando apenas 1km do centro da vila. A outra é a RPPN Serra Grande.

A paisagem é caracterizada como área de controle da REBIO Poço das Antas e com intensa atividade agropecuária, sobretudo criação extensiva de gado de corte.

A banana foi o principal produto de Aldeia Velha até os dias de hoje. De acordo com um dos comerciantes locais, na época responsável pelo transporte da banana até Rio Bonito, saiam de Aldeia Velha nada menos do que duzentas toneladas de banana por mês. A fruta era plantada em extensas áreas divididas em pequenos lotes e manejadas por pequenos proprietários ou em sistemas de parceria, principalmente a “meia”, onde o dono da terra fica com o dinheiro correspondente à metade da produção e o agricultor com a outra metade. A maior parte da banana ia para fábricas de doce em Rio Bonito para ser revendido para todo Rio de Janeiro⁴¹.

O Rio Aldeia Velha assim como o Rio São João também sofreu intervenções com as obras do DNOS na década de 70:

As obras de canalização e retificação, que produziram o alargamento e aprofundamento dos leitos dos rios Aldeia Velha e São João, tiveram como objetivo “sanear” a planície de inundação, tornando grandes extensões das baixadas aptas ao desenvolvimento de atividades agropecuárias e facilitando uma ocupação humana mais intensa na área (VALLE, 2011)

No entanto como aponta Valle, essas obras modificaram as condições necessárias à regeneração e manutenção da vegetação ciliar (ou ripária) outrora existente na área. O aumento do nível de base local acentuou os processos de assoreamento, aumentando atividades de extração de areias e formando novas áreas de inundação nas planícies durante o período das chuvas. Houve também grandes modificações na vegetação ciliar e na fauna aquática da planície de inundação. De acordo com Valle:

A retirada da mata ciliar contribui para a instabilidade das margens e para a evolução dos processos de assoreamento na bacia do rio Aldeia Velha, RJ. O forte processo de desmatamento reflete-se em impactos sobre o solo, onde predominam processos erosivos tipo ravinhas e laminar, facilitados pelo intenso pisoteio de gado (op. cit. pag 76).

Apesar do grande decréscimo da cobertura florestal na Zona de Amortecimento da REBIO, nas margens do rio Aldeia Velha e na área da bacia como um todo, Valle observa que tendência de regeneração nos últimos anos e que “considerando-se o ritmo de destruição neste ecossistema, acredita-se que a criação da (REBIO) foi fundamental para que um quadro ainda pior de degradação ambiental não se estabelecesse na região (*idem*).

41 Ao ouvir estas informações, cheguei a ter uma singela suspeita de que eu também comi da banana de Aldeia Velha, pois em Petrópolis, onde cresci, era muito comum a venda de mariolas (doces de banana) nas rodoviárias.

O estudo de Ivana Valle elaborou uma cartografia de síntese da fragilidade na bacia do rio Aldeia Velha, através de critérios e métodos capazes de avaliar qualitativamente os riscos de degradação ambiental, especialmente em termos de processos erosivos. Este mapeamento consegue prever o risco de degradação do ambiente, o que reúne características relacionadas à erosão do solo, perda de biodiversidade, assoreamento de cursos d'água e contaminação do solo e da água; que afetam diretamente o fornecimento de bens e serviços ambientais (Kawakubo, 2005 *apud* Valle 2011). A pesquisadora conclui que a Bacia do Rio Aldeia Velha constitui um ambiente de alta fragilidade pois o risco de degradação por erosão dos recursos naturais, que pode ser agravado por fatores antropogênicos, resulta em perda de biodiversidade, terras improdutivas e comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

Além disso, Valle ressalta que as Áreas de Preservação Permanente da Bacia estão extremamente descaracterizadas:

(...) constatou-se que 5,38% (362 hectares) da área total do alto curso do Rio Aldeia Velha está desmatada. Nas APP's desmatadas na área de estudo, o que mais chama a atenção é o fato de que cerca de 93,39% destas áreas constituem-se de faixas marginais aos cursos d'água, enquanto que as nascentes e as áreas com declividade acima de 45° representam 3,83 e 2,78% das APP's desmatadas respectivamente (...) (VALLE, *op cit*, 2011, p.58).

O estudo de Valle nos ajuda a entender como é frágil a tentativa dos governos de transformar Aldeia Velha em um paraíso ecológico ou um destino de Ecoturismo uma vez que a bacia do seu principal rio, que é o seu maior atrativo natural, está totalmente fragilizada. Aldeia Velha, em toda sua extensão, desde a cabeceira dos rios até a fronteira com a BR 101, é tida pelos moradores como “muita terra de poucos donos”, o que apareceu na fala de todos os agricultores como “falta de terra pra plantar”, fortes indícios de um cenário de concentração fundiária. Segundo os gestores das UC's, o fato dos fazendeiros se dedicarem à criação extensiva de gado de corte pode dificultar o estabelecimento de projetos de recuperação de APP's.

Esse é um impasse para conter o processo de fragilidade na Bacia uma vez que, como aponta Valle, somente uma intervenção antrópica pode estabelecer um processo de revegetação. A existência de barreiras para a dispersão de grande parte das espécies existentes na área da Reserva Biológica – a própria BR 101 e a devastação da mata ciliar no rio Aldeia Velha – pode inibir a recolonização de espécies pela falta de propágulos e as paisagens podem ficar ainda mais fragmentadas ou isoladas.

Diante deste contexto, Valle recomenda a imediata restauração das APPs referentes à mata ciliar do rio Aldeia Velha como medida capaz de favorecer a conectividade entre a mancha florestal da REBIO e a unidade da paisagem representada pela Serra do Mar, à montante do rio Aldeia Velha. A pesquisadora acredita que é necessário que a matriz de cobertura florestal contínua, que está isolada na REBIO por uma grande área ocupada por pastagens, inclusive nas referidas APPs, precisa ser reconectada com o restante da Bacia “garantindo assim o fluxo gênico e a manutenção de muitas espécies” (VALLE, *op. cit.*)

Apesar de toda a fragilidade da Bacia do Rio Aldeia Velha que pode ser observada a olho nu por qualquer visitante que percorre os 8 km da entrada do povoado até seu centro comercial e populacional, poucas medidas efetivas têm sido implementadas nos últimos anos para reverter esta situação. Antes do início das atividades da EMA em 2005, o único projeto de maior porte ligado ao meio ambiente que se tem registro em Aldeia Velha – com exceção de atividades pontuais da REBIO ou das prefeituras – foi o SALVE, Sociedade Ecológica de Aldeia Velha, uma associação local, que congregava proprietários rurais e donos de pousadas e atrativos naturais. A

SALVE fazia parte do Conselho Consultivo da REBIO e recebeu verbas da Associação Mico Leão Dourado para desenvolver em Aldeia Velha atividades de educação ambiental e incentivo ao ecoturismo, como palestras e plantio de mudas em datas comemorativa.

Em conjunto com a RPPN Bom Retiro e o Ibama, a SALVE organizou a formação do Grupo PAN – Pequenos Amigos da Natureza, um trabalho de mobilização e capacitação com crianças das escolas locais por meio de palestras, sessões de vídeo, práticas ao ar livre, mutirão para plantio e coleta de lixo. A SALVE também formou o Grupo de Elite Ambiental de Aldeia Velha com jovens da comunidade com idade entre 15 a 22 anos, que trabalharam, principalmente, com panfletagem, atendendo aos turistas que chegavam ao distrito (Revisão do Plano de Manejo da REBIO Poço das Antas, 2005). A RPPN Bom Retiro que participava do grupo até hoje desenvolve atividades em seu Centro de Educação Ambiental, construído em 2004 com o primeiro Edital da Fundação S.O.S. Mata Atlântica e da Conservation International e recebe visitantes para seu programa de ecoturismo com palestras e passeios guiados pagos. Alguns moradores criticam a ação do ambientalista responsável pela Reserva por seu caráter “denuncista” e legalista, ocasionando multas e ação fiscalizadora consideradas extremas. No entanto, simpatizantes das ações, consideradas como boas ações de preservação, dizem que o estabelecimento de projetos como a EMA foram mais fáceis pela longa ação da RPPN no local, que pode ter preparado o terreno para questões ambientais. Como explicitado na metodologia, o responsável pela Reserva não respondeu aos diversos convites para ser entrevistado para esta pesquisa e dar seu ponto de vista sobre todas estas questões.

Durante 10 anos a Associação Mico Leão Dourado desenvolveu atividades ecológicas no Assentamento Gleba Aldeia Velha, popularmente chamado de “gleba”, “pista” – por se situar logo na entrada do distrito à beira da BR 101 – ou ainda Boi Branco, nome da antiga fazenda que existia ali. Esse foi o primeiro assentamento a ser criado no estado do Rio de Janeiro junto com o estabelecimento da REBIO Poço das Antas com o nome Projeto Integrado de Colonização e Reforma Agrária de Aldeia Velha (PRA), em 1981. Neste processo de assentamento foram cadastradas pelo INCRA 1.012 famílias, embora existissem apenas 40 lotes (AMLD, 2005). Segundo o documento de revisão, este PRA resultou da necessidade de realocação de 39 famílias de ocupantes da área destinada à Reserva Biológica de Poço das Antas.

Além das famílias deslocadas – empregados e sitiantes das fazendas desapropriadas e trabalhadores da ferrovia que passa pela área – o INCRA assentou também outras famílias oriundas das periferias e listadas pelo sindicato da área e pela FETAG. (...) Antes do assentamento, a área já desapropriada foi invadida por fazendeiros e empresários da região que permanecem na gleba até a data presente, ocupando cada um deles, em média três lotes. Dos 39 lotes iniciais, apenas 10 estão ocupados por assentados. É considerado um PRA consolidado, mas existem ainda demandas judiciais nas quais o INCRA solicita a reintegração de posse contra atuais ocupantes, invasores desde o início do projeto (Revisão Plano de Manejo REBIO, 2005)

As atividades da AMDL no local foram sobretudo a gestão de Sistemas Agroflorestais em alguns lotes, trabalho que teve apoio em alguns momentos da Prefeitura de Casimiro de Abreu e da Articulação Estadual de Agroecologia⁴². Segundo o site da instituição, o trabalho com os assentamentos está focado em quatro (sic) eixos: “apoio técnico e logístico para implantação de sistemas agroflorestais, organização comunitária e o incentivo à produção orgânica de alimentos”.

42 Experiência em sistema agroflorestal em assentamento rural no interior do estado do Rio de Janeiro, 2009 disponível em <http://www.agroecologiaemrede.org.br>.

Na comunidade de Aldeia Velha, somando a Gleba, há poucos agricultores. De acordo com a pesquisa aqui realizada e na fala local “não passam de dez”. Os agricultores mais antigos reclamam da repressão do Ibama sobretudo com multas sobre seus sistemas de plantio que eram feitos à base de queimadas e sintetizam o descontentamento na expressão “hoje não deixam mais plantar”.

O pessoal não trabalha mais é por causa do... Como que se fala? Do meio ambiente né? Porque se derrubar um mato vai preso. Eu conheço gente que ficou apertado com isso. Não tem mais como trabalhar na lavoura (Ex-agricultor da Toca da Onça
Fonte: entrevista)

Segundo os agricultores mais antigos, o Ibama não levava em conta que realizavam o descanso da terra (o pousio) e o cultivo de alimentos diferentes em cada lugar em diferentes épocas (a rotação de culturas). Desta época ficaram, além da incompreensão das leis do governo sobre a agricultura, um temor em relação à fiscalização e a saudade de cultivar, que caminha lado a lado com a desilusão com a agricultura. Um outro resquício do passado recente de 50 anos é o uso abusivo de agrotóxicos. Seu Alcides, que ainda hoje cultiva mandioca, banana, inhame, batata e outras culturas no entorno de casa, disse em entrevista que quase morreu de intoxicação depois de aplicar o Tordon⁴³. Por outro lado há quem considere que a fiscalização sobre o uso de agrotóxicos também dificulta o desenvolvimento da agricultura: “Hoje não pode mais botar remédio”, reclamou um senhor de 70 anos que já foi agricultor.

Outras reclamações por quem ainda cultiva são a falta de mão de obra para preparar a terra e ajudar na manutenção dos roçados, o desinteresse e a “preguiça” dos jovens, a dificuldade em escoar a produção, tanto por falta de instrução por parte do governo quanto pela má conservação das estradas vicinais dos municípios e, por fim, a dificuldade em obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, que possibilita ao agricultor familiar acessar políticas públicas e emitir nota fiscal. No entanto, a fala geral é sobre a “falta de terras”.

Claro que as pessoas queriam trabalhar na terra, é duro? É! Mas elas querem sim, têm o gosto, mas não tem terra, não adianta, difícil ter um fazendeiro que deixa um agricultor ter uma parte pra plantar e fazer a meia (Agricultor de Aldeia Velha.
Fonte: entrevista)

A agricultura tá se perdendo, o cara não tem a terra dele, alguns fazendeiros só que deixam e aí é uma cultura só, não tem diversidade. O resto (dos agricultores) trabalha com diária e se tivesse terra muita gente faria roça e aí poderiam até ter máquina (Agricultor de Aldeia Velha. Fonte: entrevista)

Apesar de muita famílias manterem uma horta no quintal ou uma pequena roça de mandioca, o número de pessoas que tem na agricultura a principal fonte de renda é pequeno e está diminuindo cada vez mais. Além disso, os que ainda cultivam lavouras são o que se pode considerar agricultores convencionais, ou seja, dependem muito de insumos externos, como compra de sementes, adubos, máquinas e agrotóxicos.

Para integrantes da Articulação Estadual de Agroecologia, não há apoio efetivo para a agricultura familiar nestes municípios:

43 Tordon® Agrotóxico, herbicida, foi o principal componente do “agente laranja”, utilizado como desfolhante na Guerra do Vietnã. Fonte:Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde <http://lct.nutes.ufrj.br/toxicologia/mXII.cloro.htm>.

Um sinal disto é o fato de alguns municípios não conseguirem nem mesmo estruturar suas feiras locais, como é o caso de Silva Jardim, que até hoje mantém os agricultores nas feiras com barracas improvisadas, em condições precárias. Outro ponto é sobre o fortalecimento de políticas de assessoria técnica para estruturação da produção, com destaque a dificuldade de acesso ao crédito. Os programas governamentais não conseguem absorver quantidades significativas da produção agrícola, e sem canais de comercialização locais, os produtores ficam nas mãos dos atravessadores (Fonte: entrevista)

A falta de planejamento e profissionais competentes também é um fator considerável, na visão de outra integrante:

Para as prefeituras direcionarem seus recursos para o fortalecimento da agricultura, é necessário um trabalho de incentivo aos políticos, visando planejamento estratégico para o desenvolvimento no período de quatro anos e aí falta também equipe técnica para esse trabalho dentro e fora das prefeituras. (Fonte: entrevista)

Os entrevistados também citaram a dificuldade das associações que na maioria das vezes não estão com os seus documentos em dia para facilitar o acesso aos recursos. Na visão de um deles, apesar de menos estruturados, o papel das ONGs e dos movimentos sociais acabam sendo mais efetivos que o do poder público em processos de transformação no contexto agrário, com destaque à propostas que visem maior sustentabilidade. A Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. (CEDRO) desenvolve assessoria técnica para assentamentos e agricultores familiares na região com muitos projetos agroecológicos, mas ainda tem pequeno alcance dentro da quantidade de demandas, além de seus funcionários também alegarem dificuldades quanto à instabilidade salarial e excesso de trabalho, entre outras questões.

Com este capítulo, é possível dizer que a região onde situa-se Silva Jardim tem reconhecida importância ambiental estadual, tanto histórica pelo estabelecimento da primeira Reserva Biológica do país, ou pela quantidade de unidades de conservação hoje ali situadas, quanto internacional, pelo programa de preservação do mico-leão-dourado. Ocupando a posição de segundo município com maior reserva de água doce do Estado, Silva Jardim também atrai os olhares para a industrialização do setor, como é comprovado com a aquisição da fonte de água mineral Vale do Sol pela Nestlé em fevereiro de 2013 numa transação de mais de R\$110 milhões de reais (fonte: <http://corporativo.nestle.com.br>). Há também o bom posicionamento no ranking do ICMS verde e a inclusão do seu território como área a ser beneficiada pelo Comperj.

No entanto, apesar de ser foco de debates socioambientais e se intitular como uma cidade promissora em investimentos ambientais, Silva Jardim apresenta índices insatisfatórios relacionados à saúde, educação, renda, transporte, entre outros, como foi demonstrado ao longo do capítulo. De um modo geral, nestas categorias que mais influenciam no cotidiano da sua população, há pouco investimento, o que é sentido sobremaneira em Aldeia Velha, distrito muito isolado da sede municipal. Apesar das promessas de geração de renda com o turismo organizado, o bairro ainda tem problemas básicos quanto às condições da estrada, ao transporte público, ao funcionamento do posto de saúde e inúmeras outras questões que foram colocadas neste capítulo.

Esse cenário controverso de geração de riquezas por meio ora da exploração, ora da conservação do meio ambiente por um lado e de condições de vida precárias da maior parte da população por outro, incidem também sobre a realidade da EMA e por conseguinte da Casa das Sementes Livres. A interação com um ambiente permeado por grandes proprietários de

terra, apoiados na pecuária extensiva, e empreendimentos ambientais de grande porte ligados ao capital internacional – como o caso da Nestlé – não tem sido positivo para realizações de atividades que apresentam uma visão crítica da noção predominante de desenvolvimento sustentável, sob a qual projetos são empreendidos na região.

O foco ou na conservação da natureza ou na expansão da pecuária não vem criando um cenário favorável para o fortalecimento da agricultura familiar ou de iniciativas mais críticas em relação ao desenvolvimento ambiental na região. Isso cria um ambiente hostil para associações e grupos que procuram trabalhar na contramão dos grandes investimentos em infraestrutura ou turismo, por exemplo. Ao mesmo tempo, alguns moradores entrevistados acreditam que a longa ação em ações preservacionistas da AMDL e de RPPN's no local ajudaram a criar um ambiente propício a ideias dentro desta temática, favorecendo associações como a EMA. A análise é controversa pois, por outro lado, outros moradores disseram que a EMA só teria sucesso se não fizesse parceria com atores preservacionistas por sua atuação ligada à denúncias, multas e fiscalização de órgãos ambientais. De todo modo, o debate sobre o meio ambiente já estava instaurado em Aldeia Velha e na região quando a EMA lá se estabeleceu. Práticas e debates sobre agroecologia já eram estimuladas pela Articulação Estadual de Agroecologia pela sua regional Serramar. No entanto, ações em sementes crioulas não ocupavam papel de destaque. No ano de 2012 a AMDL iniciou um projeto de bancos de sementes, porém com foco exclusivo nas espécies florestais.

De um modo geral, a dificuldade em conseguir apoio e patrocínio para ações de pequena escala focadas em agroecologia e em agricultura familiar é uma problemática enfrentada não só pela EMA mas também pela Articulação Serramar de Agroecologia, entre outras associações, como será aprofundado na sessão sobre financiamento da Casa de Sementes no próximo capítulo.

4. A CASA DAS SEMENTES LIVRES

Para compreender como o grupo idealizou a construção da Casa das Sementes Livres é importante resgatar um pouco da história do movimento de cultura livre no Brasil, que por sua vez está intimamente ligado ao movimento internacional do software livre e que no Brasil encontrou ressonância na formação da rede de Pontos de Cultura. Do mesmo modo, o tema das sementes livres é uma das bandeiras do movimento agroecológico e reflete a preocupação com a extinção de sementes tradicionais frente ao apoio das políticas governamentais ao agronegócio e aos transgênicos. Por conseguinte, o movimento de cultura livre, apoiado em conceitos utilizados por outros grupos como o patrimônio comum e os Bens Comuns, é contra o conceito de propriedade intelectual e privatização dos códigos comuns, sejam eles sementes ou linhas de comando da informática.

E foi justo no contato com a cultura digital, a cultura popular e a agroecologia que foi possível para a EMA conceber, captar recursos e levar adiante o projeto da Casa das Sementes Livres além de muitas outras iniciativas, trazendo embasamento teórico para suas ações e a aproximando de outras redes e grupos com objetivos em comum, constituindo, pois, sua identidade. A partir daí será apresentado o histórico da Casa das Sementes Livres, suas linhas de ação, atividades realizadas, público envolvido, materiais e recursos utilizados, financiamento e principais resultados. Esta apresentação seguirá a metodologia de análise usada para a EMA, ou seja, será pensada a relação do grupo fundador e gestor com a experiência, a relação com as outras redes e coletivos, os benefícios e desafios do contato com os moradores e, finalmente, a sustentabilidade do projeto.

4.1. *A cultura digital*

O geógrafo Milton Santos (2000) defende que “a globalização é de certa forma o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Segundo ele, para compreender esta fase da história é preciso levar em conta o estado da técnica e também o estado da política, à medida que os sistemas das técnicas não se realizam sozinhas mas são combinadas com o trabalho e com decisões políticas. Na contemporaneidade vemos os frutos acelerados da expansão das técnicas informatizadas:

No final do século XX e graças ao avanço da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas de informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária (Santos, 2000 p. 23)

As técnicas da informação por meio da cibernética, da informática e da eletrônica, além de conversarem entre si, conseguiram envolver o planeta com um todo. Uma característica política importante é que por meio desta unicidade das técnicas, tendo no computador uma peça fundamental, é que se consegue pensar e empreender um sistema financeiro internacional, que segundo Santos é o “principal responsável pela imposição de uma mais valia global”. Um exemplo desta mais-valia global seria a acirrada competitividade entre as empresas mundiais, configurando um novo patamar de internacionalização da acumulação capitalista.

No entanto, apesar de contribuir para a operacionalização do sistema financeiro mundial, fortalecendo poderes hegemônicos, o conjunto de técnicas atuais também é resultado de desejos e apropriações culturais e sociais. Aqui, nos interessa pensar sobretudo o surgimento da microinformática e o que se denomina de cultura digital.

As origens da informática e da internet têm raízes militares e estatais. A ARPANet, embrião da internet foi uma rede de computadores de médio e grande porte, criada e desenvolvida na década de 60 pela agência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos cujo objetivo era ligar computadores geograficamente distantes por meio de programas. Esta tecnologia foi colocada à disposição de universidades e centros de pesquisa e começou aí sua história de apropriação sociocultural. Segundo Manuel Castells, no livro Galáxia da internet, “A internet é a improvável intersecção entre a big science, a contracultura americana e o pensamento militar”.

A contracultura americana constituiu-se fundamentalmente do movimento social californiano, um “movimento de jovens metropolitanos cultos que veio à tona no final dos anos 80” (Levy, 1999) que desejava colocar toda a potência dos computadores nas mãos dos indivíduos pois até então eles ainda eram grandes máquinas de calcular, frágeis, isoladas, “em salas refrigeradas controladas por cientistas servindo aos cálculos científicos, às estatísticas dos Estados e das grandes empresas ou tarefas pesadas de gerenciamento” (*idem*).

Esta contracultura começou então a se apossar das novas possibilidades tecnológicas e inventou o computador pessoal e, a partir do final da década de 70, o preço dos computadores estava ao alcance de pessoas físicas, sem especialização técnica. Desse modo, a informática pessoal não foi prevista por governos ou multinacionais, sendo fruto da reapropriação de um movimento social e a internet começou a ser alimentada e modelada por uma multiplicidade de iniciativas locais, por anônimos, amadores e desenvolvedores, em um ambiente onde hippies e beatniks foram uma atuante força de identidade cultural e ação social.

Inspirada por valores como o antiautoritarismo e a libertação sexual, a contracultura explorava a psicodelia – a alteração dos estados de consciência – e vivia sob a ameaça atômica. Este movimento foi, pois, a principal força que se apropriou e reinventou o mundo antes duro da informática, previsto inicialmente para controlar operações burocráticas, potencializar o poder militar dos Estados e aproximar os grandes centros de pesquisa científica.

Este caldo cultural de relações sociais e suas demandas e apropriações sobre a microinformática configuraram o ciberespaço, apontado por Levy como o novo meio de comunicação que surge da interconexão da rede mundial de computadores, e a cibercultura o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço (Levy, 1999) Para muitos autores a cibercultura seria sinônimo de cultura digital e congregam tecnologias “não apenas da transformação material e energética do mundo, mas que permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente”. (LEMOS, 2009)

Dentro deste contexto é preciso denotar a participação imprescindível dos hackers, os “inventores da internet”:

A cultura hacker⁴⁴ foi construída por programadores exímios, aficionados por programação, que acreditavam no poder da computação para democratizar a sociedade. passaram a construir uma vida, um cotidiano entre eles sob forte influência da contracultura americana, de valores libertários. (AMADEU, Sérgio, 2009)

Eram os hackers que programavam os microcomputadores, trabalhavam os seus códigos e liberavam as versões. O trabalho de um hacker é o fruto do prazer que ele próprio possui em compartilhar, um grande valor na chamada cultura hacker “porque um hacker é conhecido não porque ele diz ser um hacker. É a comunidade hacker que reconhece o seu valor”, segundo Amadeu. Estas pessoas são motivadas pela curiosidade e por um sentido aguçado de desafio e superação, que se conjugam com o estabelecimento de uma rede de parceiros – *peers* – e a possibilidade de trabalhar livremente naquilo que gostam (AMADEU, 2012).

Assim, os hackers e todo movimento da contracultura que foi moldando – e sendo moldados como sujeitos – a microinformática e a internet desde seus primórdios e eles eram em si a expressão da cultura das redes, do compartilhamento, da criação coletiva e da convergência. Os principais protocolos de internet eram livres e podiam ser reapropriados por outros grupos sendo em seguida liberados em um processo infinito.

O software livre

Com o desenvolvimento da microinformática, muitas empresas começaram a vender não só os hardwares – a parte física dos computadores, como teclados, monitores ou placas de memória por exemplo – mas também os softwares: os programas que fazem os hardwares funcionarem. O código fonte, a parte humana do código binário, ou seja, um código de símbolos e letras que se converte em sinais elétricos e faz o computador funcionar, e que era desenvolvido de forma livre e colaborativa pela rede de hackers, foi fechado. As empresas inventaram o software proprietário e vários hackers, vendo suas liberdades ameaçadas e por conseguinte a de toda sociedade, criaram o movimento software livre em 1984.

O movimento software livre nasce, pois, para tentar frear o processo de privatização dos códigos e instituem que para um software ser considerado livre ele precisa cumprir quatro condições: (i) seu código fonte pode ser estudado, (ii) melhorado, (iii) copiado e (iv) distribuído.

Como compreensão mais ampla do sistema informatizado, o movimento software livre alerta para o fato de que os programas de computadores que atravessam de modo brutal o cotidiano de grande parte da população mundial por meio de contas bancárias, sistemas eleitorais, bancos de dados diversos entre outras funcionalidades, são constituídos de códigos e uma vez que estes códigos são fechados, a liberdade dos indivíduos diminui, ou seja, a liberdade de compreender e influenciar no desenvolvimento de programas que regulam suas próprias vidas é cada vez mais restrita.

O movimento software livre (SL) cresceu então com base sobretudo na atividade de hackers que se recusaram a ver os processos livres e colaborativos, constituintes das redes que

44 Os hackers têm hoje grande desaprovação da sociedade muito por conta da mídia que os confunde, quiçá propositadamente, com os crackers, programadores que costumam invadir sistemas para o roubo ou destruição de informações sem filiação à filosofia de liberdade. No entanto, como observa Tarin (2013), “Há hackers que vão dizer que quem invade sistemas não é hacker. Outros vão dizer que quem pratica pirataria não é hacker, assim como alguns que invadem sistemas vão dizer que quem só desenvolve softwares livres não é hacker. Contudo, esse ‘todo’ não deixa de ser um ambiente aberto e articulado sendo esta multidão, com as suas mais variadas atuações, potencializadora na criação de pontes que ligam as autoestradas da informação e comunicação aos múltiplos caminhos que constituem a liberdade.”

alimentavam a internet serem aprisionados por algumas empresas e governos em um processo de acumulação que Milton Santos, como já mencionado, apontou como peça chave para a expansão do capitalismo globalizado.

Este movimento ganhou adeptos dentro das universidades e de outros movimentos sociais no mundo todo e foi por meio do movimento Linuerj, de difusão do software livre dentro da Uerj, universidade onde cursei jornalismo, que tive contato não só com os programas livres mas também com alguns de seus defensores e desenvolvedores. Esse contato me levou a redigir minha monografia sobre as origens e pressupostos do movimento software livre e a inauguração de uma nova licença, a licença *copyleft*. Neste momento eu ainda não podia perceber a dimensão prática desta pesquisa, que acabou sendo fundamental para a redação do projeto da Casa de Sementes Livres.

A licença *copyleft* foi o chamado “pulo do gato” do movimento SL. Não faria sentido para os desenvolvedores trabalhar em novos códigos e soluções se estas fossem, em seguida, apropriadas e trancadas sob domínios jurídicos *copyright* por outras empresas. Assim, a GPL, General Public License, redigida pelos hackers do SL exigia que toda distribuição de um código livre fosse feita com a mesma licença que o originou, criando um ciclo onde toda nova distribuição só poderia ser estudada, modificada e copiada se também permitisse o mesmo às suas derivações. Estava criada a *copyleft*, que em seu sentido literal traz não só uma crítica ao *copyright*, mas ainda sugere um estímulo às cópias, algo como “deixar copiar”, tradução lúdica de copy + left do inglês.

Esta questão da cópia incomodou desde o início a propriedade privada, que temia uma diminuição dos lucros e iniciou uma série de ataques em nome dos direitos de autor, enquanto o movimento SL, cada vez mais apoiado por outros setores da sociedade questionava os abusos destes direitos autorais, como o excesso de tempo para uma obra entrar em domínio público, as renovações de direitos de grandes empresas, a falta de controle social etc.

Junto com a GPL, o movimento SL também lançou o projeto GNU⁴⁵, em 1983 por Richard M. Stallman para desenvolver um sistema operativo completo de Software Livre. Até 1991, o Projeto GNU tinha criado muitos dos componentes exigidos para um sistema operacional livre, mas o seu próprio núcleo estava incompleto e indisponível, até que um estudante norueguês, membro da rede de hackers que usavam e trabalhavam com aprimoramento do SL, conseguiu em pouco tempo coordenar a resolução do problema com a ajuda de vários desenvolvedores e usuários e seu nome, Linus Torvalds, batizou este sistema de Linux. O Linux acabou sendo maior e mais famoso do que o próprio projeto GNU, para desgosto de seus fundadores que reclamam a visibilidade para o sistema completo e historicamente precursor.

Aqui no Brasil, a experiência de internet começou na academia no final dos anos 1980 no Rio de Janeiro e em São Paulo e no final dos anos 1980 foi criado com o CNPq um projeto para experimentar a internet, mas a primeira rede de fato funcionou em 1992 para apoio às atividades da Eco 92. A sociedade civil e mais especificamente os hackers brasileiros e toda uma gama de ativistas ligados à mídia e à produção audiovisual, pesquisadores e entusiastas em geral começaram também a se apropriar daquela novidade e também ajudaram a ir reconfigurando este novo espaço de produção simbólica.

45 O nome do projeto GNU é resultado do acrônimo redundante “GNU's Not Unix.” O Unix era um sistema operativo muito conhecido e utilizado nos anos 80, por isso Stallman desenvolveu o GNU por forma a ser o mais compatível possível com o Unix porque assim seria vantajoso para as pessoas migrarem para o GNU. O autor reconhece que o GNU aprendeu com o projeto técnico Unix, mas também existem notas muito importantes as quais não estão relacionadas. Contrariamente ao Unix, o GNU é Software Livre. Fonte: Free Software Foundation Europe, disponível em <http://fsfe.org>.

Foi crescendo assim o número de hackers e redes sociais de software livre brasileiras, contando com grande número de jovens de diversas origens: universitários, artistas, rappers e militantes sociais por exemplo. Para eles, fazia sentido a ideia de Levy (*et al*) de que o digital devia ser percebido enquanto cultura e não só como tecnologia. Estes militantes consideravam que as tecnologias da informação deveriam incorporar valores e comportamentos decorrentes do uso do código fonte aberto, com trabalho colaborativo e conhecimentos livres.

Em uma espécie de efeito de comparação, podemos dizer que muitas destas pessoas eram representantes da contracultura brasileira, uma vez que estavam também se reapropriando de códigos, se configurando como sujeitos que produziam conteúdos alternativos e novas relações sociais e que por isso mesmo também produziam a si mesmos nestes processos. E foi exatamente parte deste grupo que participou da criação dos pressupostos dos Pontos de Cultura, dando formato à dimensão de cultura digital que seria ali incentivada.

Os Pontos de Cultura

No livro *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*, Célio Turino, o principal idealizador e gestor do programa dos Pontos de Cultura, relata que por meio de Cláudio Prado, um “hippie” amigo de Gilberto Gil, se reuniu em 2003 com alguns dos jovens que pensavam e criavam cultura digital no Brasil àquela época.

Eles falaram do fortalecimento das comunidades de trabalho colaborativo, metarreciclagem de computadores e da necessidade de autonomia dos homens sobre as máquinas. Eles discutiram sobre as possibilidades das câmeras digitais, dos estúdios de garagem, das ilhas de edição em um só computador, falaram de “sampling”, da composição musical a partir da mistura, da mixagem. (TURINO, 2010, p.90)

Na versão de Cláudio Prado:

Era a moçada que estava pensando e discutindo a questão digital, sobretudo o software livre, que era a questão essencial que rodava por trás disso tudo. eram vários grupos. A gente propôs a ideia do Kit Multimídia para o Célio Turino, que estava coordenando os Pontos de Cultura, e ele rapidamente compreendeu e aceitou. (em entrevista para o livro *Cultura Digital*, 2008, p.48)

O kit multimídia seria então um kit com câmera de vídeo, mesa de som, microfones e três computadores funcionando como ilha de edição em software livre que deveria constar como item transversal a todos os projetos de Pontos de Cultura para que cada um pudesse ter meios de produzir e registrar sua própria cultura. Nascia destes encontros, e de sua sistematização na ideia do kit, a principal ação de cultura digital dos Pontos de Cultura, que por sua vez foram a grande política pública da área de cultura do Governo Lula e que até hoje é replicada por governos estaduais e municipais, sem levar em conta experiências internacionais.

Os Pontos de Cultura nasceram depois que Célio Turino assumiu a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura com a missão de implementar as BACs – Bases de Apoio à Cultura, que consistia basicamente na construção de equipamentos culturais pré-moldados, em periferias de grandes cidades e favelas. Discordando do nome e da falta de conceito⁴⁶ do projeto, Célio apresentou uma outra proposta para o ministro com o nome de

46 “Não havia conceito, apenas um projeto arquitetônico de centros culturais pré-moldados. Estruturas ocas a serem oferecidas para a comunidade tomar conta. Prédios iguais em um país tão diverso? Quem pagaria a conta de luz? E a

Cultura Viva, “ porque a cultura é viva e sempre se renova” e buscou na sua experiência prévia de Secretário de Cultura de Campinas a expressão “Ponto de Cultura”, que havia sido desenvolvida lá como política pública municipal entre o final dos anos 80 e início dos anos 90. Segundo Turino, no entanto, o conceito, tal qual apresentado, só tomou corpo quando de sua implementação no governo federal. A ideia apresentada ao ministro, de acordo com ele, era focada “em processos criativos, expressões culturais, legitimidades, totens, pulsação, o desenvolvimento por aproximação” e foi prontamente aceita. A facilidade de convencimento e implementação do programa é apontada por ele como fruto da conjunta política da época:

Um programa como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só foram possíveis graças ao ambiente social e político que o Brasil viveu a partir da eleição do presidente Lula. A presença de um artista com o destaque de Gilberto Gil trouxe uma nova dimensão ao ministério. A gestão de Gilberto Gil alargou o entendimento de cultura, cultura como produção simbólica, como cidadania e como economia; não mais cultura como sinônimo de belas-artes e refinamento, ou eventos isolados, ou como produto de mercado, um mero negócio. Uma cultura abrangente, presente em tudo e em todos. (TURINO, *op cit*, p. 185)

Ele lembra ainda que o discurso de posse de Gilberto Gil discorreu sobre a metáfora de um “do-in antropológico”, que partindo da técnica medicinal do Do-in – massagem em pontos vitais do organismo humano para liberar energias – pudesse também é ir direto ao pontos que trabalhassem com cultura no Brasil, que a expressão Pontos de Cultura ganhou para ele total confirmação. Para concluir, Célio diz que “Se Gilberto Gil foi o aríete e o escudo na conquista desta nova abrangência para a cultura, Juca Ferreira foi o estrategista que coordenou todo o processo”. De acordo com Cláudio Prado, “certamente foi o mandato do Gilberto Gil no Ministério da Cultura que trouxe essa abertura”, referindo-se à cultura digital dentro do governo federal e no programa dos Pontos.

No livro, Célio explica que Ponto de Cultura é um conceito de política pública, que buscava trabalhar com princípios de autonomia, protagonismo sociocultural e gestão compartilhada com objetivo de estabelecer novos parâmetros de gestão e democracia entre Estado e Sociedade: “Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo”, argumenta ele. E a grande inovação dos Pontos foi inverter a forma de abordagem dos grupos sociais em seu edital público, à medida que o Ministério da Cultura somente dizia o quanto podia oferecer (6 parcelas semestrais de R\$ 80 mil reais) e os proponentes definiam como aplicar os recursos levando em consideração o histórico do grupo – dança, teatro, música etc. – e suas necessidades como adequação de espaço físico ou compra de equipamentos.

Assim, em 2004 foi lançado um edital federal para para seleção dos primeiros Pontos de Cultura com 860 inscritos e 260 selecionados. Cada plano de trabalho era totalmente único – apesar da grande maioria focar na realização de cursos, oficinas culturais – sendo o kit multimídia o elemento comum a todos.

A partir de 2008 a seleção ou renovação dos Pontos de Cultura começa a ser descentralizada, incorporando governos estaduais e prefeituras de grandes municípios, dando base ao Sistema Nacional de Cultura. Esta nova fase amplia (2500 Pontos em quatro anos, até o final de 2009 e 3 mil Pontos até 2010) e descentraliza o programa, tornando-o política de Estado. Até atingir esta marca, Turino aponta como principais dificuldades para implementação efetiva dos convênios a burocracia estatal, a batalha das certidões por parte das associações culturais, o número insuficiente de pessoas na equipe técnica por parte do

programação? Tudo com serviço voluntário? Não daria certo. Fora a sigla, BAC. As palavras têm força, baque é queda, susto. “Como um poeta como Gilberto Gil permitira um nome desses?”, perguntei-me.” (TURINO, *op cit* p. 81).

governo e o amadorismo de muitas das pessoas que começavam a trabalhar com o sistema de financiamento público.

Também a EMA sofreu com muitas destas questões, que se refletiram e algumas vezes se ampliaram com editais estaduais para novos Pontos, como foi o caso, por se tratar de um convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro. O processo denominado por Turino como “a batalha das certidões” é a tirada de diversas certidões públicas, junto a órgãos municipais, estaduais e federais que comprovem que a associação está em dia com suas obrigações fiscais e jurídicas. Cada certidão tem prazo diferente para ser emitida, local diferente de retirada (algumas pela internet e outras em prédios públicos) e muitas delas são pré requisitos para outras certidões. Por ser um serviço burocrático com o qual nenhum membro da EMA tinha familiaridade, esta questão foi – e ainda é – um problema de dentro do grupo, ficando a cargo de algumas pessoas que sempre se sentem prejudicadas pela tarefa.

A gestão do Ponto de Cultura começa a partir do convênio que é assinado entre governo e proponentes, definindo responsabilidade e direitos. Durante o processo de implantação e acompanhamento dos Pontos há tensão. De um lado, os grupos culturais, apropriando-se de mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. (TURINO, *op cit.* p. 64)

Uma das normas que mais é criticada até hoje no convênio dos Pontos é a impossibilidade de aplicar recursos em despesas administrativas e fiscais, como por exemplo o custo de algumas certidões ou atas e o pagamento de um contador por exemplo que pudesse auxiliar nestas questões. Por se tratar de instituições pequenas, como era o caso da EMA, que converteu-se em uma associação cultural somente para concorrer ao edital, e como aconteceu com muitos outros grupos informais, as taxas de administração como luz, telefone, internet, somadas às taxas fiscais emperram o andamento do trabalho e às vezes o impossibilitam, como foi o caso do fechamento da sede do Ponto de Cultura Caipira em maio de 2013 pela falta de dinheiro para pagar o aluguel do espaço.

Isso acontece, de acordo com Turino, porque o mecanismo de financiamento dos Pontos é o Fundo Nacional de Cultura, destinado às comunidades, grupos culturais e regiões que não despertam interesse do mercado. Os Pontos de Cultura são financiados por esse mecanismo, via orçamento direto da União. Ainda de acordo com ele isso é a prática de “rigidez com os pobres, complacência com os ricos” pois em um único exemplo, o da Lei Rouanet, que contempla várias modalidades de captação de recursos públicos, há para os produtores e instituições privadas o mecanismo do “mecenato”, via renúncia fiscal; patrocinadores privados investem em projetos culturais e, além do retorno de imagem que obtêm com sua política de “responsabilidade social”, descontam esse investimento do imposto que deveriam pagar. “Para esta modalidade, as regras de prestação de contas são mais flexíveis e é facultado aplicar parte do recurso em despesas administrativas e fiscais, permitindo contratar boas assessorias, consultoria contábil, advogados, economistas”, critica ele. No entanto, o conveniamento em 2009 como Ponto de Cultura, possibilitou a EMA concorrer a vários editais na categoria “Pontos de Cultura” abertos pelo Ministério da Cultura, inclusive o Esporos de Cultura Digital⁴⁷, escrito especificamente para a

47 Se a Cultura Digital e os softwares livres impregnaram e direcionaram o trabalho da EMA, o mesmo não se aplica para vários outros Pontos de Cultura. Segundo estudo do Ipea (2010), o percentual de adesão ao conceito de cultura digital é menor para os pontos que não adotaram a ação, resultado da dificuldade de entendimento do conceito, considerado complexo ou simplesmente do desinteresse pelo tipo de atividade proposta. Segundo dados do instituto, muitos são os pontos que desenvolvem atividades sem relação ou sintonia com a proposta da Cultura Digital, alegando dificuldades técnicas, insuficiência de suporte técnico ou insegurança quanto ao uso de recursos. Já entre aqueles que adotaram a ação Cultura Digital, 87,2% obtiveram o kit multimídia e 61,3% adotaram ferramentas livres (Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania. Ipea, 2010).

Casa das Sementes Livres e que sustentou atividades na Casa durante todo o ano de 2012. Estes editais da área da cultura foram o que possibilitaram a iniciativa se manter, remunerando seus trabalhadores, comprando equipamentos e possibilitando o pagamento das despesas referentes à própria associação cultural que o grupo precisava arcar.

Um ponto a ser destacado é que na realidade brasileira, onde em torno de 80% dos municípios não possuem museus, teatro e cinema⁴⁸, os Pontos são muitas vezes o único equipamento cultural de muitas cidades ou localidades brasileiras, configurando uma grande importância como política pública de acesso aos equipamentos culturais. Em Aldeia Velha, o coletivo da EMA percebeu isso de forma incisiva por meio do uso comunitário do seu projetor de imagens. A igreja, a escola, a associação de moradores, a RPPN e outras iniciativas locais pediam o empréstimo constante do equipamento para seus diversos eventos.

4.2. *A cultura livre*

Se contrapondo à euforia ou ao medo que muitos setores da sociedade nutriam pelas novas tecnologias da informática – estimulados ora por empresas ora pela mídia de massa – os sujeitos mais envolvidos com a cibercultura tanto no Brasil quanto no mundo começaram a incitar uma série de provocações sobre as benesses da Cultura Digital e sobre a noção de Cultura Livre, que vinha em sua esteira.

De uma forma geral, a ideia de Cultura Livre

(...) reúne todas as subculturas que formam uma agenda quase política em torno da livre reprodução de arquivos digitais. O pontapé de saída foi o slogan “A informação quer ser livre” [CLARKE, 2000] lançada por Stewart Brand na Primeira Conferência Hacker em 1984. Mais tarde, a cultura hacker underground impulsionou o movimento do Software Livre e, em seguida, uma cadeia de novas palavras-chave foi gerada: Código aberto, conteúdo aberto, economia da dádiva, bens comuns digitais, livre cooperação, compartilhamento de conhecimento e outras variantes faça-você-mesmo como arquitetura de código aberto, arte de código aberto e assim por diante. (PASQUINELLI, 2012 p.54 In: Copyfight: Pirataria & Cultura Livre)

O termo “Cultura Livre” também é um conceito em disputa e autores como Pasquinelli fazem uma leitura crítica dele, chamando atenção para o desenvolvimento da cultura livre e da pirataria “de poltrona”, escondidas sob o argumento da democratização da informação, mas que não estão associadas à luta no espaço real. Para ele, muitas das pessoas e instituições que defendem a Cultura Livre de forma descompromissada ajudam a camuflar o fato de que a expansão das redes digitais é também um objetivo das empresas e da indústria de vender mais hardwares e banda larga por exemplo. A visão um tanto ingênua ou desarticulada das complexidades da cultura livre e das tecnologias digitais é denominada de Digitalismo por estudiosos como Pasquinelli.

As ideias de Cultura Livre e Cultura Digital que influenciaram a formação da Casa das Sementes Livres estavam muito mais ligadas ao campo crítico, postulando também que não se podia conseguir estimular processos produtivos autônomos somente com resistência digital, compartilhamento de conhecimentos ou com a noção de inclusão digital. Inclusão digital, por exemplo, é um ideia incompleta sobretudo porque mesmo os “excluídos digitais” vivem em

48 Cultura em Números, Anuário de Estatísticas Culturais, 2009 Fonte: SARAIVA, 2010.

mundo de tecnologias digitais⁴⁹ e se não lhes são dadas as condições para se apropriar das tecnologias de forma mais plena – como permite o software livre – o mundo digital pode se tornar apenas reprodução de padrões de comportamento e de injustiças sociais.

A internet não seria assim, como apregoam alguns, supostamente, livre de qualquer exploração e nem tenderia naturalmente a um equilíbrio social, explica Pasquinelli. Ele argumenta que “a energia dos fluxos semióticos não é a energia dos fluxos materiais e econômicos”, que estes fluxos até podem interagir mas sempre de forma assimétrica, ou seja, o maior fluxo de conhecimento não tem necessariamente melhorado a vida das últimas gerações em relação às suas condições básicas, como alimentação, saúde e educação. Dito de outro modo, a expansão da internet, o aumento do número de computadores, celulares e demais dispositivos têm uma relação com o mundo da produção industrial e com fonte de recursos limitados para sua fabricação. Nesta visão, entende-se que o material e o imaterial estão em constante atrito e “o conhecimento só existe através de vetores materiais” (PASQUINELLI, 2012).

Ecologicamente, o digitalismo se autopromove como ambientalmente amigável e uma maquinaria de emissão nula contra a poluição do antigo fordismo. No entanto, parece que um avatar do Second Life⁵⁰ consome mais eletricidade que o brasileiro médio [CARR, 2006]. (PASQUINELLI, *op cit*, p. 54)

À concepção original de muitos grupos, inclusive a EMA, de que o conhecimento é não-rival e por isso seu intercâmbio não provoca perdas para nenhum dos lados, foi se somando o entendimento crítico de que a rivalidade não é produzida exatamente pelas cópias digitais mas pela sua fricção no espaço real, ou seja:

A extração de mais-valor é generosamente canalizada ao longo da infraestrutura material necessária para sustentar a “segunda vida” imaterial. É composto por camadas diferentes: desde a materialidade do hardware e da eletricidade até a imaterialidade do software rodando num servidor, num blog, numa comunidade (PASQUINELLI, *op cit*, p. 64)

Estes debates incluem uma discussão maior sobre o capitalismo cognitivo, compreendido como um cenário conflituoso e competitivo, cuja teoria é centrada nas mudanças socioeconômicas provocadas pela tecnologia e pela internet. Por um lado há aspectos positivos, como a inteligência coletiva que pode ser alavancada em redes planetárias virtuais como defendeu Lévy, onde muitos atores pensando juntos podem encontrar soluções melhores e de modo mais fácil cooperativamente, mas também é um cenário onde cada vez mais grandes corporações aumentam seu lucro com a economia da atenção e com seus sistemas de códigos fechados. Não há um só lado da moeda. Como lembra Pasquinelli, autores como Michael Hardt e Antonio Negri – da tradição Autonomista Marxista – defendem que a rede é mesmo tempo, a estrutura do Império e a ferramenta para a auto-organização das multidões.

Compartilhando desta visão, a EMA procurava somar às suas atividades de democratização da cultura como espetáculos gratuitos e aulas de informática por exemplo, a defesa de softwares livres e de processos produtivos autônomos como a metarreciclagem. A

49 Apenas 16% dos 50% mais pobres possuíam celulares em 2002, percentual que sobe para 64,5% em 2008. Também acessível é o DVD, presente em 64,5% dos domicílios. Entre os 1% mais ricos, ambos os recursos são praticamente universalizados. Fonte: Microdados da PNAD/IBGE disponíveis em: Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva Ipea, 2011.

50 O *Second Life* (também abreviado por SL1) é um ambiente virtual e tridimensional que simula em alguns aspectos a vida real e social do ser humano. Pode ser encarado como um jogo, um mero simulador, um comércio virtual ou uma rede social. O nome “*second life*” significa em inglês “segunda vida”, que pode ser interpretado como uma vida paralela, uma segunda vida além da vida “principal”. Fonte: Wikipedia.

metareciclagem compreende métodos de apropriação da tecnologia enquanto ferramenta de expressão, produção simbólica, de domínio do saber-fazer e adaptação à realidade local. Objetivamente busca transformar objetos tidos como ultrapassados em novas ferramentas, em busca de criação de identidade e autonomia e, ao mesmo tempo, se preocupa em evitar a proliferação do acúmulo indevido do lixo tecnológico no meio ambiente, recuperando equipamentos tecnológicos em desuso. Os princípios das redes de metareciclagem têm por base a desconstrução do hardware, o uso de softwares livres, o uso de licenças abertas e a ação em rede, buscando a formação de uma idéia sobre a reapropriação de tecnologia objetivando a transformação social.

O “livre” usado no termo Cultura Livre apresenta, deste modo, implicações também com a possibilidade de apropriação da tecnologia pelas pessoas e pelas comunidades, em processos de emancipação social onde a tecnologia serviria a propósitos de uma vida saudável, plena e com direitos sociais, se afastando do “livre” tido como algo sem regras ou limites como poderia supor o termo “mercado livre”, que em si mesmo também é uma espécie de utopia. Esta noção é defendida pelo húngaro Karl Polanyi, considerado um dos pais da Sociologia Econômica em seu clássico “A grande transformação”:

Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão – a indústria mais importante do livre comércio – foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo estado. (POLAYNI, 1944, p. 155).

Algumas questões que atravessam a possibilidade de um software, uma tecnologia ou um processo ser livre estão relacionadas ao abuso da propriedade privada sobre as cópias e a circulação de bens imateriais, por meio dos direitos autorais, as patentes e os royalties. Defendidas como forma de proteger o autor ou estimular a criação, tais mecanismos vêm sendo criticados como fontes de lucro de grandes empresas internacionais, que ainda insistem em serem intermediárias de processos que há muito reclamam novas cadeias produtivas. “A dominação material da classe que detêm as propriedades é expandida graças aos direitos de *copyright* sobre os bens imateriais, de forma que estes podem ser privatizados, controlados e negociados”, explica Pasquinelli. É criada, pois, uma dependência entre usuários e empresas dado o arranjo tecnológico e a legislação de propriedade intelectual e de autor (LÉVY; LEMOS, 2010).

O *copyleft*, citado no início desta sessão, como o instrumento jurídico que garantiu a reprodução dos softwares livres por permitir cópias desde que citada à fonte e mantida a licença original, começa a ser visto também como uma noção que pode estar relacionada a outros processos e bens imateriais, garantindo sua livre circulação. Neste sentido, alguns autores, como Dimitri Kleiner, propõem até mesmo uma radicalização do termo e das práticas a ele relacionadas. Segundo Kleiner, isso seria necessário para que todo conhecimento comum produzido sobre a marca do *copyleft* não possa ser apropriado pela elite e se possa romper com o que chamam de raso paradigma da cultura livre:

Para que o *copyleft* tenha algum potencial revolucionário ele deve se tornar *copyfarleft*. Ele deve instar na posse dos meios de produção pelos trabalhadores. E, para fazer isto, uma licença não pode ter apenas uma série de termos para todos os usuários indistintamente, mas sim ter diferentes regras para diferentes classes. Especificamente, uma série de regras para aqueles que produzem no contexto da propriedade compartilhada dos trabalhadores e da produção baseada no comum, e uma outra para aqueles que se utilizam da propriedade privada e do trabalho assalariado / subordinado na produção (KLEINER *apud* PASQUINELLI, 2008)

Estas discussões sobre a Cultura Livre apareceram mais forte para alguns membros da EMA que trabalhavam com softwares livres por meio do Estúdio Livre – um ambiente colaborativo na Internet para interessadas/os na produção e difusão de mídias feitas com software livre –, dos Pontos de Cultura ou de ambos. Aos poucos, tais ideias foram ganhando forma em algumas ações do grupo. A própria ideia da gestação de um espaço autônomo conectado às tecnologias digitais, que acabou se transformando na Casa das Sementes Livres está ligada a estes debates, bem como muitas das iniciativas que ocorreram posteriormente no espaço, a exemplo da rádio livre e das oficinas de energias renováveis livres. O controverso termo “livre” também reapareceria, agora conectado à área da agroecologia, conformando um novo campo de luta e de identidade: as sementes livres.

4.3. *O movimento agroecológico*

O termo agroecologia foi utilizado inicialmente na década de 20 por ecologistas de plantas cultivadas visando uma aproximação da ecologia à agricultura, passando a se tornar uma espécie de sinônimo de “ecologia aplicada” (GLIESSMAN, 2000), mas “a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura” (HECHT, 1989 *apud* LUZZI, 2007), como demonstrou Miguel Altieri ao estudar os sistemas tradicionais de cultivo, principalmente os sistemas indígenas e camponês.

Altieri, pesquisador da Universidade de Berkeley, Califórnia, utilizou estas pesquisas para propor o desenvolvimento de técnicas conciliando a atividade agrícola com a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, levando em consideração também os componentes sociais e econômicos. Ao lado de Stephen Gliessman (Universidade de Santa Cruz, Califórnia) se tornou um dos principais expoentes da agroecologia nos anos 80. Ambos contribuíram muito para sistematizar a agroecologia como uma ciência específica.

Diferentemente do termo alternativo que vinha recebendo críticas por não ter uma definição muito precisa – era um discurso contra o padrão tecnológico moderno – a agroecologia buscou construir um arcabouço conceitual que desse maior rigor científico à proposta da agricultura alternativa, com o intuito de reunir os diferentes atores com atuação no desenvolvimento rural da região, com ênfase na construção de uma proposição coletiva de uma agricultura de base ecológica. (LUZZI, 2007 p. 64).

E ainda:

A proposta do movimento é que a agricultura precisa ter uma base agroecológica que vá muito além do “ecológico” de seu nome, muito mais que o “orgânico” da sua produção. Ela deve ser ecológica e socialmente sustentável e, para que isso aconteça, “as técnicas orgânicas devem ser integradas numa organização social mais avançada que dá sustentabilidade ecológica (ALTIERI, 2003, p. 142).

Os textos de Altieri quando chegaram ao Brasil no final da década de 80 atuaram de maneira incisiva para instituir o conceito da Agroecologia entre o movimento alternativo organizado. Mas foram os textos de Ana Primavesi, como “O manejo ecológico do solo” (1980), que primeiro geraram um campo de ações ligado à agricultura ecológica ou alternativa. Ideias e textos como os dela foram acolhidos por um segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo – AEASP, levando à formação em 1978 de um grupo de agricultura alternativa que organizou os Encontros Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAAs). Estes encontros contavam principalmente com engenheiros e agrônomos e, depois, de lideranças dos movimentos sociais (MST, CUT e CONTAG). Nestes encontros havia o debate de várias vertentes como a orgânica ou ecológica (técnica), político-ideológica e a

vertente social⁵¹ “A vertente de cunho mais social era representada pelo PTA/FASE⁵², cujas organizações membros enfatizavam o trabalho de identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores”, conta Nilsa Luzzi em sua tese “O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais”, de 2007.

Dentre as principais discussões destes encontros – os EBAs – estava a criação de uma associação nacional do movimento de agricultura alternativa, a participação de mais agricultores nos encontros – defendida pela PTA – e defesa de um encontro com viés mais acadêmico.

O PTA/FASE usou de financiamentos de cooperação internacional para mapear experiências de agricultura alternativa existentes no Brasil, muitas com forte vínculo com as igrejas Católica e Protestante e posteriormente difundiu-las para os demais agricultores. No fundo estava-se buscando construir uma proposta tecnológica alternativa ao pacote tecnológico da Revolução Verde, de abrangência nacional, que pudesse oferecer soluções aos problemas técnicos dos pequenos produtores. Ao longo da década de 80, multiplicaram-se ONGs e equipes ligadas ao PTA/FASE.

O Encontro Nacional do PTA, ou simplesmente “O Encontro” como ficou conhecido, foi realizado em dezembro de 1988 no Rio de Janeiro e nele também se constatou que o PTA estava se tornando maior que a própria FASE. Em 1989 os coordenadores do PTA se estruturaram numa nova instituição, a AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

Esta também foi a época em que o termo agroecologia foi introduzido mais oficialmente neste circuito com a tradução e publicação pelo PTA/FASE do livro “Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa” de Miguel Altieri (publicado originalmente nos EUA em 1983). Neste mesmo ano a coordenação do PTA promoveu um curso de agroecologia, ministrado pelo próprio Miguel Altieri, em que participaram representantes de ONGs de todo o Brasil:

A introdução do conceito de agroecologia, mais que uma mudança conceitual, representou, segundo PETERSEN & ALMEIDA (2004), uma ruptura epistemológica trazendo profundas implicações às abordagens metodológicas adotadas pelas ONGs, pois permitiu que a noção de transferência de tecnologia fosse aos poucos substituída pela noção de “processos sociais de inovação agroecológica”. (LUZZI, *op cit.* p. 65)

O impacto deste livro para quem discutia a agricultura ecológica na época foi enorme. Até mesmo dentro da EMA ele tem sua importância. Uma das fundadoras da EMA, responsável por trazer ao grupo grande parte das primeiras discussões acerca da agroecologia faz referência a este livro quando perguntada sobre as motivações do grupo em trabalhar com a agroecologia:

A (noção) de agroecologia eu peguei com meu pai mesmo, porque ele falava desde sempre da agrofloresta, e ele já fazia há muitos anos o método zapoteca das voçorocas, com o plantio agroflorestal nos patmares (...) Estava mais próxima na memória também a época da Bahia, de quando ele estudou com o Ernst⁵³, e ele tinha muitos livros na estante (...), eu comecei a ler o livro do Altieri e entendi tudo: a relação com as populações tradicionais, os métodos e comecei a levar isso pro grupo. (Fonte: Entrevista)

51 Para mais detalhes sobre este período ver a tese de Nilsa Luzzi na bibliografia.

52 A FASE era a maior e mais antiga ONG brasileira, fundada em 1961. Era uma organização sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e equipes espalhadas em diversos estados brasileiros. Tinha forte atuação nas áreas de educação popular e assessoria aos movimentos populares do campo e da cidade (MELO, 1993 *apud* Luzzi 2007).

53 Ernest Goetsch é um agricultor suíço radicado na Bahia que ficou famoso em todo Brasil pelas suas áreas experimentais de Sistemas Agroflorestais (SAF) Sucessionais.

No final da década de 90 a Rede PTA avaliou que as experiências locais apresentavam pouca visibilidade no plano nacional e as instituições pouca capacidade de sistematização e avaliação dos resultados obtidos com estas experiências. Isso levou as instituições a mudarem de estratégia e propor a realização de um encontro nacional de agroecologia, uma ideia que ganhou força com a realização do Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia e o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, ambos realizados em 1999.

O I ENA, realizado em 2002 no Rio de Janeiro, é considerado um marco importante no debate da agroecologia, não somente pela diversidade de atores envolvidos como, também, por colocar no centro do debate o agricultor e suas experiências concretas de promoção de agroecologia. Ele exprimiu, pela primeira vez em escala nacional, a riqueza e a diversidade das experiências em agroecologia existentes em diferentes partes do Brasil. Dos cerca de 1200 participantes, 600 eram de agricultores (as) e estavam representando 432 experiências (LUZZI, 2007).

Na plenária final do encontro foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um espaço de articulação entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil voltado para a promoção da agroecologia nas diferentes regiões do Brasil. A ANA busca promover a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar e como parte de um novo modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira (ANA, 2007). Os membros da ANA, embora diverjam em algumas questões, têm uma identidade forte contra o agronegócio e em defesa da agricultura familiar. Na sequência foram criadas diversas redes e articulações estaduais e regionais de promoção da agroecologia⁵⁴

Uma delas foi a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e, mais tarde, a Articulação Serramar, criada em 2004, atuando principalmente na Bacia Hidrográfica dos Rios São João e Macaé – nos municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Araruama e Saquarema. Na época da fundação, a Serramar era composta pela AMLD, a CEDRO, a EMATER (Araruama e Saquarema), e as associações de agricultores das comunidades rurais de Visconde, Cambucaes, Sebastião Lan II, Tapinoã e Aldeia Velha.

A EMA participou da primeira reunião de fundação da Articulação Serramar e desde então de muitas de suas atividades como visitas de campo, e intercâmbios de conhecimento, além de eventos da Articulação Estadual, como Feiras de Sementes e Seminários. Uma dificuldade para a participação da EMA na Articulação de Agroecologia, tanto estadual quanto regional, como será discutido na sessão da Casa de Sementes Livres, é a falta de aporte de verbas para alimentação e transporte, principalmente. Enquanto os técnicos ligados à AMDL, à Cedro ou à Emater conseguem na maioria das vezes diárias para estar em campo em um dia de reunião e inclusive o uso do carro destas associações para se deslocar e transportar agricultores, o que nunca foi o caso da EMA.

O Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) criado em 1984 por estudantes de agronomia, biologia, engenharia florestal (entre outros) da UFRRJ que se reúnem até hoje para estudar, realizar e difundir práticas agroecológicas também influenciou a EMA nesta área. Alguns integrantes da EMA costumavam participar das atividades do GAE e vice versa, em um intercâmbio profícuo facilitado pela idade em comum e pela agenda universitária.

54 Com exceção da Rede Ecovida de Agroecologia e da Articulação do Semi-Árido (ASA), que foram criadas no final da década de 90, as demais foram criadas após o I ENA, destacando-se: ANA-Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico, Articulação Capixaba de Agroecologia, Articulação Mineira de Agroecologia, Rede Cerrado e Rede ATER Nordeste. Algumas redes possuem uma dimensão mais ampla, trabalhando também com outras temáticas e interesses regionais e todas são vinculadas à ANA.

Outra rede de agroecologia que a EMA participa, de forma mais ativa, tendo contribuído diretamente para sua criação, é a Rede de Grupos de Agroecologia (REGA), ligada ao Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) de 2009. Derivados dos Seminários Estaduais de Agroecologia realizados pela EMATER/RS (1999-2002), o CBA surgiu em 2003, promovido por instituições de ensino, pesquisa e extensão rural (públicas e privadas), e em seu segundo encontro foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Em Curitiba, em 2009, foi realizado o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia e ainda, paralelamente, o I Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia – o ENGA – organizado pelo Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica – GEAE. O intuito era criar um espaço de encontro para os as diversas organizações que vinham se formando nos últimos anos, compostas majoritariamente por estudantes, chamados de Grupos de Agroecologia (GA's), em diversas Universidades do país⁵⁵. Um dos objetivos colocados para o encontro era pensar a aproximação destes grupos com a ANA e a consolidação de uma rede.

Nos encaminhamentos das plenárias deste ENGA, muitos grupos como a EMA se colocaram contra a posição da FEAB de tentar organizar a nascente rede, replicando os mesmos moldes dos seus encontros, com delegados e assembleias representativas, considerando isto uma “burocratização” do movimento. O modelo defendido ativamente pela EMA e que encontrou ressonância em outros grupos que também já se diziam cansados da velha estrutura dos encontros estudantis ligados à organizações partidárias, a exemplo da UNE e da própria FEAB, era a descentralização de poder dentro estrutura da rede que seria formada. O desejo que transparecia na maior parte das falas era de construção de um movimento mais autônomo, onde se pudessem experimentar novos formatos de reunião, decisão e encaminhamentos, escapando dos grandes congressos com delegados, tão pouco representativos e ligados a partidos políticos muitas vezes distantes do dia a dia dos estudantes. Depois de muita disputa política, esta corrente ganhou força e foi tirado um novo ENGA para o ano seguinte, a ser realizado em 2010 em Aldeia Velha, devido à grande presença que os grupos do Rio de Janeiro tiveram no encontro e ao papel impulsionador da EMA neste processo.

Em novembro de 2011, os grupos ligados à Agroecologia no Rio de Janeiro Capim Limão (Biologia– UFRJ), Raízes e Frutos (Geografia– UFRJ), Boldinho (Uni-Rio), a Associação Terrapia com a parceria do GEAE (que havia realizado o I ENGA) realizaram o II ENGA em Aldeia Velha, recepcionados pela EMA. O encontro, que teve mais de 300 pessoas ajudou a divulgar o tema da Agroecologia no povoado e apresentou como principal resultado a criação da REGA, a Rede de Grupos de Agroecologia.

Desde então, a REGA vem realizando novos ENGA's e atividades em diversos lugares do Brasil, como uma grande feira de sementes na Cúpula dos Povos no Aterro do Flamengo em 2012 durante a realização da Conferência Rio +20. Recentemente, a REGA foi convidada para compor a comissão organizadora do III ENA, que será realizado em maio de 2014 em Juazeiro (BA), configurando uma grande aproximação da rede com a ANA.

Voltando ao nível nacional, o debate agroecológico também começou a influenciar instituições de pesquisa, extensão rural, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural,

55 Tais organizações têm diversos parâmetros semelhantes, por exemplo, a maioria delas nasceu nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor escala Biologia, normalmente vinculadas ao Centro Acadêmico, transcendendo posteriormente para uma multidisciplinaridade e emancipação. Fonte: Pré-projeto do ENGA, disponível em: <http://regabrasil.wordpress.com> <http://regabrasil.wordpress.com/encontros>.

implementada pela SAF/DATER, no Governo Lula, organizações não governamentais e movimentos sociais rurais. Até mesmo na EMBRAPA o discurso agroecológico começou a encontrar ressonâncias, contudo, a institucionalização da agroecologia na EMBRAPA ocorreu somente em 2006 com o lançamento do Marco Referencial em Agroecologia. O fato deste debate estar sendo incorporado nestas instituições estatais e na estruturação de políticas públicas já constitui por si só um avanço importante, segundo estudiosos da área, apesar de não ser ainda suficiente.

Atualmente algumas ONGs, a exemplo da AS-PTA, e a própria ANA vêm participando ativamente de vários espaços relevantes para o debate de desenvolvimento rural e formulação de políticas públicas, especialmente: Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar (CONDRAF); Conselho Nacional Assessor Externo da Embrapa; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural; Conselho Nacional de Segurança Alimentar; Conselho do Fundo Nacional para a Biodiversidade (AS-PTA, 2004), do Programa de Aquisição de Alimento (PAA)⁵⁶ e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), criada em 2012 através do Decreto 7.794/12.

Em relação ao MST – um dos ícones mundiais da luta pela terra e pela agricultura familiar – embora tenha prevalecido em seu bojo um discurso de economia de escala, baseado na replicação do modelo tecnológico dominante, começaram a existir discussões, ainda na década de 80, acerca do formato tecnológico que deveria prevalecer nos assentamentos, estimulado pelo baixo desempenho econômico deste modelo hegemônico. A parceria do MST com o PTA/FASE e a filiação do MST à Via Campesina Internacional⁵⁷ contribuíram para o avanço do debate agroecológico dentro do movimento e, finalmente, pesou também para isso a expansão do Movimento, que era mais forte no Sul, para outras regiões do país, principalmente Norte e Nordeste onde ainda havia muitos agricultores tradicionais. Em 2000, em seu 4º Congresso Nacional, a agroecologia foi assumida como bandeira de luta pelo MST, apesar da apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorrer de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo na prática dos assentados: “Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capacitação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta”, salienta Luzzi.

Muitos dos atores, experiências e redes que participam de debates e ações em comum sob a bandeira da agroecologia defendem que a agroecologia pode ser considerada um movimento social que plantea um modelo alternativo de desenvolvimento rural apoiado na agricultura familiar e na transição agroecológica, configurando uma identidade nacional.

Para a agroecologia não interessa apenas mudar a forma de alguns grupos fazerem agricultura (inovando as técnicas e processos), mas, principalmente, a forma de se pensar o próprio papel da agricultura familiar, as relações dos agricultores e suas famílias com a natureza e com o restante da sociedade. (MAFRA 2004 *apud* Luzzi *op cit* p.4)

56 Este programa foi criado em 2003 e vem sendo implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apesar de seu alcance limitado, está possibilitando o acesso ao mercado a muitos agricultores familiares que se encontravam praticamente excluídos do mesmo, favorecendo sua ascendência social e econômica e contribuindo para a diversificação produtiva e para a segurança alimentar.

57 A Via Campesina Internacional foi criada em 1993 na Bélgica, por ocasião da realização da 1ª Conferência Internacional da Via Campesina, na qual foram definidas suas primeiras pautas estratégicas e sua estrutura. A 2ª Conferência, realizada em 1996 no México, teve a presença de 37 países e 69 organizações de pequenos e médios agricultores, dentre elas o MST120. As temáticas principais e campanhas da Via Campesina são: reforma agrária; biodiversidade e recursos genéticos; soberania alimentar e comércio; direitos humanos; agricultura campesina sustentável; migração e trabalhadores rurais; igualdade de gênero (VIA CAMPESINA, 2006).

A incorporação de temas como a reforma agrária, o gênero, a educação do campo ou os transgênicos e a disputa de poder em projetos governamentais aproximam a agroecologia de movimentos sociais. Luzzi defende em sua tese que “a agroecologia, mais que uma transformação técnica se constitui numa proposta de transformação política” mas também observa que enxergar a agroecologia como um movimento social ainda não é um consenso pois a terminologia gera divergências e, ressalta que “(...) não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em torno a estruturas formais” (PETERSEN & ALMEIDA 2004).

O entendimento da agroecologia como movimento social em busca de um novo modelo de desenvolvimento para o campo e até mesmo para o país é a noção que com o tempo foi ganhando espaço dentro da EMA, sobretudo como discurso unificado do grupo e como prática de alguns. Se no início do contato com a EMA, muitas pessoas tinham a ideia de que agroecologia era somente uma relação mais sustentável com a agricultura e com a terra, com o tempo, nas discussões do grupo, esta noção buscava ser aprofundada, havendo um estímulo para que os membros participassem das reuniões da Articulação de Agroecologia, dos eventos do MST ou da Via Campesina e dos diversos eventos políticos relacionados ao tema. Evidentemente, o nível de apreensão desta visão e o nível de participação variam muito até hoje de membro para membro. No entanto, o acúmulo de debate gerado foi suficiente para estabelecer dentro do grupo o consenso de que a agroecologia é também um movimento social. Dentro desta visão, o tema das sementes crioulas também apareceu e foi sendo incorporado como uma luta social, não só como defesa de sementes saudáveis e de uma agricultura mais natural sem insumos externos, agrotóxicos ou transgênicos, mas também como uma ação permeada de significados simbólicos e práticos relacionados à movimentos sociais internacionais contra a apropriação privada da biodiversidade, como veremos a seguir.

As sementes livres

Dentro da agroecologia, um dos temas que mais vem ganhando destaque e adeptos é sem dúvida o tema das sementes crioulas, também chamadas de sementes tradicionais, sementes antigas, sementes da paixão – denominação em algumas cidades da Paraíba – e tantos outros nomes. Esta riqueza de denominações já demonstra logo de início uma riqueza cultural associada ao tema que por sua vez está intimamente ligada a uma terceira riqueza: a diversidade biológica. As sementes crioulas são as sementes reproduzidas, manejadas e melhoradas ao longo de milhares de anos por camponeses ao redor do mundo de forma sistemática para sua alimentação, medicina, religião, paisagismo e inúmeros outros usos socioculturais. Estes processos de reprodução, manejo e melhoramento sempre foram feitos de forma livre, como prática ancestral de povos tradicionais em todo planeta, garantindo assim sua subsistência e também a diversificação das espécies, segundo o gosto ou a necessidade de cada cultura. Por estarem adaptadas às condições climáticas e agrícolas de cada região – e por que não também culturais – estas sementes são chamadas de variedades locais.

A conservação dos recursos genéticos locais no campo, ou seja, da manutenção da diversidade de espécies e variedades manejadas por comunidades agricultoras em seus sistemas produtivos, também chamada de “conservação on farm”, já teve sua importância reconhecida por órgãos como a FAO (organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e por tratados internacionais como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Especialmente, é reconhecida a importância desses recursos da agrobiodiversidade para a segurança alimentar e nutricional de comunidades rurais. (LONDRES, 2013 p. 14)

Como as sementes são condição essencial para a agricultura, o domínio da sua reprodução começou a interessar a indústria, em um contexto de globalização do capitalismo financeiro internacional a partir da década de 60, dentro da lógica da Revolução Verde. A Revolução Verde é um modelo agrícola baseado no elevado nível de insumos externos, como fertilizantes, agrotóxicos, maquinário, excessivo uso da água e do solo e, finalmente, sementes selecionadas. Todo este “pacote tecnológico” da agricultura contemporânea.” (ALTIERI, 2000, p. 7) foi vendido pelos meios de comunicação, por governos através da extensão agrícola e por empresas especializadas nestes insumos como uma solução para o aumento da produtividade e do desenvolvimento dos países, sobretudo do hemisfério sul, e para a fome no mundo.

Não é objetivo deste trabalho entrar nos pormenores da Revolução Verde, o que é um assunto de grande complexidade, mas registrar que a ideia do uso de sementes selecionadas e uniformizadas ganhou peso com a expansão deste modelo. Muitos autores analisam que a Revolução Verde aprofundou as desigualdades no campo e contribuiu para processos de êxodo rural por retirar a autonomia dos agricultores na produção de seus alimentos, aumentando sua dependência em relação aos insumos externos, como aparece em diversas críticas:

Esse questionamento leva em conta a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios, e advoga um novo requisito à noção de desenvolvimento herdada: o de prudência ambiental. Desta crítica emergem tanto os movimentos de agricultura alternativa, como aqueles centrados nas noções de agricultura orgânica e agroecológica, e sugerem as discussões dos impactos da engenharia genética e da utilização de matrizes transgênicas em práticas agropecuárias e alimentares. (MOREIRA, 2000)

Em relação às sementes, a variabilidade genética conferida pelo intercâmbio de sementes entre os agricultores e pela conservação que os mesmos faziam de diferentes espécies que pudessem responder aos tipos de solo disponíveis, às intempéries ou ao ataque de pragas, por exemplo, não interessavam à grande indústria. O que era importante neste momento era buscar a uniformidade, que pudesse trazer um resultado “ótimo” e também possibilitar o patenteamento da variedade, garantindo seu monopólio no mercado.

Esta era uma preocupação essencial dos países mais industrializados, que não possuíam tanta variabilidade genética e ao mesmo tempo foram os mentores da Revolução Verde, concentrando o maior número de indústrias interessadas na expansão do modelo agrícola capitalista:

Como assinalou Peter Roy Mooney em O escândalo das sementes, os países do norte dependem enormemente da variedade dos chamados Centros de Vavilov, grandes bolsões de diversidade ecológica, centros de origem de grande parte da diversidade genética alimentar do mundo que estão localizados, em sua maioria, nos países até então considerados subdesenvolvidos. Usando dados da FAO de 1996, Silvia Ribeiro (RIBEIRO, 2003) demonstra que no caso dos países industrializados a dependência de germoplasma estrangeiro (cultivos originados em outras regiões) em muitos casos é maior do que 95%. (MAYA, 2012 In: Copyfight: Pirataria & Cultura Livre p. 220)

As empresas faziam o melhoramento genético não para aumentar a qualidade de vida dos agricultores mas para criar sementes com uniformidade, condição importante para serem patenteadas, sob o argumento de que estas mudanças eram invenções. Desde 1961, quando particulares puderam receber direitos de patentes sobre variedades recentemente produzidas, por meio da Convenção Internacional de Produção de Novas Variedades, uma enxurrada de

legislações nacionais e internacionais começaram a ser promulgadas estimulando o processo de patenteamento, que por sua vez sempre expressou o comando de países ricos e das grandes empresas⁵⁸. Até mesmo a Organização Mundial do Comércio (OMC) aderiu aos sistemas de propriedade privada sobre plantas por meio do seu Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (cuja sigla em inglês é TRIPS). Desse modo, para participar da OMC era obrigatório para os 151 países membros, aderir e regulamentar a TRIPS, o que forçou muitos países, inclusive o Brasil, a assinar um acordo internacional denominado União para a Proteção das Variedades Vegetais (UPOV), vinculada à Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).

A partir daí foram desenvolvidas pelas empresas agrícolas tecnologias para ajudar a restringir o que Vandana Shiva, ativista indiana das sementes livres, chamou ironicamente de “empecilho biológico” da semente, que é sua capacidade de – dadas as condições adequadas – crescer e se reproduzir. Uma delas são as sementes híbridas, variedades cruzadas que geram sementes inúteis ou estéreis, ou seja, o agricultor compra a semente e obtém a planta, mas das sementes desta planta não é possível obter novamente plantas saudáveis, com a mesma desenvoltura, muito menos conseguir que haja uma terceira geração de plantas a partir da semente híbrida, condicionando o agricultor a comprar novamente sementes no mercado para o plantio seguinte. Outras duas tecnologias, advindas da transgenia, e consolidadas como patentes bioólicas, ampliaram este controle, são elas a terminator e a trator. A primeira trata-se de um gene suicida introduzido na planta que a leva ao suicídio e não a permite gerar descendentes e a segunda exigem fertilizantes e agrotóxicos específicos para que a planta germine e cresça. Todas estas tecnologias são chamadas de grupo de tecnologias de restrição de uso (GURT) e junto com os fertilizantes e agrotóxicos que exigem em seu desenvolvimento vem ampliando o controle das empresas de sementes sobre a cadeia de produção agrícola apoiados nas patentes e nos transgênicos, configurando o que os movimentos sociais apelidaram de Segunda Revolução Verde. Uma característica se relaciona com a outra porque as sementes sem variabilidade genética, uniformizadas, são mais vulneráveis às pragas ou doenças, que por sua vez são combatidas com agrotóxicos, o que leva o solo a acumular os venenos e se empobrecer, o que é então, por fim, resolvido com fertilizantes, em um ciclo que pode ter seus componentes alterados mas via de regra envolve a inter-relação entre os itens. Empresas como a Monsanto são donas não só do ramo das sementes, mas produzem os agrotóxicos e os fertilizantes associados a elas e chegam a proibir em seu termo de venda que o agricultor guarde sementes da empresa para o próximo plantio, comprovando uma concentração no setor e ao mesmo tempo a garantia do lucro via direitos autorais sobre a biodiversidade.

Todo este ciclo que inclui a substituição de sementes crioulas por sementes comerciais vem provocando um processo de erosão genética⁵⁹, donde constam sobretudo a perda de diversidade dos agroecossistemas e do conjunto de saberes e modo de vida a ela associados, tendo como um dos fatores a contaminação das variedades crioulas por cultivos transgênicos. Exemplo do caso do milho do México. Uma pesquisa do grupo ETC (Action Group on Erosion, Technology and Concentration) constatou que aproximadamente 97% dos Recursos Genéticos de Plantas se perderam nos últimos 80 anos (ETC Group, 2009). Nas entrevistas realizadas para este trabalho, os agricultores relataram também casos de perda, desaparecimento ou de casos de grande dificuldade em conseguir sementes antes comuns:

58 As dispendiosas exigências legais para se obter e manter uma patente garantiram aos países ricos a dianteira neste processo: 85% das patentes do mundo pertencem ao EUA, Europa e Japão.

59 “Peroni (2004) levantou 261 variedades de diferentes espécies citadas em entrevistas com agricultores caiçaras paulistas. Destas, 80 variedades foram apontadas como perdidas nos últimos anos. A erosão genética é causa e consequência da perda de conhecimento associado.” (ALMEIDA e SCHMITT, 2008 *apud* LONDRES 2013 p.25).

O milho branco não existe mais! Tá, você ainda acha uns cinco agricultores que possam ter. O milho branco de hoje broca a toa, a espiga é curta e o nosso era difícil brocar. Era famoso! O angu era muito bom e esse é muito ruim, Nossa Senhora! (Fonte: entrevista)

Com certeza hoje tá mais difícil achar algumas sementes. Tinha época que a gente podia juntar a semente no rodo e agora só acha de tantos em tantos anos. As sementes da floresta foram perdidas porque todas as árvores foram tiradas pra madeira e as da agricultura foram perdidas por causa dos transgênicos (Fonte: entrevista)

Além do milho branco que é o caso mais emblemático da região, por ter sido muito popular e hoje só ser encontrado em algumas famílias da Serra, os agricultores relatam a perda – entendida como grande dificuldade para encontrar a variedade e não necessariamente uma extinção comprovada – do feijão vagem roxa, do milho vermelho crioulo (“mais saboroso, mais nutritivo, mais natural e mais resistente às pragas”, na fala de um deles), do mangarito (“um tubérculo que todo mundo tinha”), entre outras sementes.

O movimento de agroecologia vem, pois, se posicionando no enfrentamento deste processo, procurando atuar desde o nível macro – na legislação brasileira de sementes e mudas⁶⁰ – e na Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida até o fortalecimento de bancos de sementes comunitários, guardiões de sementes e feiras de trocas regionais por exemplo.

A Via Campesina Internacional lançou, em 2003, durante o III Fórum Social Mundial a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade” (VIA CAMPESINA, 2003). Várias ONG's e o próprio MST já discutia esta questão anteriormente, mas esta campanha “desencadeou um trabalho mais concreto, assumido por diferentes organizações sociais, e com abrangência internacional” (LUZZI, 2007). Merecem destaque o trabalho da Articulação do Semi-Árido no Nordeste do Brasil, sobretudo na Paraíba, na articulação de bancos de sementes familiares e comunitários, a Festa da Semente de Anchieta (SC) e a recente organização de feiras indígenas como a Feira Krahõ de sementes tradicionais, no Tocantins.

Uma das preocupações é relativa às poucas organizações de agricultores familiares envolvidas na atividade de venda de sementes, que relatam grande dificuldade de acesso a sementes básicas junto aos mantenedores das variedades registradas e excesso de burocracia como os principais entraves. No caso das sementes de hortaliças, há uma grande carência de sementes de domínio público no mercado (cujos direitos de propriedade intelectual já expiraram), bem como de sementes varietais (não híbridas) e crioulas.

Espera-se que haja um aumento de políticas públicas para este setor com a divulgação da Instrução Normativa no 46, de 6 de outubro de 2011, do Mapa, pela qual fica proibida a utilização de sementes e mudas não obtidas em sistemas orgânicos de produção para a produção orgânica no país a partir de dezembro de 2013. Uma contribuição neste sentido pode vir das diretrizes do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) que permite a distribuição, troca e comercialização de sementes e mudas entre agricultores familiares ou por organizações de agricultores, ficando dispensados de inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – Renasem. O movimento de agroecologia reivindica mais políticas públicas para este setor em busca da soberania alimentar e também porque não existe, no presente, oferta suficiente de sementes no mercado para atender a nem mesmo esta

60 Ver: LONDRES, F. A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar. Rio de Janeiro, 2006. 79 p.

demanda criada pela instrução normativa dos produtores orgânicos (Planapo, 2013). Para o desenvolvimento destas políticas, é imprescindível que investir em pesquisa:

Não existe um levantamento completo da distribuição geográfica das variedades crioulas, tradicionais e locais e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas. Da mesma forma, faltam estudos que avaliem a presença e o nível de contaminação genética de variedades crioulas por variedades geneticamente modificadas. Essas informações são essenciais para a definição de territórios prioritários para a conservação da biodiversidade nativa e o estabelecimento de zonas específicas de proteção da agrobiodiversidade (BRASIL, Brasil Agroecológico, Planapo, 2013)

4.3. *A Casa das Sementes Livres como interface entre a agroecologia e a cultura livre*

A ameaça relacionada à restrição da multiplicação das sementes por um lado e das informações digitais como softwares, códigos ou bens culturais de outro, foi identificada por diversos movimentos mundiais como faces de um mesmo lado da moeda: a apropriação privada de conhecimentos comuns da humanidade para aumento do lucro do sistema capitalista. Uma destas articulações ocorre em torno do conceito de Bens Comuns ou Commons, cuja definição científica dificilmente será feita, de acordo com Silke Helfrich, uma de suas principais pesquisadoras em nível mundial. Ela lembra que entre os trabalhos teóricos sobre o tema, estão os da politóloga Elinor Ostrom, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em outubro de 2009. Ostrom e colegas enfatizam que não existe um plano-mestre para o *governance of the commons* nem uma única definição universal de “bens comuns”, mas que todo bem comum surge a partir de condições históricas únicas, determinadas pela cultura local, por fatos econômicos e ecológicos e muitos outros fatores.

Para os defensores desta teoria, não importa se estamos falando de bens do ambiente natural, social, cultural ou digital, mas sim de bens que são essenciais para a vida, sua reprodução e permanência. Como foi colocado no manifesto “Fortalecer os bens comuns. Já!”⁶¹, “os bens comuns naturais são necessários à nossa sobrevivência, bens comuns sociais garantem a coesão social e bens comuns culturais são o pré-requisito para o nosso desenvolvimento individual”. Desse modo, nesta visão, a luta em torno do acesso ao conhecimento e à cultura, na essência, é igual à luta pelo acesso à água ou contra as mudanças climáticas, pois a perspectiva dos bens comuns nos permite ligar todos os elementos que formam o conjunto.

O movimento dos *commons* atua contra a exclusividade da propriedade, em busca do aumento de bens comuns que possam ser compartilhados por todos. Um ponto importante na teoria, reflexo da discussão travada no segundo capítulo quando falamos de coletivos, é o conflito entre liberdade e autonomia.

Portanto, no debate dos *commons*, não se trata da água ou do código em si, trata-se mais das nossas decisões tomadas a respeito do uso dos recursos. A idéia dos bens comuns é inconcebível sem que se estabeleça uma relação entre estes e as pessoas da ação. Não há bens comuns sem um fazer comum. (HELFRICH, 2010)

Elionor Ostrom tentou justamente demonstrar em seus estudos empíricos que a preservação de bens comuns por comunidades agrárias não era descontrolado, mas previsto em

61 Disponível em: http://commonsblog.files.wordpress.com/2009/12/manifesto-fortalecer_los_bienes_comunes.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2012.

regras aceitas por um grupo comum de interesse, baseado em códigos comunicados de forma clara. Entender e estudar as diferentes normas formatadas para o acesso e uso dos bens comuns pode ajudar outras comunidades a estabelecerem seus próprios códigos de conduta, visto que cada bem comum tem sua especificidade e contexto. Tal visão vem se mostrando diferente em relação aos termos de Propriedade Imaterial ou Propriedade da Humanidade, por defenderem uma posição ativa das comunidades envolvidas no uso dos recursos locais na proposição e monitoramento das regras de uso deste mesmo bem em processos democráticos, participativos e de emancipação social e não como simples rótulos que são colocados em parques naturais ou conjuntos arquitetônicos, por exemplo, que excluem completamente as comunidades locais de seu acesso e gestão.

Munidas deste repertório de ideais e conceitos relacionados tanto à agroecologia quanto à cultura livre, que fazia parte da EMA ainda em contexto embrionário, a autora e uma das integrantes da EMA ficaram extremamente entusiasmadas quando leram uma reportagem sobre o apoio que a Associação de Software Livre (ASL) do Rio Grande do Sul estava dando aos índios Guarani Kaiowá na forma de doação de sementes crioulas por conta do entendimento da associação de que as sementes e os softwares precisavam ser igualmente livres da propriedade intelectual. Os índios guarani Kaiowá a esta altura, em 2006, já eram conhecidos pelos casos de suicídio e fome em suas aldeias no Mato Grosso do Sul devido à expansão da fronteira da soja que trouxe mais dificuldade na demarcação de suas terras e inúmeros problemas relacionados ao uso de agrotóxicos. Ciente da situação, a ASL resolveu doar parte do dinheiro arrecadado com as inscrições do Fórum Internacional de Software Livre (FISL) para os índios desta etnia e deu publicidade à ação enfocando a questão da identificação entre o movimento software livre e o tema das sementes crioulas. Este projeto de doação das sementes aos índios foi coordenado pela Universidade de Ijuí, tendo a Secretaria do Trabalho e da Assistência e o Conselho Estadual dos Povos Indígenas como parceiros.

Assim que a matéria chegou as nossas mãos, escrevemos para a ASL e falamos do interesse em também realizar a mesma ação de distribuição de sementes crioulas em Aldeia Velha. A ideia inicial foi aceita, mas durante a sua operacionalização, que consistia na redação do projeto e na intermediação de uma instituição com CNPJ e conta bancária, os planos mudaram. As integrantes da EMA à frente deste processo pensaram em usar os R\$5 mil reais não para distribuir tudo em sementes, mas sim para construir um espaço que pudesse realizar a armazenagem e a difusão das sementes crioulas de forma permanente. Nascia o projeto da Casa das Sementes Livres, com o ambicioso nome de “Banco de sementes livres do Rio de Janeiro”.

Para fundamentar esta guinada no objetivo do projeto, foi feita uma visita de campo ao Macharet, bairro de Casimiro de Abreu próximo ao centro de Aldeia com forte tradição agrícola. Lá, foi constatado que havia uma erosão genética em curso, muitos agricultores e agricultoras falaram de “sementes que não se acha mais” ou que “é difícil de encontrar” ou ainda “as do mercado não prestam”. Ao mesmo tempo foi possível contatar algumas famílias agricultoras que ainda possuíam sementes crioulas, como o milho branco, milho tradicional da serra, antigo, cultivado pelas famílias de colonos e mestiços. Este milho é muito valorizado sobretudo pela culinária tradicional caipira, pois dele se faz a admirada e popular broa de milho branco. Quando perguntados sobre a idade do milho, muitos agricultores e agricultoras respondiam que era “coisa dos seus avós ou bisavós” que foram passando pra seus pais. As famílias visitadas concordaram que seria importante ter um lugar onde pudessem ter acesso a sementes de qualidade, como estas que possuíam há muitos anos em suas mãos.

Esta visita de campo serviu para aumentar o interesse do grupo em valorizar as sementes tradicionais e prosseguir em um trabalho de conscientização contra os riscos das

sementes híbridas e transgênicas. Com esta argumentação e depois da visita aos agricultores, a ASL concordou em doar o dinheiro não mais para distribuição de sementes mas para a construção de um banco de sementes.



Figura 15. Agricultores com sementes de milho branco na Serra do Macharet

Paralelamente, o grupo se reuniu para decidir que tentaria construir este banco de sementes dentro do terreno da Escola Vila Silva Jardim. Uma carta foi enviada ao Secretário de Educação e um “de acordo” com a assinatura do mesmo em um ofício, foi o suficiente para que se começasse a pensar nas obras. No orçamento enviado à ASL constava além da construção de uma pequena sala onde ficariam as sementes, um computador para fazer o registro e fichas dos agricultores associados, que funcionaria com software livre. No termo de convênio entre a Ong Verde Cidadania e a ASL foi feita também a menção à parceria como a Interface Pública – cuja sigla é IP:// e a pronúncia é “ipê” – projeto de difusão de ferramentas livres de comunicação na área urbana do Rio de Janeiro, do qual participavam alguns integrantes da EMA que desejavam ter mais contato com software livre, rádios livres e projetos experimentais de comunicação popular de uma forma geral. Muitas das pessoas que faziam parte do IP:// em geral, estavam diretamente ligadas ao processo de suporte aos pontos de cultura e seus kit multimídias e inclusive algumas delas integravam o grupo que ajudou a formular a própria ideia do kit multimídia nas reuniões que aconteciam entre Cláudio Prado e a equipe do Ministério da Cultura, como foi abordado na sessão sobre os pontos de cultura.

Para a construção da casa, foi elaborada então uma pesquisa de como deveria ser o material para acomodar e conservar as sementes da melhor forma possível. Neste momento, o grupo foi desencorajado muitas vezes a dar prosseguimento à construção da Casa. Pesquisadores, agrônomos e pessoas em geral, ao saber da iniciativa, diziam que era muito difícil ter um banco de sementes, pois era preciso dispor de câmeras de resfriamento e processo apurado de monitoramento. Quando procuramos a Articulação Estadual de Agroecologia, também não houve apoio. Integrantes da Diretoria Executiva do grupo disseram que a estratégia de bancos de sementes não tinha sentido no sudeste, somente no nordeste onde era necessário fazer grandes estoques devido à seca ou à manipulação eleitoral de muitos políticos que tinham como moeda de barganha a doação de sementes para agricultores pobres. Foi argumentado à época pelo grupo, que a ideia não era fazer um grande estoque de sementes, mas trabalhar com a dinamização de sementes, criando um espaço educativo, onde o foco principal não seria a quantidade, mas a qualidade das sementes, a pesquisa e o intercâmbio de conhecimentos relacionados à agroecologia em Aldeia Velha. Ainda assim, neste momento, não fomos estimulados a prosseguir com a ideia do banco de sementes.

Pesquisando mais sobre iniciativas similares no estado do Rio de Janeiro, conseguimos chegar até o departamento de Agronomia e à Fazendinha Agroecológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde funcionava um banco de sementes sob o comando do professor Raul de Lucena. Lá, pelo contrário, o grupo foi muito estimulado a dar continuidade ao projeto. O professor, diferentemente de tudo que já havia sido informado, disse que era “muito fácil” ter um banco de sementes, pois não estávamos interessados em conservar germoplasma como na Embrapa, por exemplo, e por isso as técnicas poderiam ser mais simples, como a conservação em garrafas Pet. Tanto o professor Raul de Lucena quanto outras fontes, também nos indicaram que o espaço poderia ser construído em pau-a-pique, que utiliza madeira, bambu e barro nas paredes e torna o ambiente mais isotérmico, sem grandes variações de temperatura.

Esta ideia pareceu muito adequada ao grupo, tanto por estarmos em um ambiente rural, quanto porque o pau-a-pique é uma técnica já quase esquecida e muito desacreditada na comunidade, sendo vista por muitos como “casa de pobre”, de quem não tem dinheiro para construir com alvenaria. O grupo decidiu fazer deste modo também por acreditar que seria uma oportunidade de valorizar uma técnica antiga e muito nobre da comunidade, afinal, muitas pessoas viveram uma vida inteira em casas de pau-a-pique. Usávamos como exemplo a cidade de Paraty, que em seu centro colonial, inúmeros sobrados imponentes e seculares foram feitos de pau-a-pique. Vimos neste detalhe da construção uma grande oportunidade de trazer à tona uma discussão sobre pobreza versus riqueza, antigo versus moderno, cidade versus campo. Depois da dificuldade em conseguir pedreiros na comunidade que ainda sabiam construir em pau-a-pique, as obras começaram.

Para minimizar custos com mão de obra, a EMA decidiu convocar mutirões para ajudar na construção. O primeiro deles aconteceu em novembro de 2007 e contou com a participação de estudantes da UFRRJ ligados ao Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) que vieram em um ônibus da universidade. Ao chamado por e-mail da EMA, também atenderam alguns *anarcopunks* que viviam na ocupação urbana Flor do Asfalto⁶². Muitos integrantes da EMA e amigos do grupo também participaram. Os poucos moradores de Aldeia Velha que compareceram, vinham mais com curiosidade de saber o que estava acontecendo e se era verdade que seria feita uma casa de pau-a-pique.

Os pedreiros contratados fizeram o aramado de bambu da estrutura da casa e em outro mutirão as paredes foram embarreadas, novamente com muitos integrantes da EMA e poucos moradores de Aldeia Velha. A princípio, houve certa frustração do grupo com a pequena participação de moradores no mutirão, mas com o tempo percebemos que esta prática não é mais tão comum e que a EMA ainda não possuía laços comunitários muito profundos para mobilizar as pessoas para um mutirão, ainda mais porque o grupo não podia oferecer comida ou bebida em grande quantidade, como era de praxe nos mutirões do interior.

Antes tinha muito mais (mutirão), ah com certeza! Hoje em dia tem máquina que ajuda a bater a laje sem precisar de tanta gente. Mas nas Igrejas ainda tem, quando alguém vai fazer alguma coisa, bater uma laje, vai o pessoal ajudar sim. Ou então quando um grupo de amigos muito próximo vai fazer alguma coisa, vai uma turma ajudar. (Fonte: Entrevista: Morador de Aldeia Velha, 33 anos)

62 A ocupação Flor do Asfalto foi criada em junho de 2007 por amigos *anarcopunks* de diferentes regiões da cidade, sobretudo de áreas pobres como a Favela do Rato Molhado no Jacaré, a comunidade de Ramos ou bairros de Jacarepaguá. Em 2012, a área foi desocupada pelas obras do Porto Maravilha. A expulsão dos moradores da Flor do Asfalto fez parte de um processo mais amplo de remoções no centro da cidade, como morro da Providência e imediações. Fonte: Porto é “maravilha”, mas só para poucos, disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/6908>.



Figura 16. Embarreamento da Casa de Sementes

Até agosto de 2008 as obras continuaram com o emboço das paredes e as instalações elétricas. Como o dinheiro da ASL não foi suficiente para terminar a obra, o grupo realizador do II Festival Experimental Eletrorgânico, que como já foi citado no primeiro capítulo, era formado por muitos integrantes em comum com a EMA, inclusive seus idealizadores, doou mais R\$ 5 mil reais do lucro do evento, realizado dia 7 de setembro do mesmo ano, para a finalização das obras. Foi possível então comprar janelas e portas além de pagar pelo acabamento.

Com a casa pronta e três computadores instalados – uma máquina nova fruto do convênio com a ASL e duas doações de membros da EMA – foi preparada uma carta e enviada pela internet para os mais diferentes grupos e pessoas pedindo ajuda para a “manutenção do espaço”. A carta solicitava parcerias para que um professor pudesse dar aulas de informática na Casa, visto que a demanda da comunidade em relação à informática era muito grande. Uma das respostas para a carta foi significativa. Um membro da comunidade software livre que trabalhava em Silva Jardim recebeu o e-mail por um grupo nacional de desenvolvimento de softwares e contactou o grupo. Responsável pelo suporte técnico em Linux dentro da Prefeitura, ele disse que se surpreendeu de ver uma ação em software livre dentro do município e intermediou a negociação com a Secretaria de Promoção Social que por fim remunerou durante quatro meses o salário de um monitor local para aulas de informática básica. O próprio pedreiro que construiu a Casa se ofereceu para o cargo, pois era formado em Informática e nunca havia tido a oportunidade de exercer. Os principais alunos do mini-curso de informática básica eram estudantes da escola no turno da noite na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Durante o dia, as crianças também procuravam muito a Casa para poder, muitas das vezes, ter seu primeiro contato com um computador. Importante notar que não havia conexão de internet ainda em Aldeia Velha, mas mesmo assim os computadores já exerciam grande fascínio. Em setembro, a equipe do Pontão de Cultura Digital do Circo Voador – em que a autora trabalhava com vários amigos no Rio de Janeiro – promoveu uma “imersão” no banco de sementes, um evento de poucos dias com o objetivo de auxiliar na área de informática da iniciativa. Foram feitas atualizações nos sistemas operacionais dos computadores da casa, além da doação de peças e oficinas de montagem de computadores com as turmas da Escola Vila Silva Jardim. A teoria do software livre era explicada para professoras e para a turma do EJA e já se tentava fazer a relação entre as sementes livres e os softwares livres, identificando seus pontos em comum em relação à privatização do conhecimento. No entanto, o tempo com os alunos era sempre curto e o tema não era

aprofundado o suficiente, conseqüentemente, para a comunidade escolar e para os moradores de Aldeia Velha, o que era mais real e palpável neste momento era o trabalho com a informática, sem nem mesmo haver um debate sobre o uso de softwares livres.



Figuras 17 e 18. Uso de computadores dentro da Casa e oficina de metareciclagem na Escola Silva Jardim

Ainda no segundo semestre de 2008 a EMA entrou em contato por e-mail com inúmeras associações de agroecologia, perguntando se possuíam sementes crioulas para vender ou trocar e ao mesmo tempo comunicando da existência do projeto da Casa. Muitos grupos contatados responderam elogiando a iniciativa e apoiando de maneira muito entusiasta a continuidade do projeto. Foram eles o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Bionatur (cooperativa de sementes agroecológicas do MST) e o próprio MST, com carta assinada por *Ciro Correa*⁶³. Apesar do incentivo – avaliado hoje como fundamental neste estágio inicial – nenhum grupo disse ter sementes crioulas em quantidade para vender, nem mesmo a Bionatur, de onde compramos as sementes agroecológicas desde 2011. Por isso, no início do seu funcionamento, a Casa possuiu maior expressão em relação à sua área digital por meio das aulas de informática do que em relação à área agrícola, pois a ideia inicial de conseguir uma grande quantidade de sementes crioulas e distribuí-la nas redondezas para divulgar a existência do banco de sementes não obteve sucesso. Nas entrevistas ou no arquivo interno do grupo não é possível precisar quando houve a mudança do nome de Banco de Sementes Livres do Rio de Janeiro, mas a alteração aconteceu mais ou menos neste período, quando a EMA percebeu que sua ação teria uma dimensão muito menor do que a imaginada inicialmente pela dificuldade em trabalhar com sementes crioulas em larga escala sem financiamento específico ou formação técnica de seus membros. Desde o início sentiu-se no grupo a necessidade de pessoas formadas na área de Agronomia ou áreas afins, pois os poucos membros formados em Biologia ou Engenharia Florestal não davam conta da complexidade da ativação de um banco de sementes.

Contudo, a ideia da Casa de Sementes estava sendo comentada e divulgada, sobretudo por despertar a curiosidade dos moradores em relação “ao grupo que havia conseguido construir uma casa de pau a pique dentro da escola pública”. Na opinião de uma das integrantes da EMA “a casa de pau a pique gerou ótimas conseqüências na vila; muitas pessoas me vinham dizer que haviam nascido em casas como aquela”. Antes do final do ano de 2008 uma das merendeiras da escola fez uma poesia sobre a Casa:

⁶³ Agrônomo, já foi coordenador nacional do Setor de Produção do MST e membro do Coletivo Nacional da Frente de Meio Ambiente do MST.

A casa das sementes

*A casa das sementes
tem a nos oferecer
semente de qualidade
para uma boa safra colher*

*A semente armazenada não irá estragar
iremos plantar e colher
e comida ao nosso povo oferecer*

*O banco das sementes
será a nossa garantia
iremos preparar a terra
e iniciar o plantio*

*A terra preparada
a semente será lançada
o tempo certo da colheita
no calendário será marcado*

(Fonte: arquivo interno)

No início de 2009, o apoio da Secretaria de Promoção Social foi interrompido e a EMA apresentou uma proposta pedagógica de funcionamento da Casa de Sementes Livres à direção da Escola Vila Silva Jardim, cujo foco principal era integrar a dinâmica da casa ao currículo escolar por meio de atividades como cadastro de agricultores pelos alunos, catalogação de sementes em aulas de Ciências, uso do espaço para aulas de informática e assim por diante. As professoras ouvidas concordaram com a importância do tema e pediram mais subsídios teóricos e práticos para conseguir integrar as atividades às suas aulas. A EMA desenhou então um “curso de formação”, denominado “Da Semente ao Fruto – I Curso de Formação Pedagógica da Casa de Sementes Livres”, apresentado às Secretarias de Meio Ambiente e de Educação de Silva Jardim e aprovado logo em seguida. A apresentação do projeto só foi possível por dois motivos: o primeiro é que a esta altura a EMA já havia começado a administrar a Associação Cultural Bantu Brasil para poder realizar o convênio dos Pontos de Cultura do governo do estado, ou seja, possuía um CNPJ e, em segundo lugar, previu-se que enquanto as professoras estivessem participando do curso, haveria entretenimento extraclasse para os alunos e alunas. Depois de muitas tentativas de realizar encontros ou até mesmo pequenos debates com as professoras, o grupo percebeu que era inviável retirar as professoras da sala de aula sem preparar atividades também para os estudantes. Esta operação foi a que mais gerou trabalho para o grupo, mas foi essencial para o funcionamento do curso, sendo uma logística elogiada até hoje pelo corpo docente.

Durante seis semanas, todas as quintas-feiras eram realizadas durante a manhã o curso, abrangendo palestras, filmes e debates sobre agroecologia, educação do campo, cultura digital e software livre, alimentação saudável, entre outros temas. Para cada semana, havia um convidado, especialista, geralmente do Rio de Janeiro, para conduzir a atividade e ao final do

curso, um CD com material didático relacionado aos temas abordados foi entregue para cada professora⁶⁴. Na reunião de avaliação com as professoras, o curso foi muito elogiado, segundo elas sobretudo por ter sido um conteúdo exclusivo preparado, pelo respeito que receberam e por terem se sentido valorizadas pela “oportunidade de igualdade” (MAYA, NICOLAU, SOARES, 2010) Até hoje o curso é lembrado como um acontecimento importante na relação entre a EMA e a escola.

De tudo nestes anos todos (que a EMA já fez na escola), gostei mais das oficinas de capacitação, foi um crescimento muito grande pra gente. (Professora 1. Fonte: entrevista)

As palestras de agroecologia, sem dúvida, foi o que eu mais gostei de tudo que foi feito. (Professora 5. Fonte: entrevista)

Em relação à importância dos temas ambientais trabalhados pela Casa de Sementes desde este curso de 2009 – a agroecologia e as sementes crioulas – as opiniões são parecidas:

Estes temas são importantes sim, porque eles (os alunos) são rurais e os livros não focam totalmente neste aspecto. É bom porque crescem sabendo o que tá comendo, o que pode plantar perto de casa, poucos moram na rua, moram mais em sítio e não tem consciência disso. Eu fiz um curso no Escola Ativa para escolas do campo mas quem faz (os instrutores) não são da roça (Professora 3. Fonte: entrevista)

Como a escola está situada em uma zona rural, é importante para os educandos ter um conhecimento ainda que básico sobre agroecologia e sementes (Professora 4. Fonte: entrevista)

Sei que têm importância, mas não sei como dizer... Estes temas tratam o meio ambiente de uma forma mais sustentável, pensando mais no meio ambiente... Seria interessante que as crianças cuidassem mais da terra e a agroecologia pensa mais no meio ambiente. A continuação (sic) das sementes tira um pouco do poder das grandes empresas e todo mundo poder ter um pouquinho, cada um passa pro outro, porque hoje se compra o milho não dá pra guardar pra plantar (Professora 1. Fonte: entrevista)

Já para uma outra professora, estas questões têm um alcance cultural ainda maior:

Com certeza estes temas são importantes, porque trabalha temas como história, herança cultural dos antigos, história da comunidade e ajuda a valorizar a história, o conhecimento das pessoas que podem não ter o da escola, mas têm o da terra e é um conhecimento que não se guarda e este projeto (EMA) ajuda a guardar. (...) tinha um senhor que ficava lá em casa, que morreu e tudo que ele sabia é algo que não fica registrado e é bom ter porque lá na frente nossos netos vão poder ouvir.... contos que até se duvidava de ser verdade (Professora 5. Fonte: Entrevista)

64 As atividades paralelas com os alunos também giravam em torno dos mesmos temas, mas nem sempre foi possível trazer um especialista para focalizar os encontros e nos dias que a equipe da EMA ficou com a função de cuidar das crianças, enquanto as professoras estavam no curso a experiência não foi muito positiva, visto que ninguém possuía formação pedagógica. Somente uma das integrantes, formada em teatro conseguiu desenvolver uma atividade mais a contento. Um dos episódios que tem repercussão até hoje foi uma grande roda formada com as crianças para cantar músicas acompanhadas por um tambor. Em um misto de galhofa e de preconceito, muitos alunos voltaram para casa dizendo que tiveram “aula de macumba” e alguns pais foram até a escola cobrar explicações, o que gerou uma situação incômoda entre a EMA e as professoras. Ainda assim, uma das professoras em entrevista disse que de tudo que a EMA fez na escola, o que mais gostou foi a mandala de frutas realizada com as crianças por um instrutor de alimentação viva durante este mesmo curso.

Após sucessivas reuniões, cada professora ficou responsável em elaborar atividades sobre estes temas relacionando-os a uma área do conhecimento como Ciências, Matemática, Geografia e História. Levando em conta o pequeno tempo para a produção do material e consequentemente o curto espaço para discussão do conteúdo, tendo em vista os empecilhos para conseguir um horário em comum com as professoras, a cartilha, chamada de *Cartilha Ecopedagógica Semeando para a Vida*, conseguiu provocar as professoras na produção de um conteúdo próprio. Ainda que no resultado da cartilha, as atividades em seu conjunto não tenham a profundidade ou a contextualização imaginadas pela EMA como ideal, o processo de construção deste conhecimento aumentou a autoestima das professoras e ampliou seus conhecimentos sobre o tema. A cada nova visita que a escola recebia a cartilha era entregue pela direção da escola como uma mostra de um trabalho que merecia orgulho. No entanto, a cartilha não vem sendo usada como ferramenta pedagógica e nem a EMA nem mesmo as professoras sabem dizer por quê. Do mesmo modo, a ideia de distribuir a cartilha para outras escolas do município não foi levada adiante pela falta de tempo e recursos do grupo.

Outros dois aspectos negativos podem ser relacionados com o curso. Um foi a tentativa de implementação de um Sistema Agroflorestal (SAF) no terreno da escola que não teve continuidade pela falta de acompanhamento da EMA, falta de interesse e/ou conhecimento e por um vizinho começar a usar o terreno. Um outro objetivo primordial do curso que não foi alcançado foi a tentativa de “possibilitar sobretudo aos educadores ferramentas para a gestão da Casa de Sementes Livres” que constava do projeto entregue às Secretarias. Assim que o curso acabou, não houve uso do espaço da Casa para realização das atividades curriculares, como desejava e encorajava o grupo da EMA, segundo a proposta de “inserção de temas agroecológicos, sobretudo a dinâmica de funcionamento da Casa de Sementes Livres, no currículo formal da Escola Municipalizada Vila Silva Jardim (EMVSJ), respeitando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com vistas a tornar a educação ambiental um tema verdadeiramente transversal no cotidiano escolar”.

Este fato tem inúmeras determinantes internas e externas ao grupo, que interagiram de forma complexa, donde pode-se destacar a própria precaridade do espaço que não possuía mesas, cadeiras ou estantes suficientes para desenvolver atividades com uma turma inteira de alunos, a limpeza do espaço que não possuía uma regularidade e era dificultada pela inexistência de um forro para o telhado – o que fazia o chão estar sempre sujo de folhas e pequenas sujeiras que caíam do teto – a falta de acompanhamento pela equipe da EMA por quase todos os membros ainda morarem no Rio de Janeiro e, finalmente, o número reduzido de computadores, sendo que alguns ainda eram muito velhos e lentos, não possibilitou o cumprimento do objetivo. Hoje, o grupo avalia que apesar da ideia de que a escola possa gerir o funcionamento da Casa direcionou os esforços do grupo e tenha fundamentado todo o desenvolvimento do curso, naquela época não havia acúmulo teórico nem histórico de atuação suficientes nem mesmo para o desenvolvimento de atividades curriculares tendo como base o eixo transversal de meio ambiente. Havia grande ansiedade para ver a Casa funcionando dentro do grupo e muitas vezes acontecia um descompasso entre os objetivos da EMA e a apropriação da comunidade escolar daquele espaço, dificultada pelos aspectos citados como falta de atividades regulares do grupo e a própria precaridade do espaço para recebê-las.

Em agosto de 2009 um amigo da EMA, ativista da cultura digital, intermediou o contato entre a Casa de Sementes Livres e o Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal (SERPRO) para promover a doação de computadores para o espaço, o que acabou acontecendo 5 meses depois. Neste mesmo período, um integrante da EMA empregado no IBAMA tomou conhecimento do Programa Bancos Comunitários de Adubos Verdes, uma ação da Coordenação de Agroecologia do Ministério de Agricultura.

No Estado do Rio de Janeiro, iniciamos esse Programa em 2007/2008, sendo executado pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro (SFA-RJ), através da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG), em parceria com diversas instituições como: Embrapa Agrobiologia, Emater-Rio, IFRJ/Campus Pinheiral, Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda (CEDRO), SEBRAE/RJ, Secretarias Municipais de Agricultura, Associações e Grupos de Agricultores, Casa de Sementes Livres de Aldeia Velha e Escola da Mata Atlântica. (Fonte: Documento interno enviado aos participantes do Programa)

Como se vê no trecho acima, a Casa de Sementes foi uma das primeiras organizações a receber a doação de sementes como crotalária, mucuna e feijão de porco, entre outras, para distribuir aos agricultores da região. A Adubação verde é uma prática agrícola que consiste no plantio de espécies capazes de reciclar os nutrientes para tornar o solo mais fértil e conseqüentemente mais produtivo. Estas espécies, sobretudo leguminosas são capazes de se associar a bactérias presentes no solo e transformar o nitrogênio do ar em compostos nitrogenados⁶⁵.

Como foi citado no primeiro capítulo, o ano de 2009 contou o maior número de integrantes da EMA, além de um recurso de R\$ 50 mil reais recebido pelo MinC para a realização do III Aldeia Cultural e o grupo decidiu fazer durante este evento a inauguração oficial da Casa de Sementes Livres. No entanto, ponderou-se que para fazer a inauguração seria necessário literalmente “arrumar a casa” e parte deste recurso foi destinado a alguns membros que já moravam em Aldeia Velha para fazer os acabamentos da obra, contatar produtores rurais para a realização de uma feira no evento e por fim distribuir as sementes recebidas pelo MAPA para os agricultores e agricultoras da região.

Junto com a realização do curso pedagógico na Escola, o ano de 2009 foi bem agitado e as atividades da EMA giravam praticamente todas em função da Casa das Sementes Livres com o mutirão para sua inauguração. As sementes de adubos verdes foram distribuídas a 13 famílias diferentes por diversos integrantes do grupo, a maioria voluntários. Um dos integrantes comentou que era difícil a aproximação com os agricultores pela maioria desconhecer o que eram os adubos verdes, fato ainda pior pelos integrantes da EMA não dominarem completamente a técnica. Junto com algumas distribuições eram levadas também sementes crioulas de um agricultor de Maquiné (RS) amigo do grupo. Estas sementes de milho colorido, favas rajadas, arroz e amendoim, entre outras, chamavam mais a atenção dos agricultores e foram muitas vezes porta de entrada para o grupo e/ou para as sementes de adubo verde. Quando o MAPA pediu ao grupo o relatório sobre seu programa de distribuição, foi muito difícil conseguir sistematizar as informações devido ao grande número de integrantes que se envolveram na ação, a falta de uma coordenação fixa para esta ação dentro do grupo. Foi possível perceber uma grande desorganização e contradições de dados, papéis e formulários entre os diferentes membros, além da dificuldade principal em avaliar quantos e quais agricultores de fato incorporaram as sementes de adubo verde – ou até mesmo as crioulas – em seu plantio e qual foi o resultado desta ação. O grupo avaliou que isso aconteceu porque a EMA, não possuía um quadro de profissionais permanente, não havia técnicos remunerados e nem mesmo recursos para o trabalho de campo. Toda a distribuição de sementes foi feita de forma voluntária e por diversos integrantes do coletivo, muitos formados em áreas do

65 Fonte: Embrapa Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2010/fevereiro/2a-semana/adubos-verdes-uma-alternativa-auto-sustentavel-de-fertilizacao-na-coopavel-2010/> Acesso em 03 de outubro de 2013.

conhecimento como Artes Cênicas ou produção cultural que se revezaram conforme as possibilidades de tempo e dinheiro para realizar o trabalho. Os agricultores e agricultoras que residiam mais perto do centro do vilarejo de Aldeia Velha receberam mais instruções e acompanhamento por estarem em contato constante com os membros do grupo, mas não foi possível empreender um plano de acompanhamento de todas as sementes distribuídas.

No entanto, analisando os dados consolidados dos 15 bancos de sementes do Rio de Janeiro que participaram do projeto, de acordo com as respostas do questionário recebidas pelo MAPA e reenviadas a todos os grupos percebeu-se que grande parte das pessoas que receberam as sementes e foram encarregadas de distribuí-las pertenciam a organizações maiores como a EMATER (com 8 pessoas), a associações de produtores (4) ou a projetos como o Rio Rural ou o PAIS, que possuem mais recursos, pessoal mais especializado ou mais tempo de história com a agricultura orgânica ou a agroecologia, como é o caso das associações rurais. Além disso, das 15 iniciativas, somente foram formados – ou deu-se continuidade – a 5 bancos comunitários de sementes, incluindo a Casa de Sementes, sendo os outros 65 bancos familiares. Um outro ponto positivo é que até hoje a Casa continua multiplicando as sementes usando-as na adubação da horta da Escola Silva Jardim e as redistribuindo para agricultores e interessados em geral.

O mutirão para a inauguração da Casa em dezembro de 2009 aconteceu paralelo a muitas discussões internas do grupo sobre divisão de tarefas e estabelecimento de prioridades, como foi visto no capítulo 2, o que era complexificado pelo excesso de membros, pela inexperiência em trabalhar pela primeira vez com uma quantia de recursos considerada alta pelo grupo e, finalmente, pela carência de profissionais especializados no assunto. Em uma das atas do grupo neste período, foram estabelecidas as metas para o mês de outubro, que claramente estavam muito além da capacidade de trabalho de seus membros: tarefas elencadas neste mês: “Tiramos como meta: 1– Catalogação das espécies da Horta; 2– Catalogação das sementes do banco; 3– Distribuição das sementes (do Amilton e da EMBRAPA); 4– Organizar a Rede de Produtores (catalogar, fotografar, atualizar dados, ampliar); 5– Pesquisar sementes raras (por ex. milho crioulo do Macharete); 6– Catalogar biblioteca e videoteca; 7– Acompanhamento técnico a Rede de produtores; 8– Manutenção dos computadores e da Casa de Sementes; 9– Participar das reuniões da AASM; e 10– Articular e divulgar a inauguração da Casa”. Nem mesmo a metade das metas elencadas foi cumprida.

Apesar do excesso de brigas e desentendimentos internos do grupo, que acabaram a médio prazo contribuindo para o afastamento de diversos membros, a inauguração da Casa durante o III Aldeia Cultural foi um sucesso. Houve debates sobre sementes crioulas com integrantes da ASPTA, da Articulação Estadual de Agroecologia e diversos agricultores regionais. Estavam presentes grupos de agroecologia como o Verdejar, da Serra do Mendanha, a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), entre outros. Se internamente o grupo apresentava sinais de crise e esgotamento, externamente, toda a movimentação para a inauguração da Casa trouxe visibilidade à experiência. A EMA foi convidada para escrever um texto para a Articulação Estadual de Agroecologia para compor uma sistematização de experiências agroecológicas e para incorporar sua iniciativa no site Agroecologia em Rede, que também congrega estas experiências em nível nacional em um ambiente virtual.



Figura 19. Cartaz do evento Aldeia Cultural de 2009

Durante o ano de 2010, sem recursos, a Casa de Sementes reduziu muito suas atividades e tudo que acontecia em seu espaço era fruto mais de iniciativas pessoais, como a tentativa de introdução de um novo método de catalogação por um membro estudante de Biologia. A Casa não possuía um bom método de entrada e saída de sementes e era comum encontrar sementes estragadas e mofadas em pacotes de papel ou plástico. O fluxo de integrantes da EMA no espaço e “amigos de amigos” era acompanhado da retirada e depósito de sementes de forma indiscriminada, com métodos de controle variáveis e insuficientes. Uma das integrantes da EMA em viagem pelo México fotografou diferentes bancos de sementes para adotarmos as técnicas posteriormente na Casa, mas mais uma vez esbarrou-se na falta de recursos, o que impossibilitava a remuneração de responsáveis e na compra dos materiais mais básicos.

No início de 2011, um outro amigo do grupo, mestrando da Escola de Comunicação da UFRJ e ativista do software livre, escreveu o projeto “Sementeira Radiofônica” para o edital “Interações estéticas” da Funarte. Neste projeto, que foi aprovado, era necessário o estabelecimento de um intercâmbio com algum Ponto de Cultura da rede nacional e ele escolheu o Ponto de Cultura Caipira, gerido pela EMA e que começava a cumprir seu primeiro ano de convênio.

A Sementeira Radiofônica é um projeto artístico de cultura livre, apropriação tecnológica e agroecologia que visa a implementação de esporos autônomos de rádio de baixa potência e bancos de sementes crioulas em comunidades tradicionais, estimulando a soberania alimentar e a organização popular dessas comunidades através de experimentos de arte e tecnologias livres. (Texto do projeto Fonte: arquivo interno)

O intercâmbio aconteceu, na prática, com a Casa das Sementes Livres e com a chegada do recurso foram comprados um transmissor e uma antena e instalou-se uma rádio dentro do espaço. Coincidentemente, neste mesmo período algumas pessoas de Aldeia Velha

estavam querendo montar uma rádio comunitária, intermediados por um radialista de Casimiro de Abreu, também gestor de um outro Ponto de Cultura. Passado um momento inicial de resistência quanto à ideia de uma rádio livre, em contraposição à uma rádio comunitária, e à desconfiança sobre a EMA estar querendo “roubar” o projeto da rádio, estas mesmas pessoas foram as principais incentivadoras da rádio livre. Pesou para isso a atuação de um dos membros da EMA, formado em radialismo, técnico de áudio, ter trazido para o grupo a discussão política sobre a questão das rádios livres, entendida como uma forma de protesto contra a demora da Agência Nacional de Telecomunicações (ANT) emitir as licenças para as rádios comunitárias, o que na visão do movimento de rádios livres constituiu-se como um impedimento à liberdade de expressão, visto que a maioria dos pedidos parte de associações de moradores, movimentos sociais etc.

O projeto da Sementeira Radiofônica incluiu diversas outras ações como a visita a outros Pontos de Cultura da região para falar sobre rádios e sementes livres, além da construção de uma rádio móvel que circulou pelo Rio de Janeiro divulgando as ideias. Em Aldeia Velha, o projeto possibilitou além do funcionamento de uma rádio dentro da Casa de Sementes por quase um ano – até que o equipamento quebrasse em um evento externo –, a compra de alguns itens básicos para a Casa e uma bolsa para uma integrante da EMA organizar o espaço durante 3 meses.

Com esta bolsa, foi possível estabelecer uma ficha única de cadastro de moradores ou amigos, de entrada e saída de sementes na Casa, além do início da reforma do armazenamento, trocando todas as embalagens de papel e plástico por garrafas de vidro vedadas, o que melhorou muito a conservação das sementes e o aspecto do banco.

A rádio, no entanto, roubou mesmo a cena e durante muitos meses trouxe vida e novo uso ao espaço da Casa. Segundo um membro da EMA, focalizador deste processo:

A rádio foi mais um meio de acesso da comunidade ao espaço da Casa, além do telecentro, livros e sementes, mas com uma potencialidade única, característica das rádios livres, que é a de permitir que as pessoas desenvolvessem uma relação pessoal de apropriação afetiva daquele espaço. O programador tinha acesso a chave no mercado local e ia na Casa toda semana com um projeto próprio! Não vi em nenhum outro processo da Casa de Sementes essa relação comunitária ter acontecido de forma tão íntima. (Fonte: Entrevistas)

É difícil mensurar quantas pessoas ouviam a rádio mas a sensação era de que o projeto estava bem divulgado. Entre adultos e adolescentes eram mais de seis programadores por semana. Quando não havia programa no ar, um sistema de músicas randômico selecionava músicas e as transmitia. O principal mercado de Aldeia sintonizava na “Rádio Aldeia Velha” todas as manhãs para a seleção de música sertaneja. Não havia qualquer controle sobre o conteúdo e quando se começou a pensar sobre a necessidade de encontros de programadores, entre outras atividades para fortalecer a autogestão da rádio, o equipamento estragou durante uma forte chuva em um evento ao ar livre em Aldeia Velha, para onde havia sido levado com o intuito de transmitir os shows ao vivo. Depois disso, apesar de novas tentativas para a volta da rádio, não se conseguiu somar a força necessária nem atingir o entusiasmo inicial para restabelecer as transmissões. Outros membros da comunidade formaram uma associação comunitária em 2012 para cumprir as exigências de abertura da rádio comunitária, mas o processo está parado por falta de verbas do grupo em seguir com a regulamentação da entidade.

Ainda na visão do membro da EMA responsável pela rádio livre, o fim da experiência tem outros motivos:

Além do infortúnio com os equipamentos danificados e a dificuldade de interação política com a outra iniciativa de rádio da comunidade, acredito que a rádio não conseguiu se manter, principalmente, por não ter encontrado seu espaço na agenda da EMA como uma ação coletiva e a importância dessa relação que estava sendo construída com a comunidade na Casa das Sementes Livres não foi clara para o grupo. Lembro até de haver um questionamento se a rádio era ou não uma ação da EMA e essa falta de identidade certamente influenciou a falta de continuidade da iniciativa pois ficou muito na minha mão. (Fonte: entrevistas)

A opinião não é um consenso dentro do grupo que avaliou que se por um lado faltou a devida apropriação da rádio pelos próprios membros, afinal somente o focalizador da ação e uma outra integrante faziam programas e estes programas eram na verdade aperiódicos, o que para uma rádio dificulta a formação de ouvintes, por outro lado, faltou uma maior organização das próprias pessoas que cuidavam desta ação para transferir responsabilidades ou ensinar novas participações. O retorno da rádio ainda é um desejo dentro do grupo, porém é mais uma das ações que se perde diante de tantos outros projetos e desejos.

No início de 2012, chegaram os recursos de diversos editais escritos em 2010 pelo grupo, incluindo um inteiramente dedicado à Casa das Sementes Livres, o Prêmio Esporos de Cultura Digital, no valor de R\$50 mil reais. O projeto incluía aulas de informática em software livre no espaço, a produção de intercâmbios em outros bancos de sementes ou telecentros comunitários, a remuneração de uma equipe e a realização de eventos como um Encontro Municipal de Software Livre em Silva Jardim.

No entanto, no início de 2012, o grupo já contava com seis integrantes, dois já moradores de Aldeia Velha e outros três manifestando o desejo de mudar para a vila diante de uma possibilidade de remuneração.

O coletivo decidiu, então, somar os recursos de todos os editais recebidos, incluindo a parte de Recursos Humanos do Ponto de Cultura, para conseguir remunerar mensalmente durante todo o ano de 2012 os cinco integrantes da EMA moradores de Aldeia Velha. Tal iniciativa de fato foi importante por fixar os integrantes na comunidade, pois com um salário de R\$1.200 mensais e sem uma vida de luxo, era possível viver com este único emprego, o que conferia mais qualidade e profissionalismo ao trabalho da EMA. No entanto, por outro lado, muitas das ações previstas nos Prêmios não puderam ser realizadas a contento, pois os recursos separados para as ações acabavam sendo redirecionados para questões burocráticas como pagamento de multas de impostos ou remuneração da contadora, entre outras funções, que como já foi comentado, não podem ser pagas pelos convênios com o governo. Ou ainda os recursos eram subestimados para as primeiras ações e o grupo acabava gastando mais com algumas atividades e conseqüentemente, o que estava planejado para acontecer no final do ano, ficava com pouco ou nenhum recurso e não se realizava. Esse problema estava diretamente relacionado à falta de experiência do grupo em trabalhar com a autogestão, à pequena quantia de dinheiro para a enorme quantidade de ações prevista em cada edital e à falta de preparo técnico das entidades, por parte do governo, para lidar com as questões burocráticas inerentes ao desenvolvimento de qualquer projeto por uma associação legalmente constituída. As regras eram muitas, mas quem as pudesse explicar eram poucas pessoas; era preciso pagar para ter uma associação organizada e ainda assim os problemas – atraso de recolhimento de impostos, certidões vencidas etc. – podiam continuar e desestabilizar planejamentos prévios. Esse comportamento também é recorrente em outras pequenas associações gestoras de Pontos de Cultura ou editais do Ministério da Cultura, como foi relatado pelo Ipea:

As ações se desmobilizam ou se articulam de outra forma, exigindo jogo de cintura e flexibilidade. Fato que pode se transformar também em um complicador no momento da prestação de contas, causando entraves entre o que foi realizado e o que está sendo solicitado. Principalmente entre o que foi proposto/planejado e o que foi/será executado de fato. Nem sempre a adesão do público favorece a realização do projeto segundo sua concepção inicial, o que exige adaptação das ações durante o processo, e faz que as alterações nos planos de trabalho sejam, assim, um dos grandes geradores de problemas no momento da prestação de contas. (IPEA, 2010)

De todo modo, ainda que diversos problemas fossem se acumulando ao longo de 2012, o recurso do Prêmio Esporos de Cultura Digital foi muito importante para a Casa de Sementes, primeiro porque trouxe mais autoestima ao grupo, por haver sido selecionado e agora compor uma das 50 experiências de cultura digital em nível regional mais relevantes do Brasil, na visão e na seleção do Ministério da Cultura, é claro.

Os recursos serviram para remunerar também um colaborador local da EMA, que ficou co-responsável pela gestão da Casa, contribuindo para a limpeza do espaço, para o preenchimento das fichas das sementes, dos empréstimos e doações de sementes do banco, além da ajuda na produção de sementes, colheita e armazenamento. Neste período foi dada atenção especial ao armazenamento das sementes, transferindo todos os conteúdos para vidros escuros, onde são melhores acondicionadas por mais tempo. As sementes armazenadas e intercambiadas pela Casa eram sobretudo agrícolas: diferentes tipos de milho e feijão (as maiores quantidades), quiabo e abóbora. Havia também espécies florestais oriundas das vivências de coleta de sementes na mata organizadas anualmente pela Casa de Sementes e sementes de hortaliças, plantas medicinais e temperos. Por fim, uma grande quantidade de sementes de adubos verdes como feijão de porco, mucuna ou guandu também podem ser encontradas até hoje no espaço. Na época das hortas (de abril a agosto) a quantidade de sementes de hortaliças sempre aumentava, bem como sua procura no banco pelos moradores.

Uma grande contribuição para todo este processo de organização da Casa das Sementes Livres veio por meio de um ex-morador de Aldeia Velha, assentado da Reforma Agrária na cidade vizinha de Casimiro de Abreu, já citado no segundo capítulo como um dos colaboradores da EMA. Este senhor foi contratado pelo edital do Ponto de Cultura pela rubrica de *Mestre Griô*, por sua experiência no tema da agroecologia. Sua participação no cotidiano da EMA e da Casa tornou-se mais constante pelo desenvolvimento das Aulas de Agroecologia semanais na Escola Silva Jardim, uma ação que não estava prevista inicialmente em nenhum dos projetos, mas que foi incorporada sob o nome de *Pedagogia Griô*. A *Pedagogia Griô* é considerada uma forma de realizar o diálogo de saberes por meio do contato entre educadoras formais, estudantes e funcionários das escolas e de ambientes oficiais de ensino com pessoas da comunidade que detêm um grande conhecimento tradicional, reconhecendo a oralidade como processo importante de aprendizagem. Na maioria dos casos, estas pessoas trazem além de suas técnicas e conhecimentos agrícolas, a possibilidade de trabalhar a valorização da vida e da identidade de populações tradicionais, contando histórias, ensinando formas de brincar, de fazer adivinhas, de receitas culinárias tradicionais e diversificando o uso do território. Esta pedagogia advinda da palavra francesa *griot*, resgatada por jovens africanos que foram estudar na Europa, significa basicamente a pedagogia de valorizar os mais velhos e seus conhecimentos, alcançando repercussão no Brasil depois que um Ponto de Cultura da Bahia – chamado Grãos de Luz – sistematizou sua experiência de pedagogia griô. A transformação em política pública pelo Ministério da Cultura por meio da Ação Griô ganhou mais corpo em sua justificativa depois que uma lei obrigando o ensino de história indígena e afrodescendente nas escolas foi promulgada, pois em pouco tempo constatou-se que os professores não tinham formação suficiente nestas áreas, sendo

melhor que os próprios descendentes e herdeiros destas populações repassassem suas histórias de vida nas salas de aula, mesclando o saber não-formal com o formal. Uma das integrantes do grupo havia sido aprendiz griô em um projeto do Ministério da Cultura na comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba em Paraty (RJ) e trouxe para o grupo este novo repertório pedagógico, que apresentava a facilidade de ter uma linguagem e uma justificativa de uso de recursos já conhecida por muitas pessoas que trabalhavam com cultura dentro do poder público. Assim, o *Mestre Griô* foi incluído na folha de pagamento do Ponto de Cultura a princípio para trabalhar a cultura caipira de forma transversal nas ações do coletivo. O seu conhecimento agrícola foi fundamental para o trabalho na horta e na Casa de Sementes e a EMA vem sistematizando esta experiência de forma detalhada para apresentar em congressos e seminários⁶⁶.

No ano de 2011 a EMA já havia organizado algumas aulas do *Mestre Griô* na horta da escola com uma das turmas do colégio, onde eram ensinadas técnicas de adubação orgânica e mineral, consórcio de plantas, manejo integrado das espécies além de plantio e colheita de hortaliças e alguns tubérculos. As aulas eram entremeadas com causos, lendas, adivinhações e outras peripécias do *Mestre Griô*, que trazia sua história de vida – e por isso um pouco da história de Aldeia Velha – para estes alunos. A ideia para 2013 foi ampliar a ação, transformando as aulas ocasionais em um compromisso semanal do grupo dentro da grade de horários da Escola Silva Jardim. A diretora e a professora responsável pela turma do 5º ano aceitaram o projeto, reservando 1 hora semanal dentro do horário escolar. O grupo avaliou esta mudança como uma grande vitória, à medida que ajudava a construir sua legitimidade como prática educativa, o que segundo alguns pesquisadores sobre o tema da Educação Ambiental pode ser considerado um critério na avaliação da “capacidade de um processo em educação ambiental (EA) gerar experiências significativas de aprendizado”:

Talvez, desta forma, a EA consiga sair de um lugar muitas vezes situado à margem da escola (atividades extra classe que ocorrem no tempo “livre” dos professores e alunos, por exemplo) para ter alguma ação de transformação sobre o que se poderia chamar de “núcleo duro” da formação dos professores e da organização das práticas escolares. Como se sabe, o debate ambiental ainda não foi internalizado plenamente nem como disciplina nem como eixo articulador nos currículos dos cursos de formação de professores, como demonstrou o levantamento sobre projetos de EA no ensino fundamental (MEC, 2000). Tampouco a EA tem conseguido estar presente nos espaços-chave da organização do trabalho educativo na escola como, por exemplo, na definição os projetos pedagógicos, dos planos de trabalho, do uso do tempo em sala de aula, do planejamento, da distribuição das atividades, e do tempo remunerado dos professores. (CARVALHO, 2005, *op cit.* p.14)

Apesar de como foi explicitado no segundo capítulo, a EMA se relacionar mais com as teorias e práticas da educação popular do que com a Educação Ambiental propriamente dita, a comparação das atividades desenvolvidas na horta e na Casa de Sementes Livres com a Educação Ambiental é inevitável por ambas compartilharem o mesmo universo temático. Deste modo, a inserção das aulas de agroecologia semanalmente na grade escolar pode ser avaliada como um aprofundamento da confiança da comunidade escolar na capacidade pedagógica da equipe da EMA e um passo adiante no plano inicial do coletivo em ver o funcionamento da Casa fazer parte do currículo dos alunos de forma transversal em suas aulas ordinárias.

Com as aulas de Agroecologia, foi possível debater o tema das sementes crioulas com os alunos, a compostagem de resíduos, o plantio consorciado, o manejo de pragas com remédios caseiros entre outros temas agroecológicos. Ao mesmo tempo, os alunos aprendiam

66 O artigo *Horta agroecológica em escola pública: um diálogo com a pedagogia griô e os parâmetros curriculares nacionais* foi aceito para ser apresentado no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013.

a manejar equipamentos audiovisuais, inclusive da rádio dentro da Casa de Sementes, envolvendo todos os membros da EMA nas atividades, segundo a área de interesse e especialização de cada um. As reuniões de planejamento e avaliação das aulas de agroecologia aconteciam também no espaço da Casa das Sementes, dinamizando-o semanalmente.

A manutenção da horta escolar foi feita durante todo o ano de 2011 e 2012 com recursos da EMA, sendo administrada pelo coletivo por meio da equipe que trabalhava na Casa das Sementes Livres e no Ponto de Cultura Caipira. Na verdade, a EMA tentou que a gestão, sobretudo financeira, fosse feita em parceria com a Secretaria de Educação, mas a demora no repasse de verbas para itens básicos como a compra de sementes ou a reforma da cerca, inviabilizaram este projeto. Com o aval da direção, o grupo reformulou os canteiros e começou a cuidar da horta desde a limpeza do mato até o plantio e colheita das hortaliças e raízes. Todo este processo passava pelas aulas de agroecologia e tinham como base a Casa das Sementes, que está localizada justamente ao lado da horta e onde se guardam as ferramentas, as sementes e demais itens necessários para o manejo da horta.



Figuras 20 e 21. Turmas das aulas de agroecologia da EMA

A horta foi chamada pelo grupo de “horta ecopedagógica” pois pretendia proporcionar por meio de uma experiência direta com o meio natural a compreensão sistêmica da vida e “possibilitar o religamento das crianças aos fundamentos básicos da comida, ou seja, à essência da vida”, além de “compreensão dos ciclos alimentares, integrando-os aos ciclos de plantio e suas etapas, assim como estabelecer as conexões com os demais ciclos planetários” (CAPRA, 2006, p.15).

Nas entrevistas uma das professoras realçou o caráter educativo da horta:

Às vezes o pessoal acha que trabalhar horta no meio rural não é importante porque as crianças já são da roça mas, por exemplo, meus alunos descobriram que a cenoura cresce embaixo da terra, ficaram surpresos e falaram mas tia eu não sabia que a cenoura dava dentro da terra não! (Professora 5. Fonte: Entrevista)

Para o agricultor e professor, a experiência também foi enriquecedora

De tudo que a EMA fez e eu participei o que eu mais gostei foi poder trabalhar com as crianças; realizei meu sonho de ensinar tudo que eu sei e já aprendi na vida (Fonte: Entrevista)

Já para as merendeiras, a horta era “boa”, segundo as duas entrevistadas, “porque não vem coisa miúda como tempero, salsinha, cebolinha na merenda da Secretaria (de Educação)”, segundo uma delas e “porque tudo é fresquinho”, de acordo com a outra.

A horta fez grande sucesso regionalmente e foi visitada por três escolas públicas, sendo duas visitas agendadas pelo Projeto Águas, do Consórcio Lagos São João. A EMA apresentava dificuldades em se organizar para receber as visitas que tomavam um dia inteiro de trabalho do grupo e também para estabelecer uma metodologia para os encontros, que incluíam uma visita à Casa das Sementes. Apesar disso, as visitas elevavam a autoestima não só do grupo da EMA, mas de todos professores e funcionários envolvidos na gestão da horta. Para os visitantes, a surpresa ficava por conta geralmente da pedagogia grão, que era enaltecida pelo grupo como o “pulo do gato” do processo de instalação de hortas escolares, visto que o simples revezamento entre turmas para o cuidado da horta ou a delegação desta função a serventes como costumava acontecer na maioria das escolas que tentavam implementar hortas, não apresentava bons resultados. A inserção do cuidado da horta em um horário semanal dentro de uma turma também era apontado pela EMA como fator de sucesso da experiência.

Também em 2012 foram formadas 6 turmas de informática, divididas em dois trimestres de aula, cada um com média de mais de 60 pessoas inscritas e 30 alunos que receberam o certificado. As aulas iam desde a informática básica para adultos até o pacote office para adolescentes e jovens até as aulas “avançadas”, onde se estudava a instalação de programas ou a montagem de computadores.

Para todas as turmas foi produzida uma apostila com informações sobre o que era o software livre, o porquê do projeto usar Linux e material didático sobre o conteúdo do curso, tudo mesclado com textos sobre agroecologia e sementes crioulas. O material didático diferenciado e contextualizado configurou um esforço do grupo em transmitir de maneira mais fácil as teorias que alicerçavam o projeto da Casa. Um texto muito usado pela EMA em seus projetos e na divulgação da Casa das Sementes Livres desde o início demonstrou-se essencial também na composição deste material: a carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), cujo título era: “ANA: em defesa do Conhecimento Livre”

Se defendemos a agroecologia e a biodiversidade; se combatemos a monocultura e o monopólio... por que continuamos 100% reféns da Microsoft? Em defesa do conhecimento livre, comecemos por combater o monopólio da Microsoft em nossas entidades. (...) Sob o ponto de vista educacional, o fortalecimento do Software Livre enfrenta os mesmos desafios que qualquer outra possibilidade de mudança política, econômica, cultural e social. A importância do uso do “Software” Livre está relacionada à autonomia possível e desejável, até por uma questão de segurança e soberania. O que representa, para o Brasil, o monopólio da “Microsoft”, onde mais de 90% dos usuários de informática são totalmente dependentes e reféns dela? Isso é tão ou mais preocupante que o monopólio das sementes, das biotecnologias, dos alimentos ou de qualquer outro setor. (Fonte: ANA disponível em:

O professor contratado era ativista do software livre e residia em Silva Jardim, o que facilitou muito o trabalho da EMA. Em uma avaliação feita em todas as turmas os alunos foram questionados sobre qual era a relação entre o movimento do software livre e o movimento da agroecologia. Muitos alunos e alunas tiveram bom desempenho em suas respostas, conseguindo relacionar as duas propostas.



Figura 22. Foto da turma de montagem de computadores dentro da Casa das Sementes Livres

Ao longo de 2012 foi possível, pois, conciliar no espaço da Casa atividades de agroecologia relacionadas à manutenção da horta escolar e ao funcionamento do pequeno banco de sementes com atividades como a rádio livre (até o mês de abril) e as aulas de informática (até o final do ano). Foi positivo para o coletivo ver que a ideia de interação entre os dois universos – da cultura digital e da agricultura – de fato poderia ser realizada em um mesmo espaço, a despeito de algumas críticas internas de que os “computadores poderiam roubar o espaço das sementes”. Esta crítica, feita por ex-membros tinha mais sentido no início de funcionamento da Casa quando os computadores eram muito velhos e lentos e a falta de uma rede de internet de fato deixavam os computadores subutilizados, ocupando um espaço talvez desnecessário. Com a chegada do edital do Ponto de Cultura e, posteriormente, outros editais do Ministério da Cultura, foi possível fazer a substituição por máquinas melhores e com a expansão da rede de internet da Escola Silva Jardim para a Casa de Sementes, o local foi valorizado sobremaneira.

Entretanto, apesar das aulas de agroecologia terem sido muito bem avaliadas por professores, alunos e pelo grupo da EMA, as ações relacionadas às sementes crioulas em si ainda estavam longe do ideal, pois ainda havia muito desperdício do estoque, resultado de armazenamento equivocado – sementes ainda úmidas ou brocadas por exemplo – ou do vencimento da validade da germinação das variedades. Contudo, muitas sementes continuaram a ser trocadas e doadas na comunidade e em feiras como a Feira Estadual de Sementes, produzida pela Articulação Estadual de Agroecologia em novembro de 2011 em Nova Iguaçu. Houve também a experiência da Cúpula dos Povos, onde uma feira organizada pela Rede de Grupos de Agroecologia (REGA), tendo a EMA como um dos coletivos propulsores, mobilizou centenas de estudantes e movimentos sociais durante todos os dias do evento em junho de 2012 no Aterro do Flamengo. Outras tantas sementes – e ideias sobre as sementes crioulas – foram trocadas no Festival Kokopelli – Pachamama, um evento internacional organizado pela Kokopelli, associação francesa que mantém uma coleção de mais de 200 sementes tradicionais e empreende ações legais contra o patenteamento de variedades, em agosto de 2012 no Peru. Duas integrantes da EMA participaram do encontro, por meio de um patrocínio da Secretaria de Cultura do estado do Rio, apresentando a experiência da Casa das Sementes Livres e ajudaram na fundação da Rede Latinoamericana de Sementes Livres, que continua se encontrando regularmente, com participação ativa de membros da EMA na tradução para o português de informes ou na organização de atividades,

por exemplo. Como comentou em uma entrevista uma das integrantes da EMA “A Casa de Sementes Livres parece ter mais importância regional ou internacional do que local”, à medida que a experiência já havia alcançado um alto grau de difusão e de articulação com outras redes, mas dentro da própria comunidade ainda não conseguia cumprir algumas de suas metas mais básicas como a produção própria de sementes crioulas e o aprofundamento das relações com agricultores locais. De toda forma, a participação em diferentes rede e movimentos trouxe reinterpretação e força ao coletivo, além de mais conhecimento e novos contatos, constituindo e reforçando vínculos que transbordavam para outros espaços.

Por meio das redes muitas atividades eram viabilizadas, sobretudo porque, regionalmente, uma rede parceira era muitas vezes uma parte fundamental do público da ação da outra.

Depois da distribuição de sementes do Programa de Adubos Verdes em 2009, a equipe da Casa de Sementes Livres percebeu que “não tinha pernas” para empreender um plano de distribuição e acompanhamento do plantio de sementes crioulas junto aos agricultores regionais, principalmente pela falta de recursos para realizar as atividades de campo. A especialização dos integrantes no tema também era um problema, porém menor. Alguns dos membros da EMA já havia feito considerável número de vivências e cursos agroecológicos, sendo capazes de transmitir os conhecimentos básicos relacionados à maioria das sementes crioulas e técnicas agroecológicas. Certamente, para fazer um acompanhamento nas propriedades, levando em conta a problemática da agricultura convencional versus a transição agroecológica, o manejo de doenças e pragas, os diferentes tipos de consórcio, entre outras variantes, seria fundamental que esta formação básica em Agroecologia fosse aperfeiçoada, principalmente porque os 5 integrantes da EMA em 2012 eram um cientista social, uma jornalista, uma historiadora, uma produtora cultural e um radialista. Repetia-se, pois o problema dos recursos, pois na visão do grupo, com a existência do mesmo, seria possível pagar pelo aperfeiçoamento dos membros ou ainda contratar mão de obra especializada, mas o grupo não possuía os requisitos necessários para concorrer aos editais da área de meio ambiente. Esta conjuntura específica do grupo – que trabalhava agroecologia por meio de ações culturais – não era bem compreendida por todos. O fato da EMA não conseguir trabalhar regularmente com agricultores era criticado até mesmo por membros da Articulação Estadual de Agroecologia, não diretamente, mas em observações que chegavam ao grupo por amigos em comum. Eles reclamavam que o coletivo dizia ser agroecológico mas nunca levava agricultores para as reuniões ou possuía experiências concretas nas propriedades agrícolas para demonstrar.

Ao saber das críticas, a EMA reforçou seu caráter educacional, lembrando o aspecto multidisciplinar da Agroecologia e compartilhando mais uma vez as dificuldades em trabalhar com a agricultura familiar pelo grupo ser legalmente constituído como uma associação cultural. Esse quadro era totalmente diferente da maioria dos técnicos da Articulação de Agroecologia, que eram remunerados para trabalhar em projetos agroecológicos por meio de cooperativas de assistência técnica, projetos ligados à órgãos ambientais ou com recursos do CNPq ou ainda de Ongs como a FASE por exemplo. Com o tempo, no entanto, a forma de atuação da EMA foi sendo melhor compreendida, sobretudo depois que o grupo contratou um dos principais agricultores agroecológicos da Articulação como professor do Ponto de Cultura – o *Mestre Griô* – durante dois anos, com salário fixo mensal.

Retomando a discussão sobre o financiamento, as seleções de projetos na área ambiental são geralmente direcionadas à cooperativas, associações rurais, OSCIP's e, no caso dos governos, a órgãos de assistência técnica rural. Quando havia abertura para associações sem fins lucrativos, a concorrência com ONG's renomadas mostrava-se um fator limitante à

participação, bem como o requisito de um portfólio consistente na área, além da necessidade em demonstrar no estatuto da entidade que as atividades do edital estavam explicitamente relacionadas com as atividades-fim principais da associação. Ainda assim, diante destas dificuldades, a EMA tentou concorrer a um edital do PDA, o Projetos Demonstrativos da Mata Atlântica, um Subprograma do MMA. Um captador de recursos com experiência na área foi contatado para escrever uma proposta em nome do coletivo, mas os altos custos do serviço sem a garantia da seleção no projeto, desencorajaram o grupo, afinal não havia dinheiro em caixa para investir em algo incerto. A solução foi continuar utilizando recursos da área da cultura para empreender ações transdisciplinares entre a cultura livre e a agroecologia, tendo sempre como base a democratização da comunicação, a apropriação tecnológica, a diversidade cultural, entre outros temas correlatos, como base para as propostas. Por este motivo, há nesta dissertação um anexo chamado Pontos de Agroecologia que consiste em um primeiro esboço de uma política pública agroecológica que siga alguns pressupostos dos Pontos de Cultura. Apesar da política dos Pontos de Cultura também apresentar muitas deficiências, algumas das quais relatadas aqui, como a impossibilidade do pagamento de despesas administrativas pelas associações conveniadas, o Programa foi uma experiência exitosa na descentralização de recursos, na gestão compartilhada e na valorização e promoção dos pequenos grupos em todo território nacional.

Diante dos empecilhos em desenvolver atividades com os agricultores, o trabalho com as sementes tradicionais na Casa das Sementes Livres seguiu com seu perfil mais educacional, restrito às atividades da horta escolar, às feiras de sementes regionais e à doação de sementes para moradores e alguns poucos agricultores de Aldeia Velha. A multiplicação das sementes crioulas pelo grupo também não apresentou bom desenvolvimento a longo prazo por muitos motivos, como a falta de terra própria para a reprodução das sementes, a dificuldade em realizar com qualidade a secagem e o armazenamento de sementes de hortaliças – o foco do trabalho na horta escolar – porque o manejo deste tipo de sementes requer necessariamente mais cuidados e, envolvendo tudo isso, a carência na profissionalização da equipe. Como avaliou o *Mestre Griô* “Perder semente é muito fácil, eu mesmo, pra você ver, estes dias bobeei e perdi meu milho branco, esqueci dois dias em cima da mesa e quando fui ver virou fubá!”.

Em 2013 outro edital da área da cultura ajudou a movimentar o espaço da Casa: o Ciclo de Apropriações Tecnológicas de Aldeia Velha. Com recursos da Secretaria de Cultura do Estado do Rio foram realizadas oficinas de irrigação automática na horta da escola e implantada uma placa solar no teto da Casa de Sementes. Ambos sistemas ainda precisam ser reajustados para entrar em pleno funcionamento. Contudo, a entrada deste recurso possibilitou mais uma vez sua readequação para incorporar algumas atividades da área ambiental, à medida em que sem uma horta funcionando não haveria razão para instalar um sistema de irrigação automático. Efetuou-se o pagamento do frete do esterco, da compra das sementes de hortaliças da Bionatur (cooperativa do MST já citada), além de uma ajuda de custo durante 6 meses para o morador colaborador da EMA no manejo da horta e uma bolsa para uma integrante da EMA auxiliar na divulgação das oficinas.



Figuras 23 e 24. Fotos do espaço interno da Casa de Sementes Livres

Ainda no primeiro semestre de 2013, integrantes da EMA e a diretora da escola sentaram-se juntos para escrever uma proposta ao edital “Mais Cultura” do Ministério da Educação, visando a continuidade das aulas de agroecologia. Segundo a diretora foi a primeira vez que um projeto foi pensado desde seu início, antes de ser enviada qualquer proposta, por ambas as partes. Nas outras ocasiões, a EMA readaptava atividades e recursos de acordo com constantes reuniões e avaliações junto à comunidade escolar, mas desta vez o processo começou a ser inteiramente participativo desde a redação do rascunho. Este fato evidenciou a disposição da Escola Silva Jardim em continuar a desenvolver projetos com a EMA relacionados aos temas trabalhados pela Casa de Sementes Livres, reforçando uma das parcerias importantes para a manutenção do projeto a longo prazo.

Ao mesmo tempo, é importante assinalar que quando questionadas sobre o que consideravam que poderia acontecer com a Casa das Sementes Livres caso a EMA não existisse mais, a maioria das professoras e uma das merendeiras disse que o lugar provavelmente viraria uma biblioteca, pois a “Escola não tem lugar pra guardar todos os livros”, na fala de uma, “O espaço precisa ser aproveitado” para outra ou ainda “Os temas foram bem passados mas precisa de alguém (da EMA) pra orientar, porque sempre tem alunos novos e professores novos e aí precisa lembrar tudo”. Daí, podemos analisar que a apropriação do espaço da Casa das Sementes Livres tal como foi pensado pelo coletivo da EMA pela comunidade escolar ainda não é uma etapa cumprida, mas um processo de educação popular que ainda precisa ser trabalhado muito em conjunto. Paralelamente, para o coletivo é uma satisfação conferir que após tantos anos de convivência ainda há o desejo de ambas as partes de prosseguir realizando atividades em comum. Como tentativa de dinamizar este processo de apropriação do espaço o grupo resolveu deixar uma chave com a direção da Escola para que o espaço possa ser usado por qualquer professor, em quaisquer atividades que a Casa ofereça suporte pedagógico, seja o uso da internet para pesquisa⁶⁷, dos livros da sua biblioteca ou até mesmo das sementes da sua coleção. Esta iniciativa vem tentando retirar um pouco a EMA do papel de intermediária, dando mais autonomia aos parceiros:

Sempre ficamos esperando o momento ideal para fazer isso, para enfim abrir o espaço. Ou seria quando todos os computadores tivessem acesso à internet, ou quando todas as sementes estivessem catalogadas, ou quando isso, ou quando aquilo.

67 Com a mudança do governo no início de 2013, a licitação da internet da Escola Silva Jardim ainda não foi feita e a Casa das Sementes Livres é o único espaço que agora tem internet dentro da área escolar, fruto da divisão dos custos entre os membros e amigos da EMA.

A verdade é que nunca vai estar pronto, não existirá um momento perfeito, então é melhor que elas (as professoras) usem do jeito que está e aí vamos poder quem sabe até resolver mais problemas juntos (Fonte: e-mail do grupo/maio 2013)

De uma forma geral, atualmente, o grupo analisa que é preciso refundar a Casa das Sementes Livres, priorizando seus objetivos históricos de pesquisa, armazenagem e difusão de sementes crioulas. Nas últimas reuniões e debates do coletivo avaliou-se que é preciso de fato captar recursos específicos para o trabalho com agroecologia, acabando com a dependência da readequação de recursos da área da cultura para a de meio ambiente, ainda que o papel transdisciplinar da Casa esteja em seu cerne e continue a ser uma grande fonte de parcerias e ações. No entanto, após anos de uso compartilhado do dinheiro com atividades relacionadas à ação griô, ao software livre, à cultura caipira etc., o grupo sente a necessidade de profissionalizar a Casa de Sementes, buscando recursos para desenvolver atividades como i. Pesquisa social e histórica de sementes crioulas na região; ii. Catalogação, plantio e multiplicação de sementes crioulas; iii. Produção própria de sementes crioulas; iv. Criação de uma rede regional de guardiões de sementes crioulas com encontros e atividades regulares. Uma outra crítica interna do grupo ao funcionamento da Casa – e que certamente encontra ressonância em muitos moradores – é sua pequena divulgação na comunidade, que inclui a falta de conhecimento de muitos sobre o horário que o espaço está aberto ou quais sementes estão disponíveis, por exemplo. O coletivo vem rascunhando materiais de divulgação e pensando em sistemas de rodízio entre os membros para abrir o espaço, no entanto, o velho e repetido problema da falta de recursos esmorece as ações. Note-se também a dificuldade em divulgar a experiência, uma vez que a dinâmica de abertura da Casa ainda não está clara e formulada nem para o próprio grupo e a disponibilidade de sementes é muito variável. Ainda assim, como paliativo, analisa-se a possibilidade de que esta abertura seja feita de modo voluntário, apenas para haver uma movimentação no espaço.

Dos moradores entrevistados para esta pesquisa, somente um disse não saber “sinceramente” para o que servia a Casa de Sementes. A grande maioria (8 pessoas) disse que não só conhecia, mas que também já havia obtido sementes ou mudas por lá. Aqueles que disseram que não pegaram sementes ou não têm interesse em pegar deram a mesma resposta para sua opção: a falta de terra pra plantar. Essa opinião, ainda que não seja inteiramente factível, pois o banco também oferece sementes de hortaliças ou temperos, que não necessitam de grande espaço para serem semeadas, relembra a EMA de que o trabalho com as sementes não se resume a uma coleção de variedades, mas um esforço de interação com a dinâmica social regional. Como foi demonstrado no terceiro capítulo, há grande quantidade de terras em Aldeia Velha e região na mão de poucos fazendeiros, sendo a maioria empresário de gado de corte. Todos agricultores entrevistados relataram que a falta de terra pra plantio é o principal fator para a crise da agricultura na região, avaliada como diminuição da quantidade de agricultores. Outros agricultores disseram que não vão à Casa para obter sementes pois têm foco na produção de de aipim e inhame, guardando mudas (ou ramas) para o próximo plantio.

Diante deste cenário, pensar na continuidade da Casa de Sementes leva o coletivo a refletir também sobre a questão do território e do desenvolvimento rural regional, o que demonstra que de certa forma suas intersecções com a área educacional e cultural podem ter um significado mais relevante se consideradas a longo prazo.

Como foi relatado em diferentes estudos do Ipea sobre os Pontos de Cultura e os editais do Programa Cultura Viva, quando se analisa a sustentabilidade financeira das organizações de pequeno porte que fazem a gestão destes projetos, o impacto financeiro do convênio é muito grande, bem como as dificuldades para fazer a sua administração no que se refere à complexidade de prestação de contas finais, elevado número de processos,

formulários etc. Um estudo do MinC em parceria com o Pnud identificou a existência de pontos de cultura que têm no recurso do MinC a dependência completa para a sobrevivência de suas ações (97% das formas de captação de recursos mais recorrente dos Pontos advém dos Editais Cultura Viva) e por isso são vulneráveis à participação em editais, não desenvolvendo outras formas de auto-manutenção:

Falta-lhes, no mais das vezes, a informação, o conhecimento técnico e o devido acompanhamento para transformarem-se em empreendimentos econômicos. Não na visão do SEBRAE de empreendedorismo que retroalimenta o capitalista, incita a competição ao invés da solidariedade e promove a geração de lucro e não de renda. Falta instrumentalização para tornarem-se autônomos e autogestionários (SARAIVA, 2010)

Se na área do meio ambiente os recursos eram de difícil acesso, a maior facilidade em conseguir recursos por editais da área cultural, desfocou o grupo de seus propósitos, como já foi comentado no segundo capítulo, pelo excesso de atividades. Isso de certa forma prejudicou também o andamento da Casa de Sementes:

Acho que o principal problema do grupo nos últimos anos foi fazer coisas demais. Esse problema se originou na captação de recursos, quando, na busca por uma subsistência no campo, passamos a escrever projetos para ganhar editais, ao invés de escrever editais para realizar projetos. Descobrimos que hackear editais para fazer as coisas que sonhamos e não tem recursos é muito mais difícil do que parece. (Membro da EMA. Fonte; Entrevista)

Se por um lado as atividades culturais trouxeram a possibilidade da Casa manter seu funcionamento, as obrigações burocráticas e as exigências que as políticas culturais impõem – como dificuldade de executar planilhas, produção de relatórios ou mesmo as prestações de contas – alimentaram muitos desentendimentos dentro do grupo, que não era capacitado para lidar com a maioria das questões administrativas e financeiras. Apesar do debate contínuo sobre a necessidade de vender produtos – e até ocasionalmente terem sido vendidos Almanques da Cultura Caipira ou cópias do filme *Aldeia Velha e suas raízes* – o coletivo não conseguiu estabelecer formas econômicas alternativas de viabilizar suas atividades. Se a falta de organização era um motivo para não conseguir variadas fontes de recursos, a crença de que o Estado tem mesmo por obrigação abrir chamadas públicas e descentralizar sua gestão também é uma visão partilhada pelo grupo que deve ser levada em conta, bem como o entendimento de que trabalhar sob a perspectiva da transformação social e não do lucro, conforma um quadro diferente de atuação de grupos como a EMA, com outras preocupações e prioridades.

Mesmo diante dos inúmeros percalços e da frustração em não conseguir colocar a Casa para funcionar a pleno vapor, há no grupo um sentimento de afeição e confiança em relação a este projeto. Com o fechamento da sede do Ponto de Cultura Caipira, que era uma pequena casa alugada em uma das ruas principais do distrito de Aldeia Velha, por falta de dinheiro, em abril de 2013, foi reforçado também o sentimento de autonomia que a Casa proporciona ao coletivo. Ainda que não seja perfeito, ainda que haja muito para fazer, o espaço foi construído pelo grupo e pertence aos próprios membros do grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda história que aqui foi contada, compreendida a partir das co-determinações internas e externas da experiência, não há no final do texto a pretensão de tecer conclusões que deem conta da sua complexidade. No entanto, é possível elaborar de forma mais clara algumas suspeitas que estavam presentes no início desta verdadeira jornada.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a importância do aprofundamento dos aspectos positivos e negativos que permearam o trabalho da EMA e da Casa das Sementes Livres para além dos relatórios técnicos, burocráticos e extremamente parciais encaminhados constantemente às fontes financiadoras. A abertura de um diálogo com a Academia, pesquisadores e estudiosos dos temas aqui tratados traz um horizonte de reflexão e construção de conhecimento essencial ao desenvolvimento do próprio grupo como sujeito questionador e produtor de novas realidades, procurando deixar pra trás também uma postura de enaltecimento próprio ou, em menor – mas também presente – escala, do sentimento de rejeição à própria história por esta ser considerada muito pequena ou frágil diante de outras experiências mais notórias.

Neste sentido, a metodologia escolhida para a pesquisa mostrou-se pertinente. O pensamento complexo e a abordagem transdisciplinar ofereceram contribuições para ampliar a compreensão da experiência, considerando sem nenhum receio, concomitantemente, suas partes e seu todo, sob diversos ângulos de análise. A historicidade da experiência e a trajetória de seus membros, o desenho da linha do tempo, as entrevistas e a observação participante proporcionaram uma grande e qualificada fonte de dados.

O intuito da sistematização de experiências, objetivo primeiro deste estudo, guiou a pesquisa no sentido de demonstrar com o máximo de transparência as deficiências e potencialidades da EMA e da Casa das Sementes Livres. Compreendemos, igualmente, que a avaliação do desempenho desta experiência foi permeada por questões que não têm a ver diretamente com a atuação objetiva do grupo, dadas as dificuldades em separar causas, consequências e o contexto afetivo e simbólico que envolveu as ações.

Podemos dizer, com base na análise da história da experiência, que a diversidade presente desde o grupo fundador da EMA – comprovável nas diferentes formações acadêmicas ou especializações individuais – e nas teorias que embasaram a Casa de Sementes Livres ajudaram a iniciativa a manter sua resiliência, ou seja, sua capacidade de reagir às adversidades e se adaptar aos novos contextos. Cada membro do coletivo ao trazer sua carga de leitura específica, sua visão de mundo e trajetória profissional ao grupo, ajudou a criar um ambiente diverso, impregnado por diferentes teorias e práticas tendo como pano de fundo a mudança de paradigma da sociedade industrial moderna e dualista para modelos onde o respeito e a solidariedade fossem a base para um mundo mais plural.

Em relação à Casa de Sementes, a junção de dois arcabouços teóricos na sua constituição – a cultura livre e a agroecologia – permitiram ao grupo dialogar com diferentes redes de atuação política e conquistar parceiros de ambos os campos, ampliando seu espectro de ação. E, ainda que tenha sido evidenciado um cenário de escassez de oportunidades para pequenas associações em relação ao desenvolvimento de projetos de cunho ambiental e sobretudo agroecológico, o que era diferente no campo cultural, fertilizado pelas políticas culturais do Ministério da Cultura desde o Governo Lula (2004), a menção ao trabalho interdisciplinar entre estes dois campos provavelmente influenciou na seleção de diversas propostas apresentadas pela equipe da Casa das Sementes Livres. Dito de outro modo, a

originalidade da proposta da Casa que pretendia juntar em um mesmo espaço físico instrumentos da tecnologia digital com as ferramentas pedagógicas da agroecologia, chamava a atenção de todos aqueles para os quais era apresentada e contribuía para sua disseminação e conquista de atenção. Sendo assim, percebeu-se que se não houve praticamente financiamento direto para as ações agroecológicas da Casa das Sementes Livres, a menção desta linha de atuação nos projetos e propostas enviadas às chamadas públicas contribuía para conferir riqueza conceitual e metodológica à experiência, o que se pode sugerir que tenha contribuído indiretamente para o seu financiamento.

A sinergia presente na conjunção de dois temas aparentemente díspares como a agricultura e a informática, despertaram curiosidade sobre o espaço, possibilitaram uma pluralidade de aliados e atraíram diferentes sujeitos, que ao procurarem a experiência por causa das sementes, aprenderam mais sobre o software livre ou vice versa. A multifuncionalidade presente no projeto do espaço da Casa a ajudou a sobreviver em diferentes momentos aceitando novas configurações, ou seja, quando podia ser fechada por falta de verbas, virou uma rádio, quando a rádio acabou se transformou em sede para aulas de agroecologia, com o fim das aulas foi aberto um espaço para tecnologias de energia renovável e assim por diante. Em cada momento da história da experiência a base de apoio da Casa pendeu mais para o lado da agroecologia e em outros momentos mais para o campo da cultura digital, conformando uma zona de apoio mais ampla, que se mostrou extremamente necessária diante das crises financeiras vividas pelo grupo gestor.

Ao mesmo tempo, esta diversidade de teorias e perspectivas também trouxe problemas ao grupo à medida que gerava e alimentava uma ampla gama de atividades, desejos e objetivos, que se não eram conflitantes entre si por serem tecidos transdisciplinarmente, dificultavam o estabelecimento de metas comuns e claras para o coletivo. A possibilidade de classificar qualquer projeto como uma iniciativa de “cultura livre”, somada à vontade de incorporar as mais diversas opiniões e aspirações pessoais nos projetos, complexificavam sua realização. Este fato contribuiu para problemas relacionados à divisão interna do trabalho e à definição de responsabilidades. Somando a falta de experiência profissional de muitos integrantes, ainda muito jovens, o excesso de convivência e de intimidade – tratando-se de um grupo de amigos e não funcionários de uma empresa por exemplo – e a falta de recursos para remuneração fixa, ou seja, a instabilidade da renda, a EMA enfrentou o desgaste das suas relações e viu ano após ano a diminuição de seu quadro de membros.

Relacionado a isto, o estudo acabou por abrir uma pequena janela sobre o tema da juventude rural e a dificuldade dos jovens empreenderem negócios fora do mercado convencional de emprego, mesmo tratando-se de um grupo com formação universitária com considerável qualificação em processo de êxodo urbano. A busca de qualidade de vida e autonomia distante da pressão dos problemas dos grandes centros urbanos, não foram suficientes porém para enquadrar o grupo nas definições mais usuais dos estudos neo-rurais, seja pelo tipo de empreendimento que buscam implementar, seja pela visão de mundo não-mercantil que compartilham.

Diante da análise da conjuntura sociopolítica da região onde está localizada a experiência da EMA e da Casa das Sementes Livres, procurou-se demonstrar que iniciativas de pequeno porte, ligadas à temas como agricultura familiar ou cultura rural sofrem de uma certa invisibilidade, carecendo de apoio financeiro e institucional. O contexto regional, marcado pelas grandes propriedades destinadas sobretudo ao gado de corte e pressionado hoje por empreendimentos industriais ligados ao ramo do petróleo ou de empresas transnacionais, não oferece um ambiente favorável ao empreendimento de ações como as realizadas pela Casa de Sementes Livres. As informações relativas às condições básicas de vida, como saúde,

educação, transporte, também demonstraram como a noção e o cuidado com a cidadania estão bem longe do ideal, sobretudo em Silva Jardim. Já o grande número de unidades de conservação conforma um cenário dúbio, onde a preservação ambiental abre espaço para um debate sobre o desenvolvimento sustentável, porém ao mesmo tempo apresenta uma resistência à conservação da natureza aliada à presença do homem, sobretudo de atividades extrativistas ou da agricultura. A falta de recursos humanos – em quantidade e qualidade – tanto nos órgãos públicos quanto nos órgãos ambientais locais foram apontadas por seus próprios gestores e funcionários como um impedimento à realização de uma administração mais eficiente, fator ainda mais prejudicado pela falta de diálogo entre ambos.

O projeto da Casa das Sementes Livres não encontrou pois grandes aliados locais para o desenvolvimento de suas atividades, conseguindo ressonância para suas ações dentro de editais do Ministério da Cultura, que desde o lançamento do programa dos Pontos de Cultura, vinha financiando iniciativas de cunho regional e local ligadas à valorização da diversidade cultural. A integração de valores e ideais da cultura digital materializados nos pensamentos e ações de grupos de jovens interessados em apropriação tecnológica, democratização da comunicação e softwares livres também foi decisivo para que experiências como da Casa fossem selecionadas e apoiadas.

Por meio de diversos financiamentos da área cultural estadual ou nacional a Casa das Sementes Livres conseguiu desenvolver suas atividades ligadas às tecnologias digitais e, em menor grau, também à agroecologia, cujo ponto de intersecção eram as sementes livres e os softwares livres, baluartes de cada uma das áreas em relação à autonomia, seja dos programadores e usuários da informática, seja dos agricultores, dos agroecologistas ou dos ambientalistas mais críticos. Neste sentido, a EMA aproximou-se das redes de grupos ligados à agroecologia e à cultura livre, compartilhando da visão de que suas atuações configurava movimentos sociais, que se não estavam em busca de poder político institucional, tentavam abalar alguns paradigmas dominantes, interferindo na produção de poder, tentando minimizar seus diferenciais. Desta forma, foram muitas as redes nacionais de agroecologia e cultura livre das quais o coletivo buscou participar e delas veio não só um sentimento de identidade, mas também a resignificação de suas lutas e anseios. A comunicação – ou tradução – entre os campos se dava pela crítica aos abusos dos direitos autorais, a chamada “propriedade intelectual” que vinha de um lado privatizando a biodiversidade de um lado e a cultura e as informações de outro. A Casa de Sementes Livres comungava então da visão de diversos grupos de que o sistema de propriedade ameaça hoje a liberdade de copiar e reproduzir informações, sejam elas informações genéticas presentes em uma semente por exemplo, sejam elas informações binárias ou códigos fontes presentes nos softwares e demais interfaces digitais.

Neste panorama, buscamos situar a experiência dentro do conceito de subalternia, onde seus pressupostos e seu ativismo a conectava com diversas outras redes de questionamento e ação contra a dominação do capitalismo internacional, apesar de não possuírem o porte de iniciativas contra-hegemônicas em nível mundial. Estas ações locais de resistência, muito arraigadas ao território do qual fazem parte, são conectadas à dimensão global por meio de redes e debates internacionais, que se apoiam e nutrem mutuamente com informações, metodologias e diversos outros aportes, até mesmo financeiros, em poucos casos. Em relação à Casa das Sementes Livres o debate contemporâneo dos Bens Comuns contribuiu para a conformação de um campo teórico mais amplo que pudesse dar conta de temas tão diversos como o meio ambiente ou a informática, entendendo-os como faces de uma mesma necessidade: legitimar e preservar coletivamente tudo aquilo que sustenta a vida e sua reprodução.

Tomando a localidade de Aldeia Velha como foco, nos parece possível afirmar que as ideias de ecologia de saberes, educação popular e pedagogia grão partilhadas pelos membros do grupo ajudaram a moldar projetos pautados pela diversidade, pelo diálogo e pela busca da autonomia, contribuindo para que a Casa das Sementes Livres fosse aceita pela comunidade escolar da Escola Silva Jardim, onde foi construída e até hoje desenvolve suas atividades. Diante das dificuldades financeiras e estruturais em travar relações com os agricultores regionais, a experiência da Casa das Sementes reforçou seu caráter educacional por meio do trabalho pedagógico com a horta escolar e as aulas de agroecologia. No entanto, é necessário reconhecer que as facilidades de trabalhar a cultura livre que não foram encontradas em relação à agroecologia, tornaram o trabalho do grupo com as sementes em si mesmo um trabalho frágil e bastante incompleto. Os processos de plantio, colheita, secagem e armazenamento foram aprimorados ao longo do tempo por conta própria mas nunca foram suficientemente elaborados com a qualidade e a técnica necessária para um funcionamento exitoso. Havia – e ainda há em menor escala – a perda de muitas sementes por fungos, vencimento da data de validade, falta de teste de germinação, armazenamento equivocado etc. A saída de integrantes do grupo ligados às áreas de Agronomia, Biologia ou Engenharia Florestal, por exemplo, que foram buscar melhor remuneração em outros empregos, também dificultou este processo de qualificação da estrutura do banco de sementes. Ou seja, a interdisciplinariedade do grupo visível nas diferentes áreas de formação de seus integrantes e muito positiva para diversas atividades não foi suficiente para aumentar a qualidade da Casa de Sementes pela falta de pessoas especializadas em temas agrícolas especificamente.

Grande parte dos problemas enfrentados pelo coletivo na gestão da Casa estavam relacionadas aos entraves burocráticos e à reduzida quantidade de apoio financeiro – inclusive e principalmente público – para ações de pequeno porte em agroecologia. Comparando este campo com o da cultura, nos parece possível sugerir que iniciativas de descentralização de recursos para pequenas entidades por meio de editais públicos como as que foram feitas pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural – responsável pelos Pontos de Cultura, Ação Grão, Cultura Digital, entre outros programas – deveriam ser replicadas por outros Ministérios, Secretarias e órgãos públicos em relação à área ambiental. Tal afirmação parte do pressuposto de que mesmo que os programas culturais inaugurados desde a gestão do Governo Lula apresentem muitas limitações, necessitando de reformulação urgente, como foi discutido no texto, estas políticas públicas permitiram a pequenas iniciativas como a Casa das Sementes Livres financiarem suas atividades. O que vimos na análise da experiência, como a mudança dos integrantes da EMA da cidade para o campo ou a possibilidade da construção de uma trajetória profissional fora do mercado convencional de trabalho, ou seja, alterações de projetos de muitas vidas, foram desdobramentos destas políticas públicas, à medida que contribuíram para seu desenvolvimento e permanência. Podem não ter criado a EMA nem a Casa das Sementes – e é complicado tentar imaginar como teria sido a experiência sem este aporte de recursos em um jogo de suposições – mas certamente foram decisivas para que esta história tenha sido contada como foi.

Paralelamente, a relação do grupo com a burocracia dos sistemas de convênios, cartórios e certidões, planilhas e relatórios criou um ambiente de permanente tensão entre a autogestão, praticada desde o germe da iniciativa, com as obrigações e responsabilidades frente ao aparato do Estado. A saída encontrada pelo grupo foi reforçar seus laços de cooperação por meio do conceito de coletivo, onde compartilharam com uma ampla rede de grupos em todo mundo a sensação de claustrofobia pela inserção em espaços produtivos capitalistas e o desejo de prosseguirem na reinvenção de suas próprias histórias, buscando outras formas de trabalhar, produzir conhecimento e viver. A definição como coletivo

autônomo foi uma espécie de guinada para o grupo, uma busca de reformulação de identidade necessária para estimular a coesão e sobreviver em um cenário de crise interna – muitas brigas, discussões e falta de foco – e também externa – relacionada ao cercamento de pequenas associações pelo capitalismo com suas regras favoráveis aos grupos financeiros internacionais. Realmente, me fascina poder pensar que acreditamos na capacidade de construir outras realidades e negar o que nos entristece e nos separa dentro de um sistema econômico tão desigual, ainda que neste processo tenhamos aprendido de forma nem sempre fácil a conviver com a dúvida, a incompletude e a incerteza.

Certamente, como alertamos na introdução, não podemos dar conta de fechar todas as questões que foram abertas ao longo da pesquisa. Nos orientamos, aqui e ali, pelo que mais chamou a atenção na análise desta pequena experiência, procurando contribuir para um debate que coloca em sinergia temas como a juventude, a autonomia, a liberdade, a construção de projetos alternativos, o trabalho em coletivo, entre outros. É provável que tenhamos nos deparado com algo incompleto. E parece que por mais que a experiência pudesse ter sido investigada, esquadrinhada, verificada e detalhada, ainda assim, encontraríamos o mesmo material: uma identidade complexa, multifacetada, ainda em construção, alimentada, antes de tudo – e a todo tempo – pelo desejo de mudança.

BIBLIOGRAFIA

ACSERALD, Henri **Mediação e Negociação de Conflitos Ambientais** Prefácio do Livro: Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rodrigo Nuñez Viégas, Raquel Giffoni Pinto, Luis Fernando Novoa Garzon. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

AGROECOLOGIA EM REDE. **Sistema de Informações sobre Iniciativas em Agroecologia**. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <www.agroecologiaemrede.org.br>. Acesso em 7/08/2013.

ALMEIDA, Paula. **Sementes da biodiversidade**. Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.4-5, out. 2007.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AMADEU, S. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ASSOCIAÇÃO MICO LEÃO DOURADO **Relatório Anual 1999**. Rio de Janeiro: Associação Mico-Leão-Dourado – AMLD. 36 p. Rio de Janeiro, 2000.

BOTAFOGO, Julia. **Aldeia Cultural: Mostra de Conhecimento Tradicional de Aldeia Velha**. Monografia Universidade Federal Fluminense, 2007.

BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Temas Transversais). Brasília: MEC/SEF, DF. 1998c. 436P.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico** Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo, 2013.

_____, Ministério da Cultura. **Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura--viva/>> Acesso em: 25 agosto 2013

_____. Ministério da Cultura (MinC). **Portal do Ministério da Cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>. Acesso em: setembro. 2011.

CAETANO; BINSZTOK. **As intervenções espaciais no meio físico do Vale do Rio São João-RJ**. Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2003.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CAPORAL, F. R., CONTABEBER, J.A e PAULUS, G. **Agroecologia**: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: 2006. 24 p.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

_____. **Como a natureza sustenta a Teia da Vida**, In: Alfabetização Ecológica. A educação das crianças para um mundo sustentável. BARLOW, Z.; STONE, M. K. (Orgs.). São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTRO, Josué **A geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2002 [1946]).

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico**: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21 st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper n. 296).Disponível em: <<http://community.eldis.org/.59b4ab37/dp296.pdf>> Acesso em 14 setembro de 2013.

CHAVEZ-TAFUR, J. **Aprender com a prática**: uma metodologia para sistematização de experiências. [Tradução de AS-PTA]. Brasil: AS-PTA, 2007.58 p.

CONCREMAT, Engenharia/Petrobras. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**, 2007.

CRABBÉ, Olivier; MÜLLER Thierry; VERCATEUREN, David. **Micropolitiques des groupes**. Pour una écologie des pratiques collectives. Paris: HB Éditions, 2010.

FOUCAULT, Michel **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FREIRE, J.R.B.; MALHEIROS, M.F. 2010. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. EDUERJ: Rio de Janeiro.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 digitalizado em 2002 pelo [www. Sabotagem.revolt.org](http://www.sabotagem.revolt.org). Acesso em 17 de junho de 2013.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006, 150p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GILBERTO, G. **Um ministro hacker**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/16/gil-sou-hacker-um-ministro-hacker%E2%80%99/>> Acesso em: 10 maio 2013.

GIULIANI, G. M. **Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 14, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1999.

GOODE, W., & Hatt, P. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. **Controvérsias em torno da globalização**. etc. espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Sociais, v. 3, n. 5, p. 7–20, 2007.

HELFRICH, Silke (org.). **Genes, bytes y emisiones: Bienes comunes y ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

_____. **Bens Comuns: o novo conto do século XXI**, 2010 Disponível em: <http://www.grap.org.br/2010/01/10/bens-comuns-o-novo-conto-do-seculo-xxi/>. Acesso em 15 outubro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Demográfico 2000 e 2010**, Disponível em: www.ibge.gov.br.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – IBDF. **Plano de Manejo**: Reserva Biológica de Poço das Antas, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE) *Incid: Indicadores da Cidadania* Percebida – Rio de Janeiro: Ibase, 2012.

_____. *Incid: Indicadores de Cidadania* Ativa Rio de Janeiro: Ibase, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. **Relatório do Redesenho do Programa Cultura Viva**, Grupo de Trabalho Cultura Viva, Ipea 2012.

_____. **Pontos de cultura**: olhares sobre o Programa Cultura Viva / organizadores: Frederico Barbosa, Lia Calabre.– Brasília: Ipea, 2011.

_____. **Cultura Viva**: as práticas de pontos e pontões. Brasília: Ipea, 2010.

_____. **Cultura Viva**: avaliação do programa arte educação e cidadania/Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo: organizadores.– Brasília: Ipea, 2010.

_____. **Avaliação do Programa Educação Cultura e Cidadania**: Cultura Viva. Brasília: IPEA/FUNDAJ, Relatório, 2009.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro. Zahar Editor, 1997

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A Agroecologia e o saber ambiental** *In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável*, Porto Alegre: v.3 no 1 jan/mar de 2002, p. 36 – 51

LESSIG, L. **Cultura Livre**: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei para Bloquear a Cultura e Controlar a Criatividade. 1 ed. São Paulo: Trama, 2005.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. 182 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAYA, Tadzia. **Sementes e comunidades copyleft** In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília-DF, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado**, 2008.

_____. **Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica Poço das Antas**, 2005.

MOONEY, Pat R. **O escândalo das sementes**. São Paulo: Nobel, 1987.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1. 360p.

_____. **Identidades Complexas no Conhecimento Científico sobre Comunidades Costeiras**. In: AMODEO, Nora B. P; ALIMONDA, Hector (Orgs). Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento. Editora UFV/CPDA. Viçosa – MG, 2006.

_____. (Org.). **Identidades sociais**. Ruralidades no Brasil contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. v. 1. 316p.

_____. (Org.); Costa, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. v. 1. 314p.

_____. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/moreira15.htm>. Acesso em março de 2013.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Brasília, Cortez, 2003.

_____ **O problema epistemológico da complexidade.** Mira-Sintra – Mem Martins Europa-América, 1996

_____ **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre: Sulina, 3ed., 2007. 120p.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cognitiva.** BH: Editora UFMG, 2001, 129 e 133.

MAYA, Tadzia. **Sementes e Comunidades Copyleft** In: Copyfight / Bruno Tarin, Adriano Belisário (org.). – Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

MAYA; NICOLAU; SOARES, 2008. **O processo de criação da Casa de Sementes Livres.** No prelo 2010.

NEFFA, Elza. **Percepção transdisciplinar: uma construção coletiva/** Org., Elza Neffa e Antônio Carlos de A. Ritto Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento** (“empowerment”). São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 96 p.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes desde el punto de vista de la ciudadanía.** In: Genes, bytes y emisiones: Bienes comunes y ciudadanía”, México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

ORTELLADO, Pablo. **Porque somos contra a propriedade intelectual?**, 2002. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>>. Acesso em: 16 abril. 2013.

PASQUINELLI, M. **A ideologia da cultura livre e a gramática da sabotagem.** In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

PÉLBART P.P. **Elementos para uma cartografia da grupalidade.** In: SAADI, F.; GARCIA, S. (Org.). Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Sílvio Gomes. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA.** Versão provisória. Rio de Janeiro, abril de 2004.

PETROBRAS. **Projeto Agenda 21 Comperj 2011.** Itaboraí, São Gonçalo, Niterói, Maricá, Saquarema, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Teresópolis, Magé, Guapimirim. www.agenda21silvajardim.com.br Secretaria do Ambiente (INEA-RJ), Petrobrás e MMA.

PIZARRO E ARAUJO, J.S.A.. 1820. **Memorias historicas do Rio de Janeiro e das províncias annexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil.** Imprensa Régia: Rio de Janeiro. Tomo V.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus. (2000 (1944)).

PRIMO, P. B. & VOLCKER, C. M. 2003. **Bacias hidrográficas dos rios São João e das Ostras** – águas, terras e conservação ambiental. Consórcio Intermunicipal Lagos São João, Rio de Janeiro, 115p.

ROBINSON, Mark. **Avaliação Participativa de Impacto**: reflexões provenientes do trabalho de campo in *Forum Valutazione*, 2, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAIVA, Andrea. **Economia Viva e Solidária**: Estudo Propositivo de Alternativas de sustentabilidade financeira dos Pontos e Pontões de Cultura, Minc/Pnud, 2010 disponível em http://www.mocambos.net/media/upload/economiaviva_livro.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2013.

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul, tese de doutorado, UFRGS, 2001.

_____. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural**: um olhar a partir da experiência brasileira in BALESTRO, Moisés e SAUER, Sérgio (org.) *Agroecologia e os desafios da transição ecológica*, Editora Expressão Popular, 2010.

SEBRAE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM – Sebrae, RJ, 2011.

SILKE, H. (Org). **Genes, bytes y emisiones**: bienes comunes y ciudadanía. México: Frente & Vuelta, 2008.

SILVA, J.N.S. 1854. Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro. (1842) in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, 3a série, n. 15, pp.301-544.

SHIVA, Vandana **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia; tradução Dinah de Abreu Azevedo São Paulo: Gaia, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: BARREIRA, César (Ed.). *Sociologia e conhecimento além das fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**, tradução Mouzar Benedito. – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Boaventura de Sousa **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma Ecologia dos saberes, revista *Novos Estudos*, dezembro 2007.

SOUZA, Márcio Rogério Piratello Freitas de. **Interação entre o tradicional e o científico na construção do conhecimento agroecológico**: o caso de agricultores de Casimiro de Abreu e Silva Jardim-RJ/Márcio Rogério Piratello Freitas de Souza. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

STEENBOCK, Walter (org) et. al **Agrofloresta, ecologia e sociedade** Curitiba: Kairós, 2013.

TARIN, Bruno. **Cultura livre**: conflitos entre o comunismo do capital e a produção do comum, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios** – Silva Jardim, 2011 Disponíveis no sítio <http://www.tce.rj.gov.br>.

TURINO, C. **Ponto de Cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

VALLE, Ivana Cola. Análise dos múltiplos usos e das estratégias de conservação na Bacia do Rio Aldeia Velha, RJ Dissertação UFRRJ, 2011.

_____. **Áreas de Preservação Permanente**: Geoprocessamento e sistemas agroflorestais em Aldeia Velha, RJ, Monografia UFF, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)/ONU-HaBiTaT/Petrobras. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Municípios do Conleste. Linha Base 2000-2006. Relatório de Acompanhamento.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Municípios do Conleste. Ano de 2007. Relatório de Acompanhamento.

VARELLA, Francisco. **Conhecer**: as ciências cognitivas, tendências e perspectivas. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

VIA CAMPESINA Declaração Soberania Alimentaria. Disponível em: www.viacampesina.org. Acesso em 10 de maio de 2013.

WESLEY R. S. Freitas; CHARBEL J. C. Jabbour **Utilizando estudos de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa**: boas práticas e sugestões in *ESTUDO & DEBATE*, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

**DOCUMENTO IDENTITÁRIO DO GRUPO
ARQUIVO INTERNO**

Projeto de Revitalização de Escolas Desativadas

Aldeia Velha – Silva Jardim / RJ

Escola Mata Atlântica (Antiga Escola Municipal Ulisses Moraes)

Introdução:

No município de Silva Jardim, na divisa com o município de Casemiro de Abreu, se encontra a vila de Aldeia Velha. Nesta, diversos fatores contribuem para o desenvolvimento de projetos educativos ligados ao meio ambiente e cultura popular. Em primeiro lugar, o grau de conscientização ambiental e receptividade dos moradores; depois a longa ação dos ambientalistas da RPPN Bom Retiro de reintrodução do Mico Leão Dourado e conscientização comunitária, aliados a presença da maior concentração de RPPNs do estado e a proximidade de uma Reserva Biológica, a de Poço das Antas, bem como sua divisa com assentamentos de reforma agrária onde projetos de agroecologia vem sendo introduzidos.

Desde o ano de 2002, um grupo de estudantes, na sua maioria do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conheceu a Aldeia e por ela se encantou. Não apenas ao ecossistema rico em matas de encosta, cachoeiras e riachos mas também a população local, que com sua riqueza cultural surpreendeu e fez perceber como é possível um equilíbrio entre a mata e as pessoas.

Desse encontro, uma enorme vontade se fez presente, a de aliar todos esses fatores na criação de um projeto que pudesse não só contribuir para o processo de adaptação das técnicas desenvolvimentistas poluentes para as não poluentes como também fortalecer a cultura local através da história local, conhecimentos locais como cestaria, bambu arte, crochê, pintura, brinquedos, panelas de barro, fotografia, hortas e jardins. Além disso, a Escola Mata Atlântica pode se tornar um centro de pesquisas do meio ambiente, manejo tradicional, técnicas alternativas de produção sem agrotóxico, educação ambiental e ecoalfabetização.

Concorreu para a realização do projeto, a constatação de que já existe uma escola desativada, a Escola Municipal Ulisses de Moraes, que foi desativada quando todas as escolas foram centralizadas na vila. O terreno ao redor da escola é ótimo para a instalação de hortas agroecológicas que são o foco principal do projeto. A transição agroecológica proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário prevê que nos próximos anos a diretriz governamental para a agricultura familiar se torne de matriz agroecológica já que os níveis de poluição no campo colocam em risco pequenas comunidades.

Os agrotóxicos utilizados nas grandes lavouras colocam em risco ecossistemas inteiros. Entretanto, para que técnicas agroecológicas de combate de pragas, através de consórcio de espécies, seja desenvolvida com melhores resultados, os pequenos agricultores devem ser a peça chave desse processo. Por isso os cursos da Escola Mata Atlântica terão como principal objetivo a formação de agricultores permacultores e agroflorestais buscando

aumentar a renda com implementação de viveiros florestais e produtos artesanais e orgânicos em suas propriedades, tendo em vista o progressivo aumento do mercado consumidor de produtos saudáveis.

Viabilidade:

O grupo gestor do projeto, formado em Aldeia Velha e chamado Semente Solar, conta com moradores nativos e/ou residentes, estudantes e profissionais já graduados em áreas afins como das Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Jornalismo, Teatro, Produção Cultural, Engenharia, Botânica e com o tempo esperamos que mais profissionais de outras áreas do conhecimento juntem se ao projeto. Alguns do grupo já possuem experiência em projetos como Hortas Comunitárias, Feira de Trocas, Manejo Participativo de Comunidades Tradicionais, Alfabetização de Adultos, Cultura Popular Local, Agrofloresta, Controle de Voçorocas e implementação de viveiros florestais.

Contamos no começo do projeto com nossa infraestrutura particular, doações de lojas de material de construção e sistema de mutirões comunitários. Entretanto, quanto a parte física do prédio, não acreditamos ser necessário grande investimento financeiro. A reforma pode ser feita aos poucos, priorizando materiais reciclados e da região e o apoio dos idealizadores e moradores. Após a conclusão da reforma e início das atividades podemos nos cadastrar no programa nacional do Ministério do Meio Ambiente de apoio a iniciativas de transição agroecológica em comunidades tradicionais e áreas de proteção ambiental e ATER. Posteriormente, podemos buscar apoio do MEC e Secretarias de Educação municipais e estaduais em fundos de educação extensiva e profissionalizante.

O apoio de organizações não-governamentais, ONGs, será também possível caso estas não recebam financiamento de instituições poluidoras como a Fundação Ford, a Souza Cruz e a Shell. Buscamos parceiros coerentes com a proposta de transição de poluentes para não poluentes, buscando primeiro apoio governamental, e depois de ONGs com trabalhos públicos reconhecidos academicamente como a Conservação Internacional, ASPTA, Mico – Leão Dourado entre outras.

Na primeira fase do projeto, de estruturação do espaço físico, serão realizados cursos com a comunidade local, sendo eles os educadores e educandos. Os técnicos servirão de condutores e apoio para a realização das atividades e alguns outros cursos secundários. Acreditamos que apenas o protagonismo comunitário local pode dar resultados satisfatórios para esse tipo de projeto educacional. Reconhecer sua capacidade de transmissão e recepção de conhecimento torna os moradores capazes de interagir no grau necessário para que atividades futuras possam vir a se realizar. Além disso, o custo com tais cursos é muito baixo já que não são necessários maiores deslocamentos, alimentação e alojamento.

Nosso maior objetivo é capacitar os próprios moradores de Aldeia Velha a se tornarem agentes da transição agroecológica através da valorização dos conhecimentos tradicionais, aliados a novas tecnologias de substituição de poluentes, por técnicas de manejo dos ecossistemas e práticas permaculturais. Após essa primeira fase, moradores de regiões vizinhas podem vir dar outros cursos geradores de renda, como cestaria, conservas

Sustentabilidade

e cerâmica. Os produtos feitos pelos alunos podem ser adquiridos na escola ou em outros postos de exposição, sendo que será dada ênfase para o sistema de feira de trocas entre produtores, não excluindo porém a forma monetária.

A escola tende a ser auto-sustentável com o decorrer do projeto, já que irá contar com projetos de áreas modelo de hortas orgânicas de valor agregado (pimentas, cactos ornamentais, orquídeas, viveiros florestais e cursos em outras regiões). É importante ressaltar que todos os cursos serão gratuitos durante todo o decorrer do projeto, da implantação ao seu término, se este ocorrer. Acreditamos que apenas a democratização do conhecimento é capaz de tornar o planeta sustentável ambientalmente além do espaço ser público e os estudantes serem também de universidades públicas. O que propomos é repassar esses conhecimentos acumulados durante todos esses anos de vida acadêmica de forma a quebrar o ciclo vicioso de educação superior separada do ensino de extensão que favoreça a comunidade.

Os professores no início serão pagos com a produção particular de cada aluno no sistema de feira de trocas, ou seja, o aluno tem uma horta e produz alface é justo que traga ao seu professor um número x de alfaces por dia que este poderá trocar ou doar se quiser a outrem. Ajudando assim na substituição de suas horas de trabalho por horas aula. Após a fase inicial pode-se buscar patrocínio para pagar os professores, já que acreditamos que os professores devam ser remunerados e não voluntários. O conceito de voluntariado emana de uma visão paternalista em que o cidadão bem remunerado doa para o mau remunerado, horas/trabalho de seu tempo livre. Na verdade entendemos que os profissionais sejam eles acadêmicos ou moradores devam ter seu trabalho reconhecido através de uma remuneração capaz de colaborar para o sustento de suas famílias.

Caso existam cursos que necessitem de matérias básicas, poderão ser organizadas atividades recreativas, almoços ou festas com o intuito de arrecadar fundos para tais atividades, bem como no caso de visitas a outras comunidades. Nosso grupo não tem fins lucrativos e busca a troca entre conhecimentos acadêmicos e tradicionais capazes de aperfeiçoar ambos os lados, no processo de construção de um mundo mais digno, produtivo e menos ignorante e poluído.

Os cursos serão realizados principalmente durante os fins de semana, durante meio período, para que os participantes, sejam moradores ou não e educadores ou alunos possam participar dos cursos sem prejudicar seus estudos ou trabalho. Porém, caso haja disponibilidade de ambos, cursos durante a semana também podem ser administrados, dentro ou fora da escola.

Público Alvo

Nosso público alvo são os moradores de Aldeia Velha e adjacências, e seus visitantes e amigos. Poderão haver cursos com alvo em uma faixa etária exclusiva mas na sua maioria buscamos a integração entre as diferentes idades, sejam jovens, adultos, idosos ou crianças. Nos cursos livres de atividades manuais, artes, hortas, expressão corporal a

freqüência será livre. Nos cursos técnicos com certificado de conclusão como Agroecologia, Permacultura, Cinema, Fotografia e Botânica a presença será verificada e o aluno avaliado de forma não burocrática a atestar os conhecimentos adquiridos, caso contrário deverá repetir os módulos ou o curso inteiro.

Além dos moradores da vila, os assentados da reforma agrária previamente selecionados nos projetos agroecológicos desenvolvidos pela ONG Mico Leão Dourado ao redor da REBIO de Poço das Antas deverão participar principalmente dos cursos técnicos e em uma fase secundária do projeto.

Estudantes urbanos e pesquisadores de áreas ambientais, bem como ambientalistas, e visitantes também poderão tomar parte nos cursos, de preferência os cursos livres e nos técnicos caso se responsabilizem pela freqüência e tenham possibilidade de estar trocando algo com os professores, podendo ser alguma informação técnica relevante sobre o assunto ou que possam mandar pelo correio livros ou revistas para nossa biblioteca.

Metodologia:

A metodologia aplicada será basicamente a de Paulo Freire, da educação crítica, tomada de consciência do agente histórico e educador-educando e educando-educador com a utilização de palavras geradoras e do universo do educando, valorizando o conhecimento pessoal do aluno, as práticas tradicionais, as vivências e a diferenciação de uma educação bancária onde o aluno é apenas receptor de informações desconectadas de seu dia-a-dia, passadas de forma burocrática e cobradas através de testes que estressam o indivíduo e são incapazes de provar se conhecimento foi absorvido ou apenas decorado. O método Paulo Freire utilizado por diversos países para alfabetização de adultos e recentemente adaptado para a eco-alfabetização utiliza o conceito de uma educação libertadora em que o educando-educador não apenas recebe mas principalmente troca com o mestre conhecimentos e práticas capazes de aumentar sua auto-estima para que apreenda o conhecimento e o utilize em seu dia-a-dia.

Como diz Paulo Freire, não é necessário que o indivíduo aprenda a ler, é necessário que o indivíduo aprenda a ler criticamente, situando o indivíduo no mundo em que participa e o capacite a interagir de modo mais consciente fazendo escolhas que sejam analisadas de forma a trazer mais benefícios para si, para sua família, para sua comunidade e para seu mundo. Nesse processo de aprendizado as palavras utilizadas devem ser as do mundo do educando sendo capazes de ser apreendidas em menos tempo e com maior eficácia.

Outra influência é da Pedagogia Waldorf, que estuda as interações do homem com o meio ambiente em que habita. Sua metodologia lúdica afirma que o aprendizado não deve ser chato e cansativo, o que apenas atrapalha, ao contrário, deve estimular a criatividade dos alunos, com atividades lúdicas e descontraídas com métodos de avaliação dinâmicos. O aluno não é avaliado apenas no fim do curso, mas a todo momento, elaborando questões, participando em voz alta e estimulando a interação em grupos e a formação de projetos,

sempre através de círculos em que todos possam se olhar nos olhos, assim como no método Paulo Freire.

Roteiro de Atividades:

A primeira atividade a ser feita é fazer uma pesquisa com os moradores de que tipo de escola gostariam que houvesse na Aldeia, que cursos gostariam de ter, quais atividades consideram mais importantes e que fosse explicado o projeto da Escola Mata Atlântica, de uma escola para todas as idades e principalmente um lugar em que o conhecimento dos mais velhos seja passado para os mais novos.

A segunda atividade é a reforma da escola, na qual pretendemos envolver a comunidade, seja através de atividades recreativas com fim de arrecadar fundos para as obras, bem como no mutirão comunitário, em que serão trabalhados temas como construções permaculturais e técnicas tradicionais de construção. A exemplo dos antigos mutirões podemos convidar todos os moradores e fazer um grande almoço comunitário e um arrasta-pé no final, como nos velhos tempos.

A terceira é a construção de um livro com as histórias locais, fotografias e um documentário em que os moradores mais antigos e também os novos contem como a Aldeia surgiu, suas lendas, seus personagens importantes, histórias de medo, histórias engraçadas, tristes e outras mais que poderão depois de editadas de forma mais simples possível, utilizada nas escolas da região e o documentário poderá ser utilizado no circuito escolar.

Após essas etapas os cursos mais pedidos poderão se iniciar seguindo a ordem de primeiro os moradores de Aldeia como educadores para os moradores de Aldeia, tendo os organizadores como facilitadores e depois cursos com os organizadores de educadores e os moradores como facilitadores para os moradores de Aldeia e numa terceira etapa os cursos poderão ser abertos para visitantes e pesquisadores. Só então poderá se iniciar a etapa dos assentados previamente selecionados pela ONG Mico Leão Dourado para os cursos técnicos com moradores e organizadores ambos como educadores e facilitadores.

O que é Agroecologia, Permacultura, Agrofloresta, Transição Agroecológica e Eco-Alfabetização?

Estes são termos contemporâneos para formas muito antigas, indígenas na sua maioria de trabalhar com os recursos do meio ambiente. Essas raízes se mantiveram na cultura popular tradicional nas formas de manejo florestal e nas formas de plantio. As roças tradicionais em que se se consorciavam milho feijão e abóbora, a variedade genética das muitas qualidades de mandioca, a observação das fases da lua, os tabus quanto a certos alimentos e o conhecimento de plantas medicinais são formas muito antigas de manejo de espécies que nos foram transmitidas geração por geração através da cultura oral.

A partir da década de 60, essas formas foram sendo pesquisadas por cientistas que com o boom da contracultura voltaram seus olhares das cidades para os campos. Era a busca por uma agricultura mais harmoniosa com o meio ambiente, que apresentasse menos risco para a saúde humana e do planeta. Pesquisadores como Miguel Altieri e Bill Mollison viajaram por diversos países buscando nas culturas indígenas técnicas que eram utilizadas a milênios sem alterar drasticamente o ecossistema e capaz de gerar uma autosustentabilidade desses povos. Como estes eram capazes de controlar as pragas e a escassez das colheitas se o roúdap e o tob, assim como os fertilizantes químicos eram tão recentes.

Miguel Altieri se especializou nos povos da América Central, dos quais descendia, com sua agricultura em patamares e sofisticadas formas de irrigação e controle erosivo. Povos opulentos de agricultores de milho de várias cores e centenas de variedades de espécies comestíveis, hoje seriamente abalada pela pressão da Revolução Verde, que mecanizou a produção agrícola, expulsou os pequenos agricultores e instituiu a monocultura com baixa taxa de variedade de espécies e posteriormente com a entrada dos transgênicos tende a aumentar as taxas de pesticidas já que o grande fator de produtividade do grão transgênico é sua resistência ao pesticida. O grão transgênico da soja tem o nome científico de *roundap-readi*, que significa pronto para o roundap.

Bill Mollison, um dos pesquisadores que também se lançou em busca de respostas para a solução da alimentação de uma população mundial que não para de crescer, encontrou nos aborígenes da sua Austrália e dos povos da Oceania e Pacífico, formas de cultivo que permitiam povos numerosos a viver em ambientes hostis, insulares e sujeitos a desastres naturais. Encontrou assim uma forma de aproveitamento dos resíduos vistos como restos descartáveis do processo produtivo, como o nosso lixo e esgoto contemporâneos, que os aborígenes valorizavam como forma importante de fonte de energia para seus processos produtivos, utilizando também formas de construção e aproveitamento de espaços e recursos que valorizavam os produtos locais de seus habitats. Assim o custo energético de transporte e manutenção de tais construções poderia ser investido em outras atividades.

Ao primeiro sistema que Miguel Altieri pesquisou, chamou-se Agroecologia, que significa a agricultura aliada a ecologia que estuda o comportamento dos ecossistemas, ou seja a forma de interação e equilíbrio de um sistema vivo para sua manutenção. Por exemplo um lago é um ecossistema, existem os bagres que comem o lodo, existem as garças que comem os bagres e as jaguairicas que comem as garças, se qualquer desses elos for quebrado, o ecossistema se desequilibra, havendo excesso de lodo o lago apodrece os peixes morrem. Dessa forma a agroecologia estuda formas de se cultivar gêneros agrícolas

sem quebrar ou tentar ao máximo equilibrar essas cadeias, tentando reproduzi-las para que haja um controle das parasitas sem que seja necessário insumos químicos.

Por exemplo, se o milho esta com broca, podemos planta-lo em consórcio com fumo e feijão, o feijão nitrogena o solo e o fumo espanta as brocas, perto de girassóis, os pardais e os insetos preferem os girassóis e os milhos ficam protegidos.

No caso dos estudos de Bill Mollison, na Oceania, o termo Permacultura passou a designar uma forma de aproveitamento das fontes energéticas locais capazes de suprir a demanda por matérias primas ou energéticas que caracterizam um cultura permanente, porque da sobra de um se constrói o outro.

Apesar da monocultura agropastoril de exportação ter vencido em quantidade todos esses anos e estar se ampliando, a policultura permacultural vem ganhando espaço em qualidade, principalmente devida a demanda do mercado consumidor que cada vez mais exige produtos menos contaminados por pesticidas e animas criados de forma não saudável, que acabam gerando um aumento nas taxas de doenças sistêmicas como câncer e alergias.

Dentre as questões se estas técnicas de raiz tradicional mas ampliadas com as modernas pesquisas agrônômicas seriam capazes de abastecer o mundo ou seriam apenas agricultura de jardim, pode se esclarecer que realmente é uma agricultura intensiva que demanda cuidados especiais devido a sua grande variedade de espécies e ausência de químicos. Entretanto, o que vemos no mundo de hoje não são problemas de escassez de mão-de-obra, pelo contrário, em todos os países do mundo o problema do desemprego das grandes massas urbanas advindas de décadas de êxodo rural, preocupa e gera violência.

Terras também não faltam, apesar de estarem concentradas nas mãos de poucos elas existem e se encontram em acelerado processo de degradação. Nesse caso em que apenas a braquiara resiste, uma variedade da Agroecologia se apresenta, a Agrofloresta, que alia o cultivo agrícola com a floresta, seja esta já existente ou em terrenos degradados em que o cultivo agrícola se vê inviabilizado por carência do solo. A Agrofloresta se constitui no plantio de espécies de grãos como feijão, milho, frutíferas, enfim gêneros alimentícios e mudas florestais que com o decorrer dos anos geram um ecossistema de sucessão primeiro com as lavouras protegendo as muda frutíferas e florestais até que depois de 20 anos a área passou de lavoura para pomar no primeiro decênio e de pomar para mata em regeneração avançada na segunda década.

Esse sistema é interessante porque se utiliza do plus energético que a mata em regeneração oferece já que produz 50% a mais de matéria energética que uma mata adulta, além disso ao manejar uma mata que se plantou as espécies introduzidas podem responder as demandas comerciais ou medicinais por exemplo.

Quanto a Eco-alfabetização, este é um novo paradigma da educação ambiental, que diz que o individuo não deve apenas ser alfabetizado mas deve ser eco-alfabetizado, ou seja para um industrial não instalar uma fábrica num lago ele deve estar eco-alfabetizado e irá perceber que os riscos que assume não compensam o lucro que irá receber. Da mesma maneira o morador de um sítio, ao fazer uma queimada na encosta ao lado de sua casa deve ser eco-alfabetizado para que perceba que as queimadas matam os ninhos dos pássaros que protegem sua plantação dos insetos, bem como favorece a erosão do solo favorecendo deslizamentos que podem inclusive atingir sua residência. Dessa forma a eco-alfabetização ajuda na construção de um espaço mais equilibrado entre homens e seu habitat.

Por fim, a confirmação de que todos esses anos de pesquisa e trabalho no desenvolvimento de técnicas de manejo e controle de pragas foram reconhecidos, desde o ano passado o Ministério do Meio Ambiente instituiu a agricultura agroecológica como a

única permitida em todas as áreas de proteção ambiental, com excessão das Reservas Biológicas que são estritamente de conservação, dessa forma podemos esperar que nos próximos anos devemos perceber um aumento na área cultivada bem como no reconhecimento da importância desse método de plantio que favorece os ciclos ecológicos ao invés do uso de químicos nas lavouras.

Dessa forma foi que o Ministério do Desenvolvimento Agrário definiu as regras para um processo de transição agroecológica que visa uma diminuição do uso de pesticidas e adubos químicos tão nocivos ao consumo humano. Acreditamos então que relacionando a agroecologia aos pequenos agricultores, fortalecendo os laços que os mantêm no campo e acreditando que se eles foram capazes de ser os guardiões de técnicas tão ancestrais, eles também serão capazes de serem seus mestres.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2005

Grupo Semente solar

Tainá Miê S. Soares

Tadzia Oliva Maya

Carlos Henrique Nicolau da Silva

Luis Augusto

Carolina Carvalho Landeira

Leandro Basil

Mateus Apolinário

Aline Carmo

Paloma Sol Hertz

Luiza Bretãs

Vicente Cardoso

Julia Botafogo

Karina Saultoun

ANEXO 2

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

A) EX E ATUAIS MEMBROS DA EMA E COLABORADORES

1. Nome, idade e cidade onde mora
2. Qual era seu cargo ou atividade principal na Escola da Mata Atlântica?
3. O que motivou você a participar da EMA?
4. Na época que trabalhava com a EMA qual era sua formação? E hoje?
5. Qual a renda média salarial da sua família?
6. Durante quanto tempo você esteve ligado ao grupo da EMA?
7. Você desenvolveu algum trabalho junto à Casa de sementes livres? Qual ou quais?
8. Como você analisa o trabalho que você desenvolveu junto à Casa de Sementes Livres?
9. E como analisa o trabalho que as outras pessoas do coletivo desenvolveram com a Casa das Sementes Livres?
10. Você acredita que a Casa das Sementes Livres tem importância para a comunidade de aldeia velha e para a região onde está inserida? Por quê?
11. Como você analisa a relação entre a Casa das Sementes Livres, a comunidade de Aldeia Velha, os outros grupos correlatos e o poder público regional? O que poderia melhorar neste aspecto?
12. E a relação da Casa de Sementes Livres com a escola pública local? Neste caso cite também o que poderia melhorar?
13. Na sua opinião quais foram os principais problemas/deficiências do grupo gestor em relação ao funcionamento e desenvolvimento da Casa das Sementes Livres?
14. Como você analisa o nível de entendimento dentro do próprio coletivo sobre a necessidade, importância e objetivos da Casa de Sementes Livres?
15. Por que você não trabalha mais na EMA?
16. Você tem interesse em trabalhar na EMA ainda algum dia? (sim ou não e por quê)
17. E na Casa de Sementes Livres? (sim ou não e por quê)
18. Se você voltasse a trabalhar na EMA você se imagina em qual área e fazendo qual atividade?
19. Alguma coisa mudou na sua vida depois de participar do coletivo da EMA e da Casa das Sementes? (pode citar tanto aspectos profissionais quanto afetivos etc.)

b) Entrevista com professoras

Aprofundamento do Diagrama de Venn (Jogo das Bolas)

Nome:

Endereço:

Há quantos anos leciona na EEMVSJ:

Observe abaixo o desenho gerado na dinâmica de grupo do dia 13 de julho.



1. Você acredita que este desenho representa bem as instituições e grupos com os quais a escola se relaciona?
2. Você gostaria de acrescentar mais algum grupo ou alguma instituição? Ou gostaria de retirar algum do diagrama? Por que acrescentou ou retirou este grupo/instituição.
3. A Secretaria de Educação foi citada como a que tem maior influência e a que está mais próxima da escola. Na sua visão como tem sido a relação com a Secretaria de Educação nestes últimos anos? O que ela tem feito de positivo e o que poderia melhorar?
4. A comunidade foi citada como tendo um peso médio em relação à escola. O que poderia melhorar nesta relação, ou seja, do que a escola sente falta?
5. Apesar do Posto de Saúde ser vizinho à escola ele não foi citado como uma instituição importante para a escola nem um parceiro distante. Por que você acredita que isto acontece? Você acha que poderia ser diferente?

6. A Rebio Poço das Antas foi citada como um parceiro da escola. Quais atividades ela já desenvolveu com a escola que você se lembra? E como é atualmente o contato da Rebio com a escola?
7. A RPPN Bom Retiro foi citada como um parceiro da escola. Quais atividades ela já desenvolveu com a escola que você se lembra? E como é atualmente o contato da RPPN com a escola?
8. A Escola da Mata Atlântica foi citada como uma parceira da escola. Quais atividades que ela desenvolveu com a escola que você se lembra? Como é atualmente o contato da Em

PARTE II

1. Dentre as atividades que a EMA já desenvolveu com a escola qual você mais gostou? Por quê?
2. Qual foi a atividade que você não gostou ou considerou insuficiente, mal planejada, etc? Por quê?
3. O que você como educador compreende da proposta da EMA da Casa das Sementes Livres ser usada como instrumento pedagógico pela escola?
4. Você acredita que o tema da agroecologia e das sementes é importante para o currículo escolar? Por quê?
5. Caso a equipe da EMA não trabalhasse mais em Aldeia Velha você acredita sinceramente que a Casa das Sementes Livres ainda seria utilizada pela escola para trabalhar temas como sementes, agricultura e meio ambiente? Por quê?
6. Cite quaisquer sugestões que você tenha para a EMA e para a Casa das Sementes Livres.

c) Entrevista com as merendeiras da EEMVSJ

Nome:

Endereço:

Idade:

1. Por que você escolheu ser merendeira?
2. Há quanto tempo trabalha na escola como merendeira?
3. Você gosta do seu trabalho? Por que?
4. Quais são as principais dificuldades no seu dia a dia em relação a este trabalho?
5. Como é a relação com as professoras e com os alunos?
6. Como você analisa a relação da escola com a comunidade?
7. Na sua opinião quem são os principais parceiros na realização de atividades aqui na escola?
8. O que estes parceiros fazem que você considera positivo?
9. (Caso ainda não tenha sido respondido) E a Escola da Mata Atlântica e a Casa das Sementes Livres? Como você analisa a relação com a escola deste grupo?
10. O que você acha do trabalho da Casa das Sementes Livres com as aulas de agroecologia e com a horta?
11. Você acredita que este trabalho influencia o seu trabalho como merendeira? Como?
12. Você se lembra de alguma atividade que foi feita entre a Casa das Sementes Livres com as merendeiras especificamente? Você gostou? Por quê?
13. O que você entende sobre agroecologia, agricultura orgânica e sementes crioulas?
14. Você acredita que é importante a existência da Casa das Sementes Livres dentro da escola? Por que?
15. Caso a equipe da EMA não trabalhasse mais em Aldeia Velha você acredita sinceramente que a Casa das Sementes Livres ainda seria utilizada pela escola para trabalhar temas como sementes, agricultura e meio ambiente? Por quê?
16. Cite quaisquer sugestões que você tenha para a EMA e para a Casa das Sementes Livres.

d) Entrevista com moradores e moradoras de Aldeia Velha

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Você conhece o trabalho da Escola da Mata Atlântica?
2. Desde quando você acredita que a EMA existe em Aldeia Velha?
3. O que você lembra que seus integrantes já fizeram em Aldeia Velha que você se lembra?
4. Em que data?
5. Você conhece a Casa das Sementes Livres?
6. Você sabe para o que serve a Casa?
7. Você ou alguém da sua família ou amigos próximos já participaram de alguma atividade feita pela EMA?
 - a) Qual
 - b) Quando?
 - c) Gostou?
 - d) Por quê?
8. Você ou alguém da sua família ou amigos próximos já pegou sementes ou mudas na Casa de Sementes?
9. Gostaria de pegar um dia? Por quê?
10. Na sua opinião o que é bom no trabalho da EMA, quais seriam seus pontos fortes?
11. E quais seriam os pontos negativos que poderiam ser melhorados?
12. O que você mais gosta em Aldeia Velha?
13. E o que considera a principal necessidade hoje da localidade?
14. Deseja falar mais alguma coisa?

e) Entrevista com agricultores

1. Nome, idade
2. Lugar onde nasceu
3. Há quanto tempo mora aqui?
4. Quantas pessoas moram na sua casa?
5. Qual a sua principal fonte de renda?
6. Há quanto tempo é agricultor?
7. Qual o tamanho da sua área?
8. Quais as principais culturas que plantava antigamente?
9. E hoje?
10. Trata de animais também?
11. Quais?
12. Como você trata das pragas e doenças das culturas? Você utiliza defensivos químicos na lavoura?
13. Quais?
14. Costuma pagar pessoas de fora para ajudar no roçado?
15. Para qual trabalho? Quantas pessoas? Paga quanto? quantos dias por ano? É fácil achar estas pessoas?
16. Você gosta de plantar?
17. Quais as principais dificuldades para quem trabalha com agricultura aqui na região?
18. O que poderia melhorar?
19. Antes era mais fácil viver de agricultura ou agora é mais fácil?
20. Qual a área necessária para uma família viver da agricultura aqui?
21. E existe terra suficiente para as pessoas viverem da agricultura?
22. Você já pegou crédito do governo ou assistência técnica ou participou de algum programa de agricultura?
23. Você vende alguma coisa que planta?

24. O que você vende?
25. Aonde vende?
26. O preço é bom?
27. Quais as dificuldades que encontra para vender?
28. Você tem a DAP? Por quê?
29. É membro de algum sindicato ou organização social?
30. Tem alguma semente aqui que guarda desde a época do seu pai ou avô? Qual? Há quanto tempo guarda? Planta todo ano? Como guarda esta semente?
31. Tem alguma planta, maniva ou rama que guarda há muito tempo? Qual? Como guarda?
32. Quais as sementes que tinham aqui na região e não tem mais?
33. Por que acha que elas sumiram?
34. Sente falta destas sementes/plantas? Por quê?
35. Conhece algum banco de sementes na região?
36. E a Casa das Sementes Livres de Aldeia Velha?
37. Qual sua opinião sobre os bancos de sementes e a Casa de Sementes?
38. Quais sementes você gostaria que tivesse nestes bancos?
39. Já pensou em sair daqui?
40. Pensou em ir para onde e por quê?
41. Você acredita que o número de agricultores está diminuindo cada vez mais? Por quê?
42. Como enxerga o futuro dos seus filhos?

f) Entrevista com gestores e pesquisadores ambientais

Os estudos da pesquisadora Ivana Valle “Áreas de Preservação Permanente: Geoprocessamento e Sistemas Agroflorestais em Aldeia Velha Rio de Janeiro” e “Análise dos Múltiplos Usos e das Estratégias de Conservação na Bacia do Rio Aldeia Velha, RJ” procuram demonstrar a fragilidade da Bacia do Rio Aldeia Velha e o fato das APP's mais desmatadas estarem nas margens dos rios.

1. Você concorda com o resultado destes estudos? Na sua opinião qual o cenário ambiental atual da Bacia do Rio Aldeia Velha (e do Rio São João, caso prefira falar de modo mais geral)?
2. Na sua opinião, como o poder público local, estadual ou federal e as unidades de conservação regionais têm lidado com esta situação? Quais foram as medidas mais efetivas tomadas nos últimos anos pra reverter esta situação? E quais as dificuldades que mais encontram no caminho para serem efetivadas?
3. Você acredita que o fato de haver uma predominância de grandes propriedades rurais trabalhando com a pecuária extensiva de corte dificultam a possibilidade da implementação da recuperação das APP's ou ao estabelecimento de projetos de desenvolvimento sustentável na região?
4. Você tem conhecimento do trabalho desenvolvido pela SALVE (Sociedade Ecológica de Aldeia Velha)? Na sua visão como era o trabalho deste grupo e quais os resultados a que eles chegaram?
5. No seu tempo de trabalho na região você diria que a situação de fronteira de Aldeia Velha e da REBIO Poço das Antas tem impactos para a população local e para projetos desenvolvidos na região?
6. Você teria algum trabalho ou pesquisa para me indicar sobre estes temas?
7. Quanto tempo você trabalhou na região e quais foram seus cargos?

ANEXO 3

PONTOS DE AGROECOLOGIA

Uma proposta de política pública para a Agroecologia com inspiração nos Pontos de Cultura

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é oferecer alguns subsídios para o debate de uma política pública de identificação, valorização e financiamento de grupos que desenvolvam práticas agroecológicas no âmbito nacional tendo como base a experiência dos Pontos de Cultura, principal expoente do Programa Cultura Viva, lançado em 2004 pelo Governo Federal dentro do Ministério da Cultura.

As ideias apresentadas a seguir são fruto de um processo de observação e análise das possibilidades de financiamento para as experiências agroecológicas no Brasil, tendo como parâmetro a vivência da Rede dos Pontos de Cultura, de suas potencialidades e desafios na construção de uma política descentralizadora de recursos, pautada na diversidade e no protagonismo de grupos sociais antes marginalizados. A proposta é direcionada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja execução não exclui a parceria com outros Ministérios, como por exemplo o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho e Emprego, ou ainda do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ainda que tenha sido apresentada em reuniões tanto de grupos agroecológicos quanto de grupos ligados aos Pontos de Cultura e recebido uma boa avaliação inicial, a proposta carece ainda de discussão e aprofundamento junto aos atores relacionados aos dois campos do conhecimento, desde a sua base até os gestores e formuladores de políticas. O intuito aqui é divulgar um esboço desta pesquisa, como um primeiro passo no processo de debate de políticas públicas inovadoras para o apoio à Agroecologia. E nada melhor do que começar uma nova caminhada seguindo bons exemplos de passos anteriores.

CONTEXTO

O Programa Cultura Viva foi criado em 2004⁶⁸ envolvendo um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos e desenvolvidas com diferentes graus de consolidação enquanto ações públicas: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (Mestres dos Saberes), e Escola Viva.

Os Pontos de Cultura, eixo central do programa, são unidades de produção, recepção, e/ou disseminação culturais em comunidades rurais e urbanas, sobretudo as que se encontram à margem dos circuitos artísticos convencionais. Para se tornar um ponto de cultura, é preciso que uma iniciativa da sociedade civil, representada por uma associação cultural sem fins lucrativos, seja selecionada pelo MinC por meio de edital público. A partir daí, um convênio é estabelecido para o repasse de recursos e o ponto de cultura se torna responsável por articular e impulsionar ações já existentes em suas comunidades. O ponto de cultura não tem um modelo único de instalações físicas, de programação ou de atividades. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade. Atualmente, existem já cadastrados mais de 800 pontos de cultura em todo o Brasil.

A ideia dos Pontos de Cultura parte de uma metodologia de reconhecimento das iniciativas associativistas e comunitárias já existentes, para depois estimulá-las por meio de transferências de recursos definidos em editais, geralmente por convênios de 3 anos com dotação de R\$60 mil reais anuais. Há também a obrigatoriedade da aquisição dos kits de cultura digital (equipamentos de informática, câmeras, e uma pequena ilha de edição) que permitem que cada ponto de cultura realize sua própria produção audiovisual. Os kits também têm como objetivo interligar os pontos em rede via internet banda larga, contribuindo para abrir canais de comunicação direta entre as ações do poder público e as ações da comunidade, e destas entre si.

No esforço de identificar os principais pontos positivos alcançados pelo Programa e os entraves e dificuldades enfrentados pelos ponteiros – responsáveis diretos pelos Pontos de Cultura – e os gestores públicos, nos baseamos em diversos estudos realizados a partir de 2007 em parceria entre a então Secretaria de Cidadania e Cultura (SCC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desde seus documentos e livros de avaliação, até o que foi denominado Relatório de redesenho⁶⁹ do Programa Cultura Viva, com participação do Grupo de Trabalho Cultura Viva. Todos estes materiais constam da bibliografia.

Em relação aos impactos nas realidades locais, há um consenso acerca da sua contribuição para trazer à cena pública sujeitos, grupos e manifestações culturais antes secundários e invisíveis para as políticas públicas de cultura. Em muitos estados, o programa deflagrou um processo de criação e realização de atividades artísticas e educacionais e também de organização de espaços públicos culturais, o que propiciou certa capacidade de desenvolvimento e ampliação do escopo de ação dos pontos. O programa foi responsável direto pela ampliação das atividades culturais realizadas pelos Pontos. Embora 63% dos espaços físicos já existissem antes do edital – entre bibliotecas, discotecas, brinquedotecas, salas de aulas etc. – 37% derivaram do processo de conveniamento e, portanto, de indução.

68 Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2004.

69 “O redesenho faz parte de uma explícita política de continuidade e aprofundamento das diretrizes centrais do programa, agora readequadas e realinhadas aos princípios orientadores da nova gestão da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) e do Ministério da Cultura (MINC). A orientação era ampliar as ações com consistência e responsabilidade, valores centrais para a sustentabilidade do programa no médio e longo prazo”. IPEA, 2012

O Programa tomou como base o fato da produção cultural brasileira ser concentrada e o seu acesso ser desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social. Periferias de grandes cidades, pequenos municípios e favelas sofrem com a ausência de opções de cultura e lazer, o que aumenta os riscos de desagregação social, dada precariedade dos mecanismos de socialização, sejam eles estruturais, como os mercados de trabalho, que se tornam cada vez mais segmentados ou pouco dinâmicos, ou institucionais, como a ausência de espaços de troca e convívio. Partindo-se da realidade de que 80% dos municípios não possuem museus, teatro e cinema, por exemplo, o Ponto de Cultura, no mais das vezes, é o único equipamento cultural de muitas cidades brasileiras, daí sua importância como política pública que promova acesso aos equipamentos culturais.

Como principais problema, podemos citar o forte diferencial entre a linguagem adotada pelo Estado e a dos grupos artísticos e culturais, onde a estrutura jurídica e administrativa por trás do programa parece dificultar o diálogo com as associações a que ele se propõe alcançar. O estabelecimento do convênio pressupõe o conhecimento de ambas as partes dos procedimentos e da legislação vigente. Entretanto, de acordo com os estudos do Ipea, isto não ocorreu, nem da parte da sociedade civil nem do poder público. Foram constantes os problemas relacionados à realização das licitações para compra de bens, contratação de recursos humanos, problemas com as taxas bancárias e aplicação dos recursos, e assim por diante, agravadas pela falta de suporte do ministério, à rotatividade dos funcionários que impedia a continuidade dos processos, às orientações divergentes de um funcionário para o outro e ao elevado custo do processo de troca de informações. Como resultado, muitas associações ainda não conseguiram a liberação de parcelas do recurso, enquanto outras correm o risco de precisar devolver dinheiro aos cofres públicos.

Parte desta problemática decorre, especialmente, do momento da prestação de contas, pois o modelo de prestação de contas adotado tem o mesmo grau de rigidez para todos os recursos transferidos pelo Estado, não considerando a diversidade das organizações financiadas, enquanto outros programas de financiamento cultural semelhantes, como a Lei Rouanet, adotam processos simplificados. O Estado realiza as mesmas exigências que faz a uma empresa, como fica claro no uso da Lei 8666/93⁷⁰ tanto para construtoras quanto para pontos de cultura, por exemplo. Para os estudiosos da questão, fica latente a necessidade de ter uma política tributária, jurídica e administrativa que deem conta da especificidade dos Pontos de Cultura.

O estudo do Ipea sistematizou os elementos desfavoráveis no contexto de implementação do Programa e que devem ser observados na replicação desta política pública:

- a. insuficiências do quadro de pessoal envolvido diretamente com a gestão do programa, composto por um número baixo de servidores estáveis, o que gera dificuldades no processo de gestão, tendo em vista que esta característica reforça tendências de alta rotatividade, dada a presença de terceirizados, e dificulta tornar rotineiro o domínio de procedimentos e do processo de qualificação;
- b. dificuldades na celebração de convênios, devidas em especial a interpretações divergentes de normas, situação de inadimplência dos proponentes, ou não apresentação de documentação obrigatória; exemplo: Do total de 84 conveniados em 2006, 49 (58%) não haviam conseguido receber a terceira parcela.
- c. inexistência de norma legal que fundamentasse especificamente o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização ou institucionalização;
- e d. insuficiência e inadequação dos fluxos de recursos e dificuldades com relação à coordenação das ações por parte da administração pública. (IPEA, 2010)

70 A lei 8666/93 é uma lei federal brasileira, criada em 21 de junho de 1993. Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Apesar de todos os problemas listados, há o reconhecimento de que a descentralização de recursos trazida pelos editais dos Pontos de Cultura modificou a cena dominada por grandes grupos de gestão cultural. A descentralização de execução, por meio de incentivo e financiamento de projetos culturais desenvolvidos pela sociedade civil e convênios firmados com associações culturais, fez o Programa impulsionar diversas ações, muitas de pequeno porte, que já existem nas comunidades. Para vários autores isso foi importante para minimizar a grande quantidade de políticas neoliberais no setor:

As leis de incentivo, ao ganharem tanto protagonismo, parecem esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas agredem a democracia, ao introduzir uma enorme distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas. Apesar dos avanços inegáveis, (...) o tema ainda demanda um grande esforço para superar a lógica neoliberal que entronizou o mercado como o poder de decisão acerca da cultura brasileira. (RUBIM, Antonio A. C. 2008)

Segundo dados do MinC, divulgados pelo Ipea, durante a década de 90 poucos foram os municípios com projetos aprovados – aproximadamente 330 entre os 5.560 municípios brasileiros. Dos projetos apresentados, 3.053 (64%) eram da região Sudeste, sendo que 1.104 (23,5%) do Rio de Janeiro, e 1.478 (30,9%) de São Paulo. Os Pontos de Cultura, por outro lado, ainda no ano de 2007, já estavam localizados em 203 municípios distribuídos em todas as Unidades da Federação, totalizando aproximadamente 526 unidades (Ipea, 2011)

Além disso, as críticas às leis de incentivo apontam a baixa produtividade – a cada mil projetos aprovados pelo MinC, apenas 20 captam recursos nas empresas e o uso de grande soma de recursos em projetos de artistas consagrados e capazes de financiar sua produção por outros meios (SILVA, 2007).

Ainda como pontos positivos do Programa podem ser relacionadas a visibilidade que as iniciativas culturais conseguiram regionalmente – outras nacional e internacionalmente – com a chancela de Pontos de Cultura, o que por sua vez conferiu legitimidade destes grupos frente a poderes locais. Por atuarem no reconhecimento e respeito destes grupos como sujeitos de manifestações culturais legítimas por poderes locais, os Pontos de Cultura, ajudaram em processos de empoderamento destes grupos, ou seja, como um dos instrumentos para transformar relações econômicas e de poder.

Há também a articulação em rede dos Pontos de Cultura que atua de forma horizontal na articulação, recepção e disseminação de iniciativas. Isso facilitou o aumento de parcerias para estes grupos, pois mesmo que a maior parte das redes seja anterior ao estabelecimento do próprio Ponto de Cultura e possa ocorrer independentemente deste, ficou claro no processo que a inserção na rede do Programa abre portas para novos contatos e interações. Ainda também que a participação nas redes de Pontos de Cultura seja muitas vezes usada mais para corrigir problemas na gestão dos convênios, ainda assim é válida, por se configurar como uma prática política, onde as pessoas têm se mobilizado para incidir na agenda pública e se tornar protagonistas em busca de uma gestão compartilhada real. Este é por sinal um dos grandes capitais com mais potencial para permanecer quando o fomento estatal cessa: a capacidade de se relacionar com as esferas do poder desenvolvida por muitos atores dentro dos Pontos de Cultura.

Por fim, como desdobramentos positivos da presença dos Pontos de Cultura nas comunidades podemos elencar dos estudos observados o aumento da qualidade de vida, a expansão do acesso à educação de qualidade, a melhoria das condições de vida, o alcance de diferentes oportunidades de trabalho, o aumento da liberdade para escolher viver e fruir de bens e serviços que considera-se importantes, a participação da vida em comunidade, a

afirmação de direitos e a dinamização da circulação de bens e serviços entre os diferentes pontos e com a sociedade em geral, fortalecendo a produção e também a economia solidária. É, aliás, importante lembrar que uma parceria importante do Programa foi com a economia solidária, tema que percorre de modo transversal o programa Cultura Viva e é uma preocupação manifesta em suas diversas ações. Houve realização de feiras e espaços permanentes de comercialização de produtos dos Pontos no Fórum Brasileiro de Economia Solidária e das redes de economia solidária na TEIA – encontro dos Pontos de Cultura.

De um modo geral, o programa ofereceu importantes elementos para o amadurecimento de políticas públicas locais e de estratégias flexíveis com vistas a ampliar os processos democráticos relativos ao mundo cultural. Como concluiu o estudo do Ipea, “também é difícil criticar a gestão de um programa que precisa de tempo para amadurecer”.

Para os problemas apresentados, algumas das soluções apontadas pelos especialistas e pelos ponteiros foram a formação e capacitação na gestão de recursos públicos e execução de convênios para gestores, tanto dos pontos de cultura quanto dos gestores públicos responsáveis pelo atendimento dos pontos, além da elaboração de manuais de orientação, com linguagem clara e exemplificada. Necessidade de se investir na formação e capacitação dos gestores dos pontos de cultura, tanto no que se refere à gerência de projetos quanto ao planejamento estratégico no campo da cultura. A necessidade de se elaborar novos modelos de financiamento e de estabelecimento da relação entre o poder público e a sociedade civil, que pode ser pensada no contexto da criação de um novo marco legal, uma vez que a legislação vigente não parece adequada para lidar com o público e a realidade do programa. Do lado da rede dos Pontos há ainda a solicitação de aumento no montante dos recursos e a possibilidade de que despesas administrativas possam ser incluídas no orçamento.

Neste sentido, aproveitando a experiência dos gestores públicos responsáveis pelas diferentes ações do Programa Cultura Viva, especialmente dos Pontos de Cultura, dos pesquisadores do IPEA e da própria rede dos Pontos, é fundamental que se estabeleça um diálogo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para onde se direciona esta proposta, e todos estes atores envolvidos com a realidade de execução desta política pública. Além disso, a leitura e o estudo de todo material levantado pelo Ipea, incluindo o Relatório de redesenho do Cultura Viva são essenciais como contribuição ao processo de construção e avaliação de uma política que aproveite os benefícios e não incorra nos mesmos erros dos Pontos de Cultura.

JUSTIFICATIVA

A proposta dos Pontos de Agroecologia tem diversas justificativas sociais, culturais e econômicas. A principal ligação entre ambas propostas é a diversidade, noção utilizada como uma das grandes justificativas para a implementação dos Pontos de Cultura e que é uma palavra-chave da agroecologia. Do mesmo modo como existiam muitas experiências culturais subvalorizadas no contexto nacional das grandes empresas culturais e das políticas compensatórias, há também muitas práticas agroecológicas sendo desenvolvidas por pequenos grupos em todo território nacional, sufocadas pela expansão do agronegócio e pela falta de incentivos financeiros. O intuito de valorizar as experiências que já vinham sendo realizadas no campo da cultura popular pode ser replicado para a Agroecologia, copiando a atitude de financiar o que a experiência precisa e não o que o governo considera que seja necessário. É claro que a definição de um escopo e de diretrizes para o Programa são fundamentais, porém reservar um espaço para a criatividade, para a especificidade de cada experiência é acreditar na capacidade produtiva contextualizada de cada iniciativa.

Contribuindo para a formulação deste escopo e para a construção de um cenário mais favorável à implementação do programa dos Pontos de Agroecologia, contamos com o recente lançamento, em outubro de 2013, do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)⁷¹, principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)⁷². Este plano, que busca integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução, anuncia como seu objetivo

Articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. (BRASIL, 2013)

Segundo o Planapo, uma das principais metas é conseguir reverter e minimizar os efeitos da crise ambiental, estimulando sistemas agrícolas menos agressivos e poluentes, tocando também na questão do elevado uso de agrotóxicos, do qual o Brasil se tornou o maior consumidor mundial. O Plano enfatiza que o crescimento da produção orgânica e de base agroecológica em todo o mundo é uma resposta à demanda da sociedade por produtos mais seguros e saudáveis, originados de relações sociais e de comércio mais justas.

O documento constata que os montantes aplicados no financiamento da produção orgânica e de base agroecológica ainda são tímidos: 25 mil contratos com a aplicação de aproximadamente R\$ 260 milhões. Contribui para isso a limitada capacidade de elaboração de projetos de financiamento destinados à produção orgânica ou de base agroecológica, seja por agentes públicos, seja por agentes privados. Apesar de linhas de crédito consolidadas, considera-se que o sistema financeiro ainda não absorveu as particularidades desses sistemas

71 Nos espaços de diálogo das organizações sociais do campo, dois grandes movimentos nacionais foram importantes para a construção da Pnapo. No campo da agroecologia, os debates foram conduzidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Articulação Semiárido (ASA). No campo da produção orgânica, o diálogo ocorreu por meio da rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação (CPOrgs) e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

72 Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm.

produtivos. Os projetos de financiamento – custeio e investimento – continuam a ser elaborados tendo por referência custos e receitas dos pacotes tecnológicos, insumos químicos e maquinários utilizados em monoculturas, e as planilhas definidas pelo sistema financeiro, que determinam a configuração dos projetos, necessitam de adequação para a complexidade dos projetos agroecológicos e orgânicos.

O Planapo confirma uma visão de conservação da agrobiodiversidade como item fundamental para manter a autonomia e a sustentabilidade da produção, reconhecendo a necessidade de se entender a dinâmica do conjunto dos recursos naturais, não só da unidade de produção, mas também no contexto do território onde está inserida. Para avançar nesse caminho, o Plano diz que é necessário empoderar as comunidades para que sejam protagonistas de suas próprias histórias e tenham a capacidade de gerar processos sustentáveis com a mediação, quando necessária, de agentes externos. Além disso, o Plano enuncia que “as instâncias de participação e controle sociais já constituídas, na forma de redes, fóruns e organizações, terão importante papel na implementação e acompanhamento do Plano”.

Seguindo a lógica de empoderamento das comunidades e da relevância das redes, fóruns e organizações para processos participativos, a proposta dos Pontos de Agroecologia encontra ressonância para ser articulada em conjunto com diversas ações do Plano.

O Plano traz também uma forte valorização da juventude, afirmando que a implementação de uma política em agroecologia faz-se necessária para garantir condições sustentáveis de vida para a permanência e a viabilidade produtiva da juventude rural. O objetivo do Plano é estimular a autonomia, visando à emancipação da juventude rural, na produção orgânica e de base agroecológica, por meio da sua permanência e sucessão no campo. A política dos Pontos de Cultura mostrou que a maior parte dos frequentadores e gestores dos espaços e projetos eram jovens⁷³, o que demonstra um grande potencial dos Pontos de Agroecologia de se articular ao objetivo do Planapo de “assegurar ações para a promoção dos meios produtivos e de geração de renda na produção de base agroecológica e orgânica para a juventude rural e suas organizações”.

Outras metas encontradas no Planapo que podem subsidiar o debate e a implementação dos Pontos de Agroecologia são i. Desenvolver mecanismos de financiamentos e subvenções econômicas; ii. Apoiar iniciativas, programas e ações que dinamizem a formação profissional agroecológica; iii. Promover e incentivar intercâmbios de experiências em agroecologia entre redes, organizações e movimentos; iv. Fortalecer e ampliar processos de construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, por meio de programas, projetos e ações integrando atividades de pesquisa, ensino e extensão rural.

Em relação ao fortalecimento das redes, citado no Planapo, o estabelecimento dos Pontos de Agroecologia tem muito a contribuir, à medida em que esta forma de organização faz parte da dinâmica de trabalho de muitas experiências de agroecologia já existentes e também por terem se provado relevantes no contexto dos Pontos de Cultura.

As abordagens de rede oferecem instrumentos para descrever a complexidade das relações entre grupos múltiplos, os dinamismos das relações entre eles e também o processo de trocas simbólicas. Entreveem intensas trocas e reagrupamentos contínuos dos atores das sociedades contemporâneas, permitindo relativizar e recontextualizar as oposições tradicionais entre Estado sociedade, centro periferia,

73 Segundo avaliação realizada pelo Ipea com o universo de Pontos de Cultura de 2007, os jovens compõem o público participante prioritário das atividades de 67% dos entrevistados. Além disso, 64% dos trabalhadores permanentes são jovens, o que reforça o papel central ocupado pelos jovens nesta ação pública de cultura (ARAÚJO; BARBOSA, 2009).

política administração ao permitir a conformação de redes mistas para a construção de políticas públicas. (IPEA, 2012, Relatório do Redesenho do Cultura Viva)

Em relação a projetos específicos de agroecologia, as redes também se justificam pois

entende-se, aqui, que a transição para a agroecologia implica na reapropriação e/ou fortalecimento da capacidade de gestão, individual ou coletiva, dos camponeses e agricultores familiares sobre os recursos naturais que servem de base à sua reprodução econômica e social, envolvendo, muito frequentemente, reestruturações importantes nos vínculos estabelecidos com os diferentes agentes sociais com os quais mantinham relações na fase anterior ao seu engajamento nas chamadas “redes da agroecologia”. A sustentabilidade dessa nova forma de “fazer agricultura” não depende apenas da preservação dos recursos naturais utilizados no processo produtivo, mas do fortalecimento de novas redes de relações, que desempenham um papel importante na sustentabilidade social e econômica desse novo modo de vida. (SCHMITT, 2010)

A autonomia requerida para os sistemas de produção, podem, pois serem co-determinadas pela autonomia dos agricultores e suas organizações terem a oportunidade de gerir seus planos de trabalho, com respeito ao seu contexto e as suas demandas específicas dentro dos Pontos de Agroecologia.

Há que se levar em conta para justificar um projeto como os Pontos de Agroecologia, a avaliação dos próprios pesquisadores da área de Agroecologia de que o editais para a área ainda são muito acadêmicos e burocráticos. Um exemplo é a Chamada para Núcleos de Estudo em Agroecologia (Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq No 81/2013), que requer uma Universidade Pública (Federal, Estadual ou Municipal) ou Universidade não-pública sem fins lucrativos como Instituição Proponente/Executora para uma de suas linhas e uma Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como Instituição Proponente/Executora para outra linha, além de diversas outras exigências burocráticas. Para o ensino e a pesquisa, certamente é um avanço, mas para a construção de agroecologia na base ainda apresenta muitas limitações de interface com as estruturas mais simples de organização das experiências.

Irene Cardoso, vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) afirmou em uma entrevista⁷⁴ que o trabalho entre diferentes órgãos públicos vem procurando fomentar pesquisas em interface com a extensão permitindo aos pesquisadores desenvolverem trabalhos junto às comunidades rurais, mas que as iniciativas do poder público ainda são insuficientes para avanços nesse campo e que a disponibilização de recursos é abaixo do esperado.

Por fim, é importante considerar uma necessidade histórica de descentralizar recursos para a agricultura familiar visto que o crédito rural favoreceu uma parcela pequena de agricultores, especialmente os médios e grandes produtores, considerados os mais aptos para a adoção de tecnologias, além de ter se concentrado prioritariamente na região Sudeste e Sul, em produtos destinados à exportação ou ligados aos complexos agroindustriais (MARTINE & BESKOW, 1987 apud LUZZI, 2007).

Ainda de acordo com a Planapo, as referências da maioria das linhas de crédito ainda se baseiam em insumos, maquinários, custos e receitas dos pacotes tecnológicos, utilizados em monoculturas, “e as planilhas definidas pelo sistema financeiro, que determinam a

74 Tem crescido a importância da agroecologia nas instituições de ensino e pesquisa”, afirma vice presidente da ABA. Entrevista disponível em <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?p=1786>.

configuração dos projetos, necessitam de adequação para a complexidade dos projetos agroecológicos e orgânicos” (BRASIL, 2013).

O Plano reconhece também que a quantidade de recursos é tímida para os projetos de base orgânica e agroecológica e analisa que “contribui para isso a limitada capacidade de elaboração de projetos de financiamento destinados à produção orgânica ou de base agroecológica, seja por agentes públicos, seja por agentes privados”. Neste sentido, a proposta aqui dos Pontos de Agroecologia, ainda que em fase embrionária, pretende iniciar um dos tantos processos de construção de políticas públicas na área. Como próximos passos pretende-se discutir esta proposta na Rede de Grupos de Agroecologia (REGA), na Articulação Estadual e Nacional de Agroecologia e de forma complementar na Rede de Pontos de Cultura, além de diversos outros fóruns ligados aos diferentes campos do conhecimento conectados a estas áreas.

Assim como para a concretização do Planapo, esta proposta também entende que é necessário para a plena execução dos Pontos de Agroecologia o cumprimento de alguns outros fatores decisivos. Entre eles encontra-se a transição agroecológica e a conversão para sistemas orgânicos de produção que por sua vez requerem o estabelecimento de um processo capaz de implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de (re)desenho e manejo dos agroecossistemas, envolvendo custos de transição. Também é imprescindível a disponibilidade de bens públicos como resultados de pesquisas agropecuárias, serviços de crédito rural diferenciados, assistência técnica e extensão rural readequada, instalações e armazenamento e infraestrutura rural para propiciar acesso aos mercados regionais e locais, profissionais qualificados pelos sistemas de educação formal e informal, medidas de apoio às cooperativas e organizações e novas formas de seguros contra riscos climáticos.

OBJETIVOS

O principal objetivo da chamada pública Pontos de Agroecologia é selecionar e apoiar com recursos financeiros 100 experiências agroecológicas de abrangência nacional, com pelo menos dois anos comprovados de duração, para estimular seu desenvolvimento, replicabilidade e sustentabilidade.

Consideram-se experiências agroecológicas aquelas que buscam otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, buscando o acesso e controle dos meios de produção pelas famílias camponesas.

Como experiências agroecológicas compreendemos atividades ligadas à manutenção de hortas, roças e lavouras com base de produção ou experimentação agroecológica, à implementação e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAF's), à recuperação, preservação e multiplicação das plantas medicinais e sementes crioulas; ao uso de formas alternativas de energia na agricultura,; à rotação de culturas, à adubação verde, orgânica ou mineral, à compostagem, ao uso de defensivos naturais, aos princípios da alelopatia, aos biofertilizantes, à agricultura urbana, à formação de profissionais ligadas a todos estas práticas, à autonomia e geração de renda para mulheres e jovens, à valorização dos saberes de mestres e mestras de tradição oral, à pesquisa, documentação e registro de atividades e resultados para a construção do conhecimento agroecológico, entre outras.

Os Pontos de Agroecologia devem ter como foco a ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso aos processos de ensino aprendizagem, de formação e de qualificação, fundamentados na troca e diálogos de saberes, na multi, inter e transdisciplinaridade, na práxis educativa e em metodologias didático-pedagógicas que incentivem a participação e protagonismo dos sujeitos envolvidos. Por isso, nos planos de trabalho dos proponentes devem constar oficinas, cursos, mini-cursos, vivências, palestras, seminários, debates e outras formas de debate e disseminação do conhecimento agroecológico.

Esta diretriz tem como objetivo, a médio e longo prazo, em contribuir com o desenvolvimento sustentável no nível local e/ou regional, considerando os aspectos social e econômico pela ação de superação dos problemas sociais e com a inclusão produtiva de grupos sociais ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e construção conjunta de conhecimento.

De forma complementar, o edital de Pontos de Agroecologia tem como meta selecionar experiências que apresentem como diretrizes:

- Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- Promover o uso sustentável dos recursos naturais;
- Apoiar na conservação e recomposição dos ecossistemas modificados por meio de sistemas de produção que reduzam os resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
- Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos;

- Promover a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso, conservação e manejo dos recursos genéticos vegetais e animais;
- Implantar Sistemas Agroflorestais (SAF) e outros de base agroecológica, para recuperação de áreas degradadas, para adensamento de remanescentes de vegetação e com a finalidade de gerar renda aos produtores por meio de produtos da agrobiodiversidade (sementes, frutas, mel, etc);
- Ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica;
- Contribuir na promoção da redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres;
- Fortalecer o papel das redes na articulação dos atores e na dinamização de ações relacionadas à produção orgânica e agroecológica;
- Contribuir para a organização de agricultores e agricultoras em cooperativas e redes solidárias;
- Ampliar o número de agricultores/as e produtores/as envolvidos/as com a produção orgânica e de base agroecológica;
- Gerar conhecimentos adaptados às variadas realidades socioambientais e culturais;
- Ampliar o acesso de consumidores à informações e ao consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica;
- Reconhecer e fortalecer o protagonismo dos/as jovens e das mulheres rurais na agroecologia e produção orgânica;
- Apoiar escolas populares/locais de agroecologia, com intercâmbios, disseminação de experiências na sociedade e integração com o PRONERA;
- Apoiar a formação profissional agroecológica;
- Ampliar os programas e projetos de educação do campo, especialmente de residência agrária, com enfoque agroecológico;
- Promover a formação de educadores ambientais e agentes populares de educação ambiental com enfoque agroecológico na agricultura familiar;
- Promover e incentivar intercâmbios de experiências em agroecologia entre redes, organizações e movimentos SUL-SUL;
- Estimular a relação multilateral com os outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais, contribuindo na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional e nacional da produção orgânica e de base agroecológica;

PÚBLICO-ALVO

Agricultoras e agricultores familiares (nos termos da Lei de Agricultura Familiar 2006); assentadas e assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais (nos termos da Política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais – 2007), grupos de mulheres, juventude rural, e suas organizações econômicas que possuam experiências agroecológicas em micros e pequenos empreendimentos da agricultura rural, urbana e periurbana, com pelo menos 2 anos de atividades comprovadas.

Será avaliada positivamente a experiência que envolve populações de baixa renda, municípios urbanos ou rurais com baixo IDH e adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Também é interessante que a experiência apresente relações com professores, pesquisadores e agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) e ainda com Postos de Saúde e Escolas locais.

Sugere-se que tantos Grupos formais quanto Grupos informais possam concorrer ao Edital dos Pontos de Agroecologia, ou seja, além dos grupos normalmente incluídos em editais públicos como Associações, Organizações Não Governamentais, Fundações e outras entidades com constituição jurídica regular, serão aceitas inscrições de experiências de grupos informais, que não tem constituição jurídica, na figura de um representante, identificado por seu CPF e com atuação comprovada por carta assinada pelo grupo. Essa nova categoria vem sendo utilizada em diversos editais da área da cultura, como por exemplo o Prêmio Culturas Populares 2012 do Ministério da Cultura e o edital de Pontos de Leitura do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Certamente, a possibilidade do conveniamento com uma pessoa física é uma situação peculiar e deve merecer atenção quanto a sua implementação e aceitação, requerendo uma discussão aprofundada para sua regulamentação. No entanto, é um caminho importante a ser considerado por possibilitar que grupos ainda menores, que são normalmente marginalizados dos processos de seleção em políticas públicas também possam concorrer aos recursos. A partir daí, é factível supor que muitos dos grupos selecionados deem início ao processo de institucionalização de seus coletivos.

É vedada a participação de entidade privada com fins lucrativos, fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas, entidades integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros).

Abaixo, segue exemplo da documentação que é pedida normalmente para cada categoria de inscrição:

Grupos/Comunidades Formais

- a) cópia da última alteração do estatuto da instituição;
- b) cópia da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;
- c) cópia do cartão do CNPJ;
- d) cópia da Carteira de Identidade do dirigente em exercício;
- e) cópia do CPF do dirigente em exercício;
- f) cópia de comprovante de endereço atualizado da instituição;
- g) Ficha de inscrição respondida de forma escrita (impressa);

- h) Cópias de materiais diversos que ajudem os avaliadores a conhecerem melhor a atuação do Grupo/Comunidade, tais como: cartazes, folders, artigos publicados, fotografias, matérias de jornais, revistas ou material audiovisual

Grupos/Comunidades Informais

- a) Cópia da Carteira de Identidade (RG) e do CPF da liderança indicada pelo Grupo/Comunidade para assinar o convênio
- b) Ficha de inscrição respondida de forma escrita (impressa);
- c) Uma Carta de Apoio do Grupo/Comunidade, comprovando o conhecimento coletivo da inscrição, constando a indicação de um de seus líderes para assinar o convênio em nome do coletivo;
- d) Cópias de materiais diversos que ajudem os avaliadores a conhecerem melhor a atuação do Grupo/Comunidade, tais como: cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual (DVDs, CDs, fotografias, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais).

DOS RECURSOS

Tendo como base os recentes editais de Pontos de Cultura que preveem convênio de 3 anos com parcelas anuais de R\$60 mil reais, propomos o estabelecimento de convênios de 3 anos de duração com o valor total de R\$80 mil reais para cada parcela, considerando a atualização dos preços diante do aumento do custo de salários e equipamento. Para a meta de 100 Pontos de Agroecologia, seriam necessários recursos da ordem de R\$24.000.000 (vinte e quatro milhões de reais) levando em conta os custos exclusivos para o repasse aos Pontos, ainda sendo necessário contabilizar todos os demais gastos com equipe gestora, processo de seleção, entre outros investimentos.

É importante notar que há atualmente um debate, estimulado sobretudo pelas Secretarias de Cultura, sobre a celebração de convênios com menor duração, de 2 anos ou até mesmo de 1 ano, sob o argumento de que isso poderia reduzir os empecilhos burocráticos que se acumulam ano após ano e às vezes inviabilizam o repasse de novas parcelas. No entanto, acreditamos que a redução da burocracia passa mais pelo estabelecimento de um novo marco regulatório para a sociedade civil, pela capacitação de gestores e coordenadores dos Pontos de Agroecologia e pelo entendimento mútuo dos termos do convênio com os gestores das experiências em nível local, entre outras soluções também apontadas pelo Redesenho do Ipea para o Programa Cultura Viva. Além disso, os convênios de 3 anos são importantes para a continuidade de ações e análise de resultados dentro dos Pontos, auxiliando o planejamento de ações e estimulando a sustentabilidade das experiências.

REQUISITOS

A ideia dos Pontos de Agroecologia – assim como dos Pontos de Cultura – é reconhecer e apoiar a diversidade de experiências com suas expressões particulares. Assim, uma ampla gama de atividades são abrangidas na seleção dos grupos, como se pode ver na seção de Objetivos da chamada.

No entanto, acredita-se que o estabelecimento de alguns pontos em comum a partir da redação do plano de trabalho pelos Pontos de Agroecologia possa conferir coesão para a rede, além de multiplicar boas práticas já reconhecidas e testadas em outros contextos – incluindo o Programa Cultura Viva – com o objetivo não de homogeneizar as ações mas emprestar-lhes um pouco de identidade, coerência e profissionalismo.

Desse modo, são apresentadas aqui 4 ações que devem ser constar da planilha orçamentária e do plano de trabalho dos proponentes:

1. Ação Griô

Griô é uma versão abasileirada da palavra francesa griot, que designa os contadores de história, responsáveis, nas sociedades africanas, por carregar consigo a tradição oral na qual é transmitida a história de seu povo e o patrimônio de sua cultura. A ação Griô visa à implementação de uma política de valorização da tradição oral presente na cultura de muitas comunidades brasileiras, mantida por “contadores de histórias”, pessoas que adquiriram conhecimentos de seus antepassados e os repassam em forma de narrativas ou casos contados. É a eles que é dado o nome de griôs. A principal proposta desta iniciativa é reaprender com os mestres da tradição oral, nossos griôs, o jeito de construir um conhecimento integrado à ancestralidade, além de incentivar a troca de experiências. Seu objetivo é estimular e sistematizar o vínculo entre educadores e a comunidade, bem como a dinâmica de fortalecimento da identidade local. A ação Griô atua com a vivência, a criação e a sistematização de práticas pedagógicas relacionadas aos saberes e fazeres da cultura oral, envolvendo escolas, universidades e demais espaços de ensino aprendizagem. A missão desta rede é criar e instituir uma política pública de Estado que promova o reconhecimento do lugar político, social e econômico dos griôs e mestres de tradição oral na educação das crianças e jovens brasileiros.

Ao consideramos que também na agricultura há de forma exponencial a presença de mestres e mestras de tradição oral, que além de agricultores, guardiões de sementes, erveiros ou produtores rurais são também festeiros, artesãos, dançarinos, músicos, cantores etc., em uma junção de saberes culturais, sociais e econômicos, o objetivo desta ação é valorizar a tradição cultural das comunidades onde o Ponto de Agroecologia estará localizado, por meio da inserção de um mestre ou mestra de tradição oral em alguma das atividades da associação. Assim, cada Ponto de Agroecologia deve incluir a seleção e a remuneração de um Mestre ou Mestra Griô durante os 36 meses do convênio, com bolsas de no mínimo R\$400 reais mensais, condizente com um plano de trabalho justo. Vale lembrar que o Planapo busca desenvolver “ações de intercâmbio intergeracional para elaboração de estratégias associativas na produção e geração de renda em produção orgânica e de base agroecológica”.

2. Agente jovem

Esta ação tem por objetivo articular a cultura e educação em processos de formação de jovens dentro dos Pontos de Agroecologia. A meta é incluir jovens entre 16 e 24 anos por meio de um auxílio financeiro na dinâmica do Ponto, como multiplicadores de

conhecimentos aprendidos nas atividades formativas desenvolvidas, auxiliando na divulgação das atividades e no posterior registro e difusão das mesmas, usando fotos, vídeos, textos, redes sociais etc. Tanto nas áreas rurais quanto as periferias urbanas é comum a reclamação da juventude por espaços de formação públicos que não só a escola e de convivência e lazer. A existência no Ponto de Agroecologia do kit multimídia, como será visto mais adiante, estimula a presença e a participação de jovens pelo contato com ferramentas digitais de socialização de conhecimento. As atividades do agente jovem também podem estar ligadas à produção de textos, cartilhas, cartazes, fotos e vídeos relacionados ao conhecimento do Mestre Griô, sendo assim chamado de Griô Aprendiz.

Desse modo, cada Ponto deve incluir no seu orçamento o pagamento de uma bolsa durante os 36 meses de convênio para um jovem da comunidade onde está localizado no valor mínimo de R\$ 300 mensais com carga horária condizente com as atividades e remuneração a ser realizada.

3. Técnico em extensão rural

Na tentativa de suprir demandas de ordem técnica da produção agroecológica, esta ação tem como objetivo a contratação de um técnico em extensão rural agroecológica durante pelo menos 18 meses (ou seja metade da duração do convênio) para auxiliar o Ponto de Agroecologia.

Esta ação se alinha aos propósitos de que:

A Extensão Rural Agroecológica poderia ser definida como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL e COSTABEBER, 2007, p. 64)

Assim, cada Ponto de Agroecologia deve procurar na sua região a contratação de um técnico que esteja em acordo com esta visão de extensão técnica e possa contribuir para seus processos construção do conhecimento agroecológico. Sabemos, no entanto, que esta função não é fácil. Há reconhecida escassez de profissionais com conhecimento em agroecologia e na produção orgânica dificulta que os/as agricultores/as consigam assistência técnica para orientá-los/las. Ainda existem poucos agentes de Ater – sejam técnicos/as de nível médio ou superior, jovens e agricultores/as e produtores/as – formados com uma abordagem agroecológica para auxiliar na produção, e há grande carência na formação técnica e profissional de assentados/as da reforma agrária com enfoque agroecológico (Brasil, Planapo 2013). Encontrar este profissional será um desafio para os Pontos, mas pode compor parte de um processo de pressão política sobre a formação de equipe técnica competente em diferentes níveis educacionais no Brasil. Considerar que Disponibilizar ATER com enfoque agroecológico e sistemas sustentáveis de produção com ações continuadas a agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, visando consolidar e ampliar processos de construção, promoção e gestão do conhecimento pelos/as agricultores/as familiares, valorizando o papel das mulheres e jovens, com enfoque territorial.

4. *Kit multimídia*

O objetivo desta ação é a mesma realizada pelos Pontos de Cultura: prover de ferramentas digitais os Pontos de Agroecologia para que possam fazer registro de suas atividades, bem como difundi-las para suas comunidades e para outras experiências da rede de pontos. Desse modo, no primeiro ano do convênio, cada Ponto deve separar no seu orçamento o valor de até R\$20 mil reais para a aquisição de uma câmera fotográfica, câmera de vídeo, cartões de memória, pen drives, hd externo, microfones, gravador de áudio, 1 laptop e 1 computador e assim garantir o registro da sua experiência.

Seguindo a diretriz do Programa Cultura Viva do uso de softwares livres, também deve ser estimulado a instalação e aprendizado das ferramentas livres, com código fonte aberto, principalmente pelo questionamento que trazem aos modelos proprietários de conhecimento, responsáveis também por patentes e direitos autorais abusivos no ramo da biotecnologia, com influências desastrosas para a agricultura por meio das sementes transgênicas por exemplo. Será usada como base teórica a carta do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) cujo título é “Em defesa do Conhecimento Livre”

Se defendemos a agroecologia e a biodiversidade; se combatemos a monocultura e o monopólio... por que continuamos 100% reféns da Microsoft? Em defesa do conhecimento livre, comecemos por combater o monopólio da Microsoft em nossas entidades (...) O II ENA debateu e deliberou: “A promoção e construção do conhecimento agroecológico pressupõe também a democratização dos meios de disseminação do conhecimento, inclusive dos recursos de informática(...) Sob o ponto de vista educacional, o fortalecimento do Software Livre enfrenta os mesmos desafios que qualquer outra possibilidade de mudança política, econômica, cultural e social (...) A importância do uso do “Software” Livre está relacionada à autonomia possível e desejável, até por uma questão de segurança e soberania. O que representa, para o Brasil, o monopólio da “Microsoft”, onde mais de 90% dos usuários de informática são totalmente dependentes e reféns dela? Isso é tão ou mais preocupante que o monopólio das sementes, das biotecnologias, dos alimentos ou qualquer outro setor. (ANA, 2006 disponível em <http://brasil.indymedia.org>)

Contudo, é importante levar em conta o aprendizado do programa dos Pontos de Cultura onde a falta de uma assistência técnica em software livre levou muitos grupos a migrarem para sistemas proprietários, usando sobretudo o sistema operacional Windows da Microsoft. É de extrema importância que se contabilizem os custos de uma equipe de cultura digital com formação em software livre em cada estado para acompanhar a compra, a instalação e o uso dos softwares livres nos pontos para o sucesso desta ação pelo menos no primeiro ano de conveniamento.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento da gestão e a avaliação dos programas públicos são fundamentais para assegurar o êxito de qualquer política. É imprescindível a criação de um banco de dados confiável, com informações sobre o convênio, o cadastro com o perfil básico de cada Ponto de Agroecologia; equipamentos e espaços, principais atividades exercidas, parceiros e projetos, número de funcionários, estimativa de público, entre outros.

É fundamental também planejar visitas técnicas de apoio e acompanhamento aos Pontos, além de representações regionais que podem contribuir com os processos de monitoramento dos pontos mais próximos contando com uma equipe estruturada para sanar os questionamentos e dúvidas relacionados ao convênio.

Há que se levar em conta também a importância dos encontros e fóruns da rede que será formada pelos Pontos de Agroecologia para a análise e avaliação dos rumos do programa e por isso é indicado que se pense na reserva de recursos dentro de cada parcela anual do convênio para o custeio de passagens e diárias para encontros estaduais ou nacionais.

A aproximação com professores, pesquisadores, estudantes e técnicos de extensão rural pode ser muito interessante para os Pontos de Agroecologia também no sentido de desenvolver uma produção textual crítica sobre a experiência, para além dos relatórios formais encaminhados aos órgãos públicos. Indicamos que sejam pensadas políticas de estímulos – como prêmios ou bolsas – para a produção do conhecimento agroecológico com vistas à publicações científicas dentro dos Pontos de Agroecologia.

OUTROS

Sobre a questão da gerência dos convênios, de acordo com a experiência dos Pontos de Cultura, ela pode ser federal ou estadual e até mesmo municipal. No entanto, há que se levar em conta que a expectativa era de que o caminho de celebrar convênios em outras esferas governamentais solucionasse ou, ao menos, amenizasse as dificuldades próprias da gestão e, principalmente, da continuidade e expansão do programa, no que se refere aos seus processos gerenciais e orçamentários não se cumpriu totalmente. Os governos estaduais e municipais passaram a se responsabilizar pelo processo de seleção dos pontos, assinatura dos convênios, capacitação dos gestores, execução de contrapartida financeira, repasse de recursos, gestão e prestação de contas, entre outras atividades inicialmente de responsabilidade exclusiva do governo federal. Entretanto, este processo precisa ser bem avaliado pois a descentralização, por envolver outro ente federado, em alguns casos acabou por dificultar ainda mais a parte jurídico-administrativa da execução dos convênios, dado que cada ente tem sua própria estruturação jurídica, resultado do modelo de federalismo adotado no país. Precisa haver identificação e envolvimento com a proposta e muito cuidado com o conflito de normas entre os entes e consequentemente das respostas que são dadas aos gestores dos Pontos. Mesmo assim, apesar de trazer novos riscos, a proximidade do conveniente com o conveniado – não ficando tudo para Brasília – é favorável, pois pode facilitar a tramitação dos processos, a comunicação e o diálogo entre os pontos de cultura e o poder público.

Por fim, gostaria de salientar a questão da prestação de contas e da administração financeira dos Pontos de Agroecologia. Como já foi falado na seção inicial de contextualização, os movimentos sociais e entidades do campo da Cultura estão envolvidos com a regulamentação de um novo marco para a sociedade civil, que pretende dar conta, entre outras coisas, da desburocratização do Estado em relação ao repasse de recursos às pequenas associações. É importante observar que caso as projeções destes movimentos não sejam alcançadas, torna-se urgente refletir sobre a inserção de gastos com coordenadores financeiros, contadores e demais despesas administrativas como aluguel de sede, pagamento de certidões ou contas de luz e internet nas planilhas dos Pontos de Agroecologia, pois a experiência dos Pontos de Cultura demonstrou que não é possível “jogar estes gastos para embaixo do tapete” ou disfarçá-los em outras rubricas, pois mais cedo ou mais tarde estas transações prejudicam a experiência, o convênio e por conseguinte o Programa como um todo.